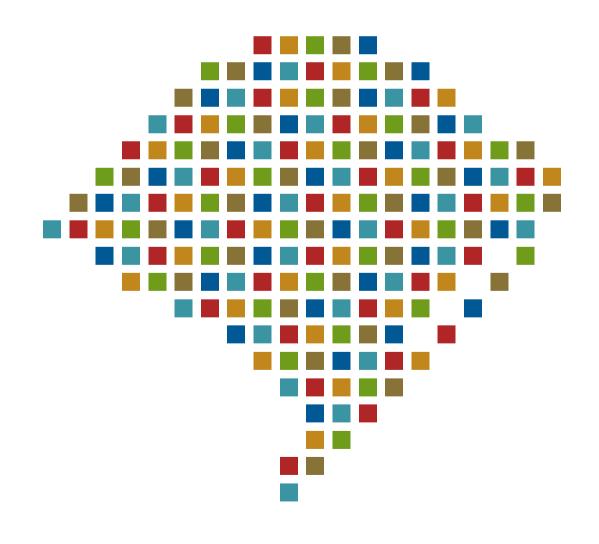
ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E GESTÃO

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL

6ª EDIÇÃO

Porto Alegre SPGG 2021

Governador do Estado do Rio Grande do Sul

Eduardo Leite

Secretário de Planejamento, Governança e Gestão

Claudio Leite Gastal

Subsecretário de Planejamento

Antonio Paulo Cargnin

Diretor do Departamento de Planejamento Governamental - DEPLAN

Diego Ferrugem Cardoso

Autores da Edição

Geógrafa Ana Maria de Aveline Bertê Geógrafo Antonio Paulo Cargnin Geógrafo Bruno de Oliveira Lemos Geógrafa Cláudia Russo da Silva Estatística Gisele da Silva Ferreira Geógrafa Luciana da Silva Mieres Bióloga Mery Stéfani Leivas Pereira Geógrafa Suzana Beatriz de Oliveira Juliano Marcon (Estágio Profissional em Geografia - UFRGS)

Responsável pela Revisão

Marlise Margô Henrich

Projeto Gráfico

Priscila Barbosa Ely Vinícius Ximendes Lopes Laiz Flores Oliveira

> Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental

Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul/Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. - 6. Ed. - Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2021.

203 p.: il.

ISBN: 978-65-87878-01-0

Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial

1. Geografia. 2. Geografia econômica. 3. Geografia humana. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. II. Título

Bibliotecária responsável: Irma Carina Brum Macolmes - CRB 10/1393

UM ATLAS PARA PENSAR E ENTENDER O RIO GRANDE

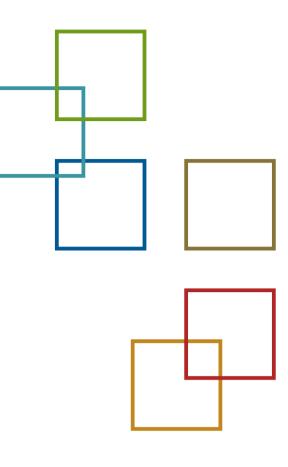
O governo do Rio Grande do Sul apresenta mais uma edição do tradicional Atlas Socioeconômico do Estado. Em 2021, a publicação completa 23 anos com o mesmo propósito inicial, que é fornecer elementos que possibilitem maior efetividade às políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Para isso, é fundamental o conhecimento das potencialidades e dos problemas das regiões do RS.

Os dados e análises presentes nesta edição histórica foram atualizados durante o ano de 2020 por nossa Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), permitindo a comparação entre a situação socioeconômica do RS em relação aos outros estados, em escala nacional, e entre seus municípios e regiões, em escala estadual. Fornecem, assim, elementos para uma maior focalização das ações governamentais.

É importante afirmar também que o desenvolvimento das regiões não se efetiva somente com a ação estatal. Nesse sentido, o Atlas contribui para o debate sobre o tema realizado por entidades da sociedade civil, como os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e as universidades comunitárias. Esperamos que esta publicação, com o viés técnico, cumpra com seus objetivos e contribua para a qualificação dos debates sobre o desenvolvimento socioeconômico do Rio Grande do Sul.

Eduardo Leite

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



APRESENTAÇÃO

O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul é elaborado pela equipe do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Deplan/SPGG). Tem como origem a publicação de duas edições impressas nos anos de 1998 e 2002 e ganhou maior visibilidade e dinamismo com o lançamento da sua versão eletrônica a partir de 2003.

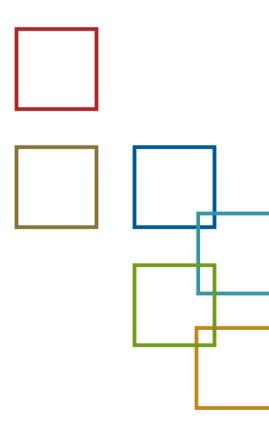
Esta edição apresenta um resumo da atualizada em julho de 2020. No Atlas, fornecemos informações georreferenciadas e espacializadas sobre a realidade socioeconômica do RS. Um retrato que ajuda a pensar e entender o Estado. Os dados, de diferentes fontes, são apresentados na forma de mapas temáticos, tabelas e gráficos acompanhados de textos explicativos que possibilitam análises diversas entre regiões, municípios e demais estados brasileiros.

A publicação está estruturada atualmente seguindo seis capítulos: Apresentação; Infraestrutura; Meio Ambiente; Demografia; Indicadores Sociais; e Economia, compondo uma síntese geográfica dos principais temas e atividades desenvolvidos no RS e proporciona uma leitura diferenciada sobre a realidade regional. Suas informações são de fácil compreensão e utilizadas pelos órgãos públicos na formulação de políticas. O Atlas também é amplamente utilizado como fonte de pesquisa em estabelecimentos de ensino e de pesquisa, por empresários e investidores, além do público em geral, que busca conhecer o Estado e suas potencialidades.

Desejo a todos, uma boa leitura!

Claudio Gastal

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, GOVERNANCA E GESTÃO



APRESENTAÇÃO	10
Características do Território	1C
Divisão Municipal	15
Regiões de Planejamento	19
INFRAESTRUTURA	24
Logística de Transportes	24
Comunicações	
Energia Elétrica	38
MEIO AMBIENTE	44
Grandes Padrões de Paisagem	44
Recursos Hídricos	47
Patrimônio Ambiental Protegido	48
Saneamento Ambiental	5
DEMOGRAFIA	60
População	6C
Crescimento	63
Idade e Sexo	64
Urbanização	69
INDICADORES SOCIAIS	78
Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE	78
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e IDHM	8 ²
Emprego e Renda	83
Saúde	85
Educação	
Cultura	108
ECONOMIA	112
PIB	112
Agropecuária	118
Indústria	152
Serviços	176
Turismo	
Exportação e Importação	
Desenvolvimento Tecnológico	
Recursos Minerais	199
REFERÊNCIAS	202

NOTAS TÉCNICAS

Os mapas temáticos deste Atlas foram elaborados no sistema de referência SIRGAS 2000. Como ferramenta, foram utilizados softwares da plataforma ArcGis.

Foram utilizados diversos níveis de agrupamento das informações geográficas. Devido à disponibilidade de dados, as bases usadas foram de 333 municípios (1991), 427 municípios (1992), 467 municípios (1995), 496 municípios (2003) e, principalmente, a base de 497 municípios (2018). As divisões regionais empregadas foram a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs e a das Regiões Funcionais de Planejamento - RFs.















APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO

O Rio Grande do Sul está localizado no extremo sul do Brasil. É dividido em 497 municípios, e sua área total é de 281.707,15 km² (incluindo as áreas das Lagunas dos Patos e Mirim). Com uma população de 11.422.973 habitantes¹, aproximadamente 5,4% da população brasileira, é o quarto estado mais populoso do Brasil.

Possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica, destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398m. O clima subtropical caracteriza-se pelas baixas temperaturas, e a vegetação é diversificada, com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica, além da existência de campos que caracterizam a Campanha Gaúcha e as terras altas do Planalto Meridional.

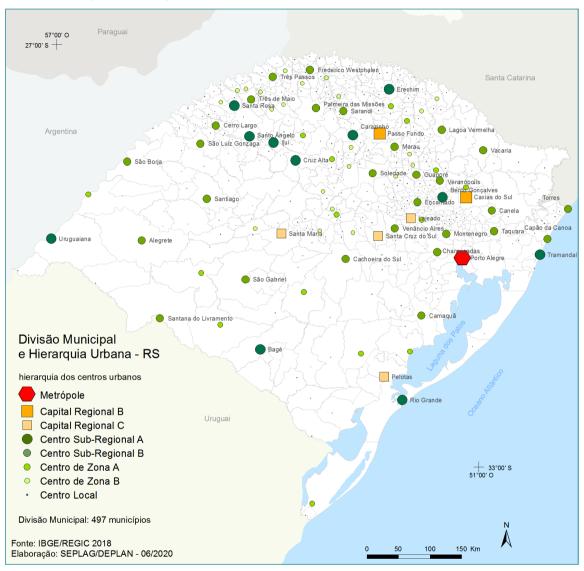
Apresenta um quadro diferenciado quanto aos indicadores sociais, no comparativo com os demais estados da Federação, destacando-se pelos baixos índices de mortalidade infantil – próximo de 10 óbitos por mil habitantes; uma das maiores expectativas de vida – superior a 78 anos; e taxa de alfabetização superior a 95%. Esses dados colocam o Estado em um patamar privilegiado em termos de qualidade de vida no País.

Localização do RS na América do Sul



- 1 IBGE/Estimativas da População 2020
- 2 IBGE/Contas Regionais

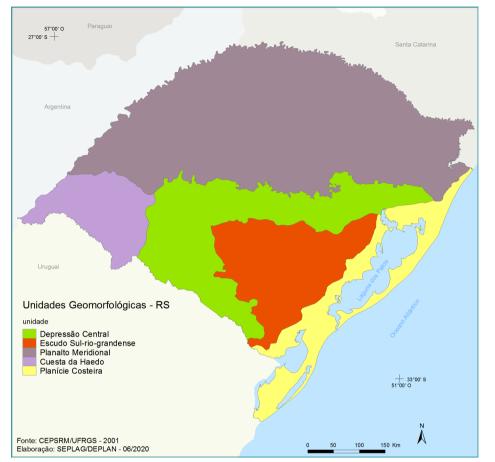
Divisão Municipal e Hierarquia Urbana - RS



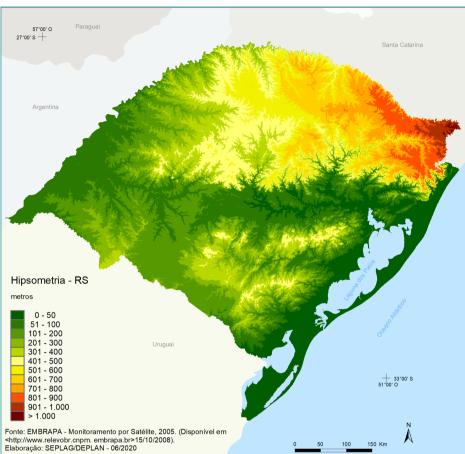
A sua produção econômica também se destaca, com 6,3% do Produto Interno Bruto² nacional em 2017, colocando o RS em 4º lugar entre os estados da Federação. O PIB *per capita* situa-se próximo a 37 mil reais/ano.

Com relação às características geomorfológicas, ao norte situa-se no Planalto Meridional, formado por rochas basálticas decorrentes de um grande derrame de lavas ocorrido na era Mesozoica. Na extremidade a oeste, o resultado do trabalho da erosão diferencial formou a chamada Cuesta do Haedo. A nordeste encontram-se as maiores altitudes, que alcançam 1.398m (Monte Negro em São José dos Ausentes). As bordas do Planalto Meridional correspondem à chamada Serra Geral.

Unidades Geomorfológicas - RS



Hipsometria - RS



Ao centro do Estado está a Depressão Central, que é formada de rochas sedimentares, dando origem a um extenso corredor com terrenos de baixa altitude.

Ao sul localiza-se o Escudo Cristalino Sul-Riograndense, com rochas ígneas do período Pré-Cambriano e, por isso mesmo, muito desgastadas pela erosão. Sua altitude não ultrapassa os 600m.

A Planície Costeira teve sua formação do período Quaternário da era Cenozoica, a mais recente da formação da Terra. Corresponde a uma faixa arenosa de 622km, que se estende no sentido geral norte-sul, com ocorrência de cordões de lagunas e lagoas, entre as quais destacam-se a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim. O processo de formação dessa região é muito dinâmico, estando em constante mutação em decorrência dos processos de sedimentação marinha e flúvio-lacustre.

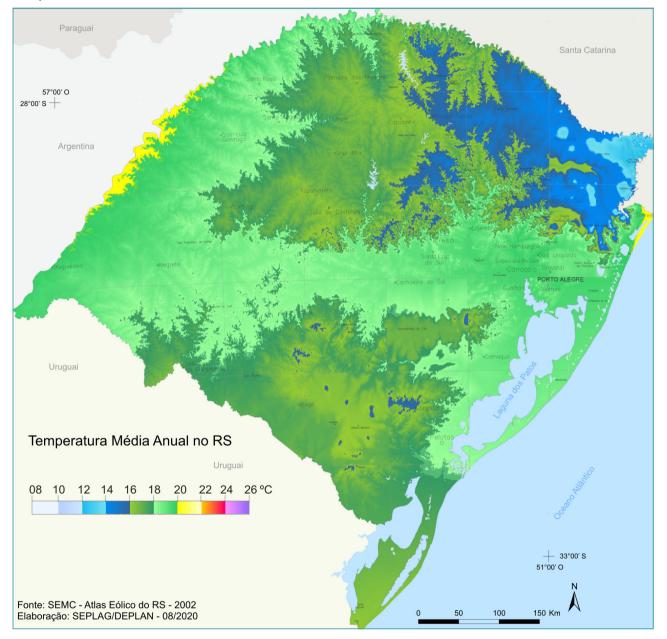
O clima do Rio Grande do Sul é Temperado do tipo Subtropical, classificado como Mesotérmico Úmido (classificação de Köppen). Devido à sua posição

geográfica, entre os paralelos 27°03"42" e 33°45'09" de latitude Sul, e 49°42'41" e 57°40'57" de longitude Oeste, apresenta grandes diferenças em relação ao Brasil. A latitude reforça as influências das massas de ar oriundas da região polar e da área tropical continental e atlântica. A movimentação e os encontros dessas massas definem muitas de nossas características climáticas.

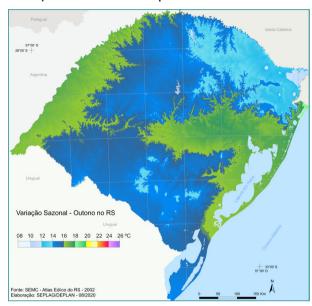
As temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geadas e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C. Com relação às precipitações, o Estado apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que o penetram.

O volume de chuvas, no entanto, é diferenciado. Ao sul a precipitação média situa-se entre 1.299 e 1.500mm e, ao norte, a média está entre 1.500 e 1.800mm, com intensidade maior de chuvas a nordeste do Estado, especialmente na encosta do Planalto, local com maior precipitação no RS.

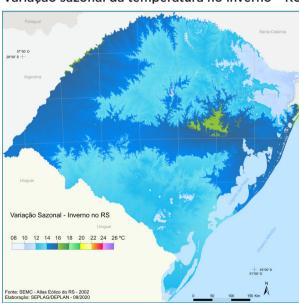
Temperatura média anual no RS



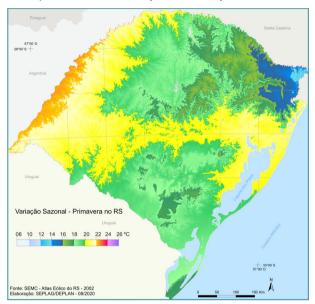
Variação sazonal da temperatura no outono - RS



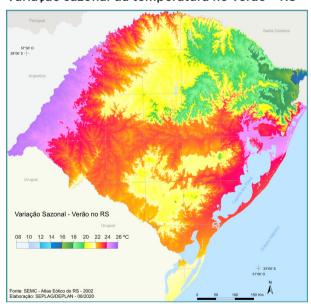
Variação sazonal da temperatura no inverno - RS



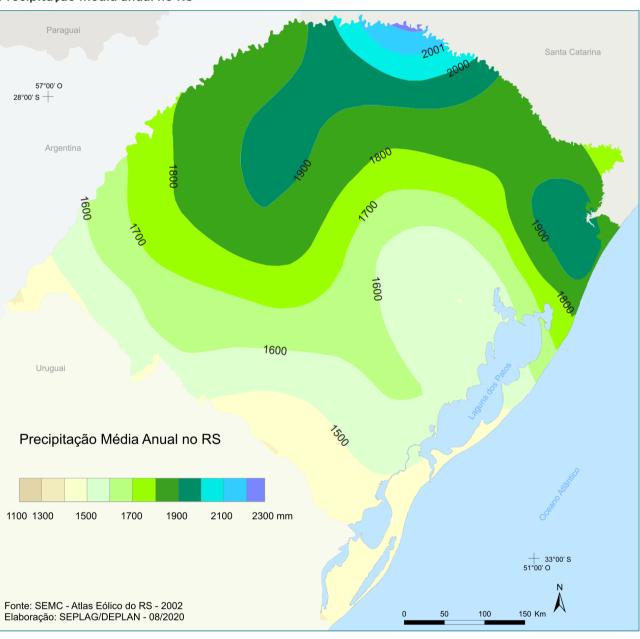
Variação sazonal da temperatura na primavera - RS



Variação sazonal da temperatura no verão - RS



Precipitação média anual no RS



A ocupação do território gaúcho ocorreu em várias etapas. As reduções jesuíticas, fundadas a partir de 1626, são consideradas os primeiros povoados organizados no espaço rio-grandense, além da ocupação original por tribos indígenas. Por volta de 1640, os jesuítas atravessaram o rio Uruguai em direção ao território argentino. Cerca de 40 anos depois, retornaram organizando a estrutura

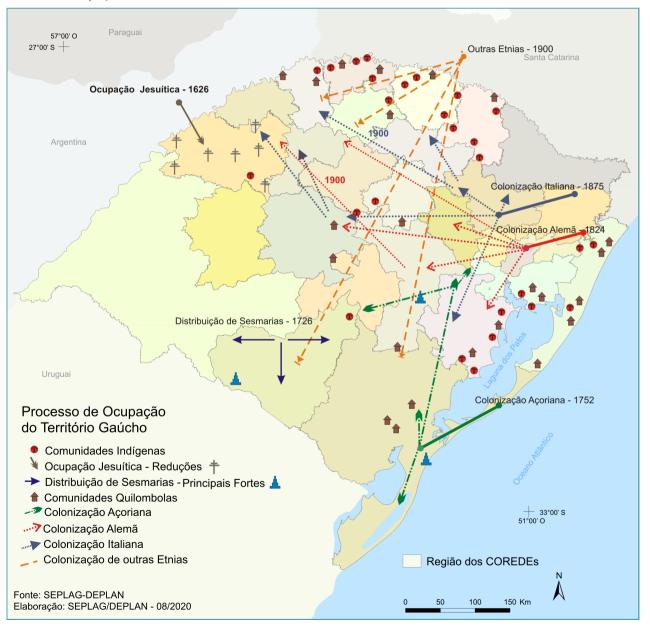
comunitária dos Sete Povos das Missões. Estes se tornaram centros econômicos importantes, dedicando-se à produção de erva-mate, extração de couro e atividades criatórias.

No século XVIII, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas no extremo sul do Brasil foi a instalação de acampamentos militares e a construção de fortes e presídios, bem como a distribuição de sesmarias a pessoas de prestígio e/ou militares. Até a metade do século XIX, desenvolveu-se no Rio Grande do Sul uma pecuária voltada à produção de charque, ciclo responsável pela grande prosperidade do sul do Estado e das cidades de Bagé, Pelotas e Rio Grande, entre outras.

Os acorianos ocuparam o território a partir de 1752. fixando-se em Rio Grande. Mostardas. São José do Norte, Taguari, Santo Amaro (próximo a Rio Pardo). Porto Alegre. Santo Antônio da Patrulha. Cachoeira do Sul e Conceição do Arroio (Osório). Receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, principalmente a produção de trigo e. dessa forma, abastecer a Colônia. Essa ocupação possibilitou o surgimento de propriedades rurais menores e também criou a base para o aparecimento de inúmeros núcleos urbanos. Durante todo o século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração europeia, inicialmente alemã (1824) e. posteriormente. italiana (1875). localizadas principalmente na região nordeste do Estado. Como resultado, a área tornou-se mais dinâmica. embora a pecuária continuasse ocupando o centro da atividade econômica e política do território riograndense. A posterior diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul tornou essa região mais atrativa aos empreendedores. O norte do Estado foi povoado basicamente a partir da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas e da chegada de novos grupos étnicos. A produção diversificada baseada em pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando em uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si.

Assim, a origem da ocupação do território riograndense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população no Estado. No sul, ela está concentrada predominantemente nas cidades de porte médio, refletindo o predomínio da atividade extensiva das grandes propriedades que criaram espaços rarefeitos e uma rede urbana dispersa. Nas regiões de pequena propriedade, em especial no norte do Estado, o parcelamento da terra gerou uma estrutura político-administrativa mais pulverizada. Essa distribuição fundiária resulta em maior densidade da rede urbana no norte em contraposição ao sul.

Processo ocupação do território - RS



DIVISÃO MUNICIPAL

A formação dos municípios no Rio Grande do Sul está intimamente ligada à história da sua ocupação. A partir das sesmarias e dos núcleos açorianos, o Estado iniciou um processo de divisão territorial em áreas administrativas. A primeira divisão ocorreu no ano de 1809, separando a então Província de São Pedro em quatro grandes municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Desde então a divisão foi se intensificando, chegando aos atuais 497 municípios.

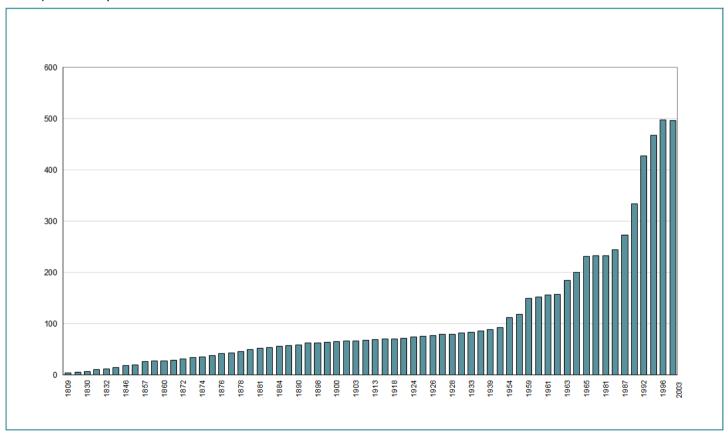
Inicialmente, o sul do Estado, mais ocupado, apresentou uma maior fragmentação, isto é, seus municípios, se comparados aos situados na porção norte, apresentavam áreas menores. Essa tendência se manteve até a segunda metade do século XIX, quando o norte também começou a sofrer processo de fracionamento. A economia provincial baseada na pecuária já se encontrava em processo de estagnação, e a chegada de imigrantes europeus para povoar e colonizar as novas áreas já era uma realidade.

Os imigrantes estabeleceram-se em pequenas propriedades no vale dos rios Taquari, Sinos e Caí. Dedicaram-se primeiramente à agricultura de subsistência e, através da comercialização do excedente da produção, geraram capital que proporcionou o surgimento do comércio e da indústria. O desenvolvimento

desses setores propiciou o advento de uma região mais dinâmica, formada por novos e inúmeros povoados. O crescimento populacional e o fracionamento das colônias, somados à chegada de novos grupos étnicos, resultou na expansão das áreas coloniais em direção ao norte do Estado. Em 1900, o Rio Grande do Sul possuía 65 municípios, sendo a maioria ainda localizada no sul do território. O processo de emancipação se intensificou, chegando, em 1966, a 232 municípios, número que não se alterou por força de lei federal até o início dos anos 80. Durante essa década, surgiram mais 100 municípios: 11 em 1982, 29 em 1987 e 60 em 1988.

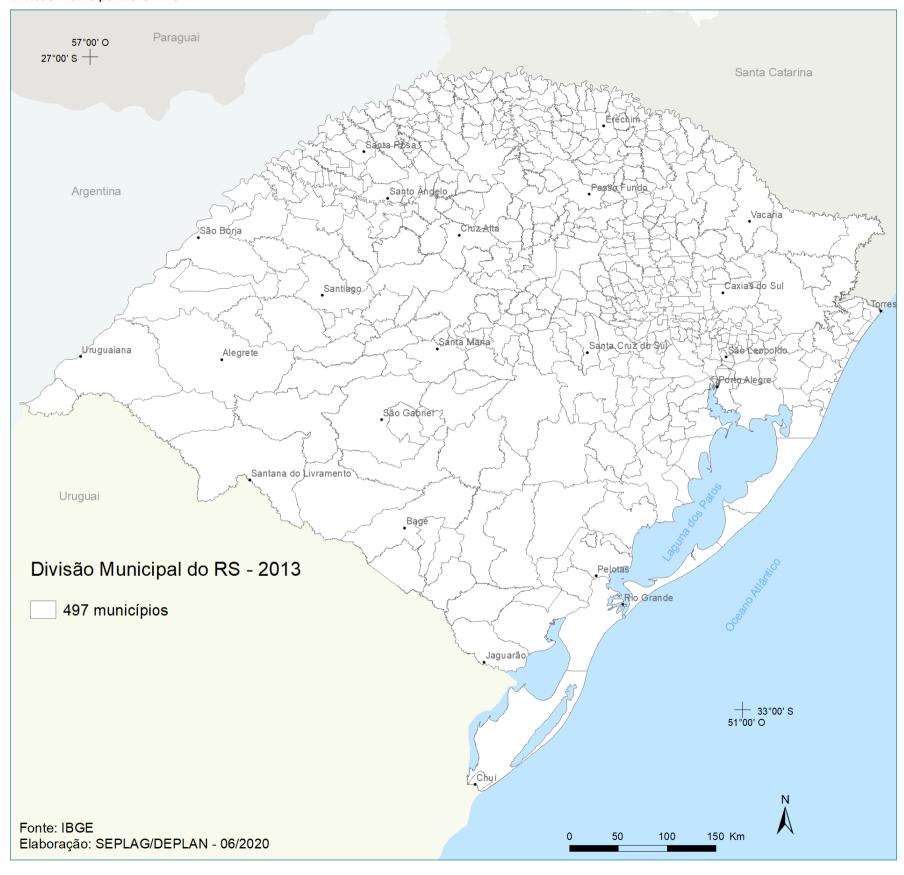
Finalmente, na década de 90, mais 164 municípios foram criados: 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996, somando então, 497 municípios. Esses últimos 30 novos municípios, no entanto, só foram instalados em 2001. Novamente, a maioria dessas novas sedes encontrava-se no norte do Estado, na região do Planalto, ficando o sul praticamente com a mesma configuração do início do século XX. Em 2003, através de liminar do Superior Tribunal Federal, o município de Pinto Bandeira foi extinto, e o Estado passou a contar com 496 municípios. Em janeiro de 2013, devido à reintegração do município de Pinto Bandeira, o RS passou novamente a somar 497 municípios.

Evolução municipal 1809 a 2013 - RS

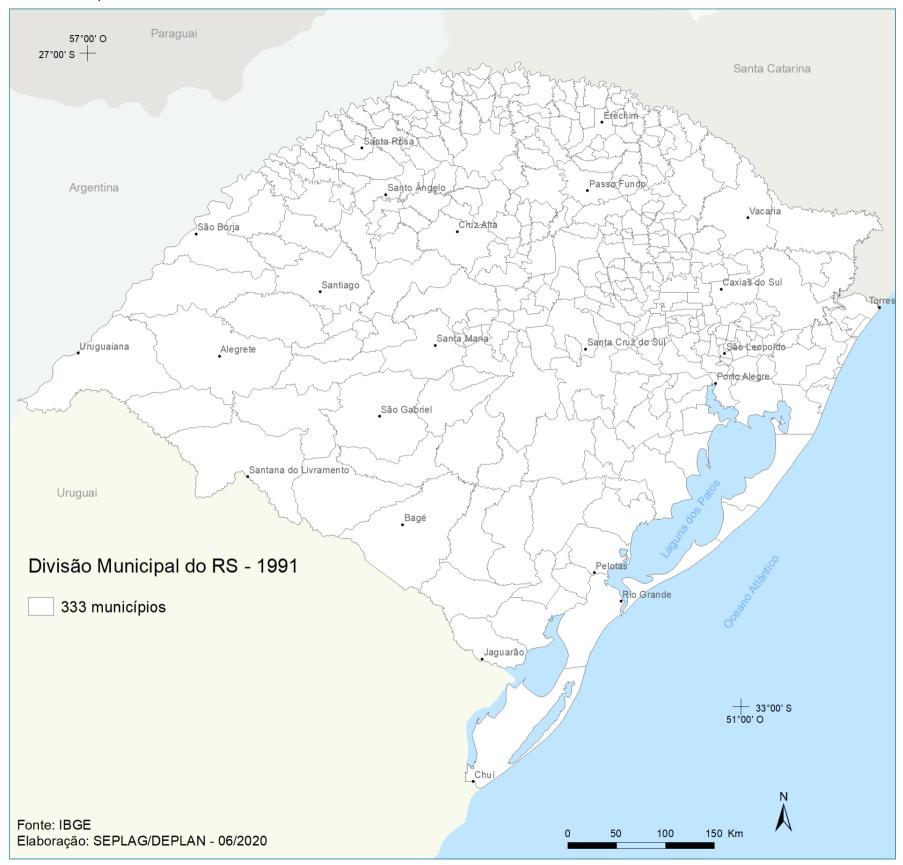


Fonte: SAA RS e IBGE

Divisão Municipal 2013 - RS



Divisão Municipal 1991 - RS



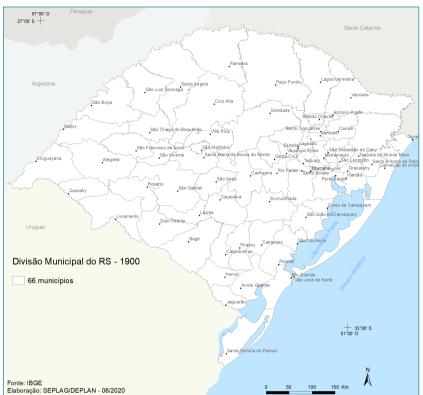
Divisão Municipal 1966 - RS



Divisão Municipal 1872 - RS



Divisão municipal 1900 - RS



Divisão Municipal 1809 - RS



Para mais informações sobre Divisão municipal acesse: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013

REGIÕES DE PLANEJAMENTO

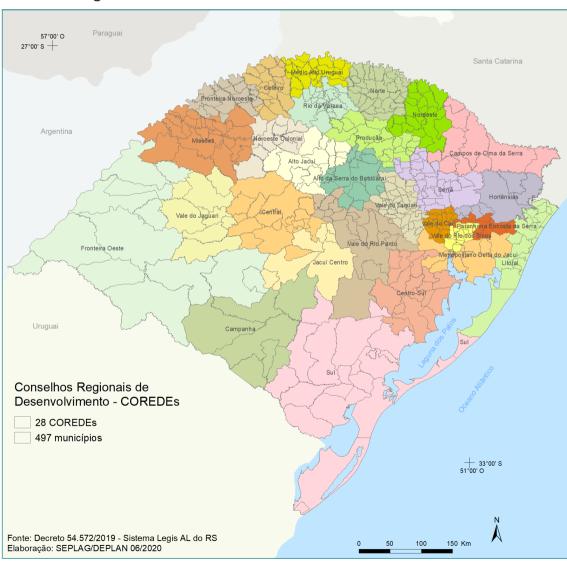
Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, criados oficialmente pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promocão de políticas e acões que visam o desenvolvimento regional.

Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmô-nico e sustentável; o aprimoramento da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo à permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

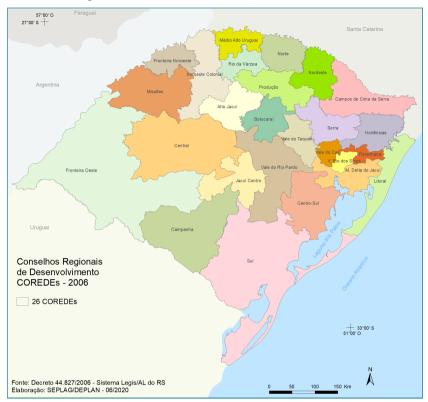
A divisão dos Conselhos Regionais, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22 COREDE - o Metropolitano Delta do Jacuí. Em 2004, passaram a ser 24 regiões, com a criação dos COREDEs Alto

da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006, foram criados os Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea e, finalmente, em 2008, através do Decreto nº 45.436, foram criados o Vale do Jaguari e Celeiro, passando o Estado a contar com 28 COREDEs. Em 2010, o Decreto nº 47.543 alterou a composição interna de três conselhos. Os municípios de Chapada e Nova Boa Vista saíram do COREDE Produção e passaram a fazer parte do Rio da Várzea. E Jaboticaba, que pertencia ao Médio Alto Uruguai, passou para o COREDE Produção. Mais recentemente, o Decreto nº 54.572, de 14 de abril de 2019, regulamentou tanto a lei de criação de 1994 como a lei que institucionalizou a estruturação e o funcionamento do Fórum dos Conselhos Regionais de 2010. Essa lei permanece com a mesma composição regional de 2010, porém legaliza o agrupamento dos COREDEs nas nove Regiões Funcionais de Planejamento.

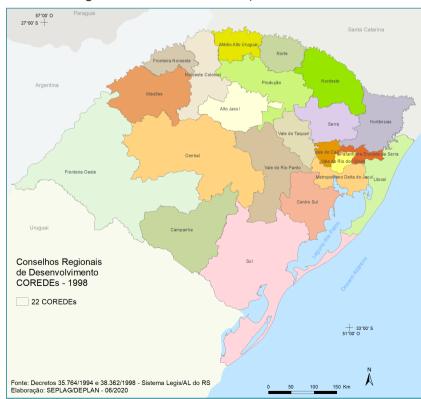
Conselhos Regionais de Desenvolvimento



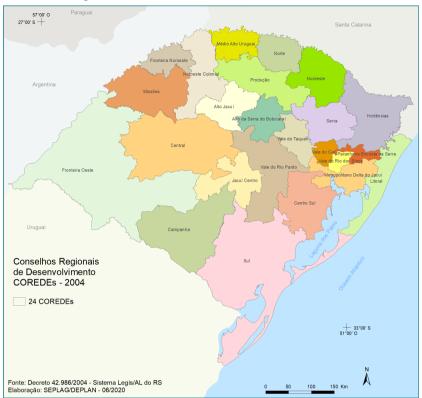
Conselhos Regionais de Desenvolvimento/2006 - 26 COREDEs



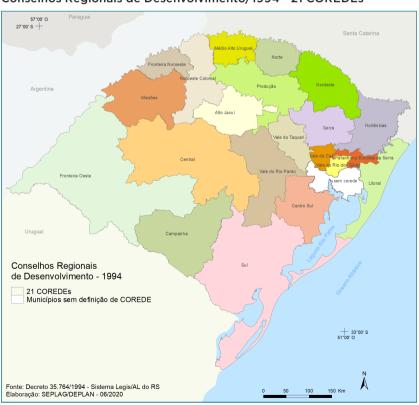
Conselhos Regionais de Desenvolvimento/1998 - 22 COREDEs



Conselhos Regionais de Desenvolvimento/2004 - 24 COREDEs



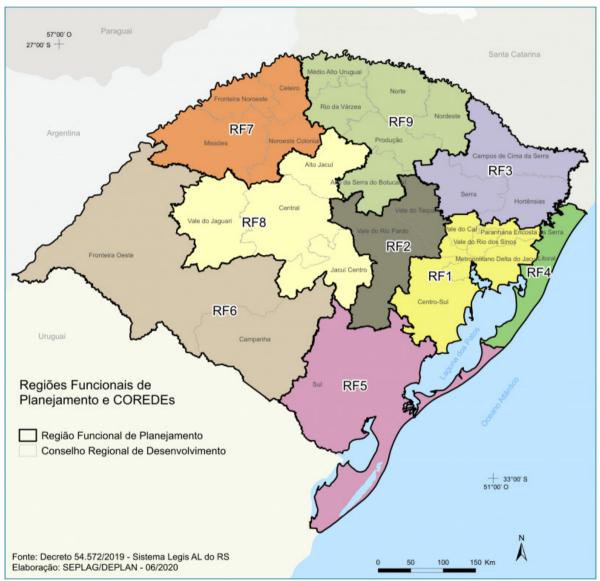
Conselhos Regionais de Desenvolvimento/1994 - 21 COREDEs



Para mais informações sobre Conselhos Regionais de Desenvolvimento acesse: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes Para fins de planejamento, os municípios e Conselhos Regionais de Desenvolvimento são agrupados em 9 Regiões Funcionais de Planejamento. Essa regionalização foi definida pelo Estudo RUMOS 2015³, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas à identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros.

A regionalização dos COREDEs e das Regiões Funcionais de Planejamento – RFs corresponde às escalas utilizadas atualmente como referência para elaboração de vários instrumentos de planejamento como o Plano Plurianual – PPA e o Orcamento do Estado – LOA e os diagnósticos e estudos prospectivos.

Regiões Funcionais de Planejamento atual - 9 Regiões



Para maiores informações sobre Regiões Funcionais de Planejamento acesse: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regioes-funcionais-de-planejamento

³ SCP. Rumos 2015: Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no Rio Grande do Sul/SCP-DEPLAN; DCAPET. Porto Alegre, 2006. Nesse estudo o agrupamento em regiões foi baseado em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e em variáveis relacionadas à identificação das polarizações de emprego, dos deslocamentos por tipo de transporte, da hierarquia urbana, da organização da rede de serviços de saúde e educação superior, entre outros



INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA

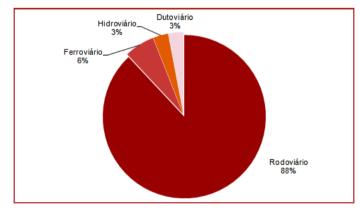
LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

O Rio Grande do Sul conta com uma rede multimodal de transportes relativamente bem estruturada e capilarizada. Entretanto, possui uma matriz excessivamente centrada no transporte rodoviário. Considerando a matriz modal do Estado, em 2014, as rodovias eram responsáveis por 88% do total transportado⁴. Dados mais recentes⁵ indicam que, em 2017, o modal rodoviário do RS continuava respondendo por aproximadamente 88% do total transportado, enquanto no Brasil a participação desse modal atingia 65%.

No Rio Grande do Sul, há rotas hidroviárias interiores e portos importantes como o de Porto Alegre e de Rio Grande e uma rede ferroviária extensa, com potencial para ser explorado. Há também uma rede de aeroportos regionais e três aeroportos internacionais, com destaque para o Aeroporto Salgado Filho, na capital do Estado, que apresenta a maior movimentação de passageiros e de cargas. Há, ainda, uma rede dutoviária, que serve principalmente o nordeste do RS com transporte de petróleo e derivados e gás natural. No entanto, a movimentação de cargas e de passageiros é realizada predominantemente por rodovias que interligam as várias regiões do Estado aos outros estados brasileiros e aos países do MERCOSUL. Devido à sua localização geográfica, passam pelo RS boa parte dos produtos comercializados entre o Brasil e o bloco de países do MERCOSUL, principalmente a Argentina. Com isso, rodovias como a BR-116; a BR-101; a BR-386; e a BR-290, entre outras, apresentam volumes de tráfego cada vez mais pesado, principalmente em momentos de escoamento de safra agrícola.

A tradição exportadora de grande parte da agricultura e indústria gaúchas também contribui para definir a conformação das redes modais que ligam as várias regiões produtoras do Estado à capital, ao Porto do Rio Grande e a Uruguaiana. Estruturas importantes como os pontos alfandegados e portos secos alfandegados, localizados em pontos estratégicos do Estado, dão suporte à movimentação de cargas pelos diferentes modais, fornecendo

Matriz Modal do RS - 2014

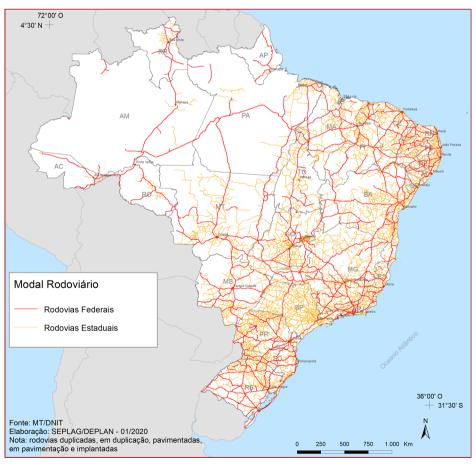


Fonte: ST RS/Plano Estadual de Logística de Transporte – PELT RS, 2014 Notas: Não inclui modalidade aérea

desembaraço aduaneiro e fiscalização. Quanto à atuação de Operadores de Transporte Multimodal – OTM, em maio de 2020, no RS,41 empresas com sede em 11 municípios estavam cadastradas pela Agência Nacional de transportes Terrestres – ANTT. Das 41 empresas de OTM com operação nacional e internacional, 11 operavam no MERCOSUL⁶.

O sistema rodoviário é responsável pela movimentação da maior parte da carga transportada no Rio Grande do Sul e pela quase totalidade do transporte de passageiros. De acordo com o Departamento Autônomo de Estadas de Rodagem - DAER, o Estado conta com aproximadamente 17.464km de rodovias federais e estaduais, além das malhas municipais. A malha federal estrutura a rede de transporte com rodovias longitudinais, diagonais, transversais e de ligação. A rede estadual articula-se à federal, sendo mais densa e capilarizada nas regiões norte e nordeste do Estado em função do maior número de municípios e de núcleos urbanos.

Modal Rodoviário - BR

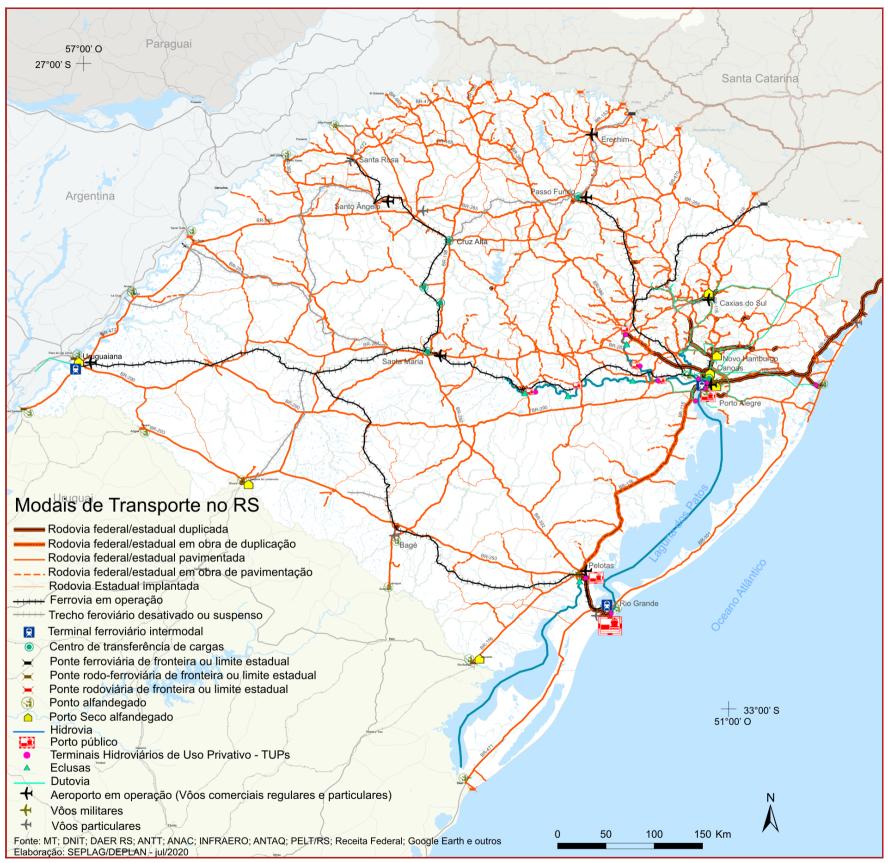


⁴ Dados do Estudo Rumos 2015; do Plano Estadual de Logística e Transportes 2014 (PELT-RS) e do Plano Nacional de Logística e Transportes 2012 (MT/PNLT - Relatório Final, Brasília, setembro/2012. 243p.)

⁵ ST RS/PELT RS. (In: http://www.transportes.rs.gov.br/pelt-rs)

⁶ ANTT. Operadores de Transporte Multimodal cadastrados (In: http://appweb2.antt.gov.br/multimodal/resultadoConsulta.asp)

Modais de Transporte - RS

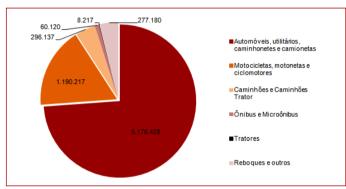


Evolução da frota de veículos automotores em circulação no RS - 2010-2020



Fonte: DETRAN RS (fev 2020)

Composição da frota de veículos automotores em circulação no RS em 2020



Fonte: DETRAN RS (fev 2020)

Segundo o DAER, a malha rodoviária pavimentada do RS conta com uma extensão aproximada de 13.742km. Destes, cerca de 5.585km correspondem a rodovias federais, e 8.000km correspondem a rodovias estaduais7. Possui, também, cerca de 3.722km de estradas federais e estaduais não pavimentadas, dentre as quais 1.326km encontram-se em obras de pavimentação. As rodovias BR-116; BR-101; BR-386 e BR-290 recebem grandes fluxos de escoamento da produção, especialmente da safra agrícola, apresentando os volumes de tráfego mais elevados por estabelecerem as ligações entre o Porto do Rio Grande e de Porto Alegre, Uruguaiana e os países do MERCOSUL e os demais estados brasileiros.

No que diz respeito à frota de veículos automotores, há um contínuo e acentuado aumento do número de registros de veículos em circulação no Rio Grande do Sul na medida em que se aprofunda a hegemonia do modal rodoviário sobre os demais modais. De outro lado, esse movimento exige investimentos crescentes em infraestrutura, planejamento rodoviário e mobilidade urbana. Segundo o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, o Estado conta com uma frota de aproximadamente 7.007.299 veículos automotores⁸.

O Sistema Ferroviário Brasileiro possui em torno de 30.000km⁹ de extensão, distribuídos pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e opera por concessão, cuja fiscalização é realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT¹⁰. Seu principal concorrente é o transporte rodoviário, embora sua utilização seja indicada para a movimentação de grandes volumes de carga em médias e longas distâncias. A opção pelo predomínio do transporte rodoviário levou à subutilização do modal ferroviário no Brasil e no Rio Grande do Sul. A participação do modal na matriz de transportes é de aproximadamente 15% no Brasil e 6% no RS¹¹. No entanto, é considerado, por planejadores e técnicos do setor de transportes, um elo essencial da cadeia logística do transporte de cargas, com grande potencial para crescimento, desde que conectado adequadamente aos demais modais.

Extensões de rodovias federais e estaduais segundo a situação do pavimento no RS em 2020 (km)

Rede/Administração		Rede Rodoviária Pavin	nentada fev 2020 (Km)	Rede Rodoviária Não Pavimentada fev 2020 (Km)			
Rede/Administração	Duplicada	Em obras de duplicação	Pavimentada	Total Pavimentada	Em obras de pavimentação	Implantada	Total Não Pavimentada
Rodovias Federais (concecionada)	311,52	164,86	438,53	914,91			
Rodovias Federais (DNIT)	66,41	103,20	4.437,91	4.607,52	52,20	136,34	188,54
Acessos Federais (DNIT)	10,50		51,60	62,10	_	_	_
Rodovias Estaduais (DAER)	33,52	36,51	4.459,52	4.529,55	1.073,33	1.858,71	2.932,04
Rodovias Estaduais (EGR)	97,45	_	549,23	646,68	_	_	_
Rodovias Estaduais Coincidentes (DAER)	27,52	_	1.600,58	1.628,10	39,52	342,92	382,44
Rodovias Estaduais Coincidentes (EGR)	_	_	246,83	246,83	_	_	_
Acessos Estaduais (DAER)	8,85	_	262,67	271,52	80,11	39,45	119,56
Rodovias Vicinais (DAER)	_	_	653,20	653,20	80,02	15,61	95,63
Travessias Urbanas (DAER)	_	_	13,00	13,00	0,60		0,60
Travessias Urbanas (EGR)	8,19	_	3,14	11,33	_	_	_
Travessias Urbanas (MUNICIPAL)	13,06		142,97	156,03		3,49	3,49
Total	577,02	304,57	12.860,20	13.741,79	1.325,78	2.396,52	3.722,30

Fonte: DAER. Sistema Rodoviário Estadual - SRE RS, fevereiro de 2020)

⁷ Considerando os acessos, rodovias vicinais e travessias urbanas sob a administração do DAER e da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR. A EGR é uma empresa pública que administra mais de 900km de rodovias e 14 praças de pedágio (dados de fevereiro de 2020).

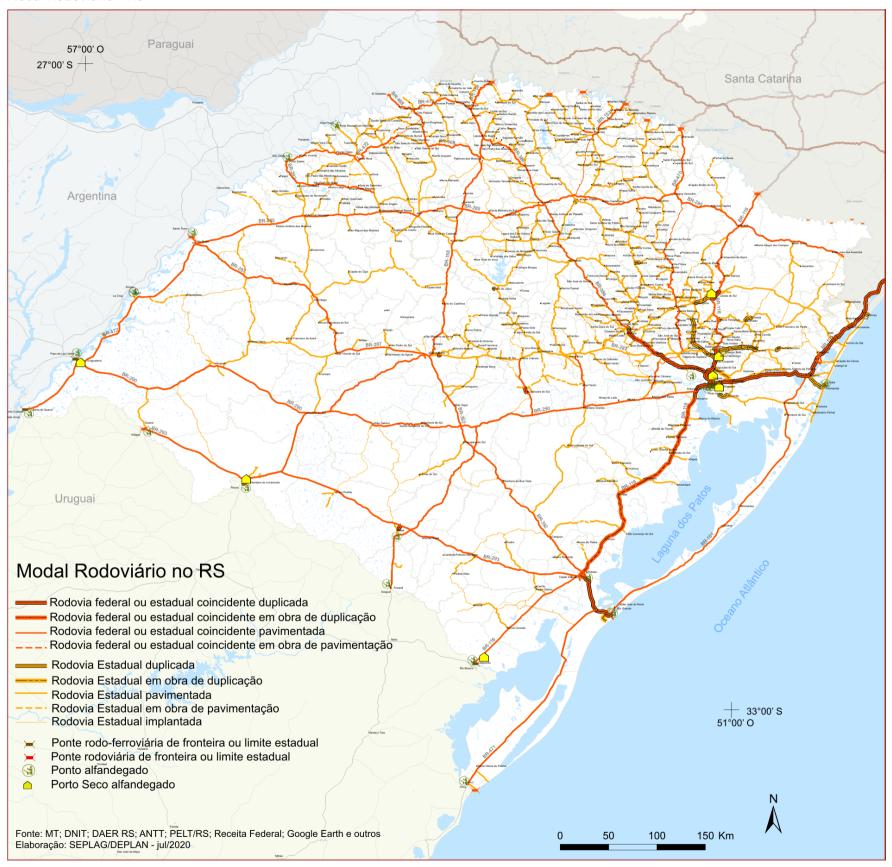
⁸ DETRAN RS (fev 2020)

⁹ Ministério da Infraestrutura/Síntese - Setor Ferroviário (in:http://www.infraestrutura.gov.br/component/content/article.html?id=5380)

¹⁰ Segundo a ANTT, atualmente 15 concessionárias atuam no transporte ferroviário do Brasil: RMN; RMO; RMP; RMS; RMC; FERROESTE; FCA; VALEC S.A.; FTC; FTL; MRS; EFC; EFVM; TLSA e FIOL.

¹¹ Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL (In: https://www.epl.gov.br/transporte-inter-regional-de-carga-no-brasil-panorama-2015); ST RS/Plano Estadual de Logística de Transporte - PELT RS, 2014

Modal Rodoviário - RS



Principais volumes transportados por ferrovia pela Concessionária RMS por tipo de mercadoria, em Toneladas Úteis - TU, em 2019

Mercadorias transportadas em 2019	TU
Adubos e fertilizantes	1.017.043
Celulose	870.080
Produção agrícola	3.498.590
Açúcar	2.186.596
Soja e farelo de soja	8.816.620
Cimento	797.494
Indústria cimenteira e construção civíl	270.794
Combustíveis, derivados do petróleo e álcool	3.592.892
Conteiner	1.281.630
Total	22.331.739

Fonte: ANTT (origem SAFF/SIADE 2006 a 2019)

A malha ferroviária gaúcha, controlada por longo período pela Rede Ferroviária Federal – RFFSA, foi concedida para a iniciativa privada, em 1997, à empresa América Latina Logística – ALL que, até 2013, detinha também áreas de concessão do norte da Argentina. A operação de concessão mais recente é da empresa Rumo, nova companhia resultante da fusão Rumo-América Latina Logística. Com concessão para o período de 1997 a 2027 e operação das malhas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, é chamada de Rumo Malha Sul – RMS.

Segundo a ANTT, o Rio Grande do Sul possui uma malha de aproximadamente 3.259km de linhas e ramais ferroviários, utilizados quase exclusivamente para o transporte de cargas. Mais recentemente, alguns trechos curtos têm sido utilizados para transporte de passageiros como parte de roteiros turísticos.

A maior parte apresenta bitola de 1 metro, sendo que apenas 5km apresentam bitola mista (1,435m), com objetivo de realizar a integração com as malhas argentinas e uruguaias. Atualmente, vários trechos ferroviários do Estado encontram-se desativados ou só operam em época de safra agrícola. De acordo com o Anuário Estatístico dos Transportes, os centros de transferência de cargas que apresentam maior movimentação localizam-se em Canoas, Cruz Alta, Passo Fundo e Rio Grande, junto ao Porto. Os principais produtos transportados são commodities agrícolas: soja e farelo de soja, combustíveis e derivados, produtos agrícolas, açúcar, contêineres, adubos e fertilizantes, produtos de extração vegetal e celulose, cimento e produtos industrializados para construção civil. Os maiores terminais intermodais encontram-se em Porto Alegre, Uruguaiana e em Rio Grande, junto ao Porto.

Modal Ferroviário - BR



O Rio Grande do Sul apresenta uma importante malha hidroviária concentrada nas bacias hidrográficas do Guaíba e Litorânea. Os principais rios navegáveis são: Jacuí e Taquari, Sinos, Caí e Gravataí em menor proporção. O Lago Guaíba e a Laguna dos Patos são utilizados quase exclusivamente para o transporte de cargas através dos terminais públicos e privados. Os principais portos públicos são os Portos de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Estrela, onde operam também Terminais de Uso Privativo – TUPs. Atualmente há TUPs distribuídos pelas hidrovias fora dos portos públicos com registros de movimentação crescente.

Participação do volume transportado por ferrovia pela Concessionária RMS em toneladas úteis, no período 2010-2019

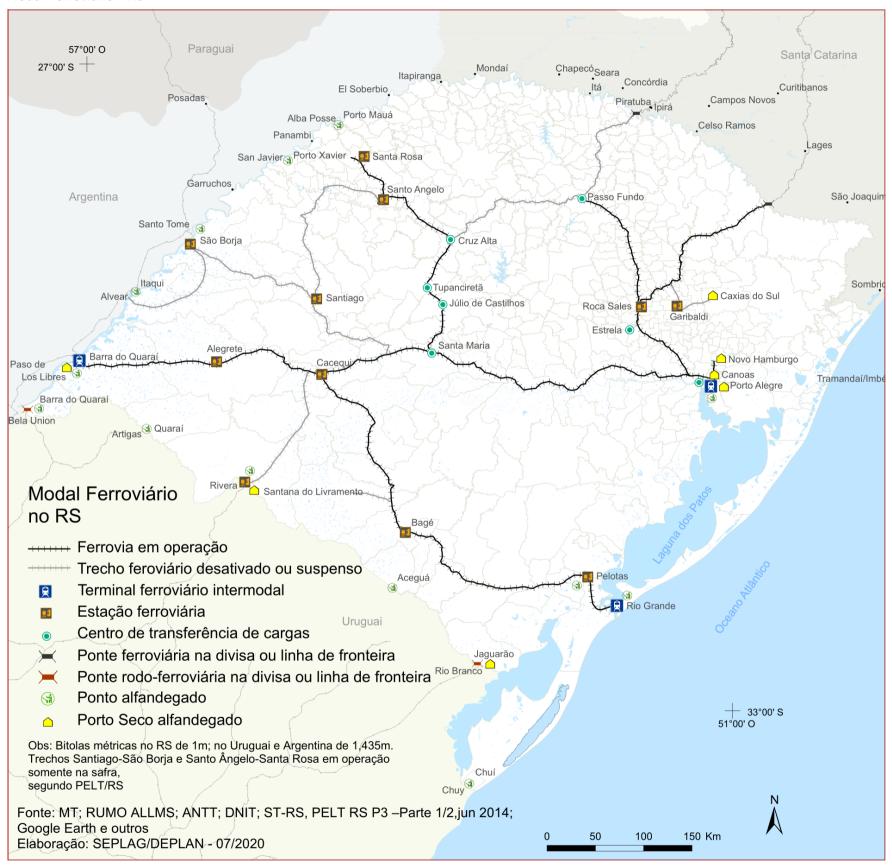
Concessionária	Volume transportado em milhares de tonelada útil (TU)									
Concessionana	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Concessionária RMS*	25.975.139	27.067.249	24.191.901	22.939.727	21.554.092	20.937.791	18.344.689	21.354.460	22.517.928	22.331.739
Total das Concessionárias no Brasil**	435.248.372	454.380.212	453.199.596	450.692.632	465.061.686	491.592.028	503.808.675	538.781.455	570.248.786	494.496.988
% Concessionária RMS	5,97	5,96	5,34	5,09	4,63	4,26	3,64	3,96	3,95	4,52

Fonte: ANTT (origem SAFF/SIADE 2006 a 2019)

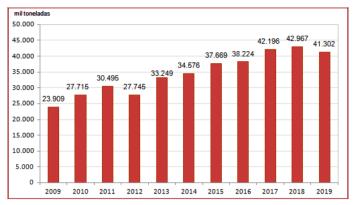
^{*} RMS: RUMO Malha Sul S.A. (atua nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo)

^{**} Concessionárias no Brasil: RMN; RMO; RMP; RMS; RMC; FERROESTE; FCA; VALEC S.A.; FTC; FTL; MRS; EFC; EFVM; TLSA e FIOL

Modal Ferroviário - RS

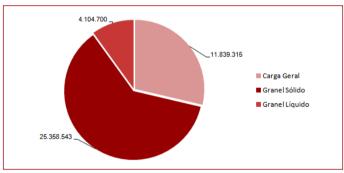


Evolução da movimentação total de mercadorias no Porto do Rio Grande - 2009-2019 (mil toneladas)



Fonte: SUPRG

Proporção da movimentação de mercadorias por segmento de carga no Porto do Rio Grande em 2019 (toneladas)

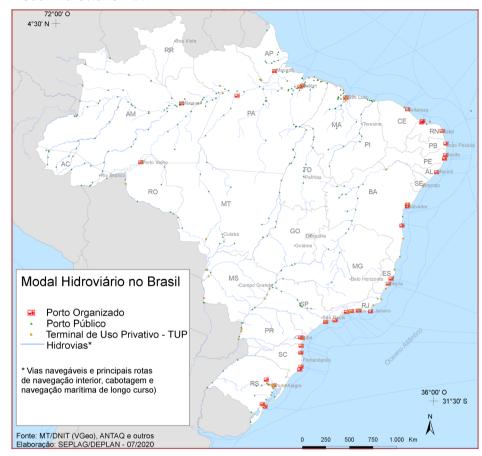


Fonte: SUPRG

Da mesma forma que o transporte ferroviário, o principal concorrente do transporte hidroviário de cargas é o rodoviário, embora sua utilização seja indicada para a movimentação de grandes volumes em longas distâncias. A opção histórica pelo predomínio do transporte rodoviário levou à subutilização do modal hidroviário no Brasil e no Rio Grande do Sul. Em 2015, a participação do modal na matriz de transportes era de aproximadamente 5% no Brasil, não considerando o transporte de cabotagem, que chegava a 11%. No RS, a participação do modal hidroviário, em 2014, era de 3%12. No entanto, o modal é considerado por planejadores e técnicos do setor de transportes um importante elo da cadeia logística para o transporte de cargas no Estado, com grande potencial para crescimento, desde que conectado adequadamente por centros de transferência aos modais rodoviário e ferroviário.

A principal rota hidroviária de cargas do Estado encontra-se entre Porto Alegre e Rio Grande, pela Laguna dos Patos, que apresenta um calado de 5,2 metros. As cargas mais significativas transportadas em direção ao Porto do Rio Grande são os produtos petroquímicos, farelo e óleo de soja e celulose. De Rio Grande em direção ao Porto de Porto Alegre destacam-se os fertilizantes, sal, clínquer e bobinas de papel. O Porto do Rio Grande, o mais importante do Estado e um dos mais importantes do País, conta com um calado de 40 pés. O cais público, chamado de Porto Novo, com 31 pés e 2km de extensão, oferece excelente

Modal Hidroviário - BR



disponibilidade de atracação. É referência para os países do MERCOSUL e também o principal elo de multimodalidade do RS, fazendo com que parte do sistema rodoviário e ferroviário gaúcho tenha a região como ponto de entroncamento. A multimodalidade do Porto do Rio Grande é um importante fator na redução de custos e no aumento da eficiência logística, segundo a Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG. Está consolidado como o segundo maior porto brasileiro em movimentação de contêineres e o terceiro em movimentação de cargas, com volume geral que, em 2019, chegou a 41,3 milhões de toneladas. A soja em grão é o principal produto embarcado em toneladas, atingindo 24% do total da movimentação do Porto.

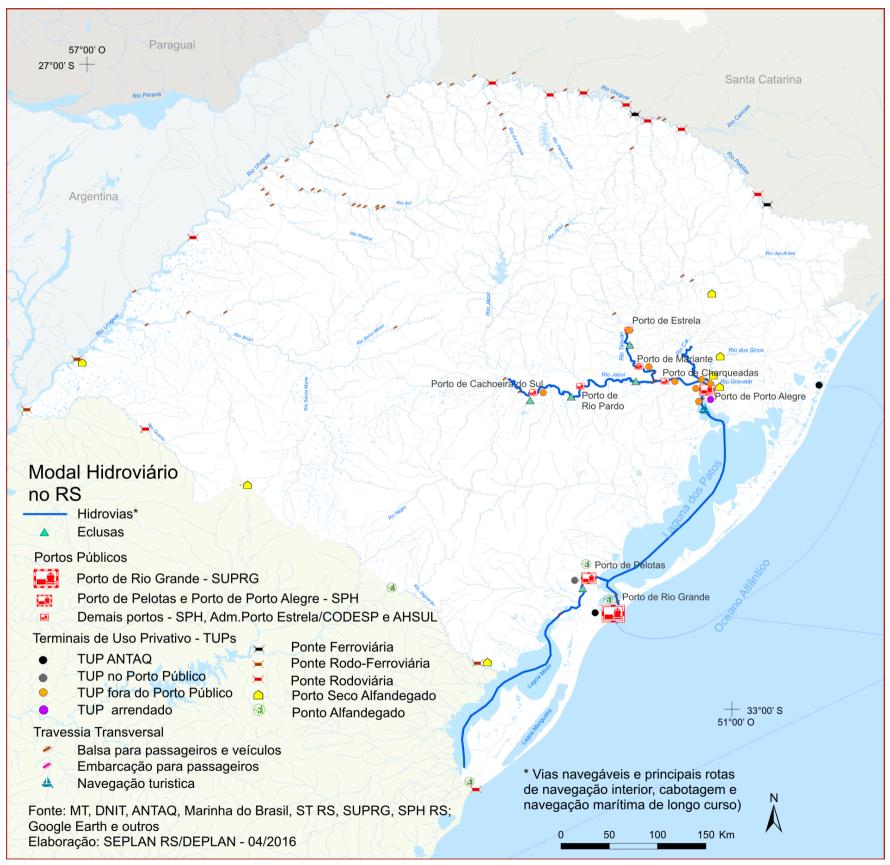
Movimentação de embarcações no Porto do Rio Grande - 2019

Tipo de Embarcação	N°
Cabotagem	445
Longo Curso	1.145
Navegação Interior	1.447
Total	3.037
Total	3.

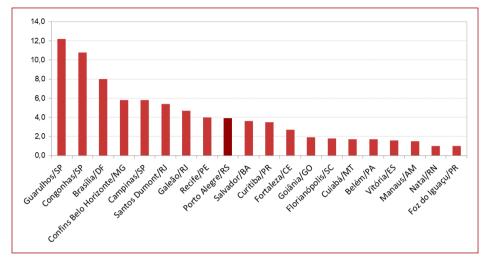
Fonte: SUPRG

¹² Segundo EPL/Plano Nacional de Logística Integrada - PNLI (2015-2035) e PELT- RS, 2014

Modal Hidroviário - RS



Participação percentual dos 20 principais aeroportos do Brasil na quantidade de decolagens no mercado doméstico em 2018



Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo 2018

Quanto ao transporte de passageiros por hidrovia, no Lago Guaíba houve uma retomada em 2011, depois de mais de 50 anos de interrupção¹³, com a ativação do trecho Porto Alegre-Guaíba. Iniciativas de navegação turística também têm sido desenvolvidas nos últimos anos, aproveitando os atrativos cênicos do Lago Guaíba e do Delta do Jacuí. Já a navegação pela bacia do Rio Uruguai e Jacuí está restrita à travessia transversal de passageiros e de veículos por sistema de balsas ou outras embarcações menores, embora haja estudos que apontam para as potencialidades de desenvolvimento tanto do transporte regular quanto do transporte turístico.

A malha aeroviária do RS conta com um conjunto de aeroportos regionais e locais e três aeroportos internacionais, dentre os quais o mais importante é o Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado em Porto Alegre, capital do Estado. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, em 2018, o Aeroporto Salgado filho foi o 9º aeroporto do Brasil em número de decolagens no mercado doméstico e transportou 3.797.970 passageiros.

Número de passageiros embarcados em voos domésticos nos principais aeroportos do RS em 2018

Nome do aeroporto	Município	Sigla	Número de passageiros
Aeroporto Internacional Rubem Berta	Uruguaiana	SBUG-RS	10.426
Aeroporto Regional Sepé Tiaraju	Santo Ângelo	SBNM-RS	10.954
Aeroporto Internacional João Simões Lopes Neto	Pelotas	SBPK-RS	14.889
Aeroporto de Santa Maria	Santa Maria	SBSM-RS	15.835
Aeroporto Lauro Kortz	Passo Fundo	SBPF-RS	59.677
Aeroporto Regional Hugo Cantergiani	Caxias do Sul	SBCX-RS	89.052
Aeroporto Internacional Salgado Filho	Porto Alegre	SBPA-RS	3.797.970
Total		_	3.998.803

Fonte: ANAC. Anuário do Transporte Aéreo 2018

Modal Aeroviário - BR



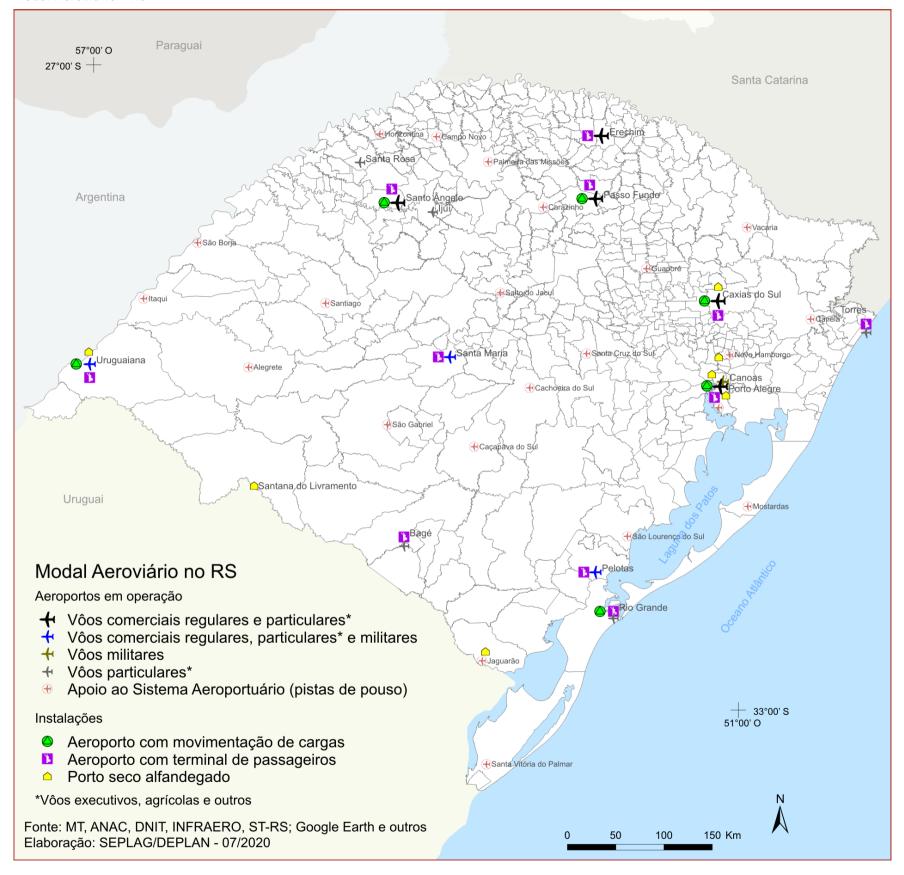
Os aeroportos em operação no Rio Grande do Sul atendem principalmente a movimentação de passageiros em voos comerciais regulares e voos particulares e militares. Há também infraestrutura para movimentação de cargas nos aeroportos de Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo. Em Rio Grande e Pelotas, Santa Maria e Canoas há movimentação de cargas militares e científicas. Os campos de pouso servem como apoio ao sistema aeroportuário e são utilizados principalmente para voos agrícolas, de turismo e lazer e de instrução.

Segundo a Concessionária Fraport, atual administradora do Aeroporto Salgado Filho, a movimentação de passageiros foi da ordem de aproximadamente 8 milhões, entre embarques e desembarques em 2019 e envolveu cerca de 77 mil acessos de aeronaves entre partidas e chegadas de voos domésticos e internacionais¹⁴. As cargas que circulam pelo modal aéreo se caracterizam normalmente pelo alto valor agregado, reduzido volume e/ou urgência na entrega. A movimentação no Terminal de Cargas do Aeroporto Salgado Filho gira em torno de 25.000 t/ano entre cargas domésticas e internacionais, segundo

¹³ A travessia por barcas foi desativada no início da década de 1960, depois da construção da ponte e da consolidação da hegemonia do transporte rodoviário sobre os demais modais. (In: FREITAS, EDUARDO PACHECO. **Da era das barcas à era das pontes: os debates em torno da construção da Ponte do Guaíba/Travessia Régis Bittencourt** (1955-1958). PUC RS/Escola de Humanidades/ Programa de Pós-Graduação em História (dissertação de mestrado). Porto Alegre, 2017

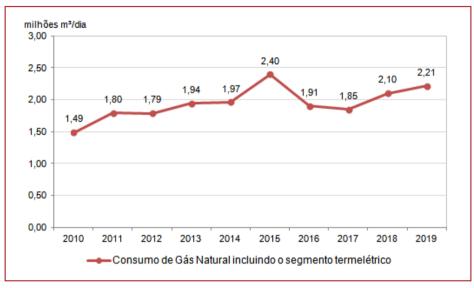
¹⁴ Segundo a Concessionária Fraport, o movimento de passageiros domésticos, em 2019, foi de 7.785.569 (3.874.913 desembarques e 3.910.056 embarques). Já o movimento de passageiros internacionais em 2019 foi de 508.444 (251.836 desembarques e 256.608 embarques). Quanto ao movimento de aeronaves, em 2019, houve 72.603 partidas e chegadas de voos domésticos e 5.104 partidas e chegadas de voos internacionais (médias mensais de 6.050 e 425, respectivamente).

Modal Aeroviário - RS



dados da Concessionária Fraport para o ano de 2019¹⁵. O terminal do Aeroporto Salgado Filho, concluído em setembro de 2001, pode receber até 28 aeronaves de grande porte, simultaneamente. Desde 2016, o principal aeroporto do Estado está concedido à iniciativa privada por um prazo de 25 anos, prorrogável por mais cinco. A empresa concessionária Fraport Brasil-Porto Alegre, subsidiária da *Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide*, vem promovendo a ampliação das instalações físicas, visando ao aumento substancial do transporte de passageiros e de cargas nos próximos anos.

Evolução do consumo médio de gás natural por distribuidora - SULGÁS no RS 2010-2019 (milhões m³/dia)



Fonte: MME/ Sec. de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural.

A distribuição de gás natural oriundo da Bolívia é de responsabilidade da empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG desde 1999. O Gasoduto Brasil-Bolívia atravessa os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A rede de dutovias do RS serve o nordeste do Estado, sendo que o ramal principal do gasoduto passa por 14 municípios: São José dos Ausentes, Cambará do Sul, Jaquirana, São Francisco de Paula, Taquara, Igrejinha, Parobé, Nova Hartz, Araricá, Sapiranga, Novo Hamburgo, Gravataí, Cachoeirinha e Canoas. Daí derivam as tubulações secundárias de distribuição chamadas de *City Gates*, que abastecem principalmente os municípios das Regiões Metropolitanas de Porto Alegre – RMPA e da Serra Gaúcha – RMSG. A distribuição e comercialização do gás natural canalizado é feita pela Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS, cuja rede de distribuição abrange 1.055km em 40 municípios, atendendo cerca de 36.500 clientes dos ramos industrial, comercial e do segmento veicular¹⁶.

Modal Dutoviário - BR



A distribuição de petróleo e derivados no Estado, descarregados de navios pelo sistema de monoboias da PETROBRAS, instaladas em mar aberto junto à costa do município de Tramandaí, é feita utilizando o sistema de oleodutos que liga o Terminal Marítimo da PETROBRAS – TEDUT, localizado em Osório, à Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP e ao Terminal de Niterói – TENIT em Canoas¹7. Os produtos processados na Refinaria na forma de diesel, gasolina, GLP, óleo combustível, querosene de aviação, solventes, asfalto e outros são comercializados e distribuídos localmente ou transportados, por via hidroviária, desde o TENIT até o Terminal do Porto do Rio Grande. Outro ponto de recebimento e distribuição de petróleo do Rio Grande do Sul está localizado no Porto do Rio Grande, onde navios petroleiros atracados no píer descarregam o petróleo por meio de um oleoduto de aproximadamente 4km de comprimento, conduzindo a carga para a Refinaria de Petróleo Riograndense S/A. Segundo a Agência Nacional do Petróleo – ANP¹8, todos os produtos da refinaria são comercializados através de modais rodoviário, ferroviário e marítimo.

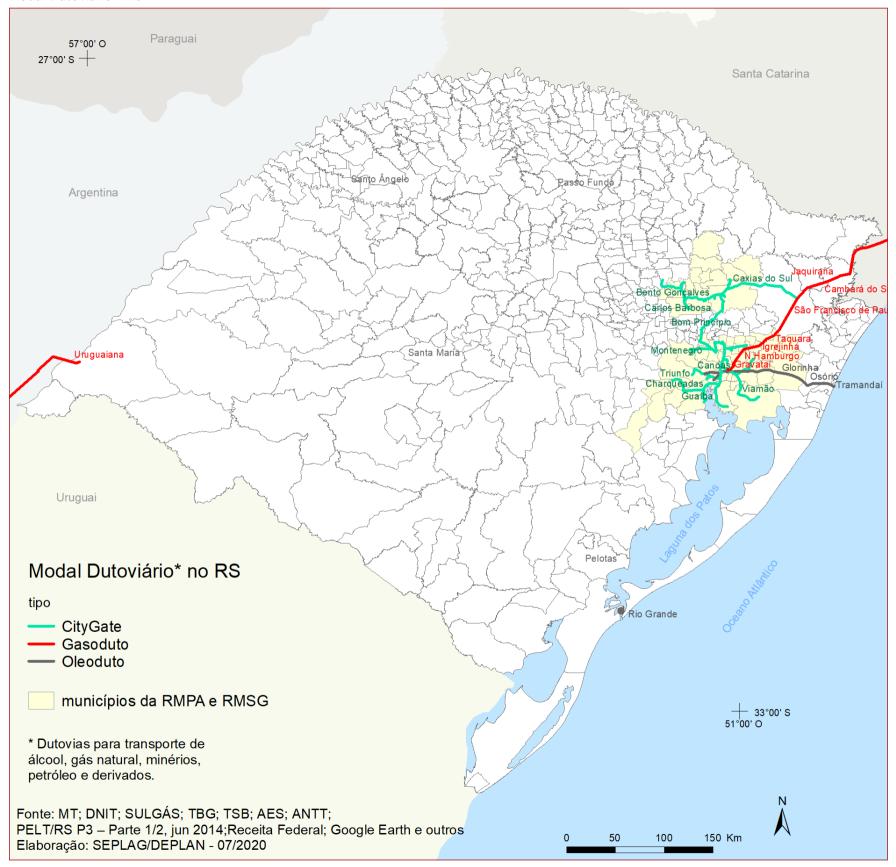
¹⁵ Segundo a Concessionária Fraport, o movimento de cargas aéreas domésticas, em 2019, foi da ordem de 18.387 t, desconsiderando as cargas de mala postal e courier. E o movimento de cargasaéreas internacionais atingiu 6.039 toneladas.

¹⁶ SULGÁS (números de abril de 2017)

¹⁷ De acordo com a PETROBRAS, o Terminal Lacustre (aquaviário) de Niterói – TENIT, operado pela subsidiária TRANSPETRO, fica localizado na margem norte do Rio Gravataí, na cidade de Canoas. O píer principal tem capacidade para embarcações de até 4.000 TPB, carrega barcaças-tanque com bunker e realiza o transporte rodoviário de óleo leve de reciclo. Recebe, também, óleo combustível marítimo por caminhões-tanque. Através do oleoduto REFAP-Niterói, o terminal recebe diesel marítimo e óleo leve de reciclo.

¹⁸ Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2019

Modal Dutoviário - RS



COMUNICAÇÕES

O Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros com maior número de domicílios com acesso à internet, à telefonia fixa e à telefonia móvel celular. De acordo com os dados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL¹⁹, o Estado ocupava, em janeiro de 2020, o 6º lugar entre os estados brasileiros, com 2.187.246 domicílios com acesso à Internet Banda Larga Fixa, o que correspondia a uma densidade de 52 em cada 100 domicílios, superior à do Brasil, que era de 47 por 100 domicílios.

Já em relação ao serviço de telefonia móvel celular, o RS encontrava-se em 8º lugar entre os estados brasileiros em janeiro de 2020, com uma densidade de

101,3 por 100 habitantes e um total de 12.739.854 acessos. Conforme a ANATEL, o número de acessos móveis no RS é superior ao número de habitantes, tal como no Brasil, e a evolução do número de acessos demonstrou uma tendência de estabilização a partir de 2016, tanto no Estado como no País.

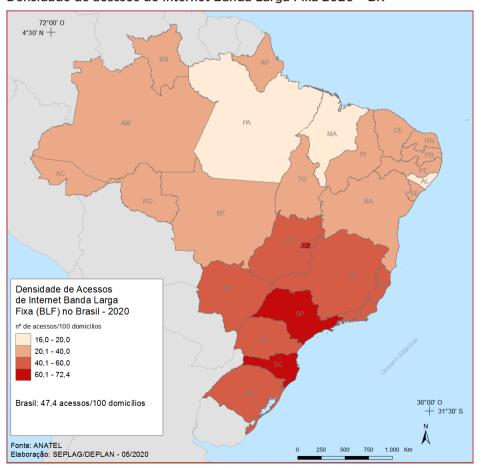
Quanto à telefonia fixa, segundo a ANATEL, em janeiro de 2020, o Rio Grande do Sul ocupava o 7º lugar entre os estados brasileiros, com densidade de 45 por cada 100 domicílios com acessos, atingindo um total de 1.907.399 acessos. Em janeiro de 2020, o número de telefones fixos em serviço no RS correspondia a 7% do total do Brasil. A evolução do número de acessos teve queda acentuada a partir de 2014, tanto no Estado como no País, demonstrando tendência de substituição do serviço fixo pelo móvel.

Número de acessos e densidade dos Serviços de Comunicações no BR e RS em 2020

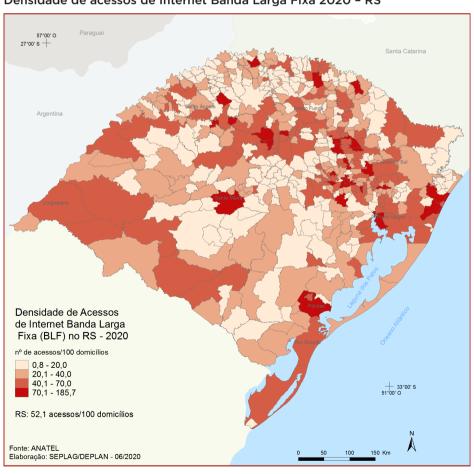
	BR (jan/2020)	RS (jan/2020)			
	Nº acessos (jan/2020)	Densidade (jan/2020)	Nº acessos (jan/2020)	Densidade (jan/2020)		
Internet Banda Larga Fixa	32.947.216	47,4 acessos/100 domicílios	2.187.246	52,1 acessos/100 domicílios		
Telefonia Móvel (SMP)	226.707.460	96,8 acessos/100 habitantes	12.739.854	101,3 acessos/100 habitantes		
Telefonia Fixa	33.081.349	47,6 acessos/100 domicílios	1.907.399	45,5 acessos/100 domicílios		

Fonte: ANATEL

Densidade de acessos de Internet Banda Larga Fixa 2020 - BR

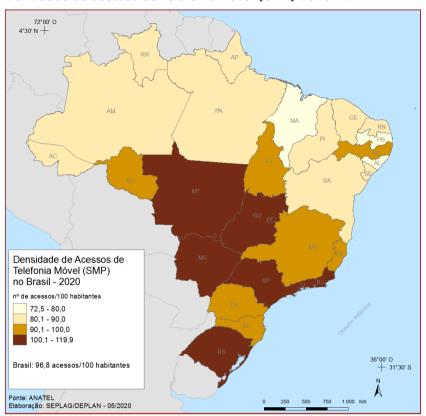


Densidade de acessos de Internet Banda Larga Fixa 2020 - RS

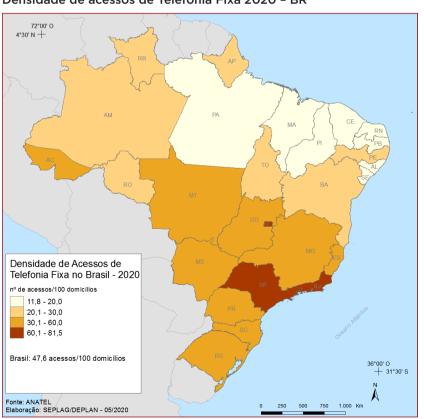


¹⁹ ANATEL (In:https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/)

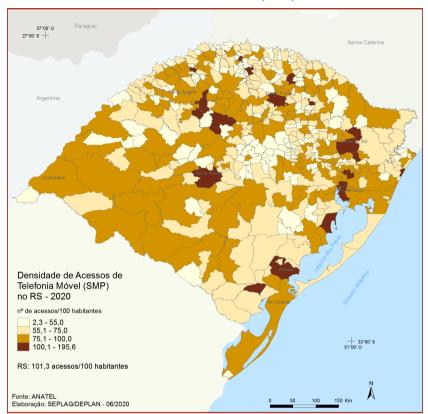
Densidade de acessos de Telefonia Móvel (GMP) 2020 - BR



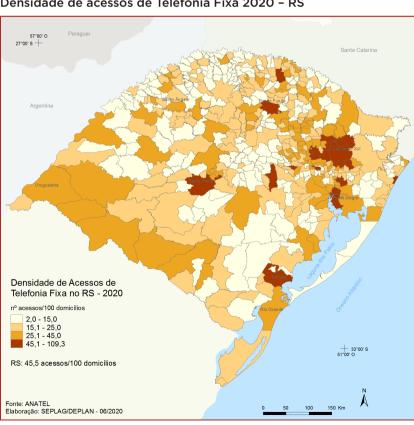
Densidade de acessos de Telefonia Fixa 2020 - BR



Densidade de acessos de Telefonia Móvel (SMP) 2020 - RS



Densidade de acessos de Telefonia Fixa 2020 - RS



ENERGIA ELÉTRICA

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Rio Grande do Sul cresceu consideravelmente na última década, passando de 4.996 MW. em 2007. para 8.240,1 MW em 201720. Esse aumento permitiu a ampliação dos níveis de consumo, não só no Estado como também no País, pois o parque gerador do RS opera através do Sistema Interligado Nacional de Geração e Transmissão - SIN. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, o Sistema Interligado Nacional é formado pelas empresas das regiões Sul. Sudeste. Centro-Oeste. Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo País encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica. Conforme a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a capacidade instalada do Estado representava, em 2017, cerca de 5% da capacidade instalada total do Brasil. Na Matriz de Geração de Energia Elétrica do Estado, em 2017, 55,7% correspondiam à hidroeletricidade (Usinas Hidrelétricas - UHEs, Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs): 21.5% correspondiam à termeletricidade (Usinas Termelétricas - UTEs movidas a combustível fóssil ou a biomassa21): 22.7%, à energia eólica (EOLs): e 0.0007%, à energia solar (Usinas Fotovoltaicas - UFVs), demonstrando o avanço da diversificação com a presença de fontes alternativas de energia. Essa diversificação teve início com a ampliação da utilização de gás natural e de biomassa como fontes de energia e está baseada, mais recentemente, na expansão da energia eólica e na instalação de novos projetos de aproveitamento de energia solar, o que tem assegurado melhorias na relação entre produção, importação e consumo no RS, com o acréscimo dos chamados Consumidores Livres e Produtores Independentes.

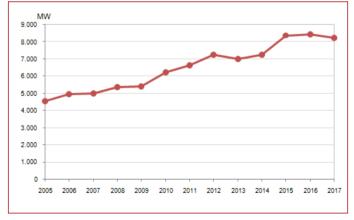
De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, "o serviço público de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN compreende as instalações da Rede Básica - RB e da Rede Básica de Fronteira

- RBF. (...) A RB é composta pelas instalações do SIN com nível de tensão igual ou superior a 230 kV, enquanto a RBF está composta pelas unidades transformadoras de potência do SIN com tensão superior igual ou maior de que 230 kV e tensão inferior menor de que 230 kV". A Rede Básica de Transmissão de energia elétrica viabiliza o transporte e suprimento da energia gerada às empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição que atuam no RS, lideradas pela CEEE Distribuidora - CEEE-D e CPFL Energia - RGE.

O SIN, no Rio Grande do Sul, conta com aproximadamente 66 subestações de transmissão e encontra-se também conectado ao sistema argentino, através das estações conversoras de Garabí e Uruguaiana, e ao sistema uruguaio, através das estações de Rivera-Santana do Livramento e de Candiota III-Melo, formando a Rede Básica de Fronteira – RBF. A operação da Rede Básica – RB de transmissão no Rio Grande do Sul, com tensões de até 230kV e extensão de mais de 6.000km²², é realizada, na sua maior parte, pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE-GT.

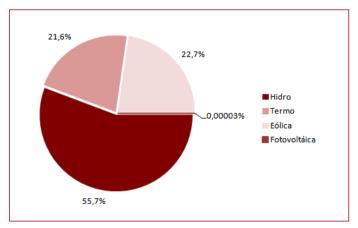
Conforme a ANEEL, a distribuição se caracteriza como o segmento do setor elétrico dedicado à entrega de energia elétrica para um usuário final. No Brasil, o serviço de distribuição de energia é realizado por empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas. No Rio Grande do Sul, duas grandes concessionárias: CEEE-D e RGE (CPFL Energia) realizam a distribuição de energia ou atuam como supridoras para concessionárias menores, permissionárias e autorizadas. As duas concessionárias respondem por aproximadamente 93% da energia vendida no Estado, distribuindo energia elétrica para 454 municípios: 73 municípios atendidos pela CEEE-D e 381 municípios atendidos pela RGE. Além dessas, cinco outras concessionárias de pequeno porte atuam também na distribuição de energia elétrica, principalmente nas áreas urbanas dos municípios: Departamento Municipal de Energia de Ijuí - DEMEI; Centrais Elétricas de Carazinho S.A. - ELETROCAR; Hidroelétrica Panambi S.A. - HIDROPAN; Muxfeldt, Marin & Cia Ltda. - Mux Energia; e Nova Palma Energia Ltda.

Evolução da capacidade instalada de Geração Elétrica no RS 2005-2017 (MW)



Fonte: ANEEL/BIG - Banco de Informações de Geração e MME/EPE – Balanço Energético Nacional

Percentual de geração de energia elétrica por tipo de fonte no RS em 2017 (%)



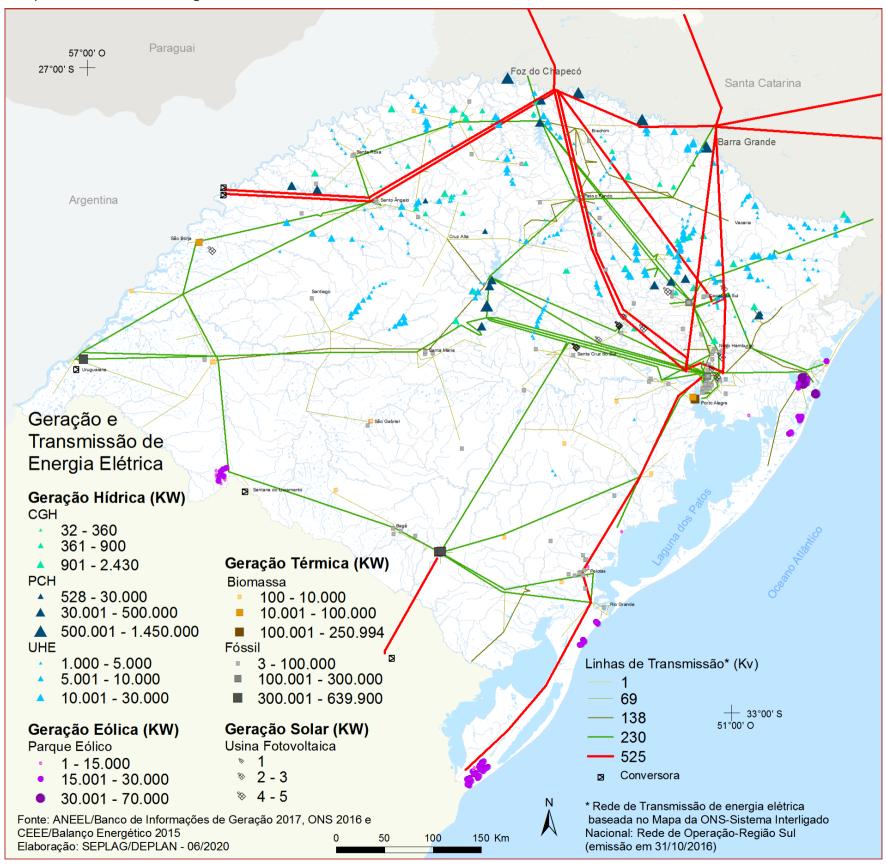
Fonte: MME/EPE Balanço Energético Nacional 2018 ano base 2017

²⁰ A última informação consolidada disponível é do MME/EPE. BEN2018 - ano base 2017 (Capacidade instalada de 8.142 MW+98,1 MW de mini e micro geração)

²¹ Segundo a ANEEL, no RS existem atualmente usinas térmicas movidas a carvão, gás natural, óleo diesel, óleo combustível ou outros energéticos de petróleo e térmicas movidas à biomassa proveniente de casca de arroz, licor negro (lixívia da indústria papeleira), resíduos de madeira, biogás AGR (originado na agroindústria) e biogás RU (originado de resíduos urbanos).

²² Segundo a CEEE: "a CEEE possui 6.055,61 km de extensão de linhas de transmissão que são suportadas por 15.058 estruturas que operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV (Quilovolts)" (informações de maio de 2015).

Geração e Transmissão de Energia Elétrica - RS



Existem ainda, no Estado, 15 permissionárias ou autorizadas, em sua grande maioria, Cooperativas de Eletrificação Rural: Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí - CELETRO; Cooperativa de Distribuição de Energia Fontoura Xavier - CERFOX; Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí - CERILUZ; Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões - CERMISSÕES; Cooperativa Regional de Energia Taquari Jacuí - CERTAJA; Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia - CERTEL; Cooperativa de Distribuição de Energia Entre Rios - CERTHIL; Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Jaguari - CERVALE; Cooperativa Distribuidora Fronteira Noroeste - COOPERLUZ; Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte - COOPERNORTE; Cooperativa Regional de Eletrificação Rural Fronteira Sul - COOPERSUL; Cooperativa de Energia - COPREL; Cooperativa Sudeste de Eletrificação Rural - COSEL; Cooperativa de Distribuição de Energia CRELUZ-D; e Cooperativa Regional de Eletrificação Rural - CRERAL.

De acordo com a ANEEL, "a legislação atual referente aos contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional. Prevê ainda o incentivo à implantação de medidas de combate ao desperdício de energia e de ações relacionadas às pesquisas voltadas para o setor elétrico(...)"²³. O atendimento mais abrangente do mercado estimulou o surgimento das modalidades de micro e minigeração distribuídas. Desde a entrada em vigor da Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012, o consumidor brasileiro pode gerar sua própria energia elétrica a partir de

Número de consumidores e municípios atendidos por Cooperativas de Distribuição de Energia Elétrica no RS - 2018

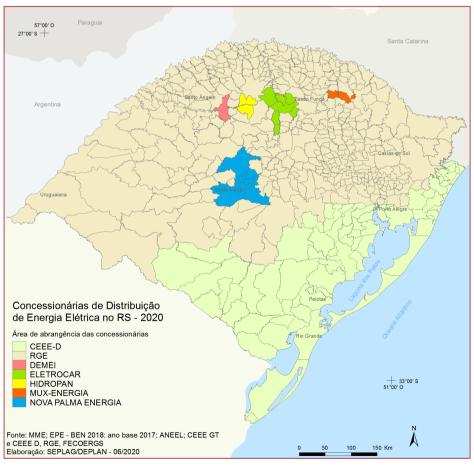
Cooperativa	Fundação	Município-sede	Sedes Municipais Atendidas	Municípios Atendidos	N° Consumidores
CERTEL	19/02/1956	Teutônia	17	47	64.895
CERMISSÕES	18/02/1961	Caibaté	7	26	26.516
CRELUZ	03/04/1966	Pinhal	10	36	23.033
CERILUZ	20/08/1966	ljuí	3	25	13.882
COPREL	14/01/1968	lbirubá	13	75	54.049
CERFOX	09/07/1962	Fontoura Xavier	4	34	15.596
CRERAL	23/07/1969	Erechim	3	38	7.456
CELETRO	09/09/1969	Cachoeira do Sul	8	28	23.002
CERTAJA	17/10/1969	Taquari	3	19	26.106
CERTHIL	23/11/1969	Três de Maio	0	11	8.089
COOPERLUZ	05/12/1970	Santa Rosa	1	17	15.683
COOPERSUL	20/10/1972	Bagé	2	4	5.170
CERVALE	20/10/1974	Santa Maria	0	5	1.286
COOPERNORTE	09/03/1975	Viamão	0	2	6.380
COSEL	09/09/1975	Encruzilhada do Sul	0	2	1.729
Total	-	15	5 71	369	292.872

Fonte: FECOERGS – Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul

fontes renováveis ou cogeração qualificada e inclusive fornecer o excedente para a rede de distribuição de sua localidade. Essa forma é chamada de micro e minigeração distribuídas de energia elétrica, e inovações que podem aliar economia financeira, consciência socioambiental e sustentabilidade.

Os estímulos à geração distribuída se justificam pelos potenciais benefícios que tal modalidade pode proporcionar ao sistema elétrico. Entre eles estão o adiamento de investimentos em expansão dos sistemas de transmissão e distribuição, o baixo impacto ambiental, a redução no carregamento das redes, a minimização das perdas e a diversificação da matriz energética. Já é permitido o uso de qualquer fonte renovável, além da cogeração qualificada, denominando-se microgeração distribuída a central geradora com potência instalada até 75 quilowatts (kW) e minigeração distribuída a com potência acima de 75 kW e menor ou igual a 5 MW, conectadas na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras. De acordo com a ANEEL, "os estados que mais aderiram à micro e à minigeração, superando 10 mil unidades consumidoras, foram Minas Gerais (16,7 mil unidades de geração e 212,3 MW de potência instalada); Rio Grande do Sul (12 mil unidades, 144,4 MW); e São Paulo (14,5 mil unidades, 117,4 MW). Ao todo, existem 82,9 mil usinas geradoras no País, com 114,3 mil unidades consumidoras que recebem os créditos pela energia gerada²⁴".

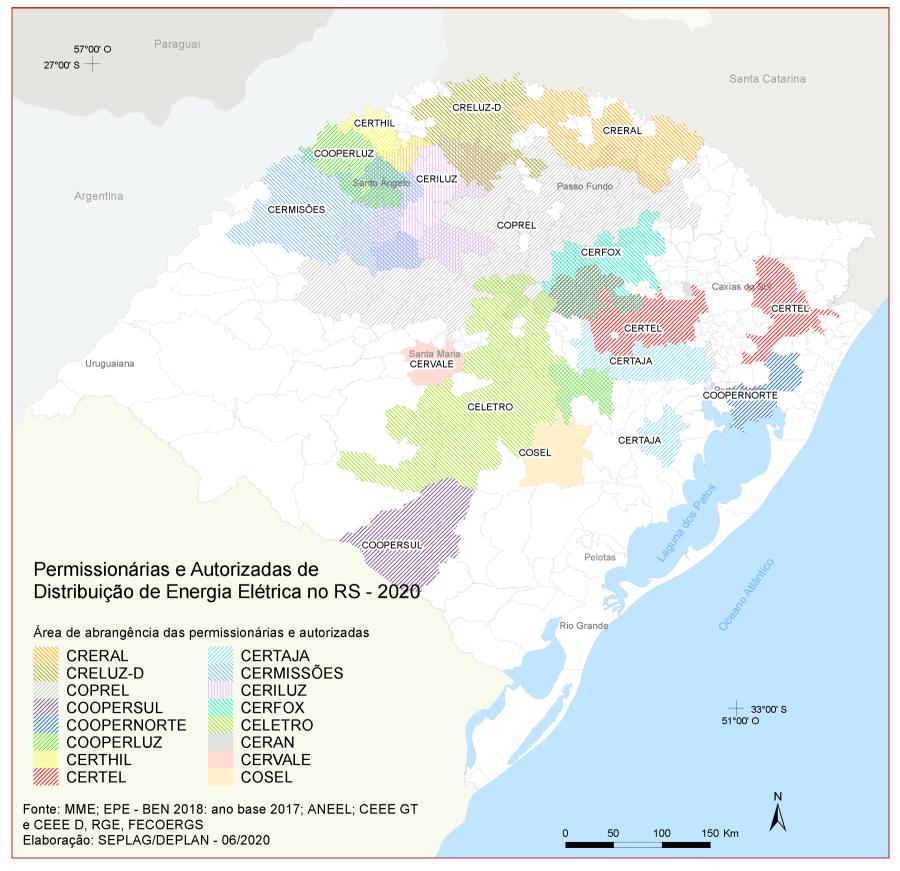
Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - RS



²³ ANEEL/Geração Distribuída (https://www.aneel.gov.br/geracao-distribuida)

²⁴ ANEEL. (In: https://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset publisher/zXQREz8EVIZ6/content/brasil-ultrapassa-marca-de-1gw-em-geracao-distribuida/656877/pop up? 101

Permissionárias e Autorizadas de Distribuição de Energia Elétrica - RS





MEIO AMBIENTE

MEIO AMBIENTE

GRANDES PADRÕES DE PAISAGEM

Bioma, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é "um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria". De acordo com o Mapa dos Biomas do Brasil, elaborado pelo IBGE e pelo Ministério do Meio Ambiente, o País possui cinco grandes biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

O Rio Grande do Sul é constituído pelos Biomas Mata Atlântica e Pampa. O domínio do Bioma Mata Atlântica, definido pela presença predominante de vegetação florestal, se estende por cerca de 37% do território gaúcho, ocupando a metade norte do Estado. Entretanto, atualmente, restam apenas 7,5% de áreas remanescentes com alto grau de fragmentação em relação à cobertura vegetal original. Cerca de 2.931.900ha desses remanescentes encontram-se protegidos desde 1993, constituindo a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do RS. A ocorrência do Bioma Pampa no Brasil é restrita ao Rio Grande do Sul, ocupando a metade sul do Estado, aproximadamente 63% do território gaúcho,

estendendo-se também pelo Uruguai e Argentina. O Pampa é composto por um conjunto de vegetação de campo em relevo predominante de planície, sendo marcado pela presença de grande diversidade de fauna e flora ainda pouco conhecida. Atualmente, é considerado um bioma fortemente ameaçado, assim como o bioma Mata Atlântica

Áreas dos biomas do Brasil

Biomas	Área (km²)	%
Amazônia	4.196.943	49,3
Cerrado	2.036.448	23,9
Mata Atlântica	1.110.182	13,0
Pampa	176.496	1,8
Pantanal	150.355	1,8
Brasil	8.514.877	100,0

Fonte: IBGE e MMA. Mapa de Biomas do Brasil. 2004 (1:5.000.000)

Biomas - BR



Biomas - RS



Devido à complexidade da formação geológica e da ação climática, o Rio Grande do Sul apresenta uma grande variedade de tipos de solo²⁵:

Alissolos: solosácidos com baixa fertilidade química, baixa reserva de nutrientes para as plantas e altos teores de alumínio, gerando elevada toxidez. Ocorrem em diversas formas de relevo.

Argissolos: solos que possuem horizonte subsuperficial argiloso, geralmente profundos, bem drenados e com alta suscetibilidade à erosão e degradação. Ocorrem em relevos suaves e ondulados. Podem apresentar limitações químicas devido à baixa fertilidade natural, forte acidez e alta saturação por alumínio. Podem ser usados com culturas anuais e campo nativo, preferencialmente com plantio direto e em rotação de culturas com plantas protetoras e recuperadoras do solo durante o inverno.

Cambissolos: solos rasos a profundos, em processo de transformação, possuem forte acidez e baixa disponibilidade de nutrientes, requerendo práticas conservacionistas intensivas e aplicação de elevados níveis de corretivos e fertilizantes. Ocorrem, geralmente, em áreas de maior altitude com baixas temperaturas. Apresentam opções para o uso com pastagem nativa e silvicultura, como na região dos Campos de Cima da Serra.

Chernossolos: solos escuros no horizonte A, devido à presença de material orgânico, podendo ser rasos ou profundos. Possuem alta fertilidade química e podem ser aproveitados com maior intensidade dependendo do relevo a que estão associados.

Gleisolos: solos pouco profundos, mal drenados, de cor acinzentada ou preta. Ocorrem em depressões com baixa declividade. Podem ser utilizados para cultivo do arroz irrigado e, quando drenados, para culturas anuais como milho, soja, feijão e pastagens.

Latossolos: solos profundos, bem drenados, ácidos e de baixa fertilidade, podendo apresentar toxidez por alumínio. Corrigida a fertilidade química, sua profundidade associada ao relevo suave torna-os de boa aptidão agrícola, podendo ser utilizados com culturas de inverno e verão.

Luvissolos: solos pouco profundos, com acúmulo subsuperficial de argila. Apesar da carência de fósforo, dependendo da profundidade, apresentam boa fertilidade natural.

Neossolos: solos pouco desenvolvidos, normalmente rasos, de formação muito recente. Encontrados nas mais diversas condições de relevo e drenagem, sendo o uso restrito ao relevo e à baixa profundidade, exigindo práticas conservacionistas severas. Em geral, podem ser utilizados para pastagens permanentes, em áreas de relevo suave ondulado e ondulado, e para reflorestamento e fruticultura, em regiões de relevo forte ondulado. As áreas muito íngremes devem ser reservadas para preservação permanente.

Nitossolos: solos profundos, ácidos, constituídos predominantemente por caulinita e óxidos de ferro, e com aparência similar aos latossolos, diferindo destes por apresentarem horizonte B com uma estrutura mais desenvolvida com revestimento brilhante (cerosidade). Em função da profundidade, boa drenagem, porosidade, estrutura e condições do relevo, podem ser utilizados para cultivos de inverno e de verão.

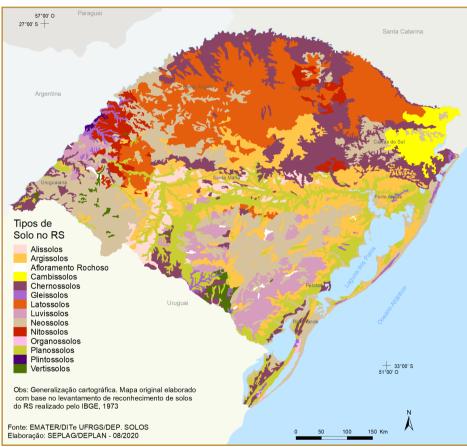
Organossolos: solos formados por material orgânico em grau variável de decomposição, acumulados em ambientes mal drenados, depressões e proximidades das lagoas e lagunas. Têm baixo uso agrícola, pois estão sujeitos a mudanças significativas em suas características, tendendo a desaparecer.

Planossolos: solos que aparecem junto à Planície Costeira e nas margens de rios e lagoas, em áreas de relevo suave, ondulados ou planos, e mal drenados. Aptos para o cultivo de arroz irrigado e, com sistemas de drenagem eficientes, também para pastagens e cultivo de milho e soja.

Plintossolos: solos de relevo plano ou pouco ondulados, com drenagem imperfeita e, por isso, apresentam limitações para cultivos perenes. Em períodos chuvosos, ocorre elevação do lençol freático, saturando o solo e impedindo seu uso com cultivos anuais e pastagens cultivadas.

Vertissolos: solos de áreas planas ou pouco onduladas, mal drenados e pouco profundos. Seu uso é facilitado com a umidade, pois são muito duros quando secos. Apresentam boa fertilidade e são próprios para pastagem natural, podendo ser utilizados também com culturas de verão, desde que sem adensamento de uso.

Tipos de Solos - RS



A utilização de imagens de satélite é um importante instrumento para identificação de feições naturais e monitoramento de uso e ocupação do solo, permitindo a definição de zoneamentos que podem auxiliar no planejamento de ações voltadas para preservação e recuperação ambiental. Esse recurso tem possibilitado a obtenção de produtos de ampla aplicação para estudos nas áreas agrícola, urbana, climática, ambiental, entre outras, e, também, o monitoramento de inúmeros fenômenos ao longo do tempo. O Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia – CEPSRM elaborou um Mosaico de

²⁵ Streck, E. V.; Kampf, N.; Dalmolin, R. S. D.; Klamt, E.; Nascimento, P. C. e Schneider, P. Solos do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

Imagens do RS em escala 1:1.000.000, no qual foram utilizadas 22 imagens LANDSAT TM 5 e 7 de 185km² em todas as bandas espectrais, proporcionando a cobertura total do território do Estado com resolução final de 240X240m. A utilização de imagens de mesmo período do ano (verão 1999/2000) possibilitou uma melhor definição da cobertura vegetal, pois expressou os dados em condições aproximadas de umidade do solo, estágio de desenvolvimento da vegetação e condições atmosféricas. O Mosaico de Imagens apresenta uma composição falsa cor, utilizando 3 bandas espectrais (3.4 e 5). As tonalidades mais próximas do verde representam a vegetação arbórea relacionada à presença de matas remanescentes ou de florestamento (pinus, eucalipto e acácia). Já as tonalidades mais próximas do amarelo/verde-claro representam as áreas de cultivo intensivo de inverno e de verão (soia, milho e trigo, principalmente) ou de cobertura de campos de altitude. Por último, as tonalidades mais próximas do laranja correspondem à cobertura vegetal predominantemente de campos limpos ou subarbustivos com ou sem áreas agrícolas intercaladas, nos quais se destacam especialmente as áreas de cultivo de arroz.

O cruzamento de bases de dados permite a definição de zoneamentos que auxiliam no planejamento de ações de preservação ambiental. Dessa forma, o Mapa do Macrozoneamento ambiental do RS foi elaborado com o objetivo de expressar os principais padrões de uso e ocupação do solo, de cobertura vegetal e de relevo. Foram utilizados como base de informações: o Mosaico

de Imagens do RS (bandas 3,4 e 5); uma composição de imagens do Satélite NOAA (nov./1999, dez./1999 e fev./2000) com informações de máximo índice mensal de vegetação; o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL e o Mapa Altimétrico do RS. O cruzamento dessas informações resultou na definição de 5 macrozonas:

Planalto: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens, campos subarbustivos, florestas de encosta, florestas do Alto Uruguai, zona agrícola de uso intensivo de verão e inverno e zona agrícola de uso intensivo de verão:

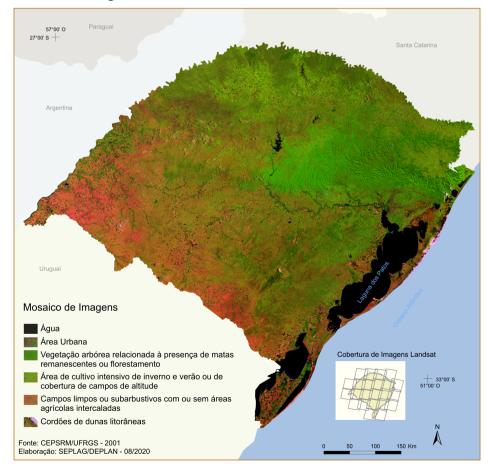
Cuesta do Haedo: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens, campos subarbustivos e zona agrícola de uso intensivo de verão;

Depressão Central: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens, zona agrícola de uso intensivo de verão e zona agrícola de culturas diversificadas:

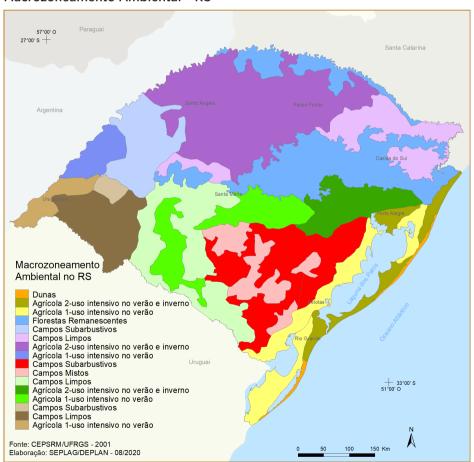
Escudo Sul-Rio-Grandense: áreas de campos subarbustivos e de campos mistos com ocorrência de matas-galerias e de encostas;

Planície Costeira: áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas, lagoas e lagunas, zona agrícola de uso intensivo de verão e zona agrícola de culturas diversificadas.

Mosaico de imagens - RS



Macrozoneamento Ambiental - RS



RECURSOS HÍDRICOS

O Rio Grande do Sul é drenado por uma densa malha hidrográfica superficial, contando com três grandes bacias coletoras: a Bacia do Uruguai, que faz parte da Bacia do Rio da Prata, abrangendo cerca de 57% da área total do Estado; a Bacia do Guaíba, que abrange 30% da área; e a Bacia Litorânea, que abrange os demais 13%.

O uso do solo da Bacia do Uruguai está vinculado principalmente às atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais. A Bacia do Guaíba apresenta áreas de grande concentração industrial e urbana, sendo a mais densamente povoada do Estado, além de

sediar o maior número de atividades diversificadas, incluindo as agrícolas, pecuárias, agroindustriais, industriais, comerciais e de serviços. O uso dos solos na Bacia Litorânea é predominantemente vinculado às atividades agropecuárias, agroindustriais e industriais.

No RS, a gestão dos recursos hídricos alcançou importantes avanços com a instalação dos 25 Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. Os Comitês de Bacia são colegiados instituídos oficialmente pelo Governo do Estado, formados majoritariamente por representantes da sociedade e de usuários das águas, cuja função é discutir e deliberar sobre os assuntos de interesse comum aos diversos usuários da água de uma bacia hi-

drográfica visando à harmonização dos usos e à mediação de conflitos. O primeiro Comitê criado no Estado foi o Comitê dos Sinos, em 1988 e o último o do Mampituba, em 2012.

A utilização da unidade territorial Bacia Hidrográfica para a identificação de problemas ambientais colabora para definição de ações de recuperação e preservação. No Rio Grande do Sul. muitos são os problemas ambientais, os quais resultam principalmente das formas de apropriação e uso dos recursos naturais pela sociedade. Alguns são facilmente identificáveis por abrangerem grandes extensões territoriais ou por influenciarem diretamente nas condições de qualidade de vida de um grande número de habitantes em diferentes locais do Estado. A identificação desses fenômenos, utilizando o recorte de bacia hidrográfica auxilia na compreensão da dinâmica ambiental a que os atores locais estão diretamente relacionados, colaborando para a definição de ações de políticas públicas de recuperação e preservação.

Bacias e Sub-bacias Hidrográficas - RS



Comitês de Bacias - RS

Região/Nome Ano de Região Hidrográfica do Guaíba criação Sinos 1988 Caí 1998 Taquari-Antas 1998 Lago 1998 Pardo 1998
Sinos 1988 Caí 1998 Taquari-Antas 1998 Lago 1998
Caí 1998 Taquari-Antas 1998 Lago 1998
Taquari-Antas 1998 Lago 1998
Lago 1998
9
Dardo 1998
raido 1736
Gravataí 1999
Vacacaí 1999
Baixo Jacuí 2000
Alto Jacuí 2001
Região Hidrográfica do Uruguai
Santa Maria 1994
Ibicuí 2000
ljuí 2001
Apuê-Inhandava 2002
Turvo 2002
Passo Fundo 2004
Várzea 2004
Piratinim 2006
Butuí-Icamaquã 2006
Quaraí 2008
Negro 2008
Região Hidrográfica do Litoral
Tramandaí 1999
Camaquã 1999
Mirim São Gonçalo 2006
Litoral Médio 2008
Mampituba 2012

Fonte: SEMA/Conselho de Recursos Hídricos do RS

PATRIMÔNIO AMBIENTAL PROTEGIDO

A Mata Atlântica é considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e apresenta uma biodiversidade oito vezes maior do que a da Amazônia, constituindo-se em refúgio para inúmeras espécies endêmicas de fauna e flora, incluindo espécies ameaçadas de extinção. É de extrema importância para a conservação dos recursos hídricos e para o equilíbrio climático da área mais povoada do País. Seus domínios abrangem uma área de 1.110.182 km², estendendo-se, originalmente, por toda a faixa continental leste brasileira e em direção ao interior, no sudeste e sul do País.

No território gaúcho, a presença predominante dessa vegetação florestal dá suporte a diversos ecossistemas: Matas de Araucária, Matas Estacionais Deciduais e Semideciduais em relevo diversificado. Entretanto, os 7,5% das áreas remanescentes da cobertura vegetal original desse bioma no RS apresentam alto grau de fragmentação. Em 1992, integrando-se aos esforços nacionais para a conservação dos seus remanescentes, o Governo Estadual efetuou o tombamento da Mata Atlântica e ecossistemas associados. A área remanescente do bioma, de 2.931.900ha, também reconhecida pela UNESCO em 1993 como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, corresponde a 17% do território gaúcho e difere um pouco da área oficial, incluindo porções de toda a extensa faixa litorânea e lagunar gaúcha. Atualmente, diversas iniciativas de conservação e recuperação estão sendo implementadas no Estado. Mais recentemente, o RS, por meio da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, aderiu ao Pacto pela Restauração da Mata

Atlântica, formado por representantes de diferentes segmentos (instituições de governo, organizações ambientalistas, associações, empresas e proprietários rurais). O Pacto objetiva a conservação da biodiversidade e demais atributos do bioma: criação e implantação de Unidades de Conservação – UC, de mosaicos e corredores; promoção do uso sustentável dos recursos naturais; eficácia de instrumentos de fiscalização e controle; políticas de pagamento por serviços ambientais e averbação de Reservas Legais – RL e de Áreas de Preservação Permanente – APP.

O conceito de Unidade de Conservação tem evoluído desde o seu surgimento em 1872. Objetivava, inicialmente, a preservação de atributos cênicos e potenciais para o desenvolvimento de atividades de lazer. Posteriormente, incorporou as noções de preservação do patrimônio histórico e da área natural protegida e, apenas no século XX, passou a considerar a ideia de conservação da biodiversidade. Atualmente, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, a criação das UC objetiva preservar a biodiversidade em ambientes característicos e proteger nascentes de rios e de outros mananciais, espécies raras ou em extinção e monumentos naturais. Esses espaços permitem o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, pesquisa científica, lazer e manutenção e reprodução do banco genético da vida silvestre.

O Rio Grande do Sul conta com 108 Unidades de Conservação: 10 são de competência federal; 24, estadual; 35, municipal; e 39 são Reservas Particulares do Patrimônio Natural. As UC podem ser classificadas, de acordo com a forma de uso dos recursos naturais:

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - BR



Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RS



Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre;

Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Quantidade de UC por tipo e categoria no RS - 2020*

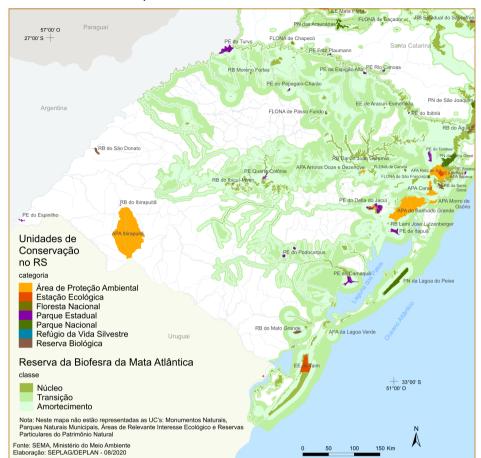
Proteção Integral	
Estação Ecológica	3
Monumento Natural	2
Parque Estadual	12
Parque Nacional	3
Parque Natural Municipal	18
Refúgio de Vida Silvestre	5
Reserva Biológica	10
Uso Sustentável	
Área de Proteção Ambiental	10
Área de Relevante Interesse Ecológico	3
Floresta Nacional	3
Reserva Particular do Patrimônio Natural	39
Total	108

Fonte: SEMA/RS, MMA, ICMBio

A defesa de terras indígenas é uma medida estratégica que garante a preservação do patrimônio biológico brasileiro e do conhecimento construído pelas populações indígenas a respeito deste. Para esses os povos, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência, é suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento²⁶. Segundo o art. 231da Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são aquelas por eles habitadas em caráter permanente, (...) utilizadas para suas atividades produtivas, (...) imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais e necessárias ao seu bem-estar e a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O processo de demarcação das terras indígenas é o meio administrativo usado para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado por eles. Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, esse processo propicia as condições fundamentais para sua sobrevivência física e cultural, preservando a diversidade cultural brasileira. As fases desse procedimento demarcatório são definidas por Decreto da Presidência da República²⁷. Conforme a Constituição Federal, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Unidades de conservação - RS



Para mais informações sobre Unidades de Conservação no RS acesse: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/unidades-de-conservacao

De acordo com o último Censo Demográfico, 897 mil indígenas viviam no Brasil em 2010. Destes, aproximadamente 517 mil estavam distribuídos pelas 688 terras indígenas reconhecidas. Havia grupos indígenas não-contatados e também outros pleiteando o reconhecimento de sua condição junto à instituição indigenista – FUNAI. No RS, em 2010, viviam 18,5 mil indígenas dos grupos étnicos Guarani, Mbia Guarani, Kaingang e mistos. O Estado possui em torno de 140 terras indígenas, sendo que a metade se encontra nas mais diversas fases de procedimento demarcatório²⁸. A quase totalidade delas se localiza na área de domínio da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

A proteção das comunidades quilombolas tradicionais através do reconhecimento e titulação de suas terras é importante para a preservação da diversidade cultural e étnica do País e contribui diretamente para a conservação do meio ambiente. Essas comunidades são encontradas na Colômbia, Equador,

^{*}Contabilizadas todas unidades que constam no SNUC do MMA, do ICMBio e site da SEMA

²⁶ Ramos, A. R. Sociedades Indígenas. São Paulo: Ática, 1988.

²⁷ Terras declaradas: Portaria Declaratória foi expedida pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para demarcação física (materialização dos marcos e georreferenciamento). Terras delimitadas: estudos foram aprovados pela Presidência da FUNAI (conclusão publicada no DOU e no DOE) e se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça para decisão sobre a expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena. Terras regularizadas: após decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União. Terras em estudo: estão sendo realizados estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena. (In: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas).

²⁸ Dados obtidosno site da FUNAl http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas) e shape divulgado pelo Estudo ZEE da SEMA-RS.

Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. A existência de quilombos²9 é uma realidade latino-americana, sendo o direito às terras tradicionais reconhecido na legislação nacional de vários desses países, incluindo o Brasil. Os direitos das comunidades quilombolas também são assegurados na Convenção 169 Sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil e por diversos países da América Latina30. No Brasil, existem mais de 3.000 comunidades quilombolas distribuídas por todas as regiões do País, totalizando cerca de 2,2 milhões de pessoas³¹.

O Rio Grande do Sul identificou, até o momento, 146 comunidades quilombolas. Desse total, 90% já possuem certificado emitido pela Fundação Palmares e se encontram em fase de regularização. No entanto, apenas duas são tituladas, e três possuem titulação parcial³². O Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, por força de lei federal, é o órgão responsável pela titulação dos territórios quilombolas no Brasil.

O processo para o reconhecimento e regularização das áreas quilombolas possui as seguintes etapas:

Autodefinição quilombola: obtenção da Certidão de Autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares:

Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTDI: levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, objetivando identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de guilombos;

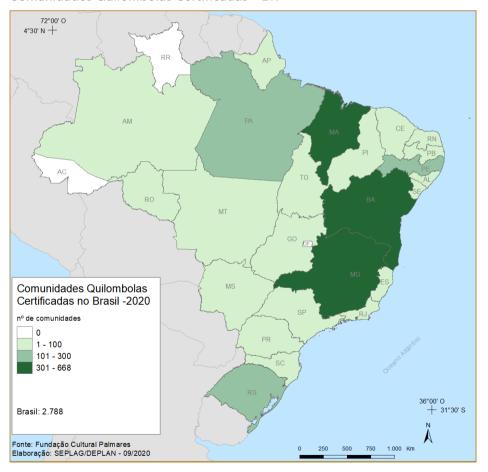
Publicação do RTDI;

Portaria de reconhecimento: publicação de portaria no Diário Oficial da União e dos estados que reconhece os limites do território quilombola:

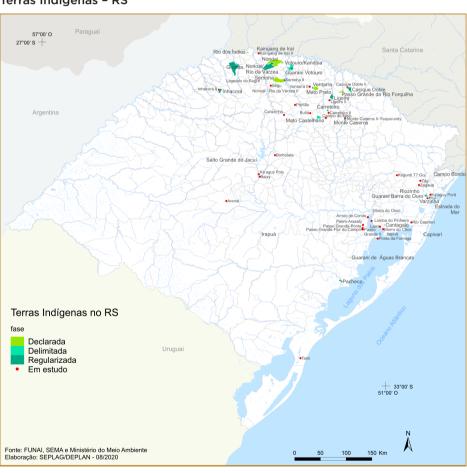
Decreto de desapropriação: no caso em que há imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território;

Titulação: titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e próindiviso à comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída.

Comunidades Quilombolas Certificadas - BR



Terras Indígenas - RS



29 Quilombo, por definição clássica, era o local com concentração de negros fugidos que se rebelaram contra o regime colonial no Brasil, que perdurou por mais de 300 anos. Mesmo após a abolição da escravatura, essas áreas continuaram existindo. A Constituição Federal de 1988, além de alterar o termo para a área ocupada por comunidades remanescentes desses antigos quilombos, também assegurou a essas comunidades o direito à propriedade de suas terras.

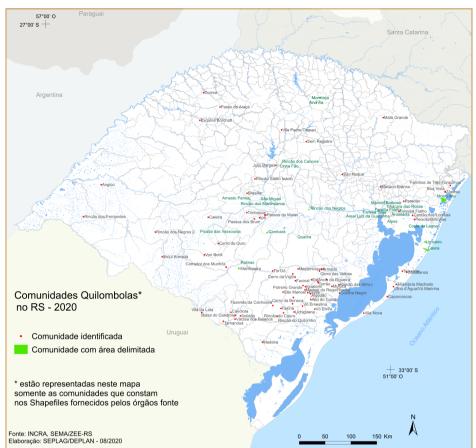
- 31 Souza, Daiane e Porfírio, Denise. Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio ambiente. In:http://www.palmares.gov.br/.
- 32 Conforme levantamento de dados fornecidos por: INCRA, Fundação Cultural Palmares, Comissão Pró-Índio de São Paulo e SEMA/ZEE-RS.

³⁰ Comissão Pró-Índio de São Paulo (https://cpisp.org.br/).

Terras Indígenas conforme procedimento demarcatório no RS - 2020

rra Indígena	Etnia	Município
ı estudo Arenal	Guarani	Santa Maria
Arroio do Conde	Guarani	Eldorado do Sul, Guaíba
Borboleta	Kaingang	
Butiá		Jacuizinho, Espumoso Passo Fundo
Cacique Doble II	Kaingang	Cacique Doble
Cacique Doble II Campo do Meio	Kaingang	Gentil
Campo do Meio Carazinho	Kaingang	Carazinho
Carreteiro II	Kaingang	,
Inhacorá II	Kaingang	Agua Santa São Valério do Sul, Santo Augusto
Itaixy	Kaingang Guarani	Estrela Velha
Ka'aguy Porã	Guarani	Maquiné
Ka'aguy Poty	Guarani	Estrela Velha
Kaingang de Iraí II	Kaingang	Iraí
Kógunh T? Goj		Canela
	Kaingang	
Lageado do Bugre	Kaingang	Lageado do Bugre
Lami	Guarani	Porto Alegre
Ligeiro II	Kaingang	Charrua, Tapejara
Lomba do Pinheiro - Guarani II	Guarani Kaingang/Guarani	Porto Alegre
Monte Caseros II-Yvapurundy	Kaingang/Guarani	Ibiraiaras, Muliterno
Morro do Côco	Guarani	Viamão Porto Alogro
Morro do Osso	Kaingang	Porto Alegre
Nonoai - Rio da Várzea II	Kaingang	Rodeio Bonito, Liberato Salzano
Passo Grande II	Guarani	Barra do Ribeiro/Guaíba
Passo Grande-Flor do Campo	Guarani	Barra do Ribeiro
Passo Grande-Ponte	Guarani	Barra do Ribeiro
Petim-Arasaty	Guarani	Guaíba
Ponta da Formiga	Guarani	Barra do Ribeiro
Pontão	Kaingang	Pontão
Rio Capivari	Guarani	Capivari do Sul
Sêgu	Kaingang	Novo Xingu, Constantina
Serrinha II	Kaingang	Ronda Alta
Taim	Guarani	Rio Grande
Ventarra II	Kaingang	Erebanco, Quatro Irmãos
Ytuí	Guarani	Caraá
Zagaua	Xokleng	São Francisco de Paula
Zág	Xokleng	São Francisco de Paula
clarada		
Guarani de Águas Brancas	Guarani	Arambaré
Irapuá	Guarani	Caçapava do Sul
Mato Preto	Guarani	Getúlio Vargas, Erechim, Erebango
Nonoai	Guarani/Kaingang	Rio dos indios, Planalto, Nonoai, Gramado dos Loureiros
Passo Grande do Rio Forquilha	Kaingang	Cacique Doble,Sananduva
Rio dos Índios	Kaingang	Vicente Dutra
Serrinha	Kaingang	Três Palmeiras,Ronda Alta,Engenho Velho,Constantina
limitada		
Mato Castelhano	Kaingang	Mato Castelhano
Votouro/Kandóia	Kaingang	Benjamin Constant do Sul,Faxinalzinho
gularizada		
Cacique Doble	Guarani, Kaingang	Cacique Doble,São José
Campo Bonito	Guarani Mbya	Torres
Cantagalo	Guarani Mbya	Porto Alegre, Viamão
Capivari	Guarani Mbya	Palmares do Sul
Carreteiro	Kaingang	Água Santa
Estrada do Mar	Guarani Mbya	Osório
Guarani Barra do Ouro	Guarani	Caraá,Riozinho,Maquiné
Guarani Votouro	Guarani	Benjamin Constant do Sul
Guarita	Guarani, Kaingang	Tenente Portela,Redentora,Erval Seco
Inhacorá	Kaingang	Sao Valério do Sul
Kaingang de Iraí	Kaingang	Iraí
Ligeiro	Kaingang	Charrua
Monte Caseros	Kaingang	Muliterno, Ibiraiaras
Nonoai/Rio da Várzea	Kaingang	Trindade do Sul, Planalto, Nonoai, Liberato Salzano, Gramado dos Loureiro
Pacheca	Guarani	Camaquã
Riozinho	Guarani Mbya	Riozinho
Salto Grande do Jacuí	Guarani	Salto do Jacuí
Cano Ciande do Jacui	Guarani Mbya	Caraá, Maquiné
Varzinha		Caraa, maquine
Varzinha	•	Frehango
Varzinha Ventarra Votouro	Kaingang Kaingang	Erebango Benjamin Constant do Sul,Faxinalzinho

Comunidades Quilombolas - RS



Para mais informações sobre Comunidades Quilombolas no RS acesse: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas

SANEAMENTO AMBIENTAL

Segundo a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Saneamento Ambiental compreende o conjunto de ações, obras e serviços considerados prioritários em programas de saúde pública. Abrange o abastecimento de água, o cuidado com a destinação de resíduos sólidos e do esgotamento sanitário, as melhorias sanitárias domiciliares, a drenagem urbana, o controle de vetores e focos de doenças transmissíveis. Os temas abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região. A falta desses serviços constitui um dos mais sérios problemas socioambientais a serem erradicados no Brasil. A universalização desses serviços deve ser meta dos governos, sendo que tais ações devem estar focadas, principalmente, no atendimento das necessidades das populações das periferias dos centros urbanos e das áreas rurais.

O atendimento dos serviços de água, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS³³, refere-se ao acesso por meio de rede geral de distribuição de água, excluindo-se as formas de abastecimento que utilizam soluções individuais ou alternativas, as quais têm ocorrência mais comum

³³ As informações do SNIS são fornecidas pelos prestadores dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, compostos por companhias estaduais, empresas e autarquias municipais, empresas privadas e, em muitos casos, pelas próprias prefeituras, por meio de suas secretarias ou departamentos. In: MDR/SNS. 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Brasília, dezembro de 2019.

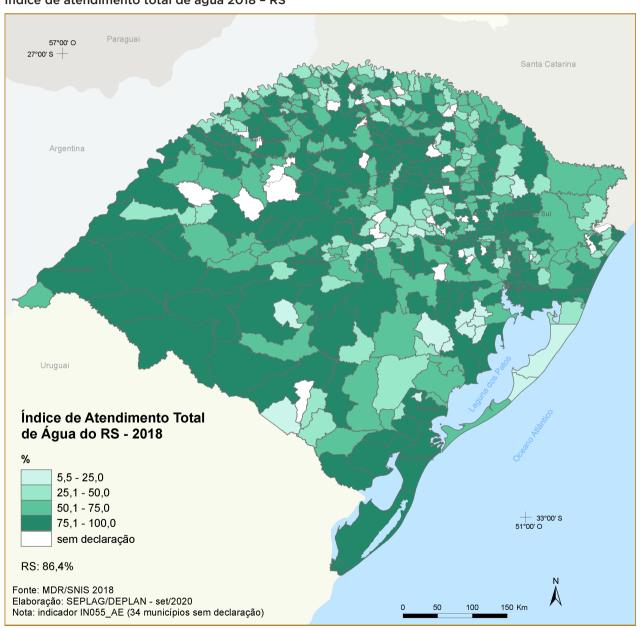
no meio rural³⁴. O Índice de atendimento total de água (INO55) informa a parcela da população total (urbana ou rural) efetivamente atendida por rede de abastecimento de água em relação à população total residente. Em 2018, conforme o SNIS, o Brasil apresentou um índice de atendimento total de água de 83,6%, enquanto o RS atingiu 86,4%. Já o Índice de atendimento urbano de água (INO23) informa a parcela da população urbana efetivamente atendida por rede de abastecimento de água em relação à população urbana residente. O Brasil atingiu 92,7%,

enquanto o RS atingiu 97,4% em 2018. Dessa forma, os índices de atendimento total e urbano de água no RS, em 2018, foram superiores aos índices do Brasil. No entanto, os dados municipais mostram que ainda há muito a ser feito no sentido de atingir a universalização do atendimento no Estado.

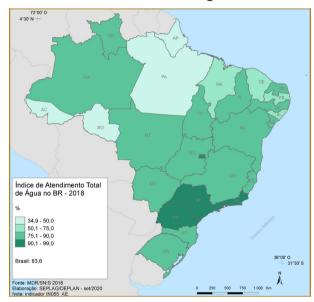
Em relação ao Esgotamento Sanitário, para a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, os dejetos líquidos gerados pelas atividades humanas precisam ser corretamente coletados.

transportados, tratados e dispostos de forma adequada de modo a não gerar ameaça à saúde e ao ambiente, pois constituem uma das maiores causas da proliferação de vetores de doenças e da degradação da qualidade do solo e das águas superficiais e subterrâneas. Nesse sentido, o SNIS³⁵ informa sobre o atendimento dos serviços de esgoto no Brasil em relação ao acesso da população à rede coletora (rede pública) e sobre o volume de esgoto que recebe tratamento.

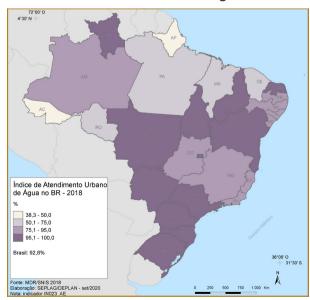
Índice de atendimento total de água 2018 - RS



Índice de atendimento total de água 2018 - BR



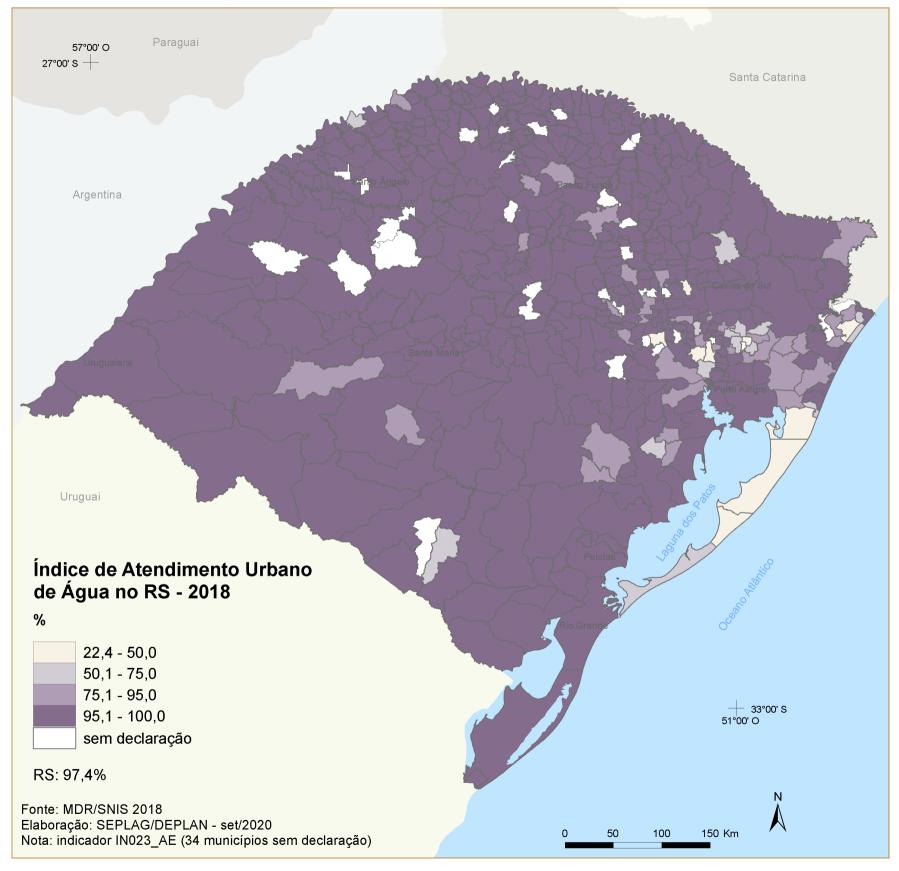
Índice de atendimento urbano de água 2018 - BR



³⁴ Caracterizam-se como soluções individuais ou alternativas às formas de provimento do abastecimento de água por poços, nascentes, cisternas, chafarizes, caminhões-pipa, dentre outros.

³⁵ No SNIS, não estão inclusas as formas de acesso ao esgotamento sanitário que se utilizam de ligações domiciliares de esgoto às redes de drenagem de águas pluviais. In: MDR/SNS. 24° Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Brasília, dezembro de 2019.

Índice de atendimento urbano de água 2018 - RS

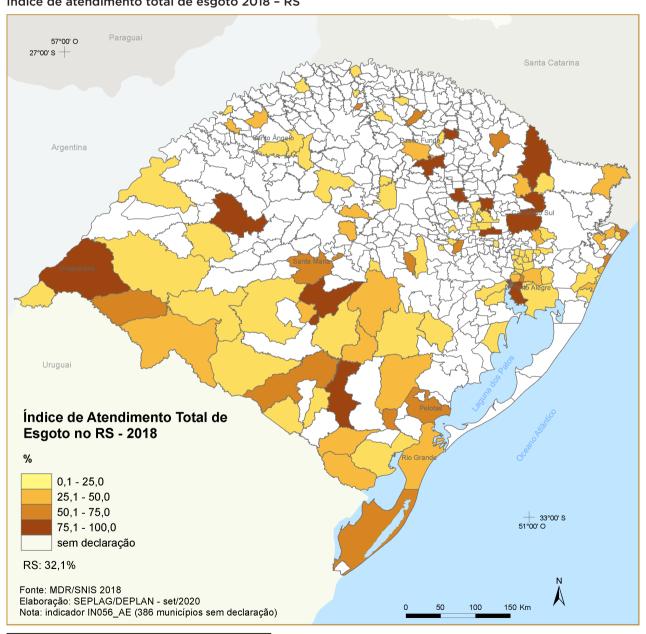


O Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios atendidos com água (INO56) indica a parcela da população total efetivamente atendida por rede coletora de esgoto em relação à população total residente. Em 2018, no Brasil, esse índice atingiu 53,1%, enquanto no RS, chegou a 32,1%.

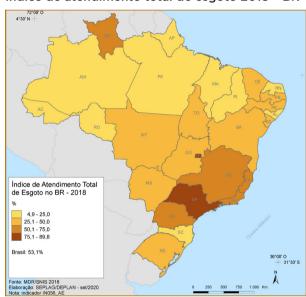
O Índice de esgoto tratado referido à água consumida (INO46) expressa o percentual do volume de esgoto que foi submetido a tratamento em relação ao volume de esgoto gerado³⁶. Em 2018, no Brasil, esse índice atingiu 46,2%, enquanto no RS, chegou a apenas 26,2%. Dessa forma, esses indicadores demonstram que há muito a se fazer em relação à coleta e ao tratamento de esgotos no Brasil e no RS. O grande número de municípios sem declaração de dados também confirma essa afirmação.

Sobre a Coleta de Resíduos Sólidos, segundo o SNIS37, o Indicador Taxa de cobertura do servico de coleta de resíduos domiciliares em relação à população urbana (INO16) avalia o atendimento da população urbana em relação ao serviço de coleta direta e indireta de resíduos domiciliares e está relacionado à população atendida predominantemente por coleta porta a porta. No Brasil, em 2018, esse indicador atingiu 98.8% e. no RS, alcancou 99.2%. Já o Indicador Massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (INO54) corresponde ao equivalente médio da quantidade de resíduos domiciliares e públicos coletada seletivamente pelos agentes executores em atendimento à população urbana no período de 1 ano. Em 2018, esse indicador atingiu no Brasil 14.4 kg/habitante/ano, enquanto no RS atingiu 53 kg/habitante/ano.

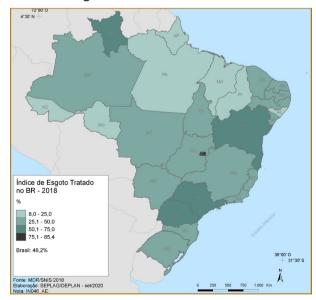
Índice de atendimento total de esgoto 2018 - RS



Índice de atendimento total de esgoto 2018 - BR



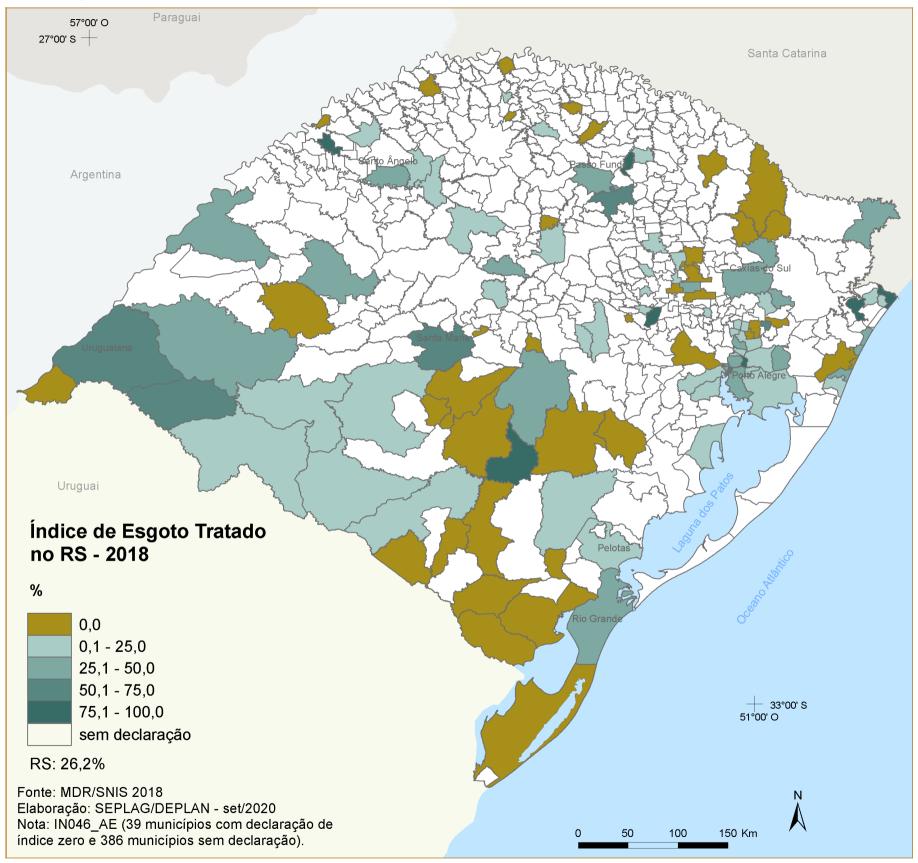
Índice de esgoto tratado 2018 - BR



³⁶ O SNIS considera o volume de esgoto gerado como sendo igual ao volume de água consumido.

³⁷ As informações do SNIS são fornecidas pelos prestadores dos serviços compostos pelas próprias prefeituras por meio de suas secretarias ou departamentos, empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista. In: MDR/SNS-SNIS. Tabela de Informações do Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, 2018.

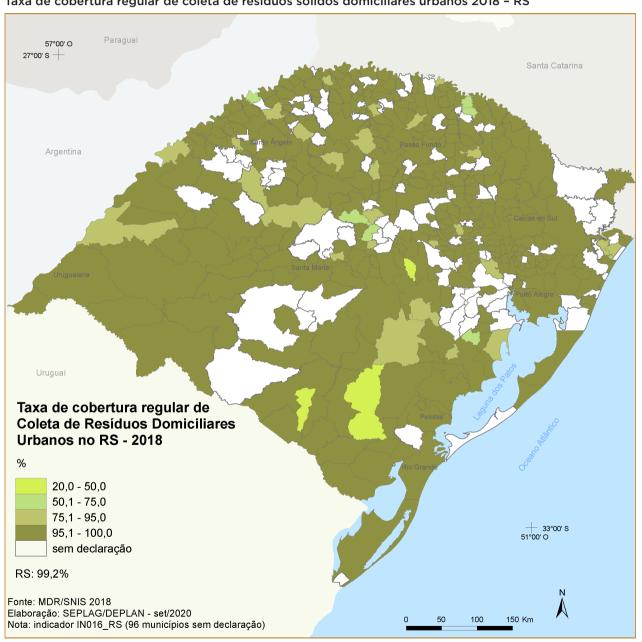
Índice de esgoto tratado 2018 - RS



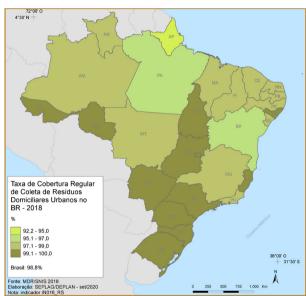
Esses indicadores são importantes para a gestão dos resíduos sólidos, pois possibilitam o conhecimento: da cobertura do serviço de coleta de resíduos domiciliares prestado à população, da existência de coleta seletiva e do montante de materiais separados per capita/ano com potencial para ser destinado à reciclagem ou reaproveitamento. Os números demonstram que o Estado tem desempenho superior à média brasileira no que se refere aos dois indicadores. No entanto, sabe-se que ainda há muito a ser feito em relação à universalização da coleta domiciliar e seletiva nos municípios

e ao tratamento de resíduos sólidos para evitar o destino final no solo, principalmente em lixões e áreas impróprias. A erradicação de lixões deve ser meta dos governos, mas, no Brasil, incluindo o RS, ainda é a principal forma de descarte de resíduos. A reciclagem ou reaproveitamento de materiais evita o descarte final no solo, diminuindo os volumes destinados aos aterros, lixões e locais impróprios e é essencial para a promoção do saneamento ambiental, contribuindo também para a geração de renda e surgimento de negócios baseados em novas tecnologias.

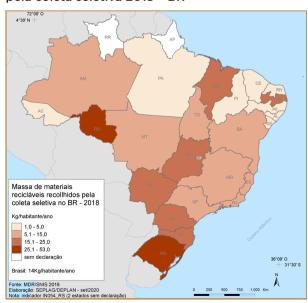
Taxa de cobertura regular de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbanos 2018 - RS



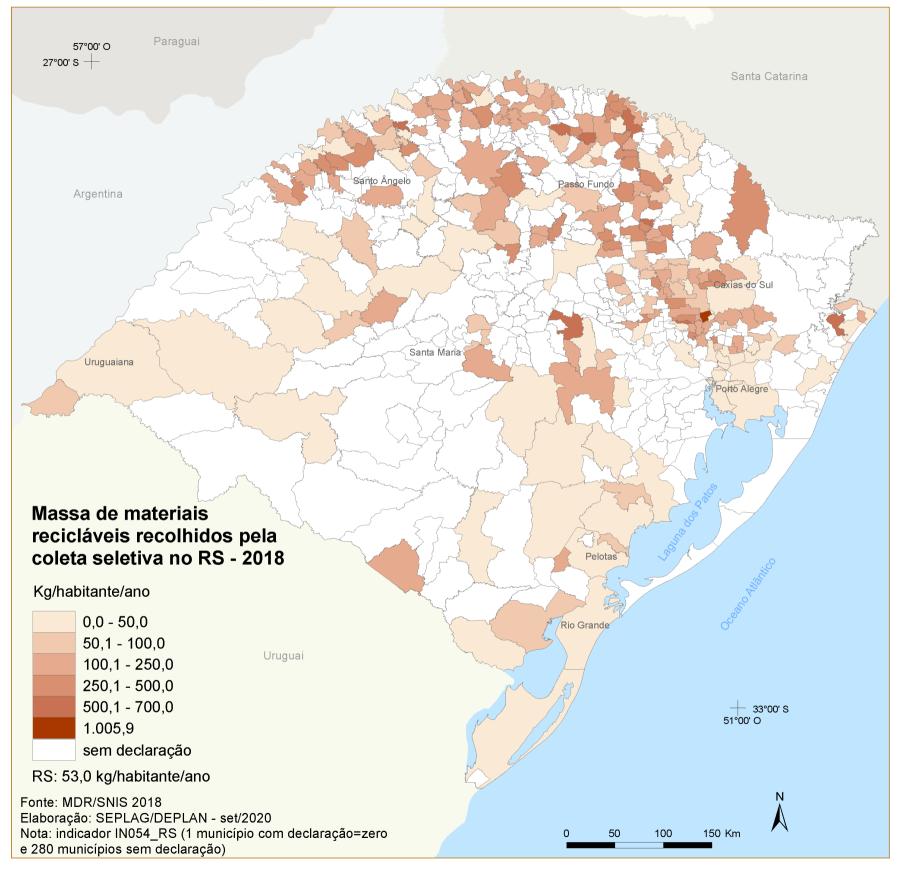
Taxa de cobertura regular de coleta de resíduos sólidos domiciliares urbanos 2018 - BR



Massa de materiais recicláveis recolhidos pela coleta seletiva 2018 - BR



Massa de materiais recicláveis recolhidos pela coleta seletiva 2018 - RS





DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA

POPULAÇÃO

Conforme dados das Estimativas da População do IBGE, a população total do Rio Grande do Sul, em 2020, é de 11.422.973 habitantes. O Estado ocupa o sexto lugar entre os mais populosos do Brasil, superado por São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná.

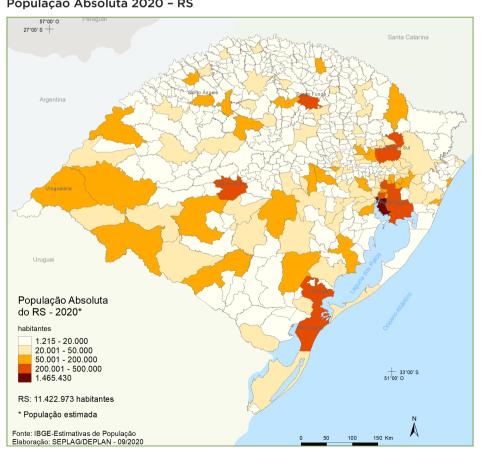
Os municípios gaúchos mais populosos se encontram, principalmente, na região do entorno de Porto Alegre - RMPA, na Região Metropolitana da Serra Gaúcha -RMSG e na Aglomeração Urbana do Sul - AUSUL.

Estados mais populosos do Brasil - 1950 a 2020*

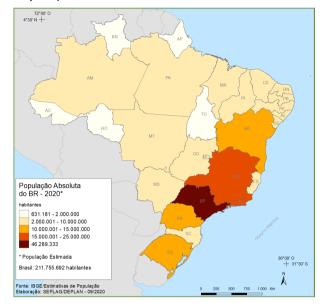
Estados	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020*
Brasil	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.799.170	190.755.799	211.755.692
São Paulo	9.134.423	12.974.699	17.958.693	25.375.199	31.546.473	37.032.403	41.262.199	46.289.333
Minas Gerais	7.782.188	9.960.040	11.645.095	13.651.852	15.731.961	17.891.494	19.597.330	21.292.666
Rio de Janeiro	4.674.645	6.709.891	9.110.324	11.489.797	12.783.761	14.391.282	15.989.929	17.366.189
Bahia	4.834.575	5.990.605	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.070.250	14.016.906	14.930.634
Paraná	2.115.547	4.296.375	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.563.458	10.444.526	11.516.840
Rio Grande do Sul	4.164.821	5.448.823	6.755.458	7.942.722	9.138.670	10.187.798	10.693.929	11.422.973
Pernambuco	3.395.766	4.138.289	5.253.901	6.244.275	7.122.548	7.918.344	8.796.448	9.616.621
Ceará	2.695.450	3.337.856	4.491.590	5.380.432	6.362.620	7.430.661	8.452.381	9.187.103
Pará	1.123.273	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.192.307	7.581.051	8.690.745

Fonte: IBGE/Censos e Estimativas de População

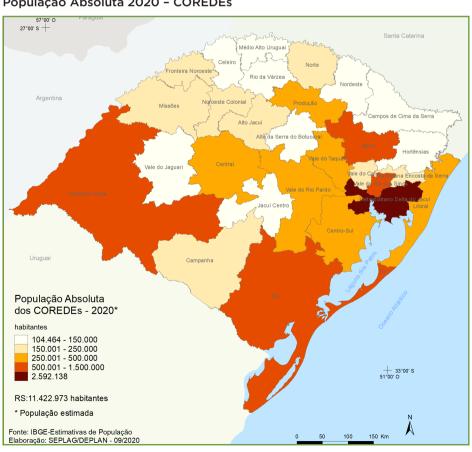
População Absoluta 2020 - RS



População Absoluta 2020 - BR

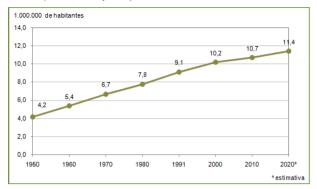


População Absoluta 2020 - COREDEs



^{*}População estimada

Evolução da População do RS 1940-2020*



Fonte: IBGE/Estimativas de População

*População estimada

A população brasileira, por motivos históricos e econômicos, está distribuída de forma irregular no território. Embora essa característica tenha se alterado nas últimas décadas com o avanço para o interior do País, a população ainda está bastante concentrada ao longo do litoral, onde também são encontradas as maiores densidades demográficas.

A distribuição da população no território gaúcho também não é uniforme. O eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul constitui a área mais povoada do Estado. Segundo dados de estimativa para 2020³⁸. 66,2% dos municípios gaúchos possuem população de menos de 10 mil habitantes. Os municípios com população entre 10 e 50 mil habitantes somam 123 (24.7%), e aqueles com população entre 50 e 100 mil são 26 (5,2%). E, finalmente, somente 19 municípios possuem população superior a 100 mil habitantes: no entanto, concentram 48.3% da população total do Estado.

A densidade demográfica média³⁹ no Rio Grande do Sul é de 42,5 hab/km² em 2020. Entre os estados da Região Sul, é o que apresenta a menor densidade, mas ainda assim está acima da média brasileira. que é de 24,9 hab/km². A área de maior densidade demográfica se encontra no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Dos 38 municípios com densidade superior a 200 hab/km² do Estado, 22 fazem parte desse eixo.

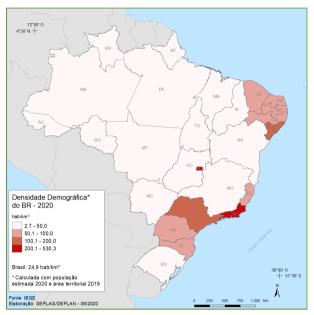
De outro lado, existem áreas de baixa densidade no Estado. Estas estão mais fortemente localizadas na faixa oeste, centro e norte do RS. Com densidade abaixo de 20 hab/km², estão as regiões que correspondem aos COREDEs Fronteira Oeste, Campanha, Vale do Jaguari, Central, Nordeste, Alto da Serra do Botucaraí, Hortênsias e Campos de Cima da Serra.

Municípios com população superior a 100 mil habitantes do RS - 2020*

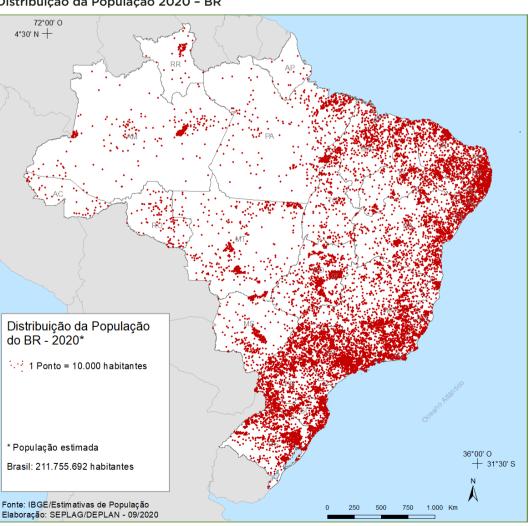
Município	COREDE	População
Porto Alegre	Metropolitano Delta do Jacuí	1.488.252
Caxias do Sul	Serra	517.451
Canoas	Vale do Rio dos Sinos	348.208
Pelotas	Sul	343.132
Santa Maria	Central	283.677
Gravataí	Metropolitano Delta do Jacuí	283.620
Viamão	Metropolitano Delta do Jacuí	256.302
Novo Hamburgo	Vale do Rio dos Sinos	247.032
São Leopoldo	Vale do Rio dos Sinos	238.648
Rio Grande	Sul	211.965
Alvorada	Metropolitano Delta do Jacuí	211.352
Passo Fundo	Produção	204.722
Sapucaia do Sul	Vale do Rio dos Sinos	141.808
Santa Cruz do Sul	Vale do Rio Pardo	131.365
Cachoeirinha	Metropolitano Delta do Jacuí	131.240
Uruguaiana	Fronteira Oeste	126.866
Bento Gonçalves	Serra	121.803
Bagé	Campanha	121.335
Erechim	Norte	106.633

Fonte: IBGE/Estimativas de População *População estimada

Densidade Demográfica 2020 - BR



Distribuição da População 2020 - BR



³⁸ IBGE/Estimativas de População 2020.

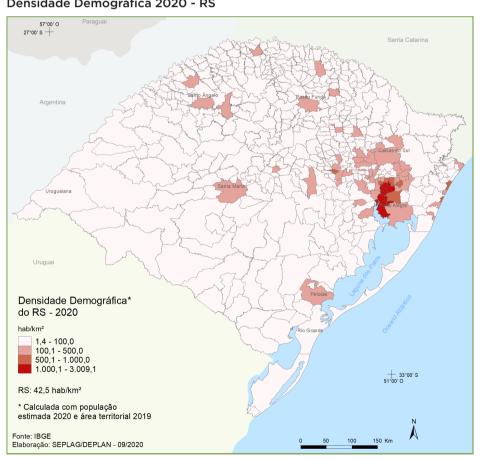
³⁹ Densidade calculada com áreas territoriais do IBGE 2019.

Municípios do RS por faixas de número de habitantes - 1980-2020*

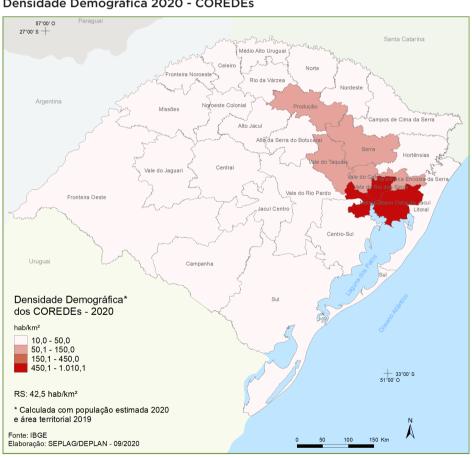
Classes	1980		1991		2000		2010		2020*	
	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População	nº muni	População
Total do Estado	333	7.773.837	333	9.138.670	496	10.187.798	496	10.693.929	497	11.422.973
menos de 10 mil hab	170	961.611	163	903.319	333	1.375.944	331	1.381.649	329	1.350.397
10 a 50 mil hab	128	2.504.888	131	2.693.504	121	2.472.546	123	2.648.307	123	2.756.825
50 a 100 mil hab	24	1.600.786	23	1.555.047	25	1.733.019	24	1.663.011	26	1.800.340
mais de 100 mil hab	11	2.706.552	16	3.986.800	17	4.606.289	18	5.000.962	19	5.515.411

Fonte: IBGE/Censos Demográficos e Estimativas de População

Densidade Demográfica 2020 - RS



Densidade Demográfica 2020 - COREDEs



^{*}População estimada

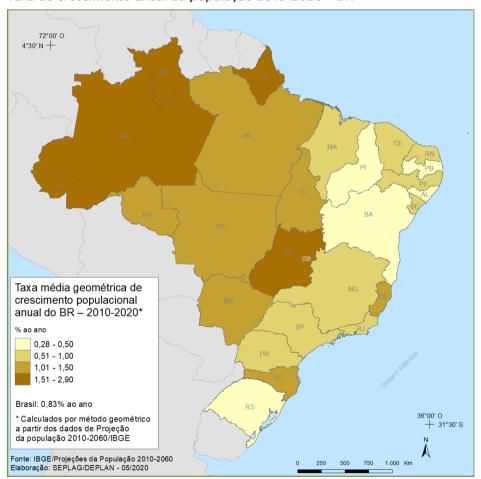
CRESCIMENTO

As taxas médias de crescimento anual da população brasileira e gaúcha, a partir da década 70, apresentaram uma queda constante. O Rio Grande do Sul, considerando os dados dos últimos Censos Demográficos, apresentou média de crescimento anual, no período de 1991 a 2000, de 1,21% e de 0,49% no período de 2000-2010. Se considerarmos os dados das projeções populacionais para 2020⁴⁰, temos para o período 2010-2020 uma taxa média de crescimento anual de 0,47% ao ano⁴¹.

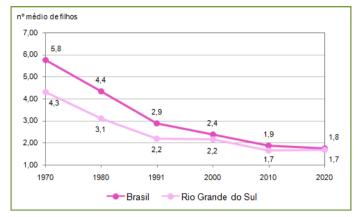
Taxa média geométrica de crescimento populacional anual

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{Pt}{P0}} \right) - 1 \right] *100$$

Taxa de crescimento anual da população 2010-2020 - BR



Taxa de Fecundidade do BR e RS - 1970-2020

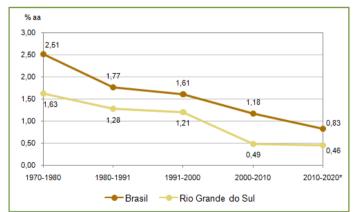


Fonte: IBGE/ Indicadores implícitos na Proieção da População - 2010/2060

Um dos fatores preponderantes no processo que vem resultando no decréscimo da população é a acentuada queda da taxa de fecundidade⁴². Na década de 70, as taxas de fecundidade eram de 4,3 filhos por mulher no Brasil e 5,8 no Rio Grande do Sul. Em 2020, conforme projeção⁴³, esse número caiu para 1,8 para o Brasil e 1,7 para o Estado. Vários fatores contribuem para a queda da fecundidade. O processo de urbanização como consequência do aumento da industrialização, associado a fatores como o aumento no nível educacional, o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, a disseminação de métodos contraceptivos e a melhora nas condições de saúde, entre outros, foram fundamentais para essa mudança.

Outro fator que concorre para a diminuição do ritmo de crescimento da população são as migrações internas, na maior parte das vezes motivadas por fatores econômicos com deslocamentos em direção aos municípios maiores. Muitas áreas do Estado apresentaram taxas negativas de crescimento demográfico, especialmente as regiões da Fronteira. Já as regiões do Litoral, Serra e entorno da Região Metropolitana apresentaram valores acima de 1% ao ano nos últimos nove anos⁴⁴.

Taxa de Crescimento Anual da População do Brasil e RS - 1970-2020



Fonte: IBGE/Censos Demográficos e Projeção da população – 2010/2060

⁴⁰ IBGE/Projeção da população - 2010/2060.

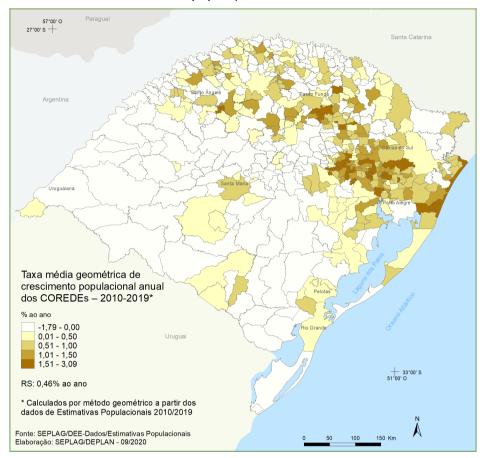
⁴¹ As estimativas de crescimento da população foram calculadas pelo método geométrico. Para obter-se a Taxa média geométrica de crescimento populacional anual (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

⁴² A fecundidade é entendida como o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de seu período reprodutivo.

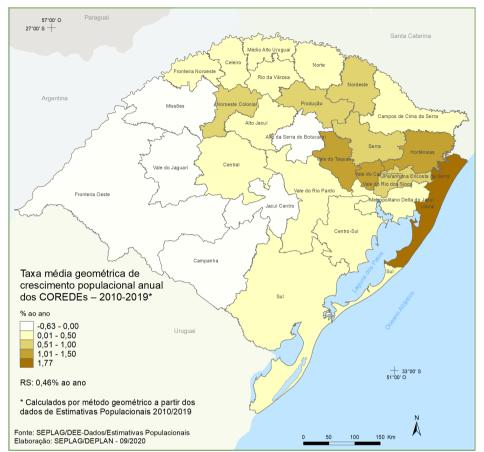
⁴³ IBGE/Projeção da população por sexo e idade - Indicadores implícitos na projeção - 2010/2060.

⁴⁴ Para os mapas de municípios e COREDEs foram utilizadas as Estimativas Populacionais 2010 e 2019/DEE-Dados/SEPLAG/RS.

Taxa de crescimento anual da população 2010-2019 - RS



Taxa de crescimento anual da população 2010-2019 - COREDEs



IDADE E SEXO

A Pirâmide Etária é um gráfico que mostra a distribuição da população de uma determinada região de acordo com a faixa etária e o sexo. Através dela podemos observar a dinâmica populacional no que diz respeito a indicadores como a expectativa de vida, a taxa de natalidade e a mortalidade. Já o Índice de Envelhecimento⁴⁵ demonstra a relação entre a porcentagem de idosos e de jovens na população.

A queda nas taxas de fecundidade, somada ao aumento da expectativa de vida, marcaram o início do processo de envelhecimento da população. Na década de 70, o Rio Grande do Sul apresentava uma distribuição etária com 39,0% da população na faixa de zero a 14 anos, 55,2% na faixa de 15 a 59 anos e 5,8% acima de 60 anos. Esses valores, em 2020, segundo dados da Projeção da População⁴⁶, somam 2.143.707 gaúchos com mais de 60 anos, representando um percentual de 18.8% da população total.

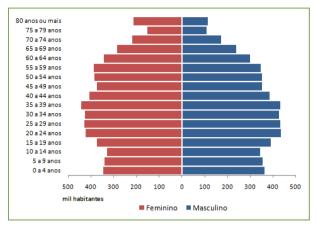
Em relação à pirâmide etária atual do Estado, é importante ressaltar a elevada proporção da população na faixa entre 15 a 59 anos, a chamada idade ativa, e a maior proporção de mulheres nas faixas etárias mais altas. Os dados indicam que a população na faixa acima dos 60 anos triplicou nestes últimos 50 anos, passando dos 5.8% na década de 70 para 18.8% em 2020.

O Índice de Envelhecimento apresentou significativa alteração tanto no Brasil quanto no RS. No Rio Grande do Sul, em 1970, tinha-se uma proporção de 14,8 idosos (60 anos e mais de idade) para cada 100 jovens (de 0 a 14 anos). Os dados revelam que essa proporção vem subindo a cada ano. Em 2020, segundo as projeções populacionais, esse índice já passou de 100%, são 103,3 idosos para cada 100 jovens, sendo o valor mais alto do País.

⁴⁵ Índice de Envelhecimento é calculado pela relação da População idosa (60 e mais)/População jovem (0 a 14 anos) X 100. No Brasil, é considerado idoso a pessoa com 60 anos ou mais. Entretanto, está em análise, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 5.383/19, que altera a legislação vigente para que as pessoas sejam consideradas idosas a partir dos 65 anos de idade.

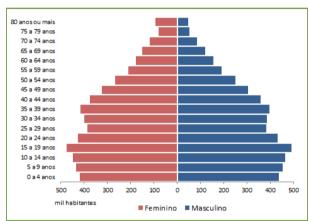
46 IBGE: Projeção da população por sexo e idades simples – 2010/2060.

Pirâmide Etária do RS - 2020



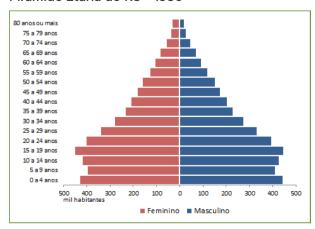
Fonte: IBGE: Projeção da população por sexo e idades simples - 2010/2060

Pirâmide Etária do RS - 2000



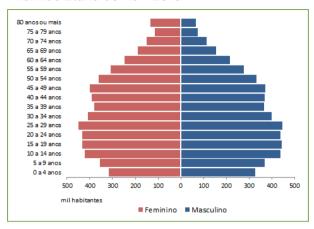
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000

Pirâmide Etária do RS - 1980



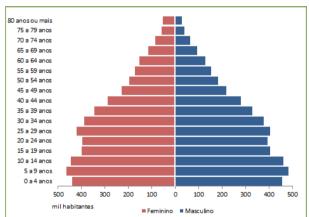
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1980

Pirâmide Etária do RS - 2010



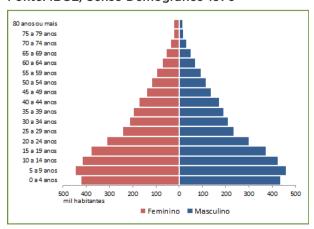
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Pirâmide Etária do RS - 1991



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1970

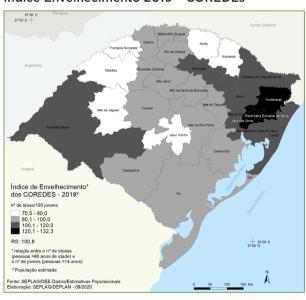


Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1970

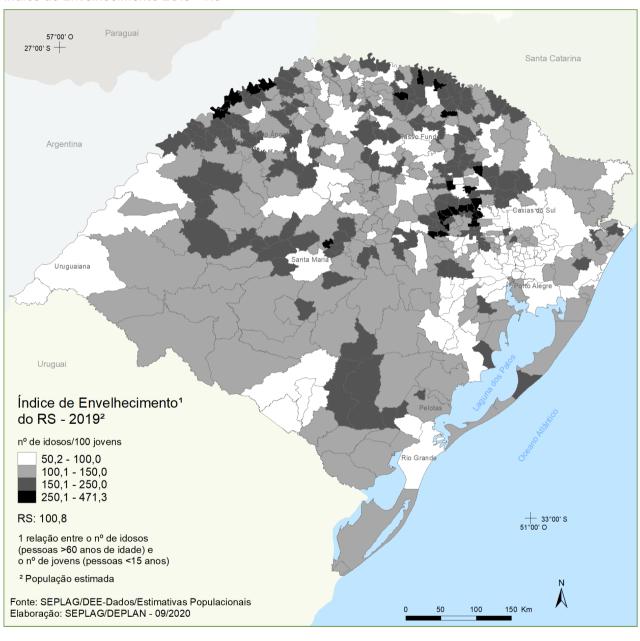
Índice de Envelhecimento 2020 - BR



Índice Envelhecimento 2019 - COREDEs



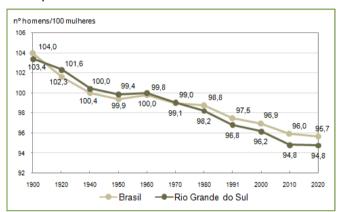
Índice de Envelhecimento 2019 - RS



A Razão de Sexo⁴⁷ é o indicador que avalia a proporção de homens e mulheres em uma população. É um indicador que é influenciado por taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade. No Brasil, tem apresentado uma tendência de gueda ao longo do tempo.

No início do século passado havia, no País, 104,0 homens para cada 100 mulheres e, no Estado, esse valor era de 103,4. Conforme dados do IBGE para as Projeções da População⁴⁸, em 2020, essa relação ficou em 95,7 no Brasil e 94,8 no RS⁴⁹. Os dados demonstram a predominância feminina em termos absolutos tanto na população brasileira como na população gaúcha. E essa predominância se acentua na maioria das regiões e nas faixas etárias mais avancadas.

Evolução da razão de sexo no Brasil e RS - 1900-2020

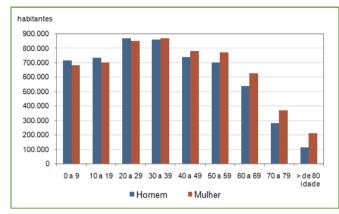


Fonte: IBGE/Censos e Projeção da população por sexo e idade - 2010/2060

Razão de sexo 2020 - BR

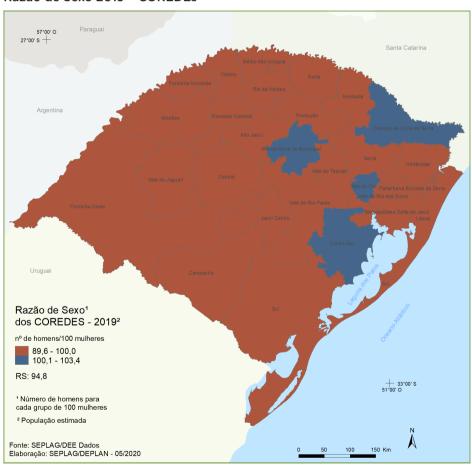


População residente no RS por sexo e faixas de idade - 2020



Fonte: IBGE/Projeção da população por sexo e idade - 2010/2060

Razão de Sexo 2019 - COREDEs

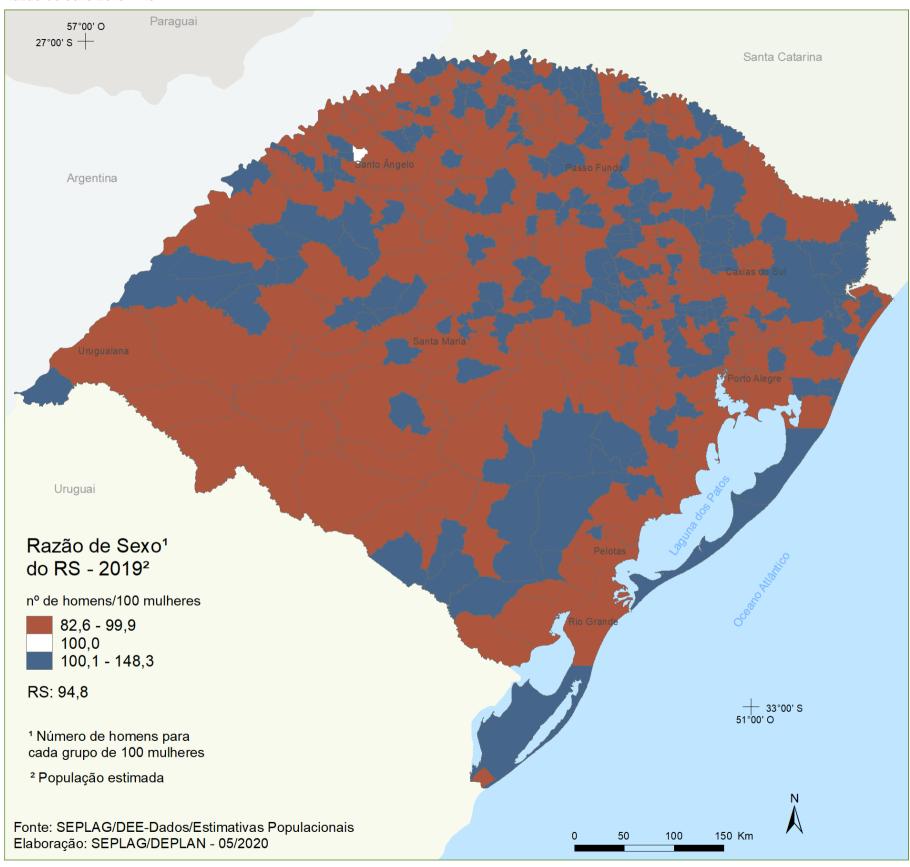


⁴⁷ A Razão de Sexo é calculada pela relação do nº de homens/nº de mulheres X 100. Expressa a relação quantitativa entre os sexos, isto é, o número de homens para cada grupo de 100 mulheres. Uma razão 100 indica igual número de homens e mulheres. Acima de 100, predominância de homens, e abaixo, predominância de mulheres.

⁴⁸ IBGE: Projeção da população por sexo e idades simples - 2010/2060.

⁴⁹ Para os mapas de municípios e COREDEs foram utilizadas as Estimativas Populacionais 2019/DEE-Dados/SEPLAG/RS.

Razão de Sexo 2019 - RS



URBANIZAÇÃO

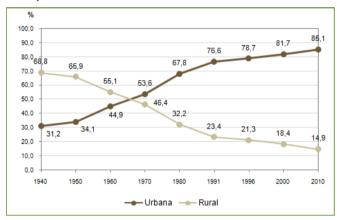
Até meados dos anos 60, o Brasil ainda era um país eminentemente agrícola, com uma taxa de urbanização inferior a 45%. Daí em diante a mesma só cresceu, atingindo, em 2010, o valor de 84,4%.

O Rio Grande do Sul, acompanhando a tendência brasileira, já apresentava, em meados dos anos 50, um forte crescimento no número de habitantes urbanos. A taxa de urbanização do Estado, até essa década, variou entre 34,1% e 44,9%; portanto, ainda uma predominância da população rural sobre a urbana. Já na década seguinte, a maior proporção passou a ser da população urbana.

Desde então, de forma progressiva, a população gaúcha vem se concentrando nas cidades. Segundo dados do Censo de 2010, o Estado apresenta atualmente 85,1% da sua população total vivendo em áreas urbanas.

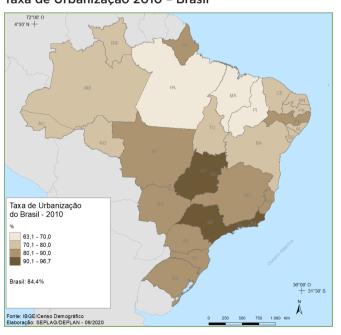
Entre os COREDEs, as maiores taxas de urbanização estão no Vale do Rio dos Sinos e Metropolitano (taxas superiores a 90%), e as menores estão no Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai e Celeiro (taxas inferiores a 60%).

Evolução da população do RS por situação de domicílio - 1940 - 2010



Fonte: IBGE/Censos Demográficos

Taxa de Urbanização 2010 - Brasil

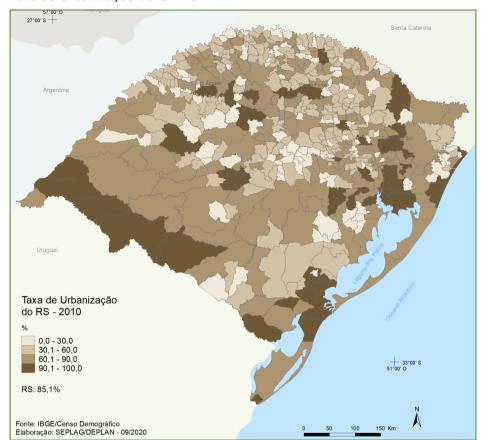


Taxa de Urbanização por COREDEs - 2010

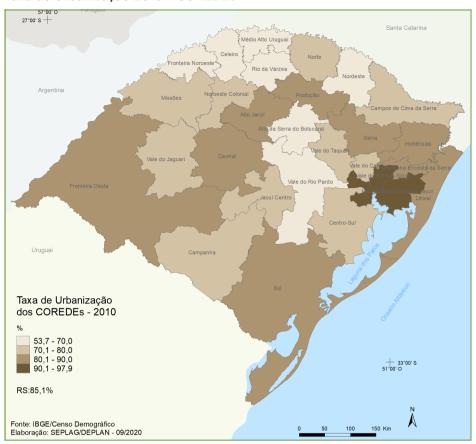
COREDE	Popula	Taxa de		
COREDE	Urbana	Rural	Total	Urbanização
RS	9.100.291	1.593.638	10.693.929	85,1
Alto da Serra do Botucaraí	55.789	48.190	103.979	53,7
Alto Jacuí	130.093	25.171	155.264	83,8
Campanha	169.754	46.515	216.269	78,5
Campos de Cima da Serra	76.855	21.163	98.018	78,4
Celeiro	81.519	59.963	141.482	57,6
Central	326.486	65.147	391.633	83,4
Centro Sul	181.272	72.189	253.461	71,5
Fronteira Noroeste	137.632	65.862	203.494	67,6
Fronteira Oeste	471.132	59.018	530.150	88,9
Hortênsias	102.012	24.973	126.985	80,3
Jacuí Centro	106.368	36.972	143.340	74,2
Litoral	254.373	41.710	296.083	85,9
Médio Alto Uruguai	81.230	67.173	148.403	54,7
Metropolitano Delta do Jacuí	2.362.644	57.618	2.420.262	97,6
Missões	175.877	72.139	248.016	70,9
Nordeste	84.195	42.677	126.872	66,4
Noroeste Colonial	131.062	35.537	166.599	78,7
Norte	158.522	62.896	221.418	71,6
Paranhana Encosta da Serra	177.694	27.214	204.908	86,7
Produção	297.230	40.819	338.049	87,9
Rio da Várzea	83.038	47.510	130.548	63,6
Serra	765.722	96.583	862.305	88,8
Sul	705.261	137.945	843.206	83,6
Vale do Caí	124.897	44.683	169.580	73,7
Vale do Jaguarí	90.243	27.007	117.250	77,0
Vale do Rio dos Sinos	1.263.437	27.054	1.290.491	97,9
Vale do Rio Pardo	263.962	154.179	418.141	63,1
Vale do Taquarí	241.992	85.731	327.723	73,8

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2010

Taxa de Urbanização 2010 - RS



Taxa de Urbanização 2010 - COREDEs



A rede urbana apresentada neste item é resultado do estudo Rede de Influência das Cidades do IBGE. Nesse estudo, o IBGE atualiza o quadro de referência da rede urbana brasileira de estudos já realizados e publicados em 1972, 1987, 2000 e 2008. Nele, a rede urbana está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades presentes no Território Nacional.

As cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis, e estes, subdivididos em dois ou três subníveis:

- 1. Metrópoles: centros urbanos que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Possui três subníveis: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole.
- 2. Capitais Regionais: centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrópoles. Possui também

três subdivisões: Capital Regional A, Capital regional B e Capital Regional C.

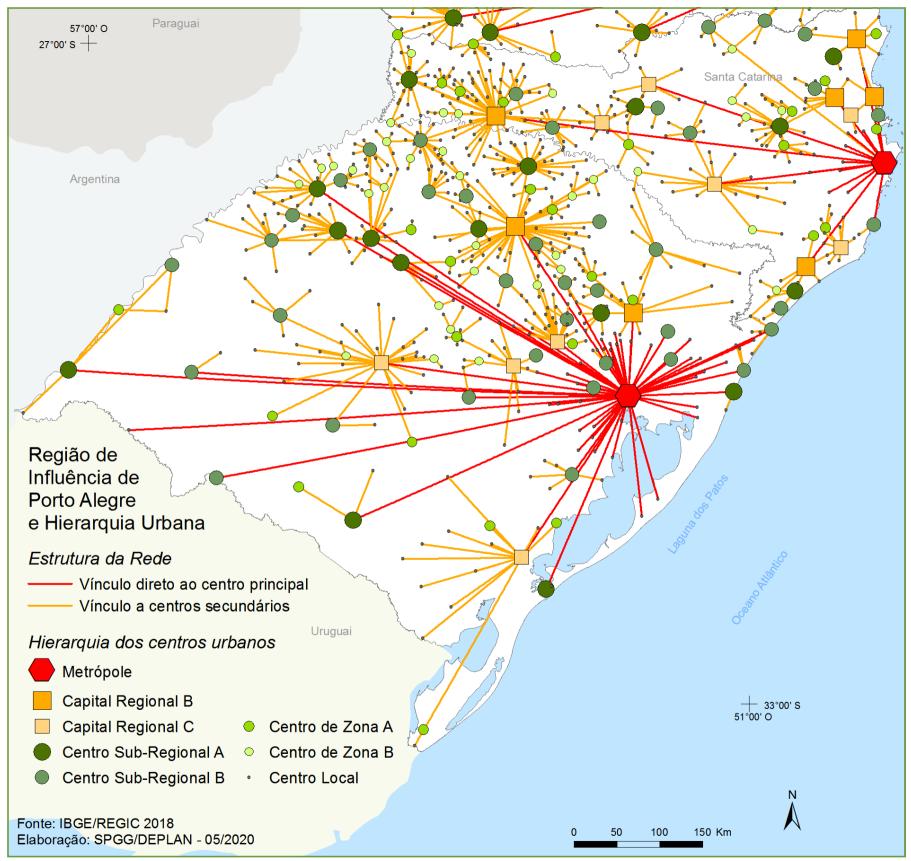
- **3. Centros Sub-Regionais:** centros com atividades de gestão menos complexas, com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. Subdivididos em dois grupos: Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B.
- 4. Centros de Zona: nestes as cidades caracterizamse por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. Estão subdivididos em Centro de Zona A e Centro de Zona B.
- **5. Centros Locais:** cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial.

No Rio Grande do Sul, a capital representa o mais alto nível nessa classificação. A rede de Porto Alegre

se caracteriza por uma importante centralidade da Capital dentro de seu Estado, mas também por um número expressivo de níveis hierárquicos intermediários. No total, a rede de Porto Alegre possui seis Capitais Regionais: as Capitais Regionais B, do Arranjo Populacional de Caxias do Sul e do município de Passo Fundo, acompanhadas pelas Capitais Regionais C, dos Arranjos Populacionais de Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Pelotas. Há ainda um número elevado de Centros Sub-Regionais (39 centros urbanos). A rede da Capital gaúcha apresenta uma série de Centros Sub-Regionais e mesmo Centros Locais que se reportam diretamente à Capital, ignorando as Cidades de centralidade intermediária. Essa situação é particularmente pronunciada na metade sul do RS, caracterizada por uma densidade populacional mais baixa. Na porcão norte, de major fragmentação territorial dos municípios, ainda há redes de Centros Locais subordinados a Centros Sub-Regionais. Contudo. estes últimos - como o Arranjo Populacional de Santo Ângelo e os municípios de Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta - se ligam a Porto Alegre contornando as Capitais Regionais mais próximas. A rede de Porto Alegre se restringe ao território do próprio Estado^{50.}

⁵⁰ IBGE - Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2020

Região de Influência de Porto Alegre e Hierarquia Urbana



A Região Metropolitana de Porto Alegre é a área mais densamente povoada do Rio Grande do Sul. Em 2020, segundo as Estimativas de População⁵¹, concentra 4,4 milhões de habitantes – 38,2% da população total do RS. Dos 19 municípios do Estado com mais de 100 mil habitantes, nove fazem parte da RMPA, e a densidade demográfica média da região é de 421,8 hab/km².

A RMPA foi criada por lei em 1973 e era composta, inicialmente, por 14 municípios. O crescimento demográfico da Região Metropolitana é resultante, principalmente, das migrações internas, da interligação das malhas urbanas e das sucessivas emancipações que ocorreram ao longo desses anos. Isso fez com que novas áreas fossem se integrando à Região, totalizando atualmente 34 municípios. Estes apresentam muitas disparidades em relação aos indicadores socioeconômicos, refletindo uma distribuição desigual de recursos econômicos e de serviços e equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento.

Ano de inclusão, População, Área, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização da RMPA - RS

Ano de		População Total	Área	Densidade Demográfica	Taxa de Urbanização
Inclusão	Municípios	2020 (1)	2019 (2)	2020	2010 (3)
na RMPA		(habitantes)	(km²) ′	(hab/km²)	(%)
	RMPA	4.363.027	10.342,9	421,8	96,90
1973	Alvorada	211.352	71,6	2.949,9	100,00
1998	Araricá	5.771	35,3	163,5	100,00
2000	Arroio dos Ratos	14.177	425,8	33,3	95,45
1973	Cachoeirinha	131.240	43,8	2.997,6	100,00
1973	Campo Bom	69.458	60,8	1.142,2	97,44
1973	Canoas	348.208	130,8	2.662,4	99,86
2001	Capela de Santana	12.064	183,1	65,9	95,24
1994	Charqueadas	41.258	217,4	189,8	97,75
1989	Dois Irmãos	33.119	65,2	508,3	98,27
1989	Eldorado do Sul	41.902	509,6	82,2	100,00
1973	Estância Velha	50.672	52,1	973,0	99,60
1973	Esteio	83.279	27,7	3.009,1	96,40
1989	Glorinha	8.204	323,8	25,3	99,63
1973	Gravataí	283.620	462,7	613,0	93,97
1973	Guaíba	98.239	376,2	261,2	98,93
2011	Igrejinha	37.340	136,8	273,0	89,68
1989	lvoti	24.690	63,1	391,3	30,00
1999	Montenegro	65.721	424,8	154,7	90,88
1989	Nova Hartz	21.875	62,2	351,8	83,23
1998	Nova Santa Rita	29.905	217,9	137,3	94,43
1973	Novo Hamburgo	247.032	223,7	1.104,4	81,75
1989	Parobé	58.858	108,7	541,6	65,35
1989	Portão	37.561	160,4	234,2	97,65
1973	Porto Alegre	1.488.252	495,4	3.004,2	82,15
2010	Rolante	21.453	295,6	72,6	85,73
2000	Santo Antônio da Patrulha	43.171	1.049,8	41,1	90,26
1999	São Jerônimo	24.412	935,6	26,1	77,05
1973	São Leopoldo	238.648	103,0	2.316,7	82,84
2012	São Sebastião do Caí	25.959	112,6	230,6	95,22
1973	Sapiranga	80.037	137,6	581,6	70,84
1973	Sapucaia do Sul	141.808	58,3	2.432,0	59,55
1999	Taquara	57.584	457,6	125,8	78,57
1989	Triunfo	29.856	817,6	36,5	95,36
1973	Viamão	256.302	1.496,5	171,3	80,28

Fonte: IBGE

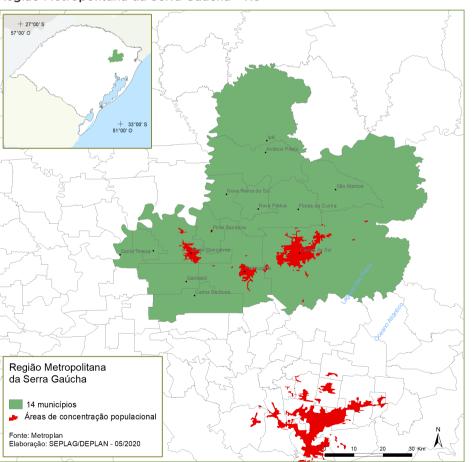
51 IBGE/Estimativas de População 2020

A Região também se caracteriza por constituir-se em um polo de atração, de complementaridade funcional e de integração das dinâmicas políticas e socioeconômicas. Essa característica, antes restrita somente a Porto Alegre e cidades mais populosas, agora se verifica também nas cidades do entorno da RMPA. Muitas pessoas deslocam-se, atraídas pela oferta de serviços e de emprego, se tornando em uma área de acentuada expansão econômica no Estado.

A Região Metropolitana da Serra Gaúcha foi criada pela Lei Complementar nº 14.293, de agosto de 2013, sendo constituída pelos municípios de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, São Marcos, Nova Pádua, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Pinto Bandeira. Todos os municípios correspondiam à Aglomeração Urbana do Nordeste, criada em 1994, acrescida dos municípios de Ipê, Pinto Bandeira e Nova Roma do Sul.

A RMSG apresenta como polo a cidade de Caxias do Sul, sendo o maior centro urbano da Região e segunda cidade mais populosa do Estado. A RMSG forma, com a RMPA, um eixo de ocupação de direção norte-sul com características econômicas muito dinâmicas. Em 2020, segundo as Estimativas de População 2020 do IBGE, o conjunto dos 14 municípios conta com uma população de 864.018 habitantes.

Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RS

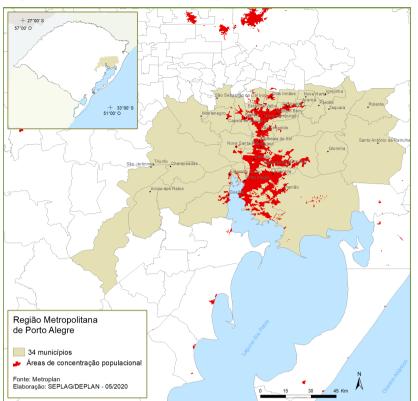


⁽¹⁾ Estimativas de População 2020

⁽²⁾ Áreas Territoriais 2019

⁽³⁾ Não há dados disponíveis para população urbana nas Estimativas de População 2020

Região Metropolitana de Porto Alegre - 2020



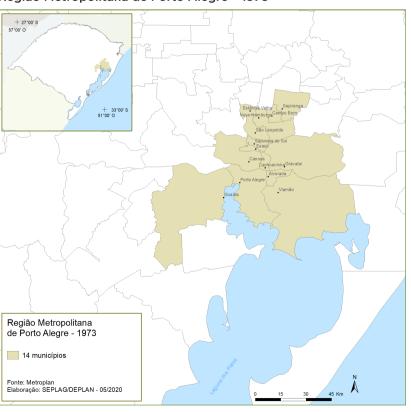
Região Metropolitana de Porto Alegre - 2000



Região Metropolitana de Porto Alegre - 1990



Região Metropolitana de Porto Alegre - 1973



O Rio Grande do Sul possui duas Aglomerações Urbanas instituídas por lei. São elas:

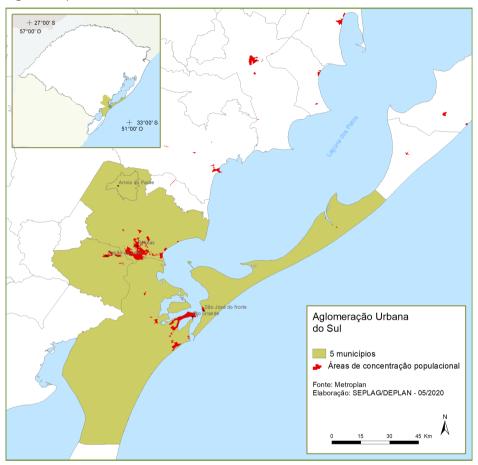
Aglomeração Urbana do Sul: criada em 1990, foi a primeira aglomeração instituída no Estado. Inicialmente era formada por Pelotas e Capão do Leão e, em dezembro de 2003, foram incluídos os municípios de Arroio do Padre, Rio Grande e São José do Norte. Conforme dados das Estimativas de População do IBGE, a Aglomeração Urbana do Sul apresenta, em 2020, uma população de 611.178 habitantes – 5,4% da população do RS. As cidades de Pelotas e Rio Grande formam uma área de concentração populacional, sendo que Pelotas, principalmente, caracteriza-se como centro regional importante com a presença de inúmeros serviços e equipamentos urbanos para o atendimento de toda a região sul do Estado.

Ano de Inclusão, População, Área, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização da Região Metropolitana da Serra Gaúcha - RS

Ano de inclusão na RMSG		População Total 2020 (1) (habitantes)	Área 2019 (2) (km²)	Densidade Demográfica 2020 (hab/km²)	Taxa de Urbanização 2010 (3) (%)
	RMSG	864.018	4.663,7	185,3	91,62
2013	Antônio Prado	13.045	348,2	37,5	72,00
2013	Bento Gonçalves	121.803	273,6	445,2	92,3
2013	Carlos Barbosa	30.241	230,7	131,1	79,36
2013	Caxias do Sul	517.451	1.652,4	313,2	96,3
2013	Farroupilha	73.061	361,5	202,1	86,5
2013	Flores da Cunha	31.063	273,6	113,5	76,88
2013	Garibaldi	35.440	167,6	211,5	88,67
2013	lpê	6.689	599,4	11,2	51,58
2013	Monte Belo do Sul	2.530	69,7	36,3	28,84
2013	Nova Pádua	2.558	102,7	24,9	29,88
2018	Nova Roma do Sul	3.717	149,1	24,9	47,41
2013	Pinto Bandeira*	3.036	104,8	29,0	-
2013	Santa Tereza	1.726	74,1	23,3	36,5
2013	São Marcos	21.658	256,4	84,5	87,54

Fonte: IBGE

Aglomeração Urbana do Sul - RS



⁽¹⁾ Estimativas de População 2020

⁽²⁾ Áreas Territoriais 2019

⁽³⁾ Não há dados disponíveis para população urbana nas Estimativas de População 2020*

^{*}Município instalado em 2013

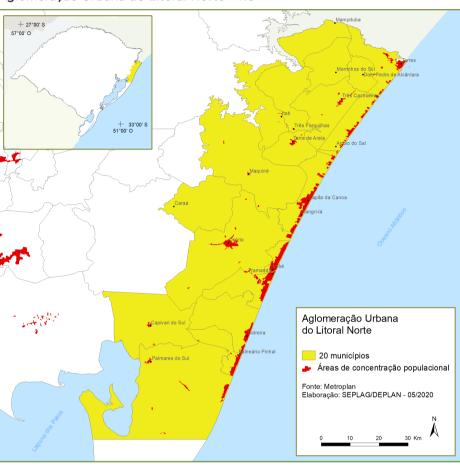
Aglomeração Urbana do Litoral Norte: foi criada em 2004 e é formada pelos municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. Em 2020, segundo dados das Estimativas de População do IBGE, a região tem uma população total de 340.436 habitantes – 3,0% da população gaúcha. Essa região apresenta uma rede urbana hierarquizada, sendo as cidades de Capão de Canoa, Tramandaí e Osório as mais populosas. A Aglomeração possui característica de sazonalidade devido ao turismo de verão; entretanto, alguns municípios apresentaram significativo crescimento em sua população residente nas duas últimas décadas.

População, Área, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização das Aglomerações Urbanas - RS

Ano de criação	Municípios	População Total	Área	Densidade Demográfica	Taxa de Urbanização
		2020 (1)	2019 (2)	2020	2010 (3)
		(habitantes)	(km²)	(hab/km²)	(%)
1990	Aglomeração Urbana do Sul	611.178	6.299	97,0	92,70
	Arroio do Padre	2.951	124,7		16,63
	Capão do Leão	25.409	783,6	32,42	92,11
	Pelotas	343.132	1.609,7	213,16	93,27
	Rio Grande	211.965	2.709,4	78,23	96,05
	São José do Norte	27.721	1.071,8	25,86	68,16
2004	Aglomeração Urbana do Litoral Norte	340.436	5.129	66,4	86,71
	Arroio do Sal	10.279	119,2	86,26	97,02
	Balneário Pinhal	14.363	102,4	140,28	98,96
	Capão da Canoa	54.051	98,3	549,91	99,40
	Capivari do Sul	4.728	412,9	11,45	83,03
	Caraá	8.350	294,5	28,36	14,47
	Cidreira	16.583	243,4	68,13	96,78
	Dom Pedro de Alcântara	2.527	78,2	32,31	29,06
	Imbé	23.271	39,8	585,20	99,95
	Itati	2.397	206,9	11,58	8,20
	Mampituba	2.973	156,7	18,98	18,91
	Maquiné	6.681	621,6	10,75	29,89
	Morrinhos do Sul	2.919	166,2	17,56	40,85
	Osório	46.414	663,6	69,95	92,69
	Palmares do Sul	11.330	949,2	11,94	89,37
	Terra de Areia	11.315	142,3	79,53	52,59
	Torres	39.064	161,6	241,70	96,20
	Tramandaí	52.632	142,9	368,37	97,58
	Três Cachoeiras	11.115	251,5	44,20	73,42
	Três Forquilhas	2.669	217,3	12,28	13,21
	Xangri-lá	16.775	60,8	275,91	99,56

Fonte: IBGE

Aglomeração Urbana do Litoral Norte - RS



⁽¹⁾ Estimativas de População 2020

⁽²⁾ Áreas Territoriais 2019

⁽³⁾ Não há dados disponíveis para população urbana nas Estimativas de População 2020



INDICADORES SOCIAIS

INDICADORES SOCIAIS

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO - IDESE

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul. O IDESE é o resultado da agregação de três blocos de indicadores. Para cada uma das variáveis componentes dos blocos é calculado um Índice, entre O (nenhum desenvolvimento) e 1 (desenvolvimento total), que indica a posição relativa para os municípios. São fixados, a partir disto, valores de referência máximo (1) e mínimo (0) de cada variável. O índice final de cada bloco é a média aritmética dos índices dos seus sub-blocos.

Considera-se a classificação do índice em alto (acima de 0,800), médio (entre 0,500 e 0,799) e baixo (menor de 0,499).

O IDESE considera, no total, um conjunto de 12 indicadores dividido em três blocos: Educação, Renda e Saúde.

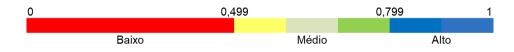
O **Bloco Educação** utiliza cinco indicadores que se dividem em quatro subblocos, de acordo com faixas etárias: população entre quatro e cinco anos (taxa de matrícula na pré-escola), população entre seis e 14 anos (nota da Prova Brasil 5º e 9º ano do ensino fundamental), população entre 15 e 17 anos (taxa de matrícula no ensino médio) e população com 18 anos ou mais (percentual da população adulta com pelo menos ensino fundamental completo).

O **Bloco Renda** é composto por dois sub-blocos: apropriação de renda e geração de renda.

O **Bloco Saúde** utiliza cinco indicadores que são divididos em três sub-blocos: saúde materno-infantil (taxa de mortalidade de menores de 5 anos e número de consultas pré-natal por nascidos vivos), condições gerais de saúde (taxa de mortalidade por causas evitáveis e proporção de óbitos por causas mal definidas) e longevidade (taxa bruta de mortalidade padronizada).

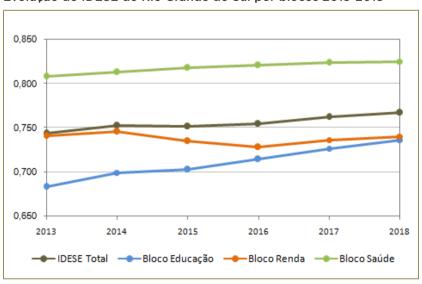
O Rio Grande do Sul encontra-se no patamar de médio desenvolvimento, com índice de 0,767 em 2018. O Bloco Saúde, embora tenha avançado menos do que os demais no período de 2013 a 2018, é o único dos três que se encontra no nível de alto desenvolvimento. Os Blocos Educação e Renda se encontram no nível médio, sendo que a educação teve maior crescimento e a renda uma leve queda nestes 5 anos.

Faixa do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico IDESE



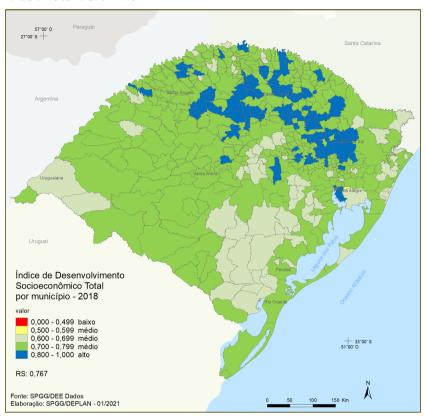
Fonte: SEPLAG.

Evolução do IDESE do Rio Grande do Sul por blocos 2013-2018

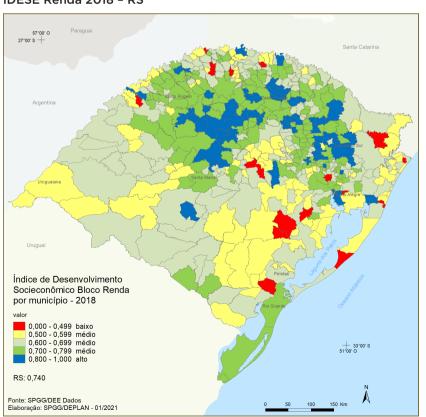


Fonte: SEPLAG/DEE Dados.

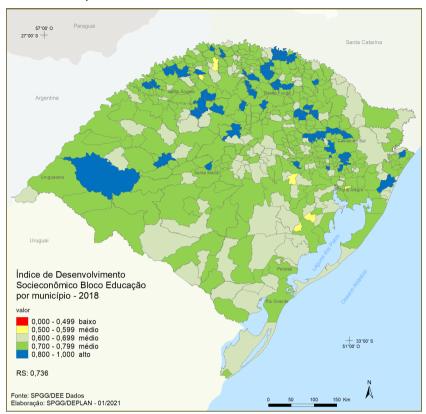
IDESE Total 2018 - RS



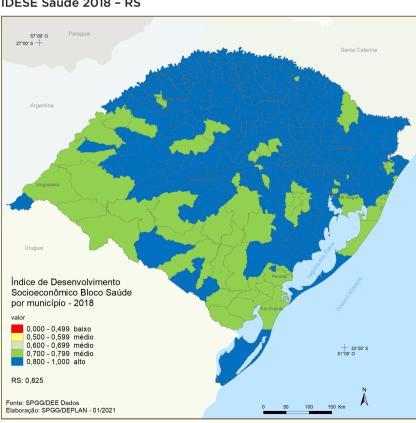
IDESE Renda 2018 - RS



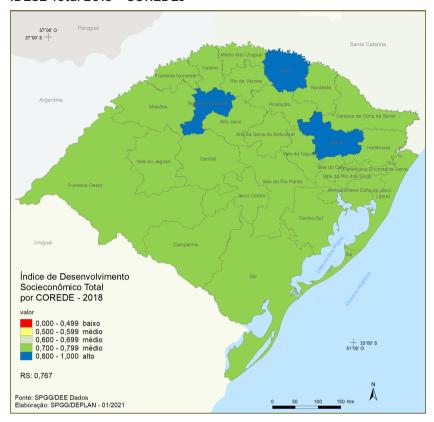
IDESE Educação 2018 - RS



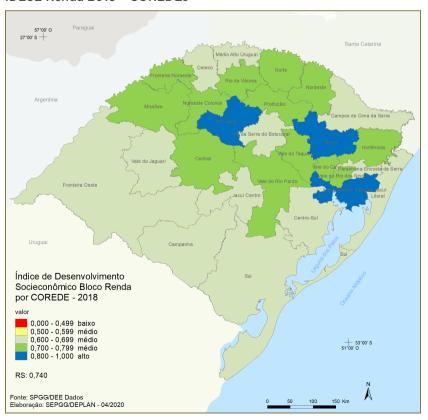
IDESE Saúde 2018 - RS



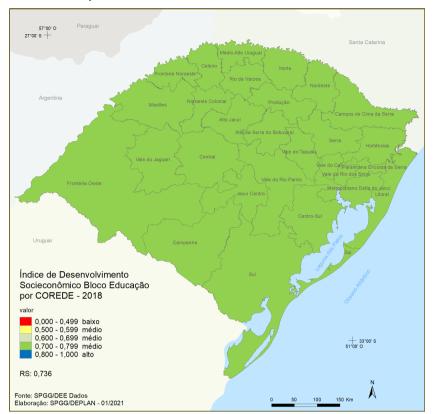
IDESE Total 2018 - COREDES



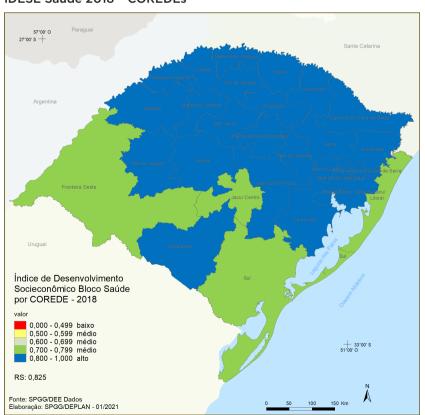
IDESE Renda 2018 - COREDEs



IDESE Educação 2018 - COREDES



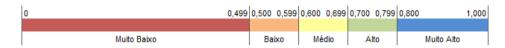
IDESE Saúde 2018 - COREDEs



ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH E IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da Organização das Nações Unidas – ONU. O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.

Escala do IDH



Fonte: SEPLAG

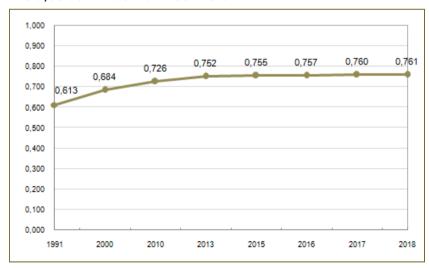
As dimensões que constituem o IDH são:

Renda: padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita;

Saúde/Longevidade: vida saudável e longa medida pela expectativa de vida;

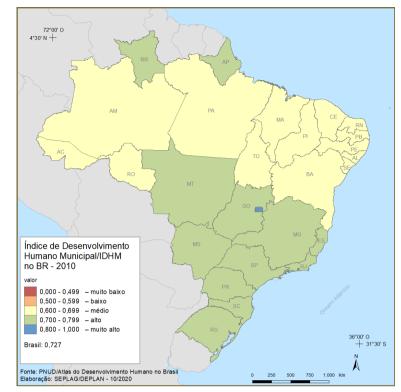
Educação: acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar.

Evolução do IDH do Brasil 1991-2018



Fonte: PNUD/Relatório de Desenvolvimento Humano 2019

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 - BR



Evolução do IDH do Rio Grande do Sul - 1991/2000/2010

	1991	2000	2010
Total	0,542	0,664	0,746
Renda	0,667	0,720	0,769
Longevidade	0,729	0,804	0,840
Educação	0,328	0,505	0,642

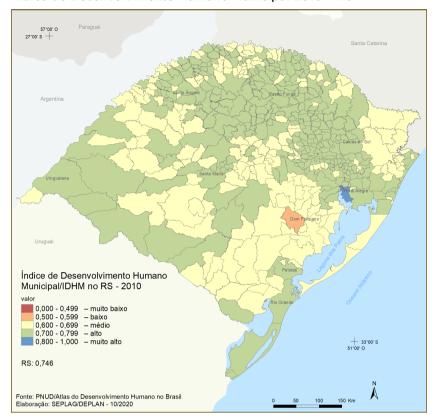
Fonte: PNUD/Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O Brasil, conforme relatório de Desenvolvimento Humano 2019 com base nos dados de 2018, encontra-se na faixa de alto desenvolvimento, com IDH de 0,761. Entre os 189 países e territórios reconhecidos pela ONU, o Brasil ocupa a 79º posição no *ranking*. O país com o maior IDH no mundo é a Noruega, com 0,954 (desenvolvimento muito alto). Entre os países com o desenvolvimento muito baixo, a Nigéria aparece na última posição, com IDH de 0,377.

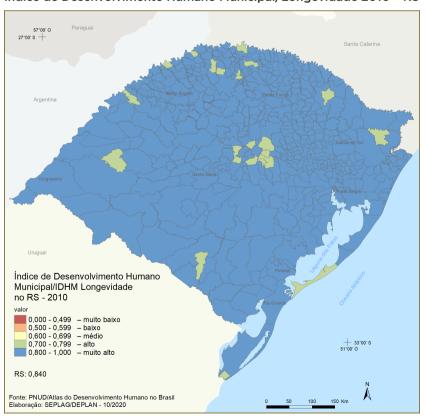
O IDH também é usado para apurar o desenvolvimento de cidades, estados e regiões através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. O IDHM brasileiro é um ajuste metodológico do IDH Global e segue as mesmas três dimensões. Porém, não é possível fazer comparação entre o IDHM de um município e o IDH de um país. Os dados estão disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁵².

⁵² O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e a Fundação João Pinheiro. Os dados foram baseados nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 e contemplam os estados e municípios. Recentemente, foram divulgados valores do IDHM para o período 2012-2017 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE. Porém, contemplam somente os Estados, Regiões Metropolitanas – RMs e Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs.

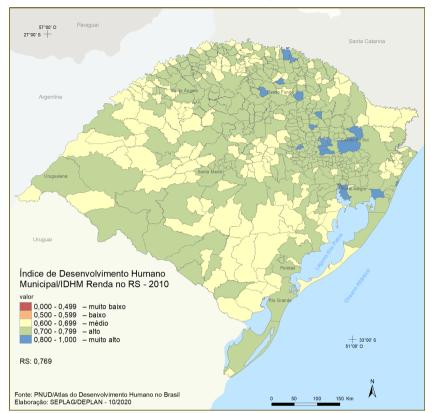
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010 - RS



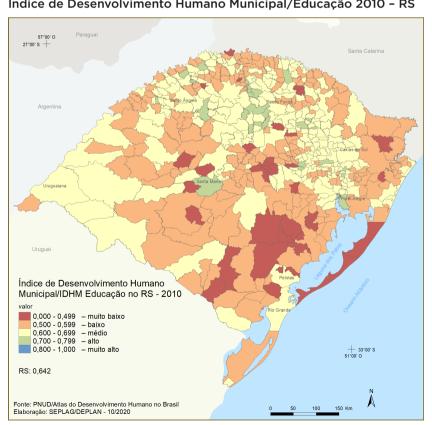
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/Longevidade 2010 - RS



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/Renda 2010 - RS



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal/Educação 2010 - RS



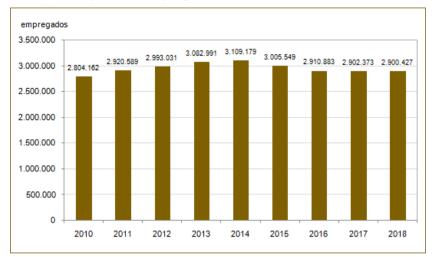
EMPREGO E RENDA

Na primeira metade da década de 2010, o Brasil vinha experimentando taxas anuais positivas de crescimento do número de empregados formais, que variaram entre 1,27 e 5,09%, segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério da Economia. A partir de 2015, o País passa a possuir taxas negativas, com um acumulado, entre 2014 e 2018, de -5,93%. Nessa diminuição do número de empregados formais, observa-se um eixo, do Maranhão a Santa Catarina, passando pela região central do País, com alta participação do agronegócio, que foi menos impactado pela crise econômica, sofrendo menores perdas.

O Rio Grande do Sul acompanhou as variações nacionais, acumulando perda de empregos formais, entre 2014 e 2018, de -6,71%. Semelhantemente ao Brasil, as regiões mais industrializadas sofreram maiores perdas percentuais, destacando-se os COREDEs Metropolitano-Delta do Jacuí, Paranhana-Encosta da Serra, Sul, Serra e Vale do Rio dos Sinos.

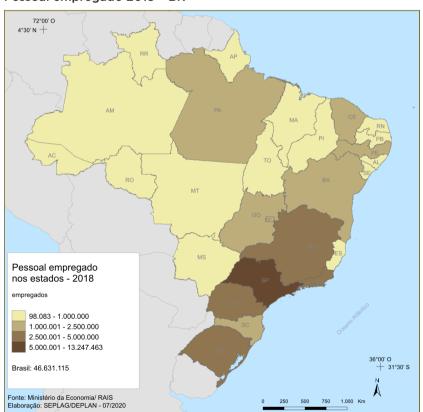
No que concerne à renda per capita média, os dados se referem ao último censo, de 2010, e o Rio Grande detinha o quinto maior valor entre os estados. Entre seus municípios, destacava-se um eixo entre Porto Alegre e Passo Fundo, que possuía médias superiores às estaduais.

Evolução do pessoal empregado no Rio Grande do Sul 2010-2018

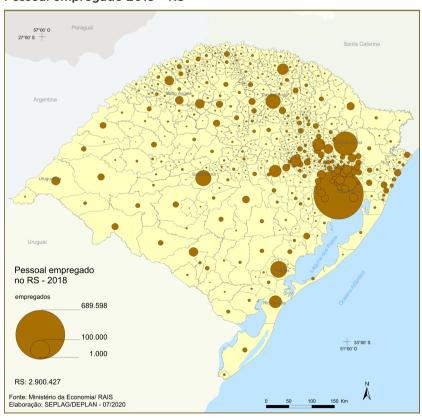


Fonte: Ministério da Economia/RAIS.

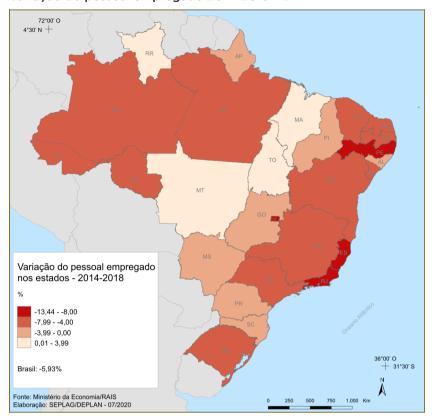
Pessoal empregado 2018 - BR



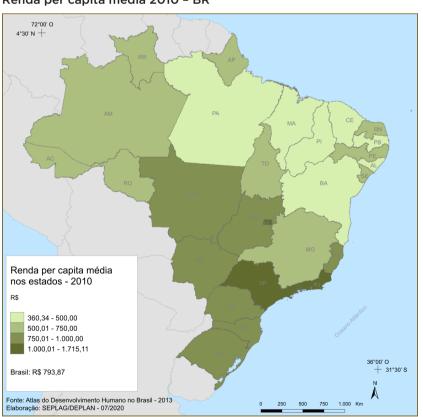
Pessoal empregado 2018 - RS



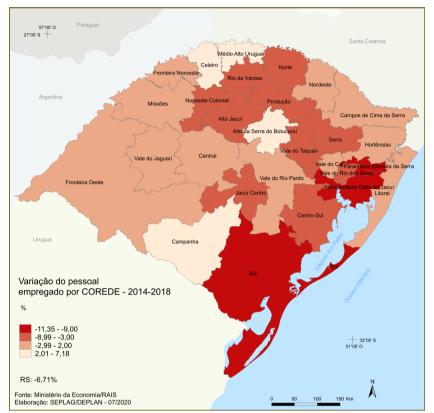
Variação do pessoal empregado 2014-2018 - BR



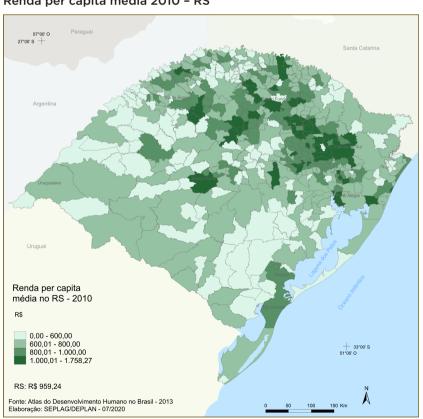
Renda per capita média 2010 - BR



Variação do pessoal empregado 2014-2018 - COREDEs



Renda per capita média 2010 - RS

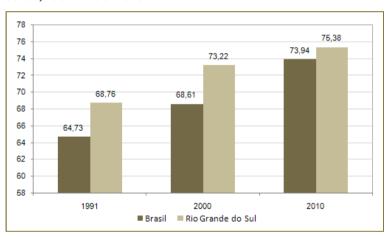


SAÚDE

A esperança de vida é um importante indicador das condições socioeconômicas e ambientais e do nível de qualidade da saúde de determinado país ou região, pois está intimamente relacionada com o acesso ao sistema de saúde local e a adequação deste em responder às necessidades da população. Ela também reflete as recentes transformações do comportamento demográfico e dos indicadores sociais, como a queda acentuada da fecundidade e da mortalidade, que resultam na demanda crescente por estruturas de serviços de saúde relacionadas ao envelhecimento da população.

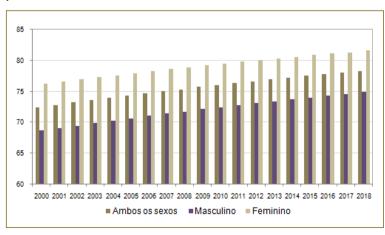
De acordo com o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* do PNUD, a esperança de vida para ambos os sexos no Rio Grande do Sul apresentou-se superior à do Brasil em 1991, 2000 e 2010. Entre os 27 estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2010, o quarto com a maior esperança de vida ao nascer, superado pelo Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo.

Esperança de vida ao nascer no Brasil e RS, para ambos os sexos, 1991-2000-2010



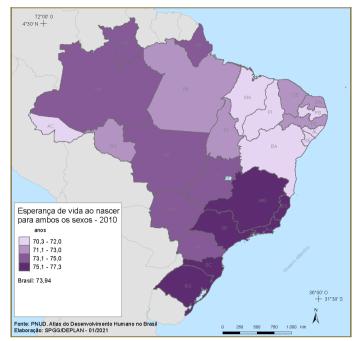
Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Esperança de vida ao nascer no RS, segundo o sexo, no período 2000-2018

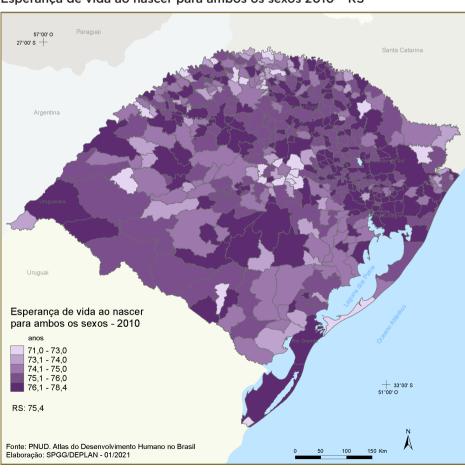


Fonte: IBGE. Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o Período 2000/2060 – Revisão 2018 e Projeção da população das Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000/2030 – Revisão 2018.

Esperança de vida ao nascer ambos os sexos 2010 - BR



Esperança de vida ao nascer para ambos os sexos 2010 - RS



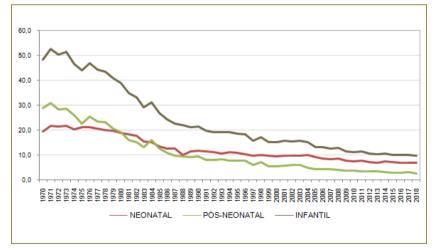
Segundo o IBGE, a esperança de vida ao nascer no RS, para ambos os sexos, passou de 72,4 em 2000, para 78,3 em 2018. Os estudos de evolução demográfica demonstram que, no Rio Grande do Sul, a transição demográfica começou mais cedo em relação a maior parte dos estados brasileiros e tornouse mais evidente nas últimas décadas, caracterizando-se pelo rápido aumento absoluto e relativo das faixas de população adulta e idosa. Em relação ao sexo, essas diferenças ficam ainda mais evidentes quando se constata a maior esperança de vida ao nascer das mulheres, que, em 2018, atingiu 81,6 anos, enquanto a dos homens ficou em 74,9 anos. Como resultado, o número de mulheres é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas.

O coeficiente de mortalidade infantil é utilizado por todos os países como um dos mais sensíveis indicadores de saúde, pois a morte de crianças com menos de um ano é influenciada direta ou indiretamente por condições de história e idade materna, consanguinidade, procedimentos perinatais, condições e tipo de parto, pré-natal, prematuridade, baixo peso ao nascer, más formações congênitas, mães portadoras de doenças infectocontagiosas, condições socioeconômicas, entre outros fatores de risco. Reflete a qualidade dos cuidados pré e pós-natal das crianças, além de demonstrar a eficácia das políticas públicas em relação às ações de prevenção com a saúde materna.

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o coeficiente de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul apresentou-se bem inferior ao do Brasil em 1991, 2000 e 2010. Entre os 27 estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2010, o segundo com menor coeficiente de mortalidade infantil, superado apenas por Santa Catarina. Os últimos dados disponíveis para o RS do DATASUS registraram, em 2018, o valor de 9,8 óbitos/1.000 n.v.

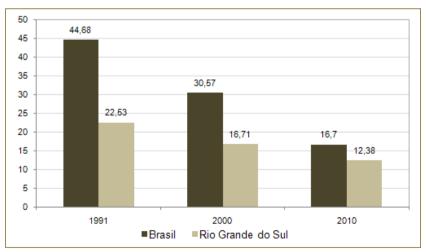
De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde – SESRS, os dois componentes principais do indicador: a mortalidade neonatal (de 0 a 28 dias) e a pósneonatal ou infantil tardia (de 28 a 364 dias), passaram, respectivamente, de 9,5 em 2000 para 7,1 em 2018 e de 5,6 em 2000 para 2,7 em 2018. Entre os municípios, os dados da SES RS demonstraram que persiste um número significativo com coeficientes acima da média do Estado. Em 2018, 92 municípios do RS (19% do total) apresentaram Coeficientes de Mortalidade Infantil superiores à média do Estado (9,8 óbitos/1.000 n.v.). Deve-se ressaltar, ainda, que a grande maioria desses municípios conta com população absoluta e número de nascimentos muito baixos sendo, portanto, onde os casos de morte repercutem com mais intensidade nas taxas de mortalidade.

Evolução do Coeficiente de Mortalidade Infantil, Neonatal e Pós Neonatal no RS 1970 a 2018



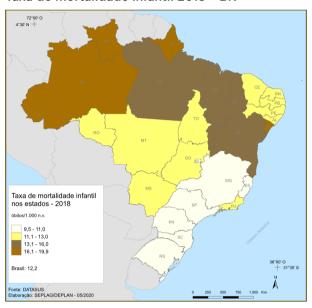
Fonte: SES RS/ Estatísticas de Saúde - Mortalidade e DATASUS

Coeficiente de mortalidade infantil no Brasil e RS - 1991, 2000 e 2010 (óbitos/1000 n.v.)

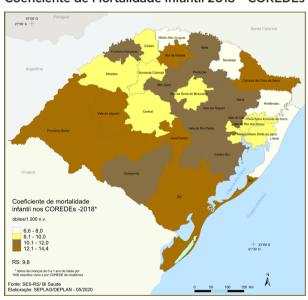


Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

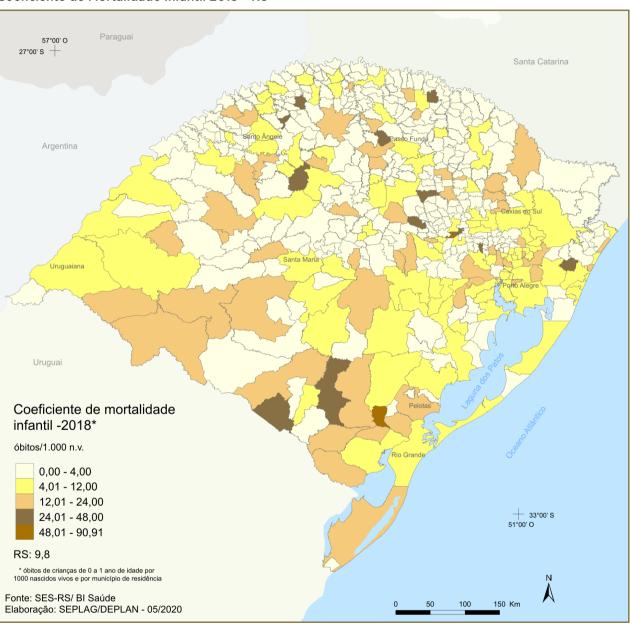
Taxa de mortalidade infantil 2018 - BR



Coeficiente de Mortalidade Infantil 2018 - COREDEs



Coeficiente de Mortalidade Infantil 2018 - RS

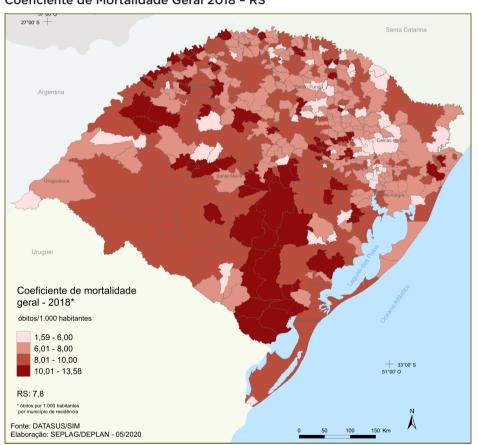


O Coeficiente de Mortalidade Geral é uma das medidas mais utilizadas em saúde pública e expressa a relação entre o total de óbitos de um determinado local pela população exposta ao risco de morrer. Apesar de não ser considerado um bom indicador, possibilita comparações temporais e entre diferentes unidades geográficas53.

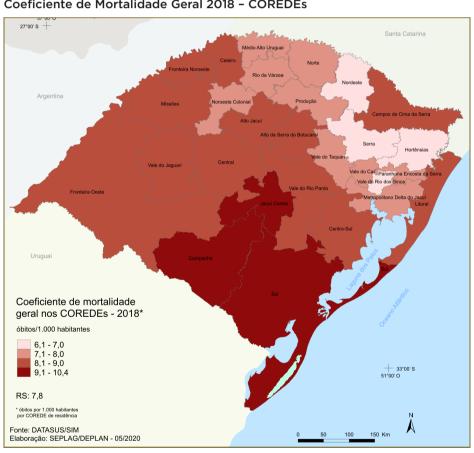
O Brasil apresentou importantes mudanças nos quadros de morbidade e mortalidade nos últimos 40 anos, passando de um perfil em que havia a prevalência de problemas típicos de uma população predominantemente jovem para um perfil no qual as notificações de enfermidades crônicas são crescentes. mais próprias de uma população com predomínio das faixas etárias mais avan-

cadas. Segundo a SES RS. essas mudancas se fizeram sentir no Rio Grande do Sul de forma mais acentuada, uma vez que a proporção de idosos sempre foi superior à média brasileira. Vários fatores colaboram para isso: maior expectativa de vida entre as unidades da Federação, queda contínua da mortalidade infantil e da natalidade, melhoria das condições sanitárias e de urbanização, ampla cobertura vacinal e prevenção de doenças por maior acesso aos servicos de saúde. Desse conjunto de fatores resulta uma mais elevada prevalência de fatores de risco, com taxas de morbimortalidade e custos crescentes de assistência à saúde decorrentes, principalmente, de doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças respiratórias crônicas e de causas externas.

Coeficiente de Mortalidade Geral 2018 - RS



Coeficiente de Mortalidade Geral 2018 - COREDEs



⁵³ Segundo a SESRS, a qualidade do dado gerado para análise da mortalidade é instrumento valioso de vigilância epidemiológica e para o planejamento de ações e monitoramento da sua eficácia. O Sistema de mortalidade da SES-RS codifica todas as Declarações de Óbito segundo as regras da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID10, atual, CID10BR. Assim, quanto menor a porcentagem de mortes notificadas por causas mal-definidas melhor a qualidade da informação de mortalidade. (In: SESRS. A saúde da população do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, CEVS, 2006. 181 p.)

No RS, no ano de 2018, os grupos de causas principais da mortalidade geral para ambos os sexos são: as doenças do aparelho circulatório (32,7%); neoplasias ou tumores (20,8%); doenças do aparelho respiratório (14,2%); causas externas de morbidade e mortalidade (13,8%); doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (7,4%); doenças do aparelho digestivo (6,1%); e algumas doenças infecciosas e parasitárias (5,0%). E, entre as 10 categorias de doenças que mais levam ao óbito estão: doenças isquêmicas do coração; doenças cerebrovasculares; infarto agudo do miocárdio; pneumonia; outras doenças cardíacas; diabetes mellitus; restante de sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (Rest sint, sin e ach anorm clín e laborat); as agressões; doenças hipertensivas; doenças hipertensivas; e as doenças crônicas das vias aéreas inferiores.

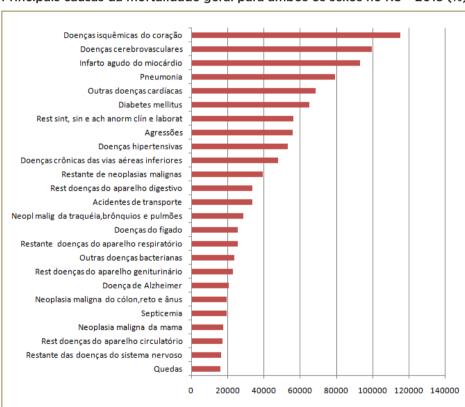
Sobre a evolução dos grupos de causas principais, é importante ressaltar que a tendência de queda na categoria das doenças do aparelho circulatório, registrada a partir de 1990, não se manteve no ano de 2018, apresentando um relevante aumento e permanecendo com os maiores índices entre as demais.

Também é importante ressaltar o aumento continuado da categoria de neoplasias desde 1970. De outro lado, a diminuição da participação das causas mal definidas aponta para uma melhora qualitativa dos registros de mortalidade.

Quanto à distribuição do Coeficiente de Mortalidade Geral entre os municípios, chama atenção que mais da metade dos municípios apresentaram índices acima da média do Estado (7,8 óbitos por 1.000 habitantes em 2018).

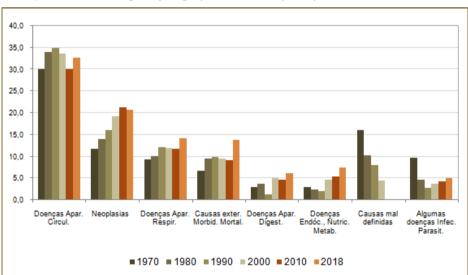
......

Principais causas da mortalidade geral para ambos os sexos no RS - 2018 (%)



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM 2018

Evolução mortalidade geral por grupos de causas principais no RS - 1970 - 2018 (%)

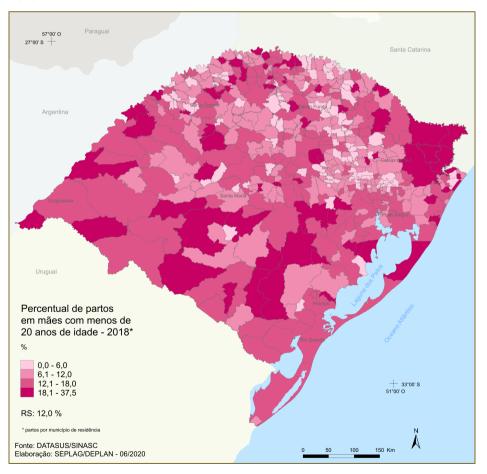


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM 2018

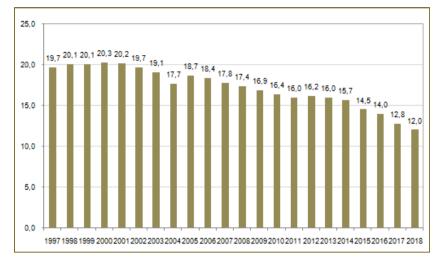
A gravidez precoce é, frequentemente, uma situação de risco para a saúde da mãe e do feto. É muito importante avaliar a saúde física e mental da adolescente, pois, normalmente, os casos de gravidez em mulheres com menos de 20 anos não são planejados e, não raro, resultam na busca por aborto ou no abandono do filho. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde – OMS, aproximadamente um terço das mulheres que buscam atendimento hospitalar por complicações de abortos são adolescentes, o que aumenta o risco de mortalidade materna nessa faixa etária.

A proporção de casos de gravidez na adolescência, no Rio Grande do Sul, é uma das menores do Brasil. Em 2017, segundo o DATASUS, era de 12,83% a proporção de nascidos vivos de mães com menos de 20 anos de idade, enquanto a média do Brasil era de 16,45%. Entre as unidades da Federação, o RS está na 24ª colocação, superado apenas por São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal com, respectivamente, 12,10%, 11,89% e 11,13%. Em 2018, o indicador atingiu 12%, segundo a Secretaria Estadual de Saúde, confirmando a tendência de queda já observada desde 2000.

Percentual de partos de mães com menos de 20 anos de idade 2018 - RS

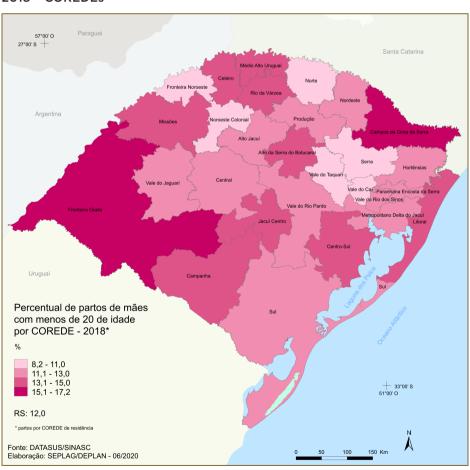


Percentual de partos de mães com menos de 20 anos de idade no RS no período 1997-2018.



Fonte: DATASUS/SINASC

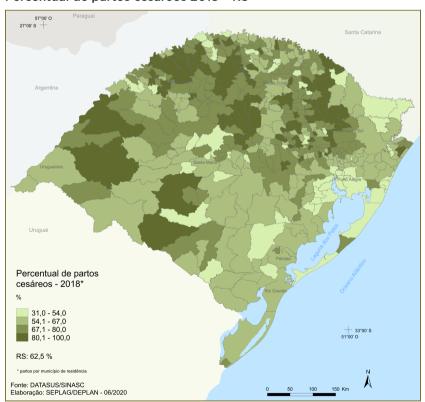
Percentual de partos de mães com menos de 20 anos de idade 2018 - COREDEs



Outro aspecto importante da saúde materna e neonatal é a proporção de partos cesáreos⁵⁴. No Brasil, as taxas são extremamente elevadas em todas as regiões, bem acima do preconizado pela OMS, que, já em 1985, defendia taxas entre 5% e 15%, proporção essa reiterada em estudos mais recentes. De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS⁵⁵, a cesariana, quando indicada desnecessariamente, acarreta riscos à saúde da mãe e do bebê: aumenta em 120 vezes as chances de problemas respiratórios no recém-nascido e triplica o risco de morte da parturiente durante o procedimento e devido à infecção puerperal. Cerca de 25% dos óbitos neonatais e 16% dos óbitos infantis no Brasil estão associados à prematuridade⁵⁶ desencadeada pelas cesáreas programadas.

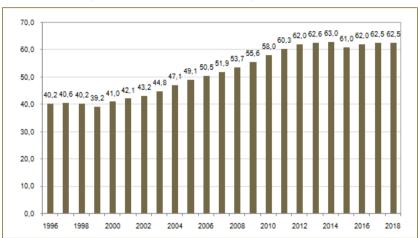
No Brasil, em 2017 o percentual de partos cesáreos era de 55,66%, enquanto no Rio Grande do Sul, o terceiro no *ranking* entre as unidades da Federação, chegava a 62,85%, bem superior à taxa brasileira. A proporção de cesarianas se mostrou crescente ao longo do período de 2000 a 2014, tendo atingido, no Estado, a proporção máxima de 63%, em 2014. A queda de dois pontos percentuais de 2015 em relação ao ano anterior foi observada em vários outros estados do País e também na média nacional. Conforme o Ministério da Saúde, a redução dos números de partos cesáreos foi consequência de medidas como a implementação de políticas públicas como a da Rede Cegonha e investimentos em centros de Parto Normal; a qualificação das maternidades de alto risco; a maior presença de enfermeiras obstétricas durante o parto; e a atuação da Agência Nacional de

Percentual de partos cesáreos 2018 - RS



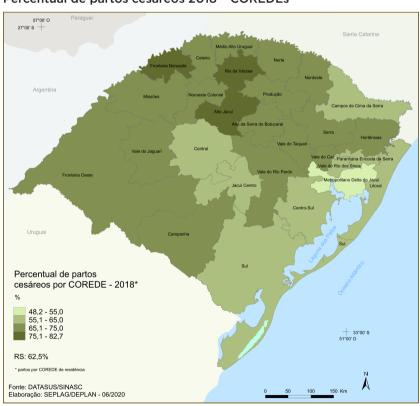
Saúde Suplementar junto às operadoras de planos de saúde. Essa queda não se manteve no ano de 2016 no Rio Grande do Sul, o percentual de cesáreas tornou a aumentar, passando de 61% em 2015, para 62% no ano de 2016. Em 2017, é registrado novamente um aumento no percentual, atingindo 62,5%. Valor esse que se conserva no ano seguinte.

Percentual de partos cesáreos no RS no período 1996-2018



Fonte: DATASUS/SINASC.

Percentual de partos cesáreos 2018 - COREDEs



⁵⁴ Cesarianas são procedimentos cirúrgicos idealizados e praticados visando o alívio de condições maternas ou fetais, quando há risco para a mãe, para o feto, ou ambos, durante o trabalho de parto e, em algumas situações específicas, fora dele.

⁵⁵ A ANS publicou resolução para estimular o parto normal na saúde suplementar em 07/01/2015.

⁵⁶ Prematuridade é definida pela OMS como nascimento antes de 37 semanas de gestação.

Os Hospitais, conforme o Ministério da Saúde, podem ser definidos como estabelecimentos de saúde com serviços diferenciados, dotados de capacidade de internação, atendimento ambulatorial com consultas regulares e de urgência e de meios de diagnóstico e terapêutica, com o objetivo de prestar à população assistência médica curativa e de reabilitação, competindo-lhes, também, colaborar na prevenção de doenças, no ensino e na investigação científica. Os critérios para a classificação dos hospitais enquadram-se em abordagens diversas, tais como: área de influência e diferenciação técnica; hierarquização de valências; número de especialidades; regime de propriedade; presença de ensino universitário, entre outros⁵⁷.

O Rio Grande do Sul, 7º colocado no *ranking* dos estados em número de hospitais, contava, em junho de 2020, com 333 estabelecimentos hospitalares distribuídos por 224 dos 497 municípios. Nessa data, havia 20 Hospitais Especializados, 298 Hospitais Gerais e 15 Hospitais Dia, segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do DATASUS.

Os estabelecimentos hospitalares estão mais concentrados nos municípios mais populosos. Em junho de 2020, Porto Alegre concentrava 34 estabelecimentos, seguido por Caxias do Sul com 10, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas com 8 e Canoas com 7. No que se refere aos COREDEs, o Metropolitano Delta do Jacuí possuía a maior concentração com 45 estabelecimentos hospitalares, seguido pelos COREDEs Serra e Vale do Rio dos Sinos com 24 hospitais cada um; e COREDE Sul, com 23.

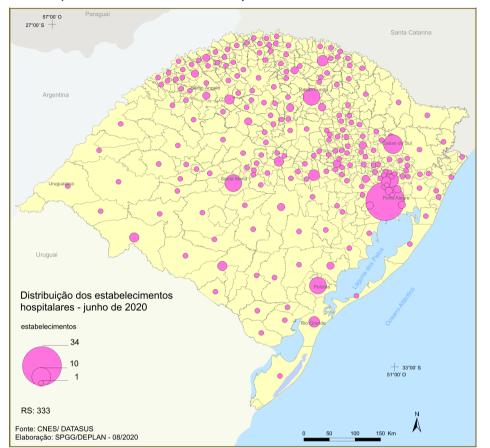
Tipos de estabelecimentos de saúde no RS em 2020 (nº de unidades)

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAUDE	N° DE UNIDADES
POSTO DE SAÚDE	735
CENTRO DE SAÚDE/UNIDADE BÁSICA	1888
POLICLÍNICA	879
HOSPITAL GERAL	298
HOSPITAL ESPECIALIZADO	20
UNIDADE MISTA	9
PRONTO SOCORRO GERAL	11
PRONTO SOCORRO ESPECIALIZADO	6
CONSULTÓRIO	15662
UNIDADE MÓVEL FLUVIAL	1
CLINICA ESPECIALIZADA/AMBULATORIO ESPECIALIZADO	3004
UNIDADE DE SERVICO DE APOIO DE DIAGNOSE E TERAPIA	2.595
UNIDADE MÓVEL TERRESTRE	74
UNIDADE MÓVEL DE NÍVEL PRÉ-HOSPITALAR NA ÁREA DE URGÊNCIA	268
FARMÁCIA	438
UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	59
COOPERATIVA	25
HOSPITAL DIA	15
CENTRAL DE REGULAÇÃO	16
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	35
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA LACEN	2
SECRETARIA DE SAÚDE	510
CENTRO DE ATENÇÃO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	30
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS	219
CENTRO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA-CASF	37
UNIDADE DE ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA	14
PRONTO ATENDIMENTO	103
ACADEMIA DA SAÚDE	230
TELESAÚDE	3
CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA DAS URGÊNCIAS	8
SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR ISOLADO (HOME CARE)	70
OFICINA ORTOPÉDICA	5
CENTRAL DE NOTIF. CAPTAÇÃO E DISTR. ÓRGÃOS ESTADUAL	10
UNIDADE DE ATENCAO EM REGIME RESIDENCIAL	1
TOTAL	27.280

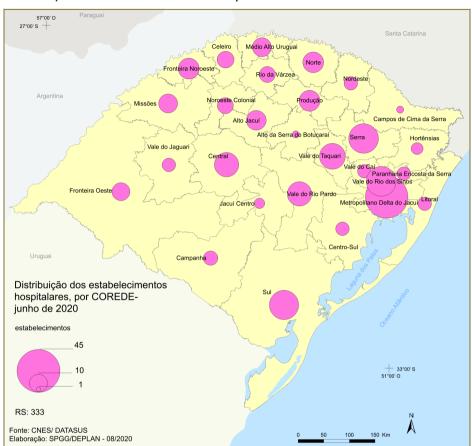
Fonte: DATASUS/SINASC

⁵⁷ In: Portal de Codificação e dos GDH: http://portalcodgdh.min-saude.pt/

Distribuição dos Estabelecimentos Hospitalares 2020 - RS



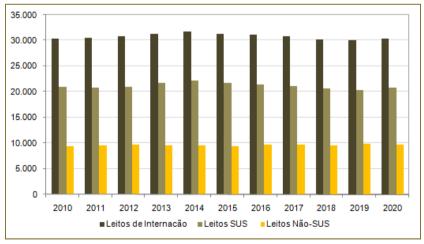
Distribuição dos Estabelecimentos Hospitalares 2020 - COREDEs



A oferta de leitos compõe um dos parâmetros de cobertura hospitalar que faz parte da Programação das Ações Básicas de Saúde do Ministério da Saúde. O número recomendado é de 3 a 4 leitos/1.000 habitantes⁵⁸. O último dado divulgado para os estados brasileiros coloca o RS como o de maior cobertura: 2,7 leitos/1.000 habitantes em junho de 2020 (DATASUS/CNES).

Quanto à distribuição de leitos hospitalares, o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, onde vivem cerca de 23% da população total do Estado, era o que apresentava, em junho de 2020, o maior número de leitos, com aproximadamente 23% do total estadual. Os COREDEs Serra, Produção e Sul apareciam na sequência. E entre os municípios, Porto Alegre apresentava, na mesma data, o maior número de leitos, com 7.023, seguido de Caxias do Sul com 1.356 e Passo Fundo com 1.166. Do total de leitos hospitalares do Rio Grande do Sul, cerca de 68% correspondiam a leitos do Sistema Único de Saúde – SUS.

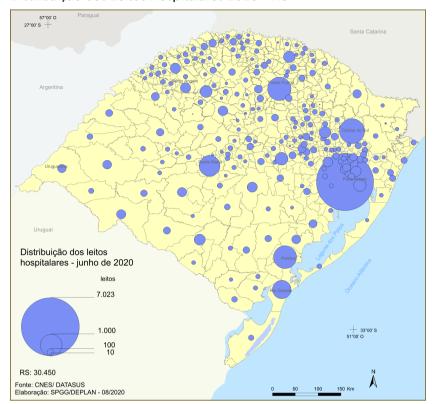
Evolução do número de leitos hospitalares no RS 2010-2020 (nº leitos)



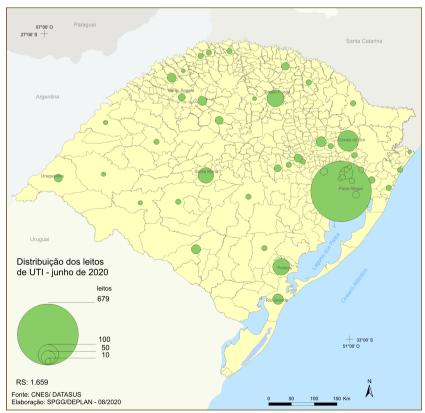
Fonte: DATASUS/CNES

⁵⁸ In: MINISTÉRIO DA SAÚDE/SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE/DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Parâmetros para Programação das Ações Básicas de Saúde, fevereiro 2001. 37p.

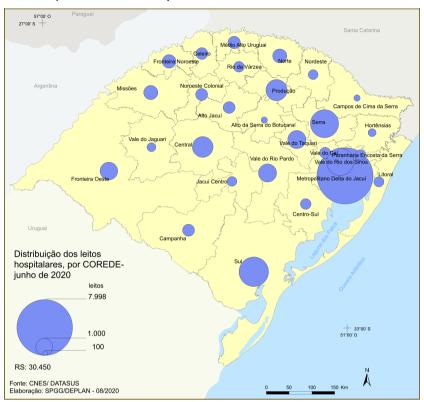
Distribuição dos Leitos Hospitalares 2020 - RS



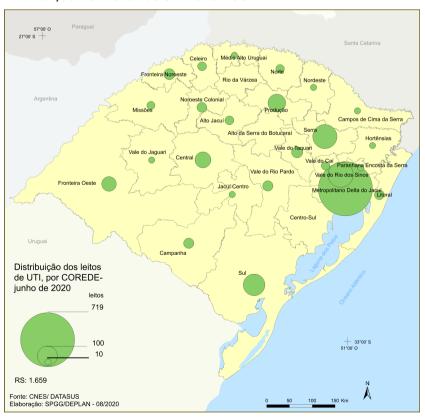
Distribuição dos Leitos de UTI 2020 - RS

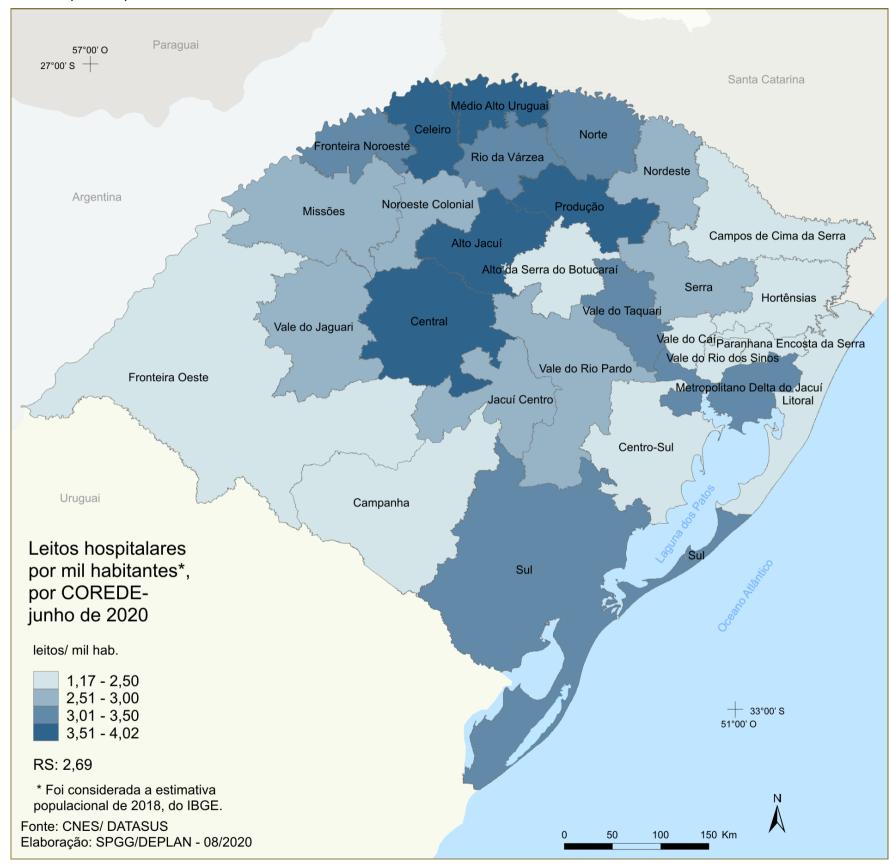


Distribuição dos Leitos Hospitalares 2020 - COREDEs



Distribuição dos Leitos de UTI 2020 - COREDEs





EDUCAÇÃO

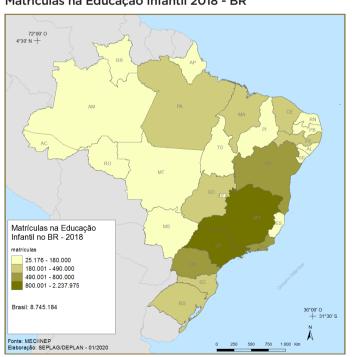
A Educação Infantil é assegurada pela Constituição Federal. É um direito da criança e um dever do Estado. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, a Educação Infantil passou a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica. A criança não é obrigada a frequentá-la, mas o poder público tem o dever de oferecê-la. Com a reestruturação da LDB em 2006, em que o Ensino Fundamental passou a ser de 9 anos, a Educação Infantil passou a atender crianças entre 0 e 5 anos de idade em duas etapas, sendo as creches para crianças de 0 a 3 anos, e as pré-escolas, de 4 a 5 anos.

A comprovada importância da educação no processo de desenvolvimento da criança, nos primeiros anos de vida, e a crescente necessidade de as famílias disporem de uma instituição que compartilhe o cuidado e a educação de seus filhos fez com que o número de instituições de educação infantil sofresse um significativo aumento ao longo dos últimos anos. Contudo, a oferta ainda está aquém da demanda.

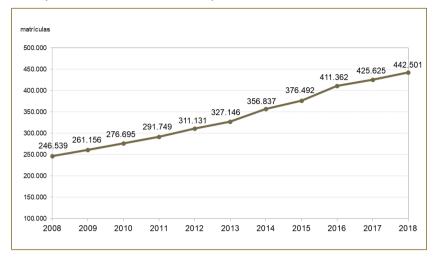
Segundo dados do INEP, a quantidade de matrículas no Brasil, em dez anos, aumentou 29%. No RS, esse valor foi de 79%. Em 2008, havia 6,8 milhões de crianças matriculadas no Brasil e 246.539 no Rio Grande do Sul. Em 2018, a quantidade de matrículas subiu para 8,7 milhões no País e 442.501 no Estado.

Observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a maioria das escolas tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul é de responsabilidade do poder público municipal. No Estado, as escolas municipais responderam por 55% do total dos estabelecimentos em 2018. No Brasil, esse valor é ainda maior, chegando a 67%. Isso se deve, em parte, à pressão da demanda sobre os governos municipais, que estão mais próximos das comunidades e, principalmente, pela prioridade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e fundamental.

Matrículas na Educação Infantil 2018 - BR

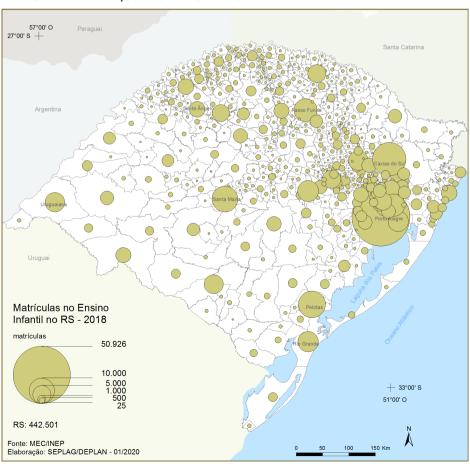


Evolução das Matrículas na Educação Infantil no RS 2008 - 2018

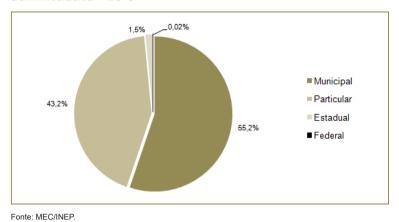


Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação Infantil 2018 - RS



Estabelecimentos na Educação Infantil no RS, por dependência administrativa - 2018

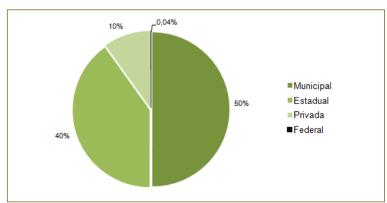


O Ensino Fundamental, no Brasil, é uma das etapas da Educação Básica e, pela Constituição Federal, obrigatório para as crianças entre 6 e 14 anos de idade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que o ensino possa ser organizado em séries, ciclos ou disciplinas. Em fevereiro de 2006, houve alteração na lei, ampliando o Ensino Fundamental de 8 para 9 anos.

Nos últimos anos, o País e o Estado vêm apresentando uma redução nos números absolutos do total de matrículas desse nível de ensino. No período 2008 a 2018, o Brasil reduziu em 16% suas matrículas, passando de 32,3 milhões para 27,2 milhões. O Rio Grande do Sul teve um percentual de -19,5%, passando de 1,6 milhão para 1,3 milhão. A queda nas matrículas do ensino fundamental, em parte, pode ser explicada pela queda das taxas de natalidade e pela regularização do fluxo de atendimento de alunos, através da estabilização da repetência.

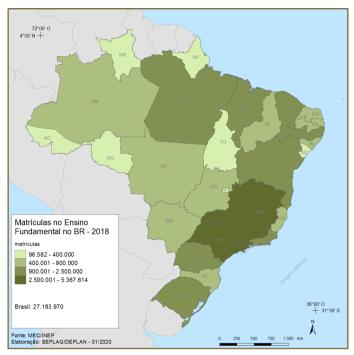
Observando a distribuição dos estabelecimentos entre a esfera pública e privada, constata-se que a maioria das escolas do Rio Grande do Sul é de responsabilidade do poder público municipal, tendo as escolas municipais respondido por 50% do total dos estabelecimentos em 2018. Isso se relaciona com a obrigatoriedade constitucional de atuação dos municípios na educação infantil e ensino fundamental.

Estabelecimentos de Ensino Fundamental no RS, por dependência administrativa - 2018

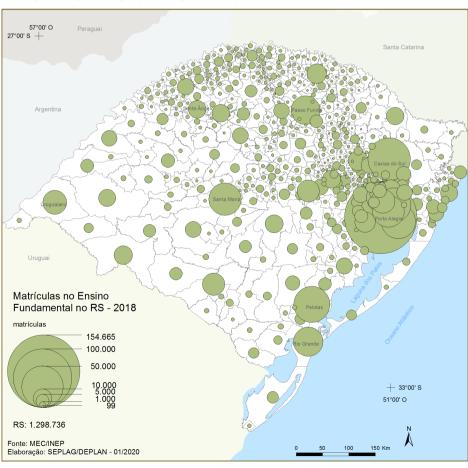


Fonte: MEC/INEP.

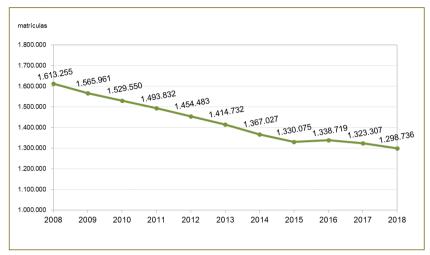
Matrículas no Ensino Fundamental 2018 - BR



Matrículas no Ensino Fundamental 2018 - RS

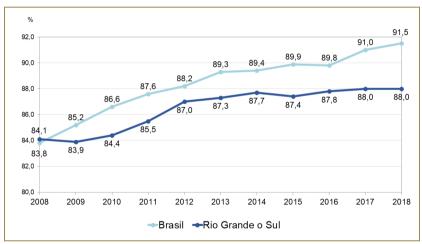


Evolução das matrículas do RS no Ensino Fundamental 2008-2018



Fonte: MEC/INEP.

Evolução da Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental do RS e do Brasil 2008-2018

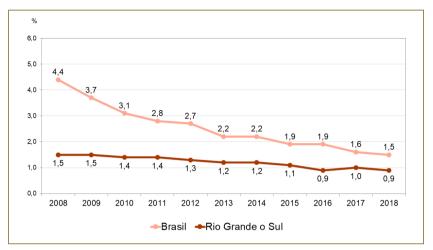


Fonte: MEC/INEP.

A taxa de aprovação no Ensino Fundamental no Estado variou de 84,1%, em 2008, para 88% em 2018. No Brasil, nesse mesmo período, a variação foi de 7,8 pontos percentuais, passando de 83,8% para 91,5%. Conforme estudos, valores entre 90% e 95% seriam o ideal para o País.

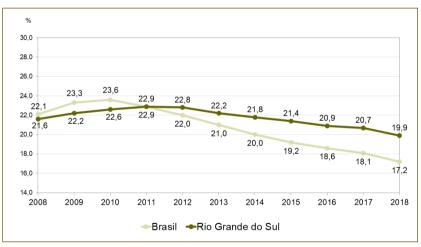
A taxa de abandono também apresentou melhora. No Estado, variou de 1,5% para 0,9% e, no País, de 4,4% para 1,5% no mesmo período analisado.

Evolução da Taxa de Abandono no Ensino Fundamental do RS e do Brasil 2008-2018



Fonte: MEC/INEP.

Evolução da Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental do RS e do Brasil 2008-2018

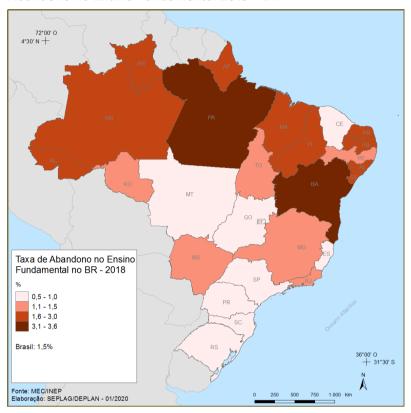


Fonte: MEC/INEP.

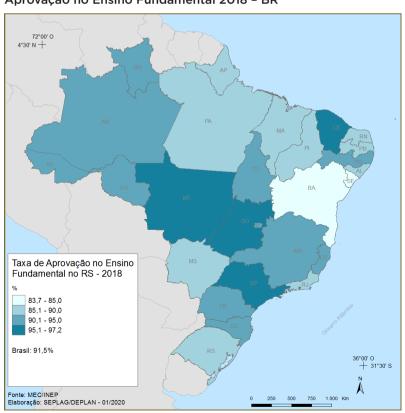
A taxa de distorção idade-série para o RS foi de 21,6% em 2018, já a média brasileira foi de 22,1%. Esse número revela a proporção de alunos com idade superior à adequada em cada nível, isto é, demonstra o percentual de jovens que estão cursando o Ensino Fundamental fora da faixa adequada (6 a 14 anos).

A melhoria das taxas de rendimento deve ser uma meta a ser perseguida, pois contribui positivamente para a melhoria da educação, reduzindo o analfabetismo e elevando o nível de instrução da população.

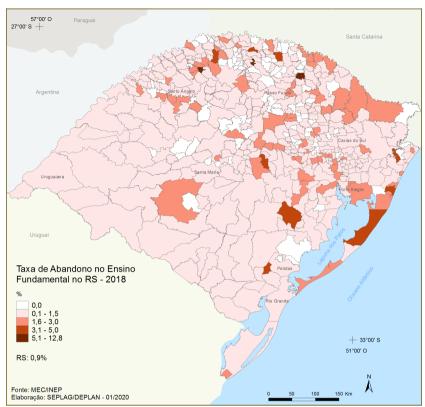
Abandono no Ensino Fundamental 2018 - BR



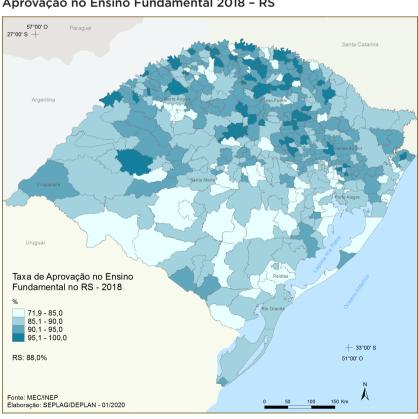
Aprovação no Ensino Fundamental 2018 - BR



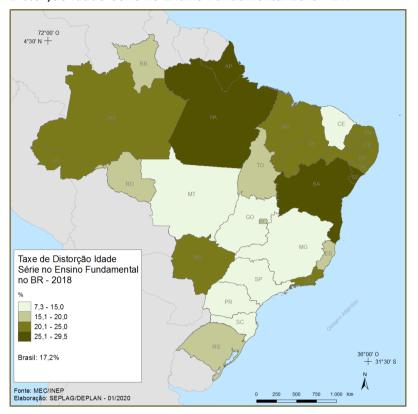
Abandono no Ensino Fundamental 2018 - RS



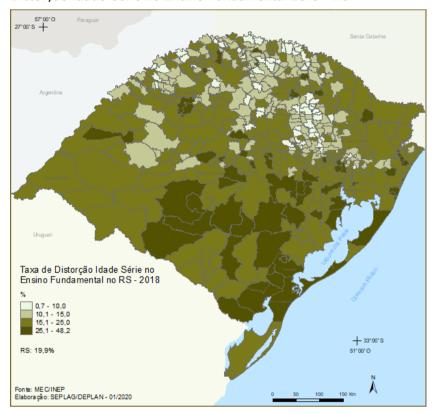
Aprovação no Ensino Fundamental 2018 - RS



Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental 2018 - BR



Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental 2018 - RS

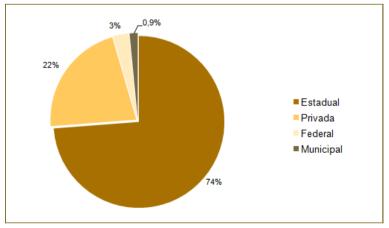


O Ensino Médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, corresponde à etapa final da Educação Básica. Tem a duração mínima de três anos e possui como principais finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos; a preparação para o trabalho; o desenvolvimento da capacidade de compreensão dos conhecimentos; e o aprimoramento do educando enquanto cidadão.

Verifica-se uma redução do número de matrículas, ao longo dos últimos anos. Em 2018, o Brasil apresentou uma redução de 7,9% de matrículas no ensino médio. Já, no Estado, a redução foi três vezes maior. As matrículas passaram de 429.630 para 338.065, uma redução de 21%. Entre as causas para esse fenômeno, estão a redução da população nessa faixa etária e a relativa estabilização do fluxo escolar.

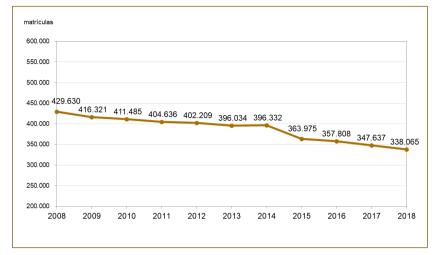
Observando a distribuição dos estabelecimentos entre as esferas pública e privada, constata-se que a rede pública no Estado continua sendo a maior responsável pela oferta. Em 2018, 74% das matrículas eram da rede pública estadual.

Estabelecimentos de Ensino Médio no RS, por dependência administrativa - 2018



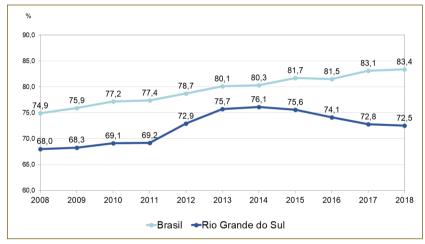
Fonte: MEC/INEP.

Evolução das matrículas do RS no Ensino Médio 2008-2018



Fonte: MEC/INEP.

Evolução da Taxa de Aprovação no Ensino Médio do RS e do Brasil - 2008-2018



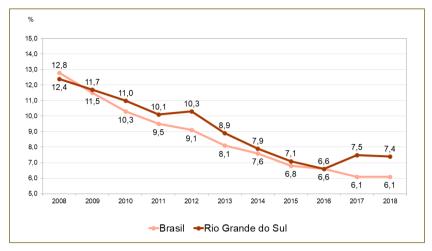
Fonte: MEC/INEP.

A taxa de aprovação para o nível médio no Rio Grande do Sul, nos últimos

10 anos, passou de 68% em 2008 para 72,5% em 2018. Esse valor é baixo se comparado aos demais estados e à média nacional. No Brasil, em 2018, a taxa alcançou 83,4%.

Embora a taxa de aprovação seja discutível quanto a sua relação com a qualidade do ensino, ela possui muita relevância como indicador, porque altera de forma significativa o fluxo escolar.

Evolução da Taxa de Abandono no Ensino Médio do RS e do Brasil 2008-2018



Fonte: MEC/INEP

Evolução da Taxa de Distorção Idade-Série no Ensino Médio do RS e do Brasil 2008-2018

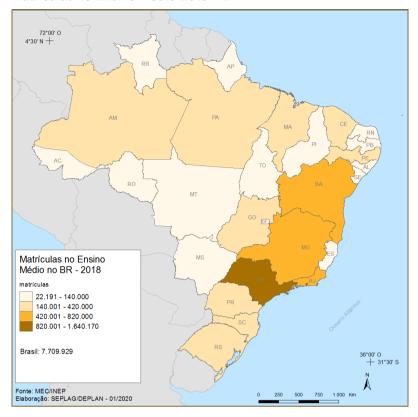


Fonte: MEC/INEP.

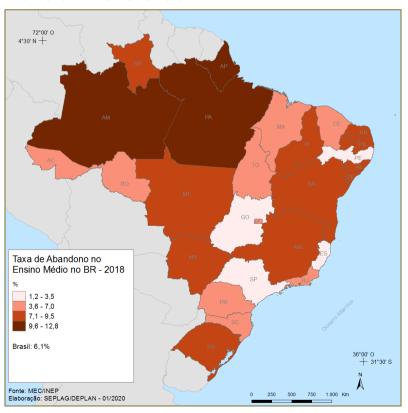
No que diz respeito ao abandono, o Estado vinha apresentando queda até 2011, quando teve uma taxa de 10,1%. Em 2012, houve um leve aumento, passando para 10,3%. Entretanto, a partir de 2013, voltou a cair, chegando a 6,6% em 2016. Porém, em 2018, voltou a subir, passando para 7,4%. No Brasil, ela vem em constante queda desde 2008, passando de 13,2% para 6,1% no mesmo período.

A taxa de distorção idade-série é o indicador que mede a proporção de alunos com idade superior à adequada em cada série. Em 2018, foi de 34,7% no Estado, enquanto a média brasileira foi de 28,2%.

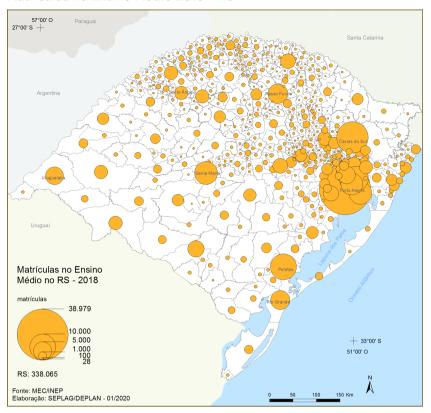
Matrículas no Ensino Médio 2018 - BR



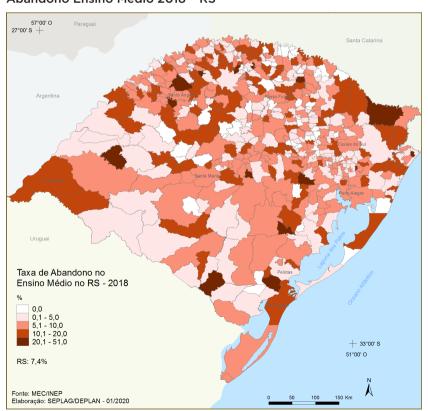
Abandono Ensino Médio 2018 - BR



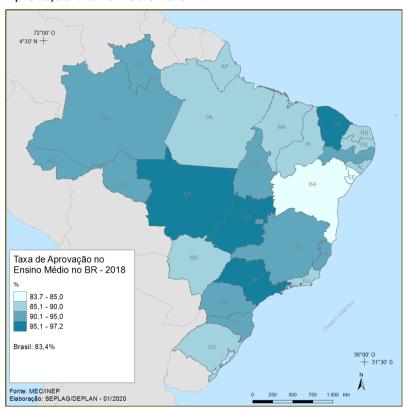
Matrículas no Ensino Médio 2018 - RS



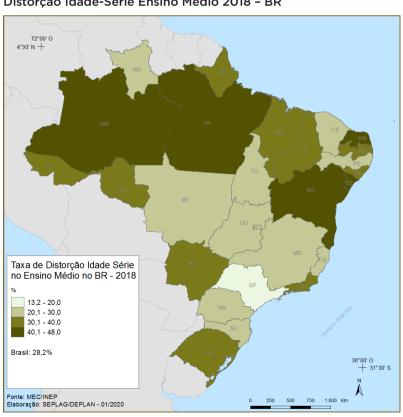
Abandono Ensino Médio 2018 - RS



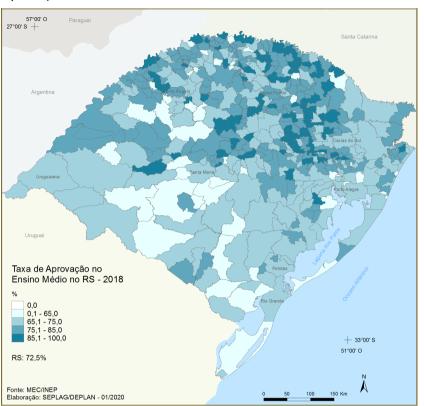
Aprovação Ensino Médio 2018 - BR



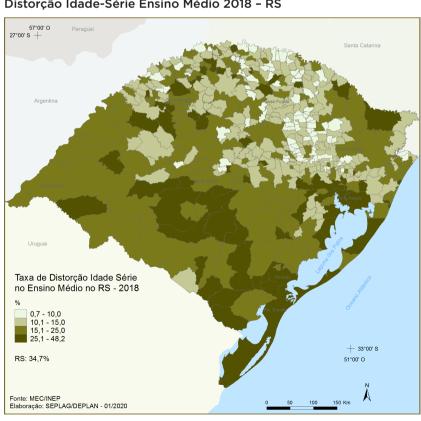
Distorção Idade-Série Ensino Médio 2018 - BR



Aprovação Ensino Médio 2018 - RS



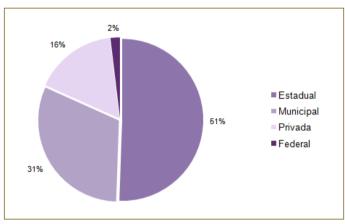
Distorção Idade-Série Ensino Médio 2018 - RS



A Educação de Jovens e Adultos – EJA destina-se aos alunos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, para que possam concluir esses níveis de ensino mediante cursos e exames. Pode ser realizada para os maiores de 15 anos para a conclusão do ensino fundamental e para os maiores de 18 anos para a conclusão do ensino médio.

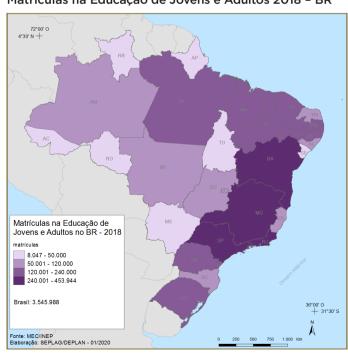
Com relação à dependência administrativa das instituições que oferecem esse tipo de ensino no Estado, em 2018, verifica-se que a maioria dos estabelecimentos está vinculada aos poderes públicos, principalmente estadual (51%) e municipal (31%).

Estabelecimentos de Educação de Jovens e Adultos no RS, por dependência administrativa - 2018



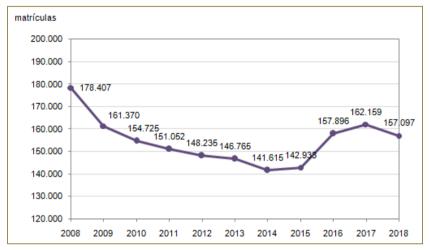
Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos 2018 - BR



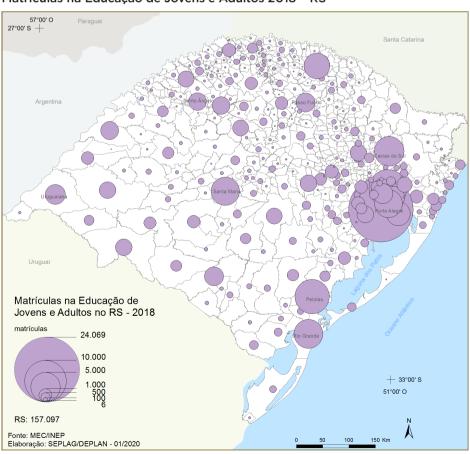
Segundo o censo escolar do INEP, o número total de matrículas na EJA no Estado decresceu no período 2008-2018. No entanto, a partir de 2014, o valor tem apresentado acréscimo ano a ano, chegando a 157.097 matrículas em 2018. Destas, 98% são do ensino fundamental e 2% do ensino médio. No Brasil, esses valores são de 88% e 12%, respectivamente.

Evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos no RS - 2008-2018



Fonte: MEC/INEP.

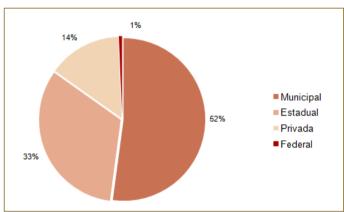
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos 2018 - RS



A Educação Especial no Brasil é uma modalidade de ensino dirigida àqueles alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. A partir da década de 90, muitas leis e decretos foram criados no País com o intuito de estabelecer regras para esse tipo de ensino. A aplicação e cumprimento dessa legislação assegura aos alunos com necessidades especiais a garantia de acesso e permanência no ensino. Esse acesso pode ser por meio de escolas especializadas, em classes especializadas dentro do ensino regular ou mesmo em classes comuns do ensino regular.

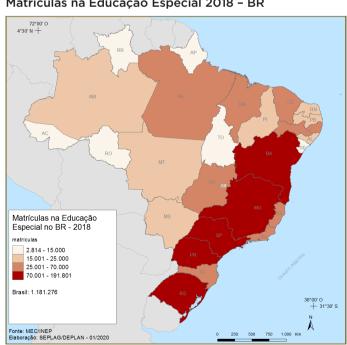
No Brasil, nos últimos 10 anos, as matrículas cresceram 71%, passando de 690.090, em 2008, para 1.181.276 em 2018. O Estado também acompanhou essa tendência, passando, nesse mesmo período, de 49.518 para 89.477 matrículas. Desse total, 84% estão em classes comuns do ensino regular e 16% em escolas especializadas ou classes especiais do ensino regular.

Estabelecimentos de Educação Especial no RS, por dependência administrativa - 2018



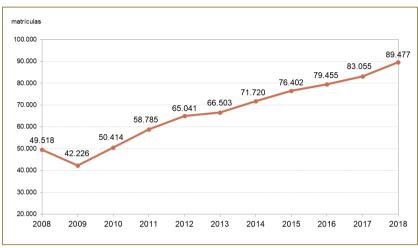
Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação Especial 2018 - BR



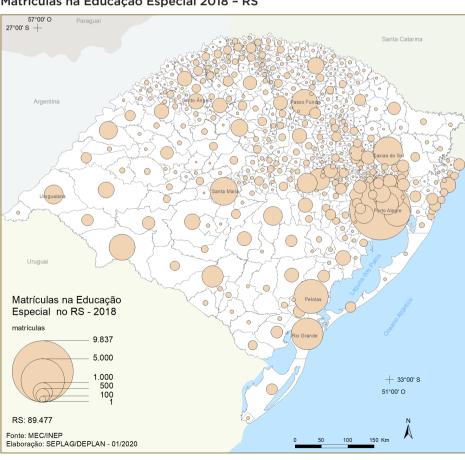
O Plano Nacional de Educação - PNE, sancionado em junho de 2014, determinou que o Brasil deverá universalizar o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, preferencialmente em classes comuns com alunos sem deficiência até o ano de 2024.

Evolução das matrículas na Educação Especial no RS - 2008 - 2018



Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação Especial 2018 - RS

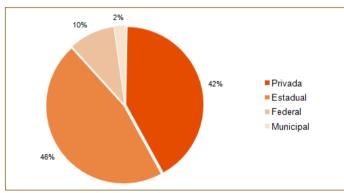


A Educação Profissional e Tecnológica - EPT no Brasil foi regida inicialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e tem a finalidade de preparar "para o exercício de profissões", contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

A EPT prevê a integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, abrangendo cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica e de pós-graduação. Ela pode se articular com a modalidade da educação de jovens, em caráter preferencial, e com a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar - concomitante na forma e integrado no conteúdo) e na forma subsequente.

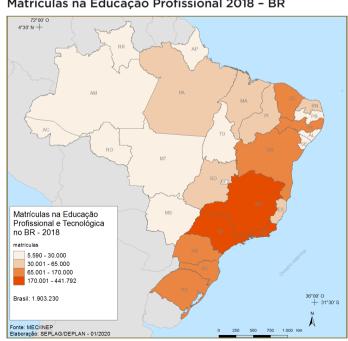
As matrículas nessa modalidade de ensino têm aumentado nos últimos anos. No Brasil, passaram de 790.142, em 2008, para 1.903.230 em 2018, apresentando um crescimento de 141%. No Rio Grande do Sul, em 2018, foram registradas 124.840 matrículas em 482 estabelecimentos e 5.190 turmas.

Estabelecimentos na Educação Profissional no RS, por dependência administrativa - 2018



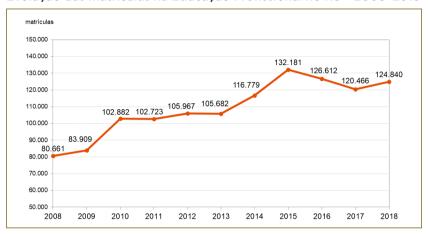
Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação Profissional 2018 - BR



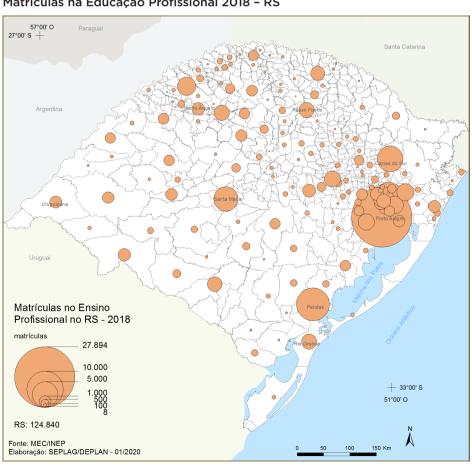
Ouanto à dependência administrativa, o destaque é para a rede particular. que, no Estado, detém 42% das escolas. Em segundo está a rede estadual, com 46%. A rede federal, embora represente pouco no total de escolas no Estado. possui destaque com os Institutos Federais de Educação, que abrangem cursos técnicos, licenciaturas e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados. No RS, são três Institutos Federais com unidades presenciais e polos, localizados em 56 municípios.

Evolução das matrículas na Educação Profissional no RS - 2008-2018



Fonte: MEC/INEP.

Matrículas na Educação Profissional 2018 - RS



A Educação Superior abrange os cursos de graduação e pós-graduação e, nos últimos anos, sofreu um significativo aumento em seu número de matrículas em nível global. A melhoria nas taxas de progressão estudantil, o aumento do número de estudantes e a criação de novas instituições, principalmente em países em desenvolvimento, contribuíram muito para esse avanço. Porém, os jovens brasileiros ainda têm pouco acesso à Educação Superior. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do IBGE, a taxa de frequência escolar líquida, isto é, o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta a Educação Superior para 2018 era de 25,2%. No Rio Grande do Sul, esse valor foi de 30,2%. O Plano Nacional de Educação em vigor, que trata da Educação Superior, determinou como meta que o Brasil eleve a taxa líquida para 33% até o final da vigência do plano em 2024.

Na graduação, os cursos são abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processos seletivos. Segundo o Censo da Educação Superior de 2018, as matrículas em cursos de graduação no Brasil, tanto presencial como a distância, somaram mais de 8 milhões. No Rio Grande do Sul, esse valor chegou a 519.588 matrículas.

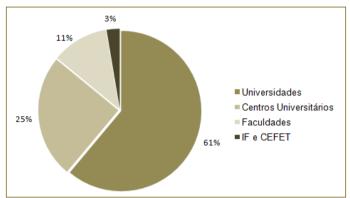
O Estado possui uma rede bastante interiorizada, com grande número de instituições em vários municípios. Conforme Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, o RS conta, atualmente, com 21 universidades, 8 centros universitários, 115 faculdades e 3 institutos federais de educação ciência e tecnologia.

Na pós-graduação, os cursos estão divididos em especialização (*latu sensu*) e programas de mestrado e doutorado (*stricto sensu*). No Rio Grande do Sul, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, são 34 instituições que oferecem cursos em programas de pós-graduação em 2018. Essas instituições tiveram 26.541 matrículas, sendo 56% em mestrado e 44% em doutorado.

A modalidade de Educação à distância - EAD, principalmente na oferta de cursos superiores, cresceu significativamente nos últimos anos. Em termos legais, a EAD é definida como a "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos".

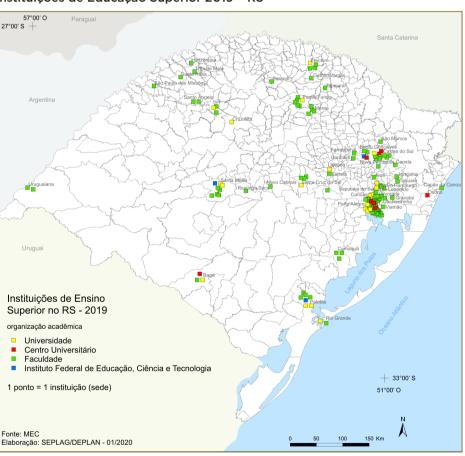
Segundo o Censo da Educação, o Rio Grande do Sul contou com 863 polos em EAD em 2018. Esses cursos são oferecidos por instituições de todo Brasil e estão distribuídos em quatro tipos: sequencial, bacharelado, licenciatura e tecnológico. O número de matrículas no Brasil foi de 2.056.511 e, no Rio Grande do Sul, de 156.451.

Matrículas em cursos de Graduação Presencial e a Distância por Organização Acadêmica no RS - 2018



Fonte: MEC/CAPES.

Instituições de Educação Superior 2019 - RS



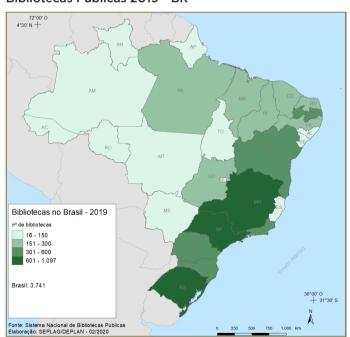
CULTURA

A cultura de um povo ou região é formada por um complexo conjunto de valores, crenças, símbolos, hábitos e formas de expressão e de comunicação material e imaterial. Essas formas de expressão definem uma identidade para a sociedade e estão representadas na literatura, na música, na dança, na gastronomia, no patrimônio histórico-arquitetônico, no artesanato, etc. É um amálgama que se traduz em um sentimento de pertencimento a um determinado grupo social e também a um território e que passa de geração a geração, perpetuando-se no tempo.

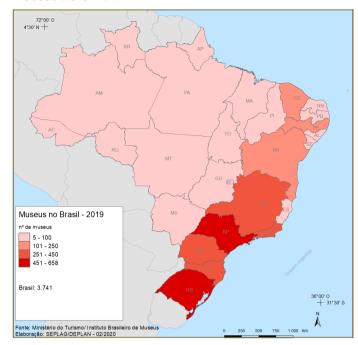
O Rio Grande do Sul conta com a influência de uma série de culturas com origem no processo de ocupação do seu território e colonização. Os equipamentos culturais, tais como museus, bibliotecas, teatros, centros culturais, cinematecas, pinacotecas e galerias de arte, anfiteatros, salas de música, centros de tradições e pavilhões de feiras, são importantes elementos para a preservação, valorização e disseminação da cultura.

Segundo o Sistema Estadual de Museus, o Estado contava, em 2019, com 460 museus distribuídos em 7 regiões museológicas⁵⁹. Os museus integram o Sistema Estadual de Museus - SEM/RS, vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. O RS também contava, em 2019, com 604 bibliotecas públicas, que integram o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SEBP/RS, instituído em 1981 e vinculado ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Ambas instituições sendo órgãos da Secretaria da Cultura do RS - SEDAC/RS.

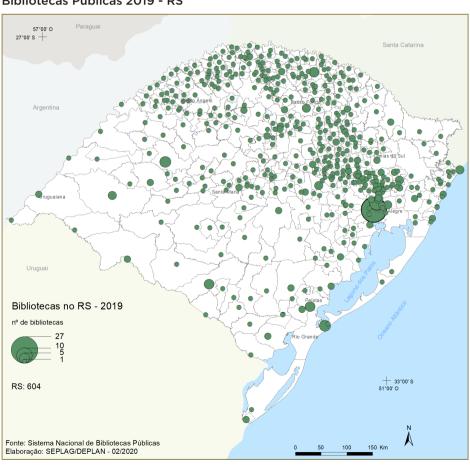
Bibliotecas Públicas 2019 - BR



Museus 2019 - BR

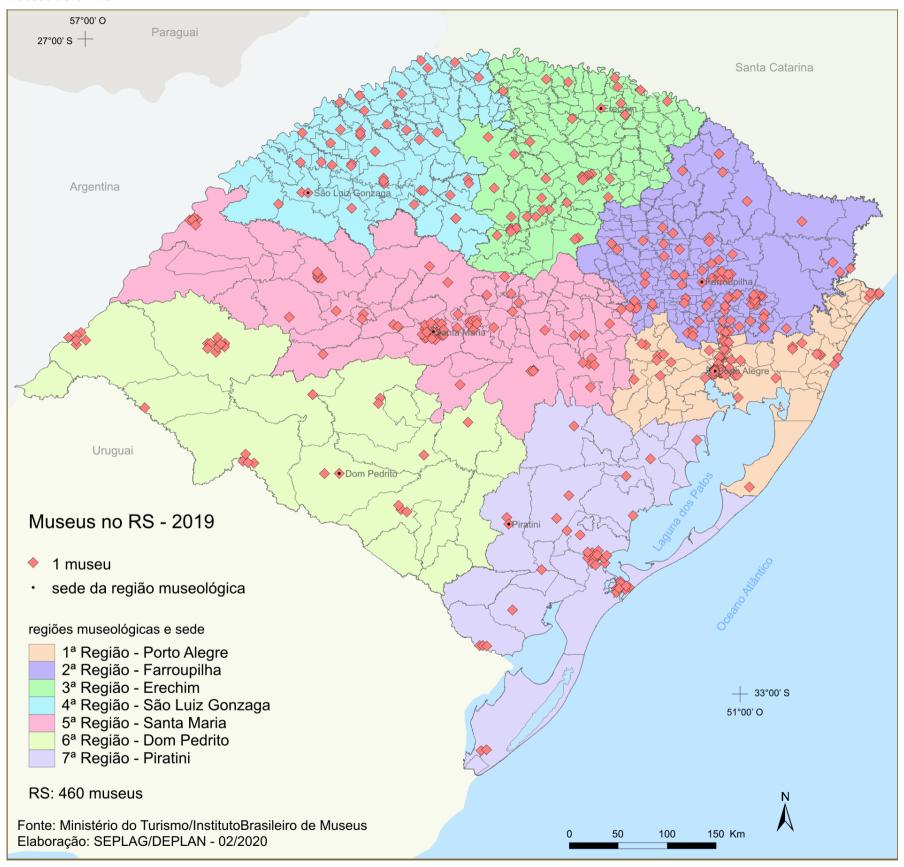


Bibliotecas Públicas 2019 - RS



⁵⁹ Segundo a Rede Nacional de Identificação de Museus - Museusbr, em planilha de 30 de setembro de 2020 o Estado conta atualmente com 473 museus (In: http://museus.cultura.gov.br/).

Museus 2019 - RS





ECONOMIA

ECONOMIA

PIB

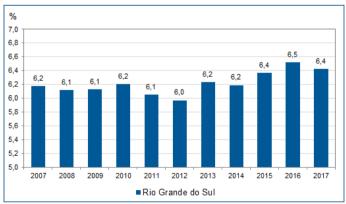
O Rio Grande do Sul é a quarta economia do Brasil pelo tamanho do Produto Interno Bruto – PIB, que constitui a soma de todos os bens e serviços produzidos por uma economia durante um período. O PIB do Estado é de aproximadamente R\$ 423 bilhões, conforme dados do IBGE para o ano de 2017. O RS participa com 6,4% do PIB nacional, sendo superado pelos estados de São Paulo (32,2%), Rio de Janeiro (10,2%) e Minas Gerais (8,8%).

A economia gaúcha possui estreita relação com os mercados nacional e internacional. Por isso, a participação da economia do Estado tem oscilação superior à dos demais estados brasileiros, sendo muito influenciada pela dinâmica das exportações. Além disso, embora a estrutura setorial do VAB do Rio Grande do Sul confirme a forte participação do setor de Serviços, que apresentou grande crescimento durante as duas últimas décadas, pode-se dizer que a economia gaúcha é impulsionada por dois setores hegemônicos: a Agropecuária e a Indústria de Transformação.

No que se refere à distribuição regional do PIB, destacam-se os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra que, juntos, responderam por 50,4% do PIB gaúcho em 2017.

Os municípios que apresentaram os maiores valores de PIB em 2017 são predominantemente industriais e estão concentrados no eixo da Região Metropolitana de Porto Alegre em direção à Caxias do Sul. São eles: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Gravataí, Rio Grande, Triunfo, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas e Santa Cruz do Sul. Juntos, responderam por 42,3% do PIB Total do Estado.

Participação do PIB do Rio Grande do Sul no PIB Brasil - 2007-2017 (%)



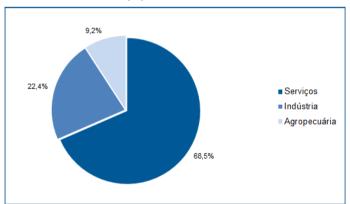
Fonte: IBGE Contas Regionais

Evolução do PIB do Brasil e Rio Grande do Sul- 2007-2017 (R\$ mil)

Ano	Produto Interno Bruto R\$ mil			
	Brasil	RS		
2007	2,720,262,951.00	168,009,752.00		
2008	3,109,803,097.00	190,229,822.00		
2009	3,333,039,339.00	204,344,940.00		
2010	3,885,847,000.00	241,249,164.00		
2011	4,376,382,000.00	265,056,416.00		
2012	4,814,760,000.00	287,587,019.00		
2013	5,331,618,957.00	332,292,726.00		
2014	5,778,952,780.00	357,816,424.00		
2015	5,995,787,000.00	381,992,601.00		
2016	6,269,328,000.00	408,789,528.00		
2017	6,583,319,000.00	423,150,937.00		

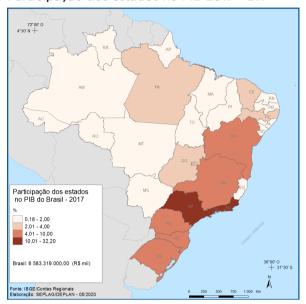
Fonte: IBGE Contas Regionais

Estrutura do VAB do Rio Grande do Sul por setores de atividade - 2017 (%)

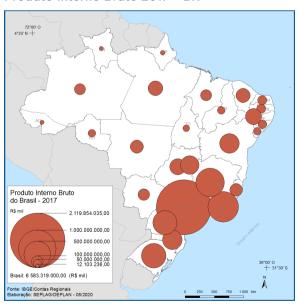


Fonte: IBGE Contas Regionais

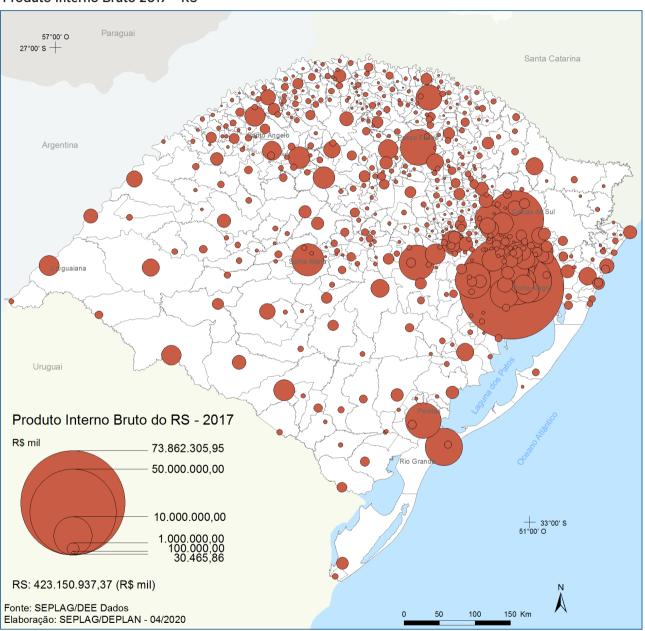
Participação dos estados no PIB 2017 - BR



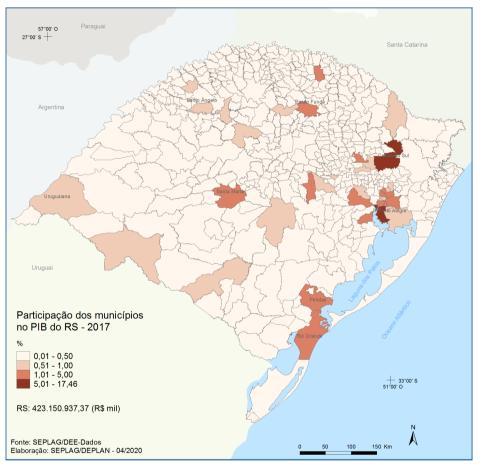
Produto Interno Bruto 2017 - BR



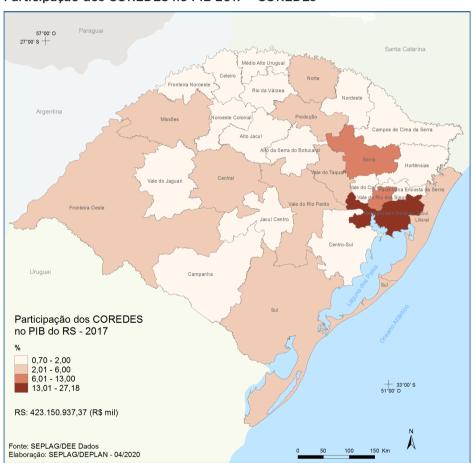
Produto Interno Bruto 2017 - RS



Participação dos municípios no PIB 2017 - RS



Participação dos COREDES no PIB 2017 - COREDES



Em relação ao Valor Adicionado Bruto - VAB, que se diferencia do PIB por desconsiderar em seu cálculo os impostos sobre produtos e serviços, sua distribuição regional, em 2017, também mostra uma concentração espacial nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Esses três COREDEs juntos participam com 48,9% do VAB gaúcho, segundo dados da SEPLAG-RS.

No VAB da Agropecuária, o Estado demonstra uma maior distribuição do que os outros setores da economia. O COREDE Fronteira Oeste é o que apresenta a maior participação, com 9,4% da produção agropecuária gaúcha. Os destaques nessa região são a produção de arroz e a pecuária. Os COREDES Sul e Vale do Rio Pardo também têm uma participação relevante.

A participação dos COREDEs no VAB da Indústria demonstra, ao contrário do VAB da Agropecuária, uma grande concentração espacial em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, abrangendo principalmente os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra. Juntos, esses três respondem por 57,8% do VAB da indústria do Estado, com um perfil bem distribuído por vários segmentos. Também se destacam na geração do VAB industrial os COREDES Sul, Vale do Taquari e Vale do Rio Pardo.

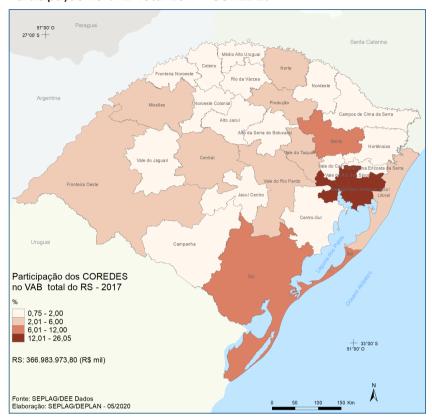
A participação dos COREDEs no VAB dos Serviços também se encontra concentrada em torno do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra atingem 51,7% do total do VAB dos Serviços do RS.

Evolução do Valor Adicionado Bruto do RS, por setores de atividade - 2010-2017

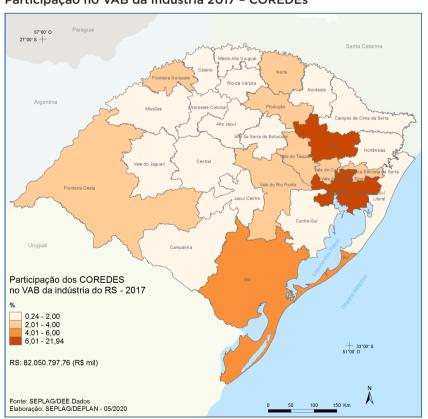
SETORES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total do VAB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100,0
Agropecuária	8,3	8,3	6,6	10,0	9,3	9,4	10,2	9,2
Agricultura, inclusive o apoio à agriculcultura e a pós-colheita	5,7	5,8	4,3	7,3	6,5	6,7	7,4	6,6
Pecuária, inclusive o apoio à Pecuária	2,0	2,0	1,9	2,3	2,4	2,2	2,3	2,1
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5
Indústria	27,9	27,1	26,6	24,2	23,4	23,2	23,0	22,4
Indústria extrativa	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Indústrias de transformação	20,0	19,2	18,2	17,5	16,8	16,3	16,1	16,0
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,8	2,4	2,0	1,3	1,2	2,0	2,0	2,2
Construção	5,0	5,4	6,3	5,2	5,1	4,8	4,7	4,1
Serviços	63,7	64,5	66,7	65,7	67,3	67,4	66,8	68,5
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	13,9	14,3	14,9	15,6	15,0	14,8	14,2	14,5
Transporte, armazenagem e correio	4,3	4,1	4,2	4,0	4,1	3,9	3,6	3,5
Serviços de alojamento e alimentação	1,6	1,6	2,0	1,5	1,7	2,0	1,8	2,0
Serviços de informação e comunicação	2,6	2,7	2,7	2,4	2,9	2,6	2,5	2,8
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	4,8	4,6	4,8	4,5	5,0	5,2	5,7	5,8
Atividades imobiliárias	8,4	8,6	9,2	9,3	9,2	9,2	9,1	9,1
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	6,8	7,2	7,2	6,5	6,7	6,9	7,1	7,1
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	14,0	13,9	14,0	14,1	14,6	14,6	14,3	14,5
Educação e saúde mercantis	4,2	4,2	4,6	4,7	5,2	5,6	6,1	6,7
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,9	1,8	1,7	1,6	1,4	1,3	1,3
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,3	1,2	1,3	1,2	1,3	1,2

Fonte: SEPLAG-RS/DEE Dados

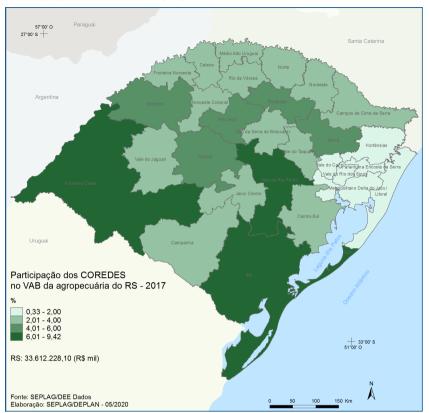
Participação no VAB Total 2017 - COREDEs



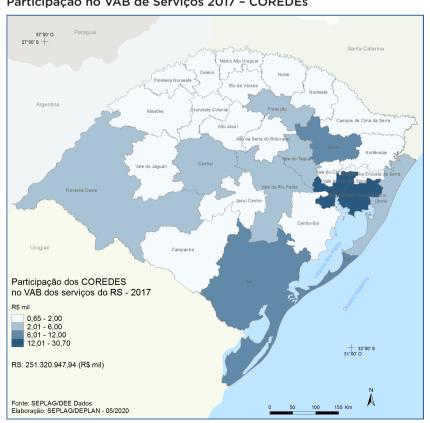
Participação no VAB da Indústria 2017 - COREDEs



Participação no VAB da Agropecuária 2017 - COREDEs



Participação no VAB de Serviços 2017 - COREDEs



O PIB per capita, calculado a partir da divisão do PIB pela população total, no Rio Grande do Sul, aumentou 65.5% nos últimos sete anos, passando de R\$ 22.556,00 em 2010 para R\$ 37.371,27 em 2017. O PIB per capita brasileiro também cresceu, passando de R\$ 19.876,68 para R\$ 31.833,50 nesse mesmo período.

Os municípios do Rio Grande do Sul que apresentaram os maiores PIB per capita em 2017 são pouco populosos e apresentam significativa participação da indústria em sua economia, com destaque para a petroquímica e para a geração de energia elétrica. Triunfo, devido à presença do Polo Petroquímico, apresenta o maior valor, com R\$ 311.211,93. Seguidos por esse estão Pinhal da Serra, Aratiba, Muitos Capões e Pinhal Grande, todos com a presença de usinas de geração de energia. Alvorada, com PIB per capita de R\$ 12.416.92, foi o município que apresentou o menor valor do Estado em 2017.

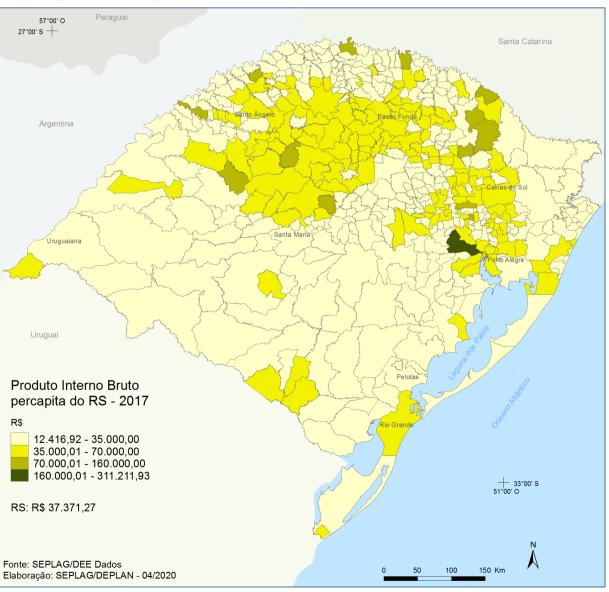
Evolução do PIB per capita do Brasil e Rio Grande do Sul - 2010-2017



Fonte: IBGE/Contas Regionais e Projeção da População



PIB per capita dos municípios em 2017 - RS



AGROPECUÁRIA

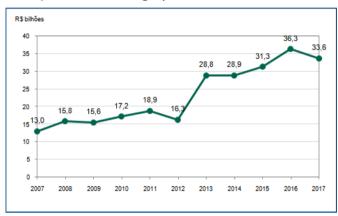
O Valor Adicionado Bruto da Agropecuária brasileira, em 2017, foi de aproximadamente R\$ 303 bilhões. O Rio Grande do Sul contribuiu nesse montante com 11.1%, isto é, cerca de R\$ 33.6 bilhões.

Embora na matriz do VAB Total do Rio Grande do Sul o setor participe com somente 9,2%, essa atividade possui grande importância para a economia gaúcha, pois dela derivam inúmeros segmentos da agroindústria e exerce grande influência no setor de exportações. O setor também é muito relevante para os pequenos municípios.

onde é responsável por impulsionar inúmeras atividades, principalmente de comércio e serviços. Aproximadamente 45% do VAB Agropecuário do Estado (R\$ 15 bilhões) são oriundos de municípios com menos de 10 mil habitantes.

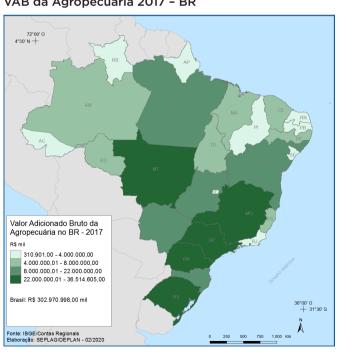
Cachoeira do Sul, Vacaria, Dom Pedrito, Uruguaiana, Alegrete, Tupanciretã, São Gabriel, Itaqui, Santa Vitória do Palmar, Canguçu, São Borja, Camaquã, Palmeira das Missões e Arroio Grande se destacaram, em 2017, por apresentarem valores de VAB superiores a R\$ 300 milhões.

Evolução do VAB da Agropecuária no RS - 2007-2017

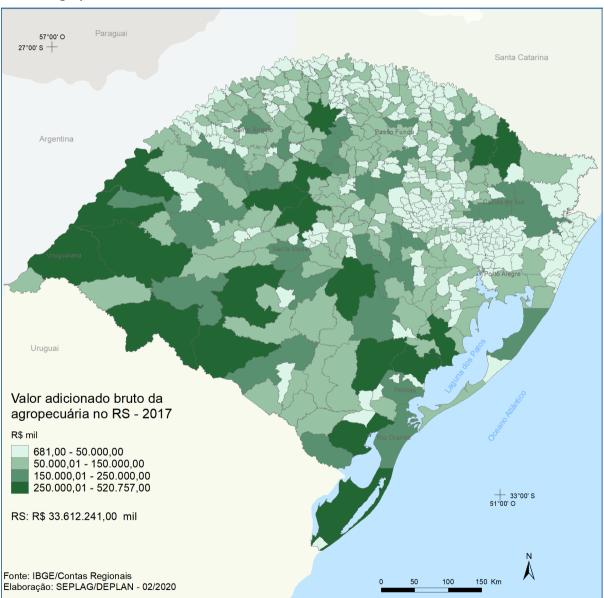


Fonte: SEPLAG/DEE Dados

VAB da Agropecuária 2017 - BR



VAB da Agropecuária 2017 - RS



A estrutura fundiária do Estado se diferencia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, do total de 364.193 estabelecimentos agropecuários, 36,4% possuem tamanho menor do que 10 hectares. Já os maiores de 500 hectares representam menos de 3% dos estabelecimentos, mas possuindo 48,6% da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia conforme a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais frágeis, necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade na produção.

por grupos de área total no RS - 2017

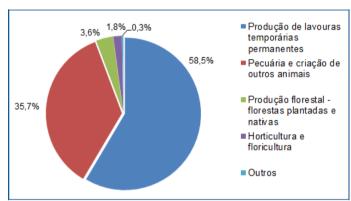
Estabelec

Grupos de área	Estabelecin	nentos	Área	
Grupos de area	n°	%	hectares	%
< de 10 ha	132.782	36,4	622.812	2,9
de 10 a menos de 20 ha	89.850	24,6	1.248.381	5,8
de 20 a menos de 50 ha	82.863	22,7	2.458.100	11,3
de 50 a menos de 100 ha	26.671	7,3	1.798.380	8,3
de 100 a menos de 200 ha	13.180	3,6	1.788.182	8,2
de 200 a menos de 500 ha	10.492	2,9	3.235.549	14,9
> de 500 ha	8.355	2,3	10.533.154	48,6
Total	365.094	100,0	21.684.558	100,0

Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários,

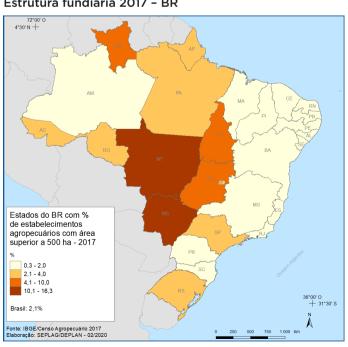
Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017

Uso da terra nos estabelecimentos agropecuários, por grupo de atividade no RS - 2017

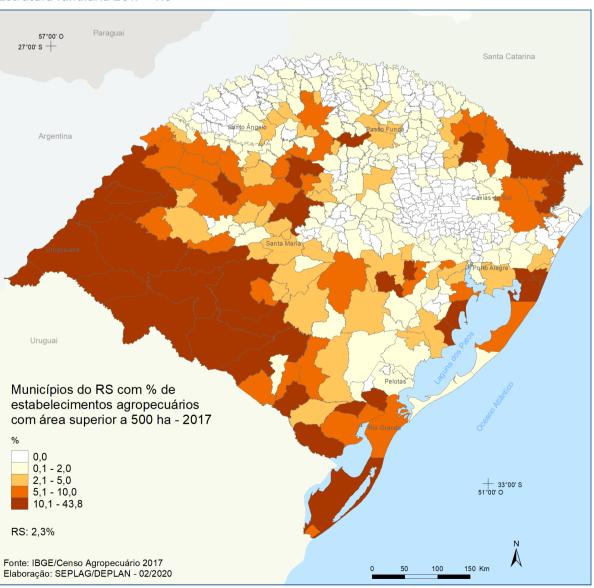


Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017

Estrutura fundiária 2017 - BR



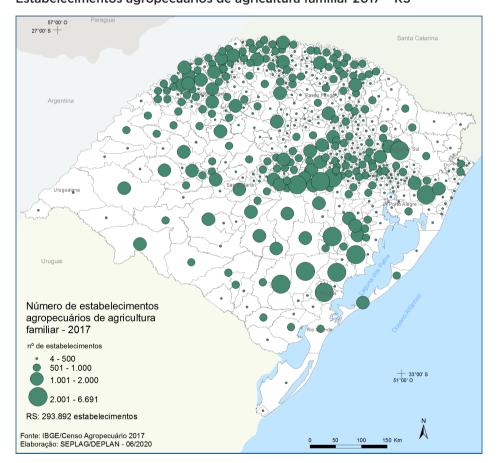
Estrutura fundiária 2017 - RS



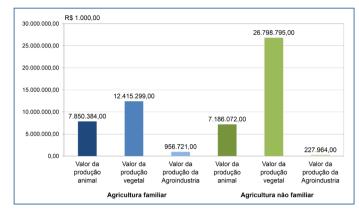
O Rio Grande do Sul possuía, em 2017, segundo o Censo Agropecuário, 365.094 estabelecimentos agropecuários⁶⁰: 293.892 classificados como familiares⁶¹ e 71.202 como não familiares. Já a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários familiares era de 5.476.463 hectares, enquanto a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários não familiares era de 16.208.095 hectares. O valor da produção da agricultura familiar, em 2017, foi de cerca de R\$ 20 bilhões, incluindo o valor da produção da agroindústria familiar, enquanto que o da agricultura não familiar foi de R\$ 34 bilhões, incluindo o valor da produção da agroindústria não familiar.

Os estabelecimentos de agricultura familiar estão presentes em todas as regiões, embora mais concentrados no norte e centro-leste do Estado. Contavam, em 2017, com um contingente de pessoal ocupado da ordem de 716.695 pessoas. Já os estabelecimentos de agricultura não familiar se encontram em maior número no sul e sudoeste do Estado e contavam, em 2017, com um contingente de pessoal ocupado da ordem de 275.718 pessoas.

Estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar 2017 - RS

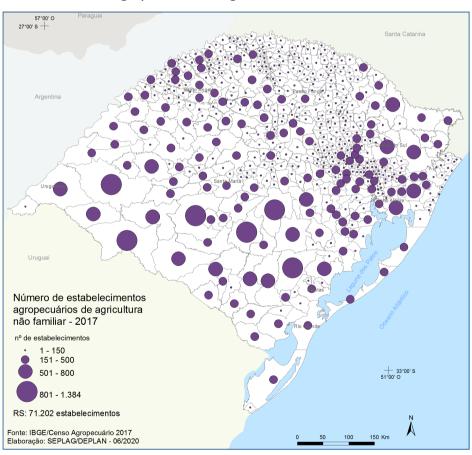


Valor da produção dos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar, por tipo de produção no RS em 2017 (R\$1.000,00)



Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017

Estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar 2017 - RS



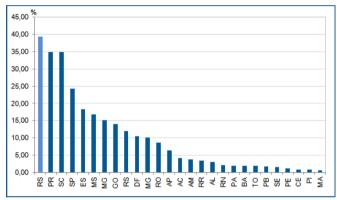
60 De acordo com o Censo Agropecuário 2017, "estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração – a do produtor ou a do administrador, independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável".

61 "Agricultura Familiar é a atividade econômica realizada pela agricultura e empreendimentos familiares rurais, assim considerados os que atendem simultaneamente aos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades; e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família." Essa definição foi estabelecida em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que financia projetos ao pequeno produtor rural, com juros mais baixos do que aqueles aplicados aos demais tipos de produtores.

No Rio Grande do Sul, a produção agropecuária da agricultura familiar apresenta forte influência do cooperativismo. No entanto, essa forma de organização para a produção também se verifica na agricultura não familiar, principalmente no setor de produção de grãos.

A distribuição dos estabelecimentos com produtor associado à cooperativa no RS, segundo o Censo Agropecuário 2017, reflete essa realidade da organização produtiva. Em 2017, 143.481 estabelecimentos no RS contavam com produtor rural associado à cooperativa, 39% do total de estabelecimentos. No Brasil, esse percentual era de 11%. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul era, em 2017, o estado com a maior participação de estabelecimentos com produtor rural associado à cooperativa, seguido de Paraná e Santa Catarina.

Percentual do número de estabelecimentos com produtor associado à cooperativa nos Estados em 2017

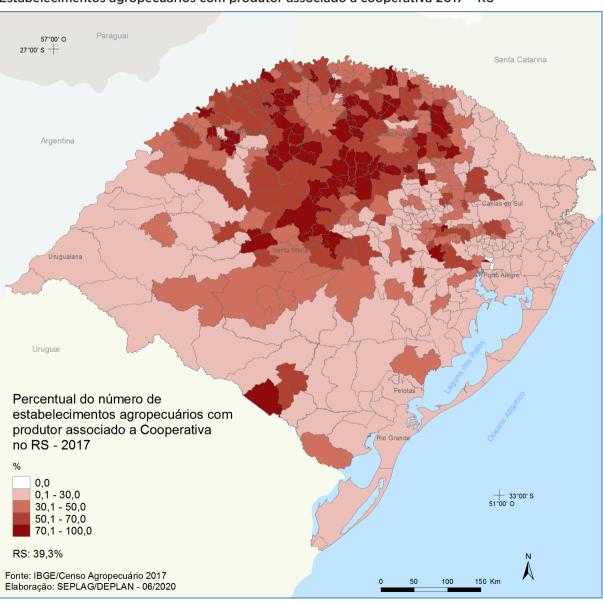


Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2017

Estabelecimentos agropecuários com produtor associado à cooperativa 2017 - BR

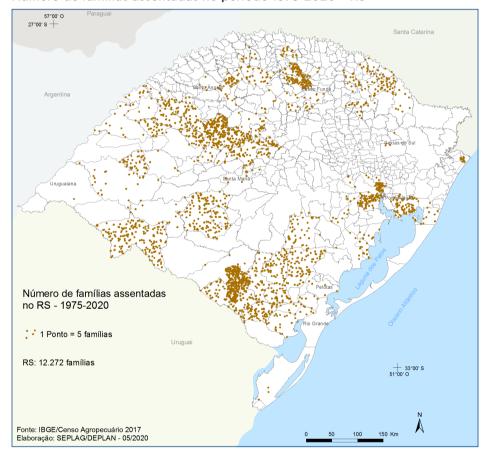


Estabelecimentos agropecuários com produtor associado à cooperativa 2017 - RS

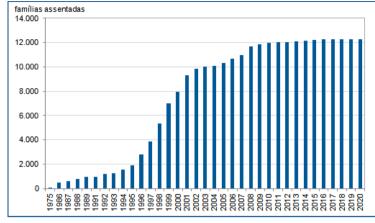


Em relação aos assentamentos rurais 62 , de acordo com o INCRA, foram assentadas, no Rio Grande do Sul, no período 1975-2020, um total de 12.272 famílias em 98 municípios, ocupando 295.270,59 hectares, distribuídos em 345 projetos de assentamentos.

Número de famílias assentadas no período 1975-2020 - RS



Evolução do número de famílias assentadas no RS no período 1975-2020 (acumulado do nº famílias)



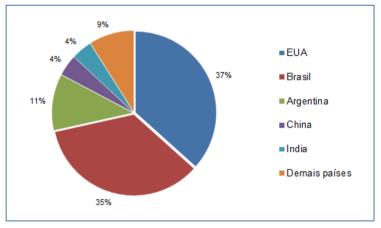
Fonte: INCRA

.....

No que se refere aos produtos da agropecuária, entre as unidades da Federação, o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja em grão do Brasil, superado apenas pelos estados de Mato Grosso e Paraná. Conforme a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, o RS produziu, em média, 17,4 milhões de toneladas em média do grão no triênio 2016-2018.

As áreas mais produtivas encontram-se principalmente no norte-noroeste do Rio Grande do Sul. Tupanciretã, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Júlio de Castilhos se destacam, produzindo, em média, mais de 300 mil toneladas anuais.

Principais produtores de soja em grão no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

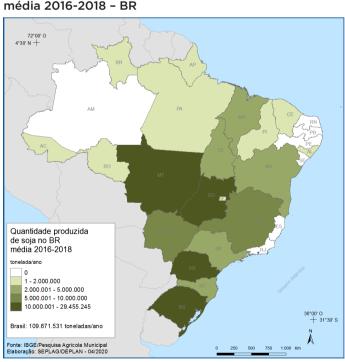
⁶² Segundo o INCRA, "assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece".

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de soja em grão, BR e RS - 2016-2018

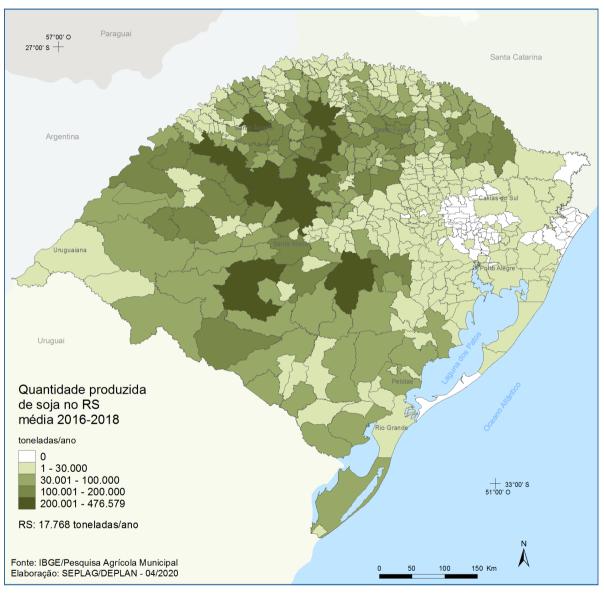
	Bra	asil	Rio Grande do Su	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	21.252.721	59.833.105	3.804.425	7.679.939
2009	21.761.782	57.345.382	3.823.246	8.025.322
2010	23.339.094	68.756.343	4.021.778	10.480.026
2011	24.032.410	74.815.447	4.075.389	11.717.548
2012	25.090.559	65.848.857	4.269.247	5.945.243
2013	27.948.605	81.724.477	4.727.833	12.756.577
2014	30.308.231	86.760.520	4.990.042	13.041.720
2015	32.206.387	97.464.936	5.263.899	15.700.264
2016	33.339.305	96.394.820	5.464.084	16.209.892
2017	34.004.361	114.732.101	5.541.860	18.744.186
2018	34.831.743	117.887.672	5.709.084	17.538.725

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de soja em grão, média 2016-2018 - BR

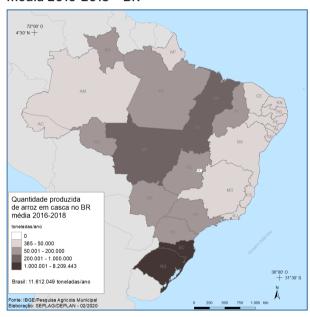


Quantidade produzida de soja em grão, média 2016-2018 - BR



O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz em casca do Brasil. Segundo a Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE, o RS registrou, no período 2016-2018, uma produção de 8.209.443 toneladas em média do grão. Os principais municípios produtores encontram-se na porção sul e sudoeste do Estado. Destacam-se Uruguaiana, Santa Vitória do Palmar, Itaqui e Alegrete que, juntos, são responsáveis por 28% da produção gaúcha.

Quantidade produzida de arroz em casca, média 2016-2018 - BR

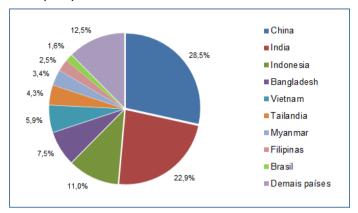


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de arroz em casca no BR e RS - 2008-2018

	Bra	asil	Rio Gran	de do Sul
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	2.869.285	12.061.465	1.065.633	7.336.443
2009	2.905.202	12.651.144	1.110.601	7.977.888
2010	2.778.173	11.235.986	1.101.311	6.875.077
2011	2.855.312	13.476.994	1.169.849	8.940.432
2012	2.443.182	11.549.881	1.042.560	7.692.223
2013	2.386.821	11.782.549	1.085.648	8.099.357
2014	2.347.460	12.175.602	1.114.132	8.241.840
2015	2.162.178	12.301.201	1.127.916	8.679.489
2016	2.004.643	10.622.189	1.088.566	7.493.431
2017	2.010.772	12.464.766	1.104.732	8.733.110
2018	1.865.501	11.749.192	1.068.311	8.401.787

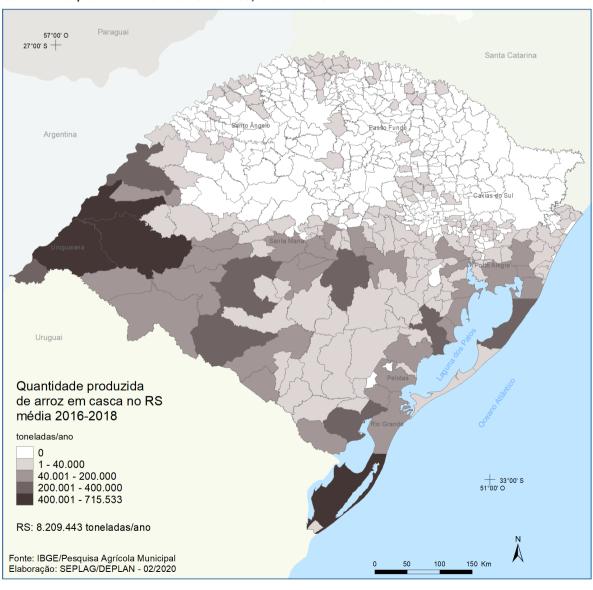
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Principais produtores de arroz em casca no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

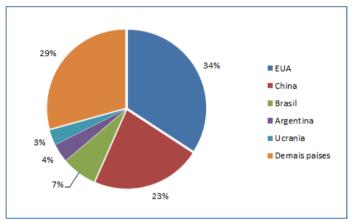
Quantidade produzida de arroz em casca, média 2016-2018 - RS



Entre as unidades da Federação, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal, o Rio Grande do Sul é o sexto maior produtor de milho em grão do Brasil, superado pelos estados de Mato Grosso, Paraná, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul. O Estado produziu, em média, no período 2016-2018, uma quantidade de 5 milhões de toneladas.

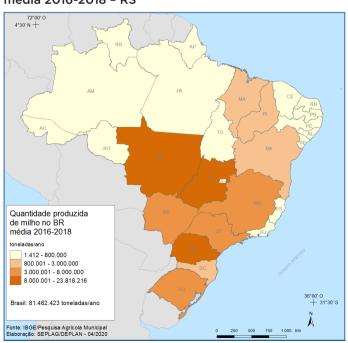
Vale lembrar que o cultivo do milho no RS é, em geral, consorciado com a cultura da soja, entre outras culturas, e que é possível obter o produto através de mais de uma safra anual. O seu cultivo está fortemente relacionado com a cadeia de produção agroindustrial de aves e suínos. Muitos Capões e Palmeira das Missões se destacam com produção superior a 100 mil toneladas.

Principais produtores de milho no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

Quantidade produzida de arroz em casca, média 2016-2018 - RS

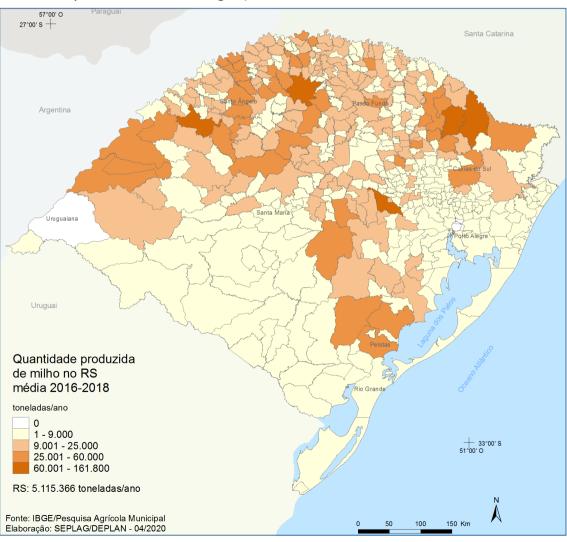


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de milho em grão no BR e RS - 2008-2018

	Brasil		Rio Gran	de do Sul
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	14.747.249	58.933.347	1.385.998	5.231.885
2009	14.144.321	50.719.822	1.385.754	4.186.862
2010	12.963.080	55.364.271	1.151.397	5.633.912
2011	13.605.369	55.660.235	1.100.309	5.772.422
2012	15.065.288	71.072.810	1.119.220	3.155.061
2013	15.708.367	80.273.172	1.033.728	5.419.780
2014	15.843.121	79.881.614	925.514	5.389.520
2015	15.846.517	85.284.656	854.793	5.563.555
2016	16.051.087	64.188.314	740.510	4.729.948
2017	17.739.683	97.910.658	831.221	6.058.900
2018	16.538.551	82.288.298	706.160	4.557.251

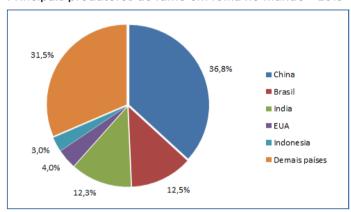
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de milho em grão, média 2016-2018 - RS



O Rio Grande do Sul é o major produtor de fumo em folha do Brasil e, conforme a Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, registrou uma média de 365.884 toneladas/ano no triênio 2016-2018. Devido à necessidade de mão de obra intensiva, a cultura é desenvolvida principalmente pela pequena propriedade familiar. Grande parte da produção distribui-se no entorno das indústrias de transformação e beneficiamento. No RS, estão localizadas, na sua grande maioria, na região do Vale do Rio Pardo. Centro Sul e Sul do Estado. No triênio 2016-2018, nove municípios apresentaram média anual superior a 10 mil toneladas: Canguçu, Venâncio Aires, São Lourenço do Sul, Camaquã, Candelária, Arroio do Tigre, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol e Dom Feliciano.

Principais produtores de fumo em folha no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de fumo em folha no BR e RS - 2008-2018

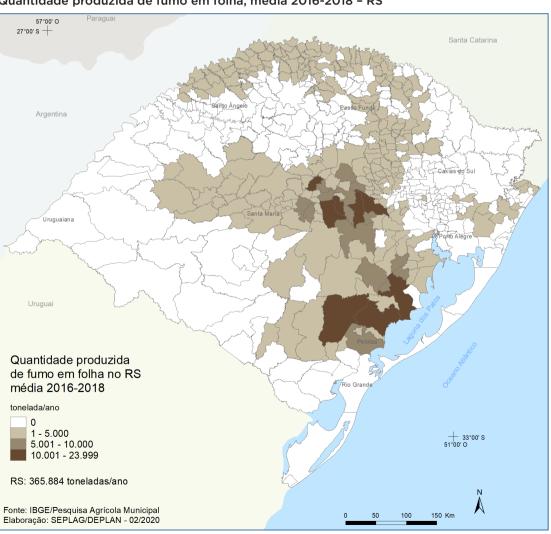
	Bra	asil	Rio Gran	de do Sul
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	432.697	851.058	216.196	445.507
2009	443.239	863.079	221.849	443.813
2010	450.076	787.817	220.512	343.682
2011	454.521	951.933	223.867	499.455
2012	410.675	810.550	202.731	396.861
2013	405.671	850.673	203.823	430.905
2014	416.668	862.396	205.306	412.618
2015	406.377	867.355	199.961	414.932
2016	383.765	677.472	185.249	325.305
2017	391.890	865.620	189.369	414.488
2018	361.319	762.266	180.819	357.860

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de fumo em folha, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de fumo em folha, média 2016-2018 - RS



O Rio Grande do Sul é também o segundo maior produtor nacional de trigo do País, com uma produção média de 1,8 milhão de toneladas/ano no período 2016-2018. A produção de trigo, cultura de inverno altamente suscetível às oscilações de tempo e clima, caracteriza-se pela consorciação com a produção de soja e de milho, cultivadas no verão. As regiões mais produtoras no Rio Grande do Sul se localizam na porção norte e noroeste do Estado. Os municípios de Muitos Capões, Palmeira das Missões, Giruá, São Miguel das Missões e São Luiz Gonzaga se destacaram, no período 2016-2018, com produção média superior a 40.000 toneladas/ano.

Quantidade produzida de trigo em grão, média 2016-2018 - BR

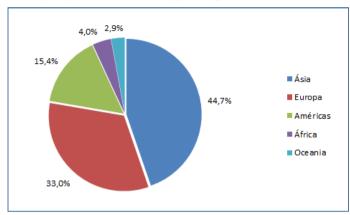


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de trigo em grão BR e RS - 2008-2018

	Brasil		Rio Grande do Su	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	2.385.441	6.027.131	970.375	2.198.902
2009	2.438.778	5.055.525	859.790	1.912.138
2010	2.182.667	6.171.250	787.480	2.116.952
2011	2.175.943	5.690.043	932.390	2.744.936
2012	1.941.703	4.418.388	989.534	1.866.254
2013	2.225.401	5.738.473	1.059.032	3.351.150
2014	2.836.786	6.261.895	1.181.979	1.670.623
2015	2.490.115	5.508.451	882.566	1.391.829
2016	2.167.539	6.834.421	779.045	2.541.889
2017	1.912.129	4.342.812	691.563	1.192.918
2018	2.075.180	5.418.711	709.558	1.750.700

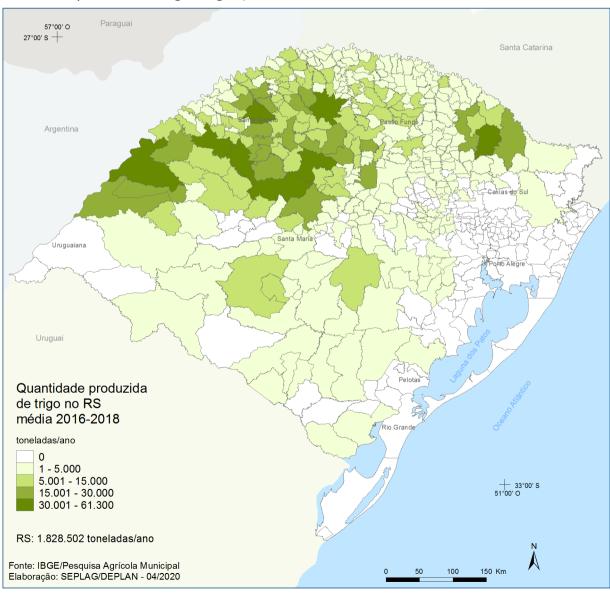
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Principais produtores de trigo em grão no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

Quantidade produzida de trigo em grão, média 2016-2018 - RS



No que se refere à produção de feijão, o Rio Grande do Sul ocupava o nono lugar entre os estados, com uma média de 93.794 toneladas/ano. A produção de feijão no Estado é desenvolvida principalmente na pequena propriedade familiar e está presente em quase todos os municípios do Estado. Destacam-se os municípios de Vacaria, com uma produção média anual, no período 2016-2018, de 15.840 toneladas/ano, e Muitos Capões, com 4.165 toneladas/ano.

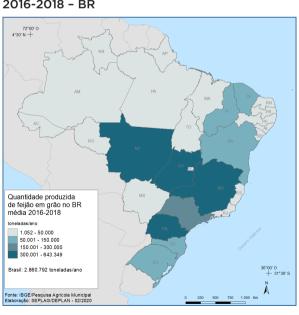
Em relação à mandioca, o Rio Grande do Sul foi o quinto maior produtor no período 2016-2018, com média de 1.039.712 toneladas/ano. A mandioca é considerada uma cultura de subsistência e, assim como o feijão, é desenvolvida em pequena propriedade familiar. No entanto, quatro municípios se destacam na sua produção: Venâncio Aires, Rio Pardo, Agudo e Santo Antônio da Patrulha, com uma produção superior 30 mil toneladas/ano.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de feijão em grão no BR e RS - 2008-2018

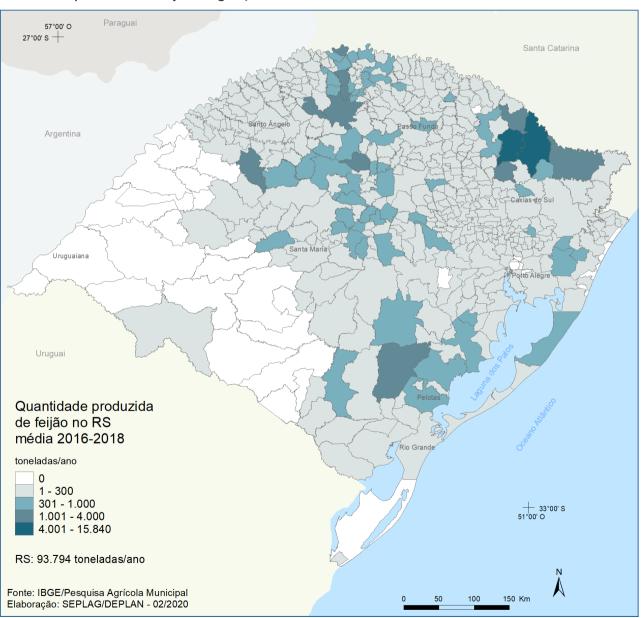
	Bra	asil	Rio Grande do Su	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	3.967.518	3.461.194	98.214	101.941
2009	4.277.674	3.486.763	117.663	125.607
2010	3.655.538	3.158.905	103.610	112.510
2011	3.907.926	3.435.366	89.422	119.108
2012	3.182.815	2.794.854	81.832	85.573
2013	3.041.299	2.892.599	72.532	94.805
2014	3.401.466	3.294.586	76.388	110.765
2015	3.130.036	3.090.014	67.248	95.349
2016	2.950.103	2.621.267	61.340	87.730
2017	3.075.238	3.046.079	68.262	98.783
2018	2.948.606	2.915.030	59.340	94.869

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de feijão em grão, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de feijão em grão, média 2016-2018 - RS

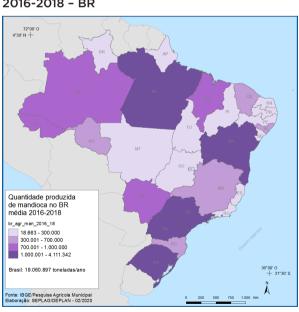


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de mandioca no BR e RS - 2008-2018

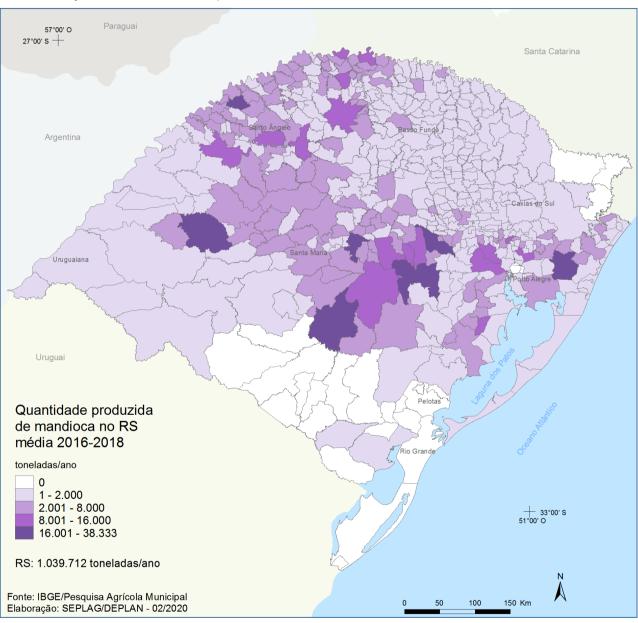
	Bra	asil	Rio Grande do Su	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	2.008.539	26.703.039	84.998	1.339.659
2009	1.796.966	24.403.981	83.669	1.281.899
2010	1.817.055	24.967.052	81.714	1.275.655
2011	1.756.686	25.349.542	80.342	1.302.929
2012	1.757.734	23.044.557	80.771	1.191.202
2013	1.560.263	21.484.218	72.631	1.166.363
2014	1.592.907	23.253.514	70.485	1.181.422
2015	1.536.161	23.059.704	66.154	1.155.247
2016	1.429.195	21.036.314	64.026	1.093.135
2017	1.278.109	18.501.645	60.001	1.066.790
2018	1.222.019	17.644.733	55.205	959.212

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de mandioca, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de mandioca, média 2016-2018 - RS



O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de batata-doce, com uma produção média de 176.371 toneladas/ano entre 2016 e 2018, o que representava 24% do total nacional. O município de Mariana Pimentel é o maior produtor gaúcho, com 14,4 mil toneladas/ano em média no período.

Já em relação ao cultivo da batata-inglesa, cultura que pode apresentar até três safras anuais, o Rio Grande do Sul teve uma produção média anual de 176.371

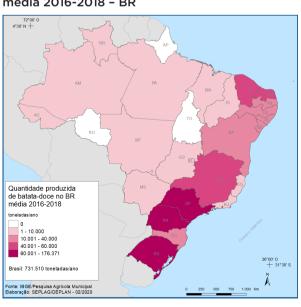
toneladas no triênio 2016-2018. Com 12% da produção nacional, foi superado pelos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo. Entre os municípios do Estado que apresentam as maiores quantidades produzidas, no período 2016-2018, destaca-se São Francisco de Paula, com uma produção média anual de 88,6 mil toneladas. Em segundo, São José dos Ausentes, com 71,0 mil toneladas/ano, seguido de Bom Jesus, com 53,4 mil toneladas/ano, e de Ibiraiaras com 47,6 mil toneladas/ano.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de batata-doce no BR e RS - 2008-2018

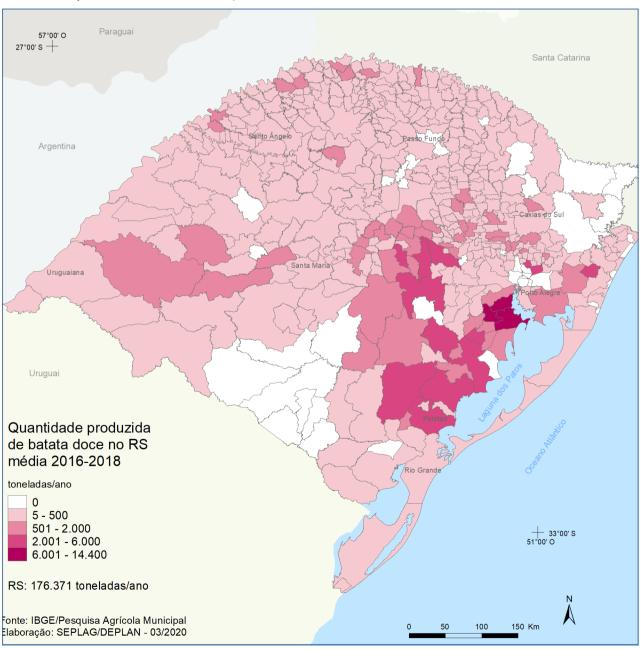
	Brasil Rio Gra		Rio Grar	nde do Sul
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	45.597	548.438	12.813	161.145
2009	42.282	477.472	12.681	157.245
2010	41.999	495.182	12.600	154.071
2011	43.879	544.820	12.345	160.227
2012	40.120	479.425	12.312	153.770
2013	39.393	505.350	12.397	166.354
2014	40.383	525.814	12.082	161.302
2015	44.742	595.977	12.148	166.350
2016	49.925	672.866	12.523	167.854
2017	54.368	780.461	12.975	186.199
2018	53.024	741.203	12.779	175.060

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de batata doce, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de batata doce, média 2016-2018 - BR

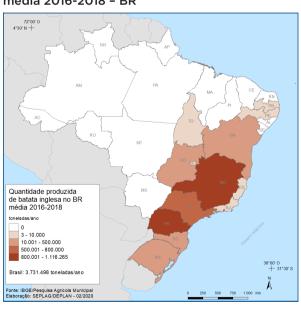


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de batata-inglesa no BR e RS - 2008-2018

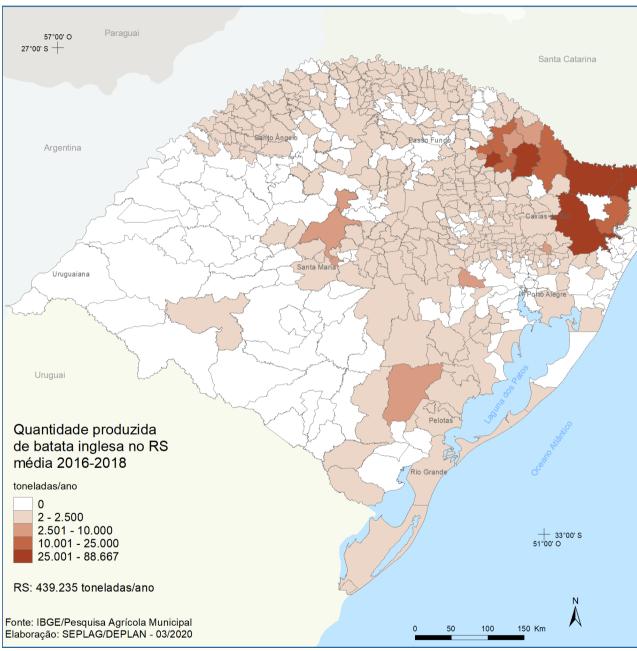
	Brasil Rio G		Rio Grar	nde do Sul
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	144.919	3.676.938	23.785	385.145
2009	138.881	3.443.712	23.199	378.086
2010	145.682	3.547.510	21.447	367.406
2011	149.292	3.917.234	21.888	388.967
2012	136.019	3.731.798	19.742	359.031
2013	128.118	3.553.772	19.015	357.138
2014	132.077	3.689.836	18.242	357.221
2015	131.943	3.867.681	19.006	399.472
2016	129.953	3.851.396	18.596	426.427
2017	118.176	3.655.069	19.325	484.541
2018	119.117	3.688.029	17.485	406.736

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de batata-inglesa, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de batata-inglesa, média 2016-2018 - RS



O Estado é o quinto maior produtor nacional de cebola, contando com uma produção média, no triênio 2016-2018, de 152.836 toneladas/ano, o que representava 9,5% da produção nacional. Os maiores produtores estão localizados no sul do Estado: São José do Norte, com média de 47.677 toneladas/ano, e Tavares, com 17.483 tonelWadas/ano. Juntos, esses municípios respondem por 43% da produção total do Rio Grande do Sul.

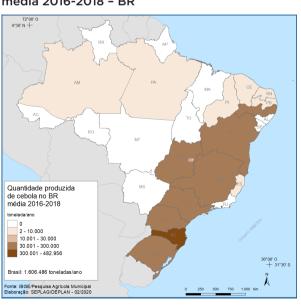
O Estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de melancia, seguido de São Paulo, Goiás, Rio Grande do Norte e Bahia, com produções superiores a 200 mil toneladas. A média gaúcha para o triênio 2016-2018 foi de 304.643 toneladas/ano, o que representa 14% da produção nacional. Os maiores produtores, para o mesmo período, foram os municípios de: Encruzilhada do Sul, Rio Pardo e São Jerônimo, todos com produção média acima de 20 mil toneladas/ano para o triênio.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de cebola no BR e RS - 2008-2018

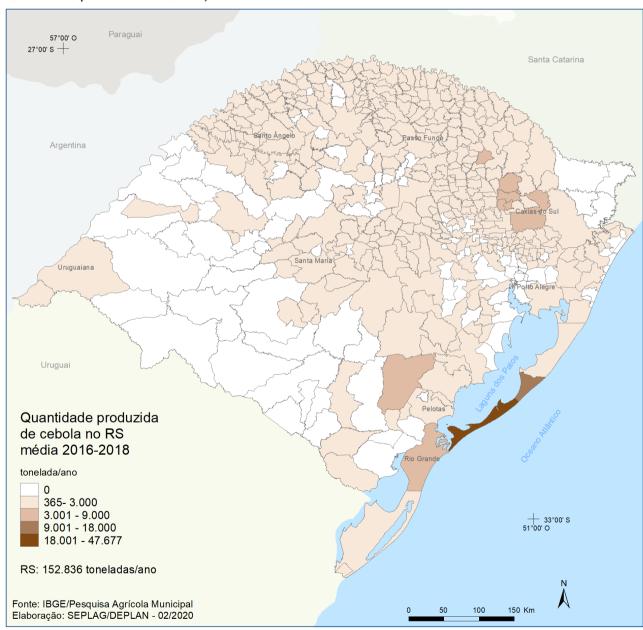
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área	Quantidade	Área	Quantidade
Allo	plantada	produzida	plantada	produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	65.164	1.367.066	10.140	145.130
2009	66.216	1.511.853	10.789	171.736
2010	70.464	1.753.311	11.130	180.186
2011	63.481	1.523.316	11.316	225.017
2012	61.144	1.519.022	10.622	207.089
2013	57.587	1.538.929	9.963	159.735
2014	59.830	1.646.498	9.755	171.179
2015	57.923	1.445.989	8.714	147.439
2016	58.228	1.654.546	8.010	144.357
2017	51.830	1.615.316	7.899	175.716
2018	48.629	1.549.597	6.809	138.435

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de cebola, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de cebola, média 2016-2018 - RS

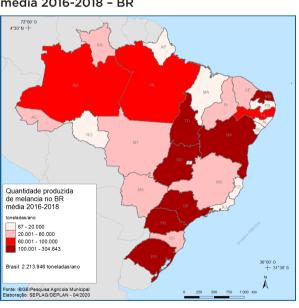


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de melancia no BR e RS - 2008-2018

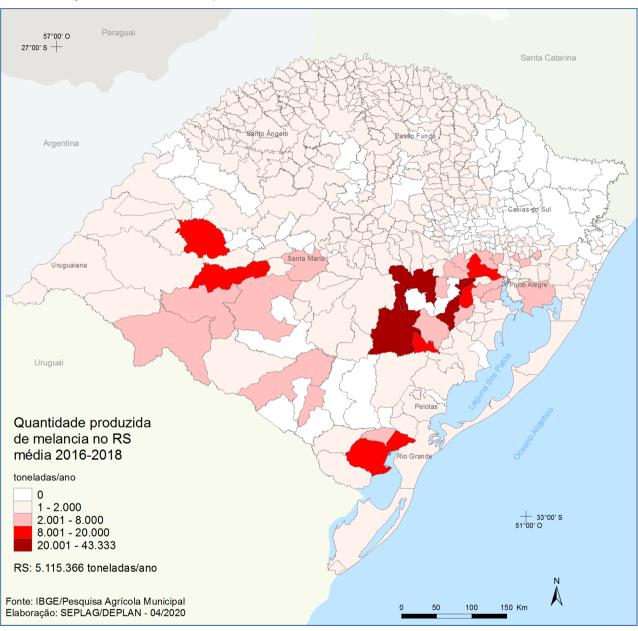
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	89.336	1.995.206	21.272	545.246
2009	95.319	2.065.167	19.051	455.697
2010	96.477	2.052.928	18.823	346.454
2011	98.501	2.198.624	17.902	421.647
2012	96.601	2.079.547	18.378	343.365
2013	93.190	2.163.501	19.011	433.355
2014	94.937	2.171.448	18.258	418.374
2015	97.910	2.119.559	18.093	364.775
2016	94.424	2.088.048	15.835	283.979
2017	103.631	2.312.993	15.464	346.310
2018	102.412	2.240.796	14.221	283.640

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de melancia, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de melancia, média 2016-2018 - RS



O Rio Grande do Sul é também o quinto produtor de melão do País, com uma quantidade média anual de 17.768 toneladas no triênio 2016-2018, representando 3,1%. No Estado, os municípios que apresentaram as maiores médias, no período 2016-2018, foram: Bom Princípio, Guaíba e São Jerônimo, com valores de produção superiores a mil toneladas.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de uva, sendo responsável por cerca de 50% da produção do País. A produção está concentrada no nordeste do Estado, com ênfase para a região da Serra. O destaque fica com Bento Gonçalves e Flores da Cunha, com uma produção média anual acima de 80 mil toneladas. É importante mencionar outras regiões do RS, como Fronteira Oeste, Campanha e Médio Alto Uruguai, que também vêm se destacando.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de melão no BR e RS - 2008-2018

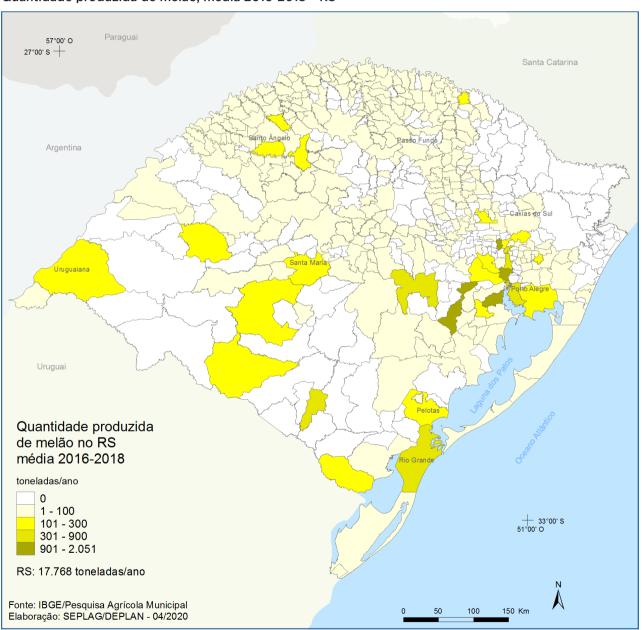
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	15.788	340.464	2.273	19.344
2009	17.559	402.959	2.156	18.016
2010	18.870	478.392	2.127	17.667
2011	19.701	499.330	2.278	21.251
2012	22.810	575.386	2.356	20.674
2013	22.062	565.900	2.145	18.933
2014	22.001	589.939	2.126	21.928
2015	20.837	521.596	2.058	19.821
2016	23.166	596.430	1.937	15.945
2017	23.426	541.298	1.884	18.914
2018	23.342	581.478	1.707	18.445

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de melão, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de melão, média 2016-2018 - RS

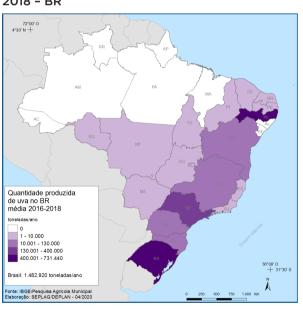


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de uva no BR e RS - 2008-2018

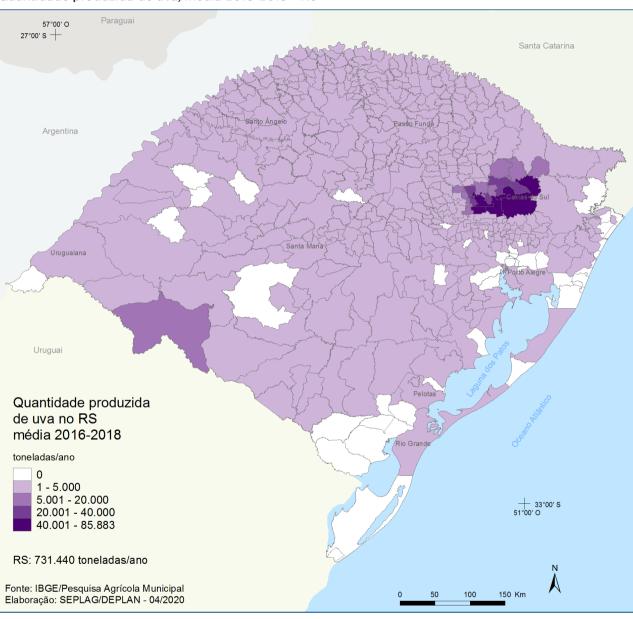
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	81.286	1.421.431	47.206	776.964
2009	81.677	1.365.491	48.259	737.363
2010	81.534	1.355.461	48.753	694.518
2011	81.840	1.495.336	49.198	830.286
2012	82.897	1.514.768	50.180	840.251
2013	79.759	1.439.535	50.056	807.693
2014	78.779	1.454.183	50.007	812.517
2015	78.026	1.497.302	49.739	876.215
2016	77.299	1.113.345	49.226	413.735
2017	75.968	1.743.430	48.397	956.887
2018	74.475	1.591.986	46.858	823.698

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de uva, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de uva, média 2016-2018 - RS



A produção de maçã é uma atividade relativamente recente no Brasil. Os três grandes polos produtores do País encontram-se nos municípios de São Joaquim e Fraiburgo, em Santa Catarina, e Vacaria, no Rio Grande do Sul. O Estado gaúcho é responsável por 46% da produção nacional, com uma quantidade média no triênio 2016-2018 de 548.994 toneladas/ano. O COREDE Campos de Cima da Serra é a região com maior produção. Vacaria, Caxias do Sul, Bom Jesus, Muitos Capões, São Francisco de Paula, Monte Alegre dos Campos, São José dos Ausentes e Ipê possuíam produção acima de 10 mil toneladas/ano no triênio 2016-2018.

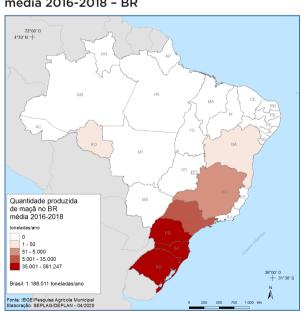
O Rio Grande do Sul foi o maior produtor nacional de pêssego no período 2016-2018, com média de 145.004 toneladas/ano, correspondendo a 65% da produção total do País. A produção está concentrada no sul do Estado, mais fortemente em Pelotas, e na região da Serra. Os principais municípios produtores no período 2016-2018 foram: Pelotas, Pinto Bandeira, Canguçu e Farroupilha, com valores em média acima de 10 mil toneladas/ano.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de maçã no BR e RS - 2008-2018

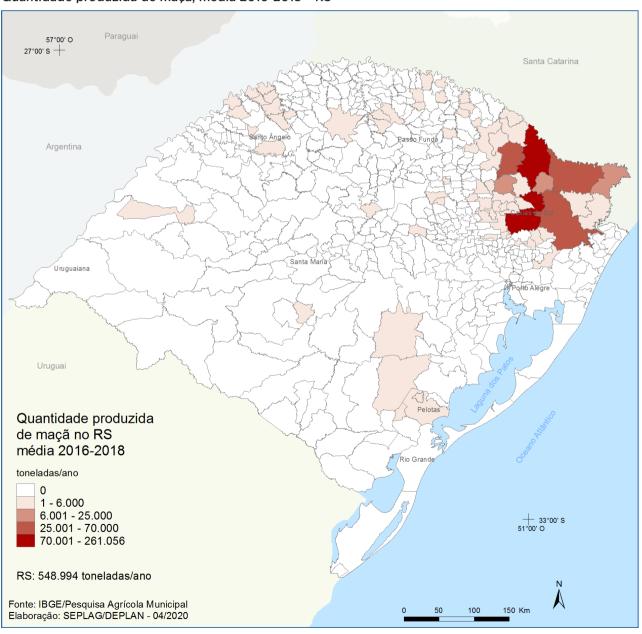
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	38.072	1.124.155	16.206	514.717
2009	39.081	1.222.885	16.278	556.556
2010	38.724	1.279.124	16.293	537.507
2011	38.077	1.338.995	17.124	634.436
2012	38.689	1.339.771	17.840	620.841
2013	38.292	1.231.472	17.980	642.987
2014	37.121	1.378.617	17.493	690.422
2015	35.872	1.264.651	16.383	598.512
2016	34.317	1.055.383	15.685	485.466
2017	33.330	1.307.642	15.536	577.774
2018	33.116	1.195.007	15.917	583.743

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidade produzida de maçã, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de maçã, média 2016-2018 - RS

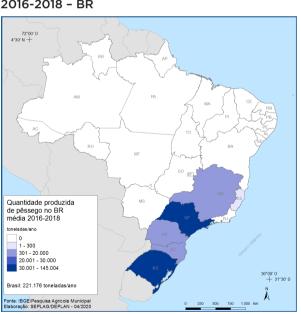


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de pêssego BR e RS - 2008-2018

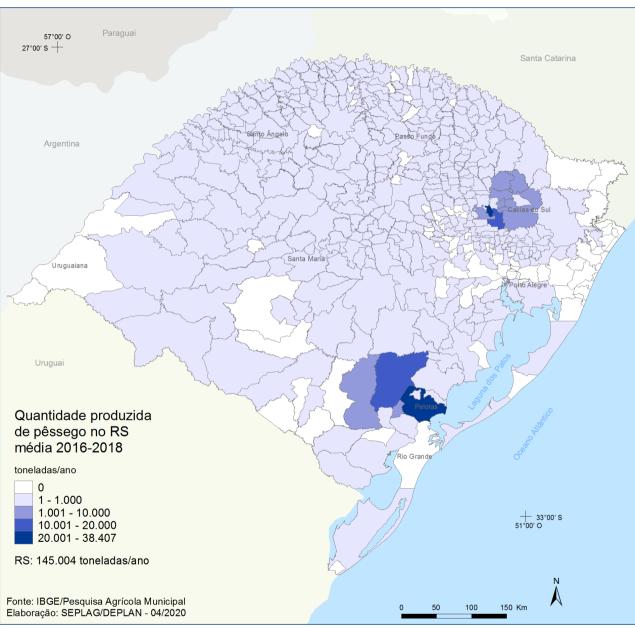
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	21.326	239.149	14.933	129.032
2009	19.102	216.236	14.748	140.702
2010	20.391	222.402	14.840	132.838
2011	20.148	222.180	14.679	129.295
2012	19.199	232.987	13.557	132.736
2013	18.092	217.706	13.164	136.841
2014	18.210	211.109	13.086	127.936
2015	17.451	216.241	12.582	128.924
2016	17.390	193.480	12.468	117.212
2017	17.189	250.449	12.516	171.369
2018	17.606	219.598	13.140	146.431

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Quantidades produzidas de pêssego, média 2016-2018 - BR

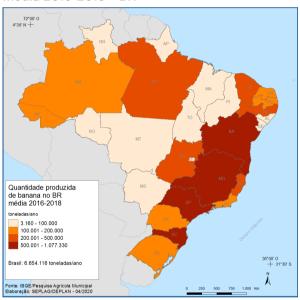


Quantidades produzidas de pêssego, média 2016-2018 - RS



Já a produção de banana no Brasil está concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste. O Rio Grande do Sul aparece em décimo segundo lugar, com uma produção média de 133.354 toneladas/ano no período de 2016 a 2018. Os municípios com maior produção de banana no Estado, responsáveis por 92% da produção gaúcha, estão localizados na região do Litoral, com produção média acima de mil tonelada/ano no triênio 2016/2018: Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Terra de Areia, Três, Forquilhas, Maquiné, Torres, Itati e Osório.

Quantidades produzidas de banana, média 2016-2018 - BR

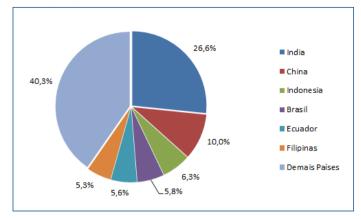


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de banana BR e RS - 2008-2018

	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)	Área plantada (hectares)	Quantidade produzida (toneladas)
2008	522.867	6.998.150	12.088	118.856
2009	483.532	6.783.490	12.291	121.640
2010	495.259	6.969.306	12.262	121.451
2011	505.665	7.329.471	12.217	89.420
2012	490.423	6.902.184	12.197	110.558
2013	490.628	6.892.622	12.208	122.934
2014	482.773	6.953.747	12.227	138.072
2015	486.623	6.859.227	11.825	134.298
2016	469.466	6.625.211	11.857	129.599
2017	470.066	6.584.967	11.859	135.153
2018	451.445	6.752.171	11.883	135.311

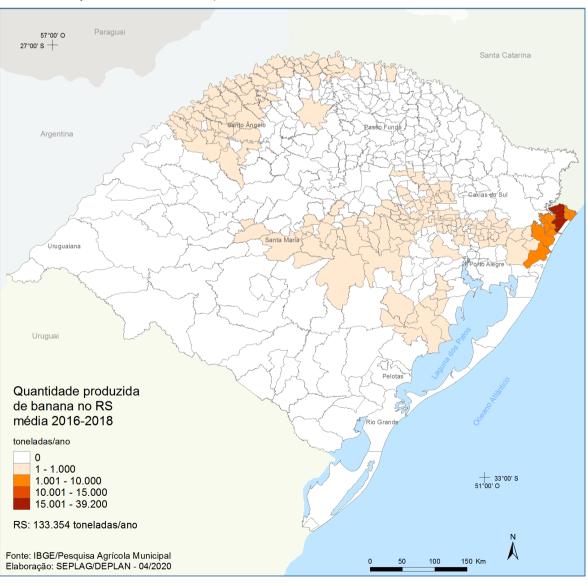
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Principais produtores de banana no mundo - 2018



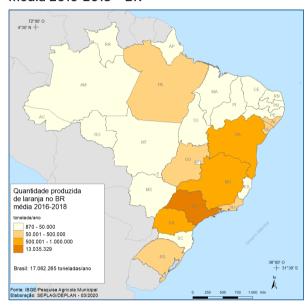
Fonte: FAO/FAOSTAT

Quantidades produzidas de banana, média 2016-2018 - RS



O RS é o sexto produtor brasileiro de laranja, com uma produção média de 373.295 toneladas no período de 2016 a 2018 - responsável por 2% da produção nacional. No Rio Grande do Sul, os maiores produtores de laranja, no período 2016-2018, foram os municípios de: Planalto, com média de 21.655 toneladas/ano, Liberato Salzano, com 21.000 toneladas/ano, e Alpestre, com 15.223 toneladas/ano.

Quantidade produzida de laranja, média 2016-2018 - BR

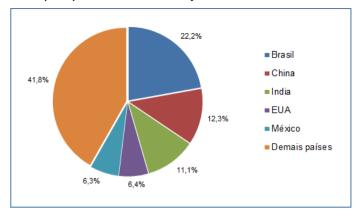


Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de laranja BR e RS - 2008-2018

	Bra	asil	Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	837.031	18.538.084	25.842	335.266
2009	802.528	17.618.450	27.182	350.650
2010	851.142	18.503.139	27.910	369.435
2011	818.685	19.811.064	27.688	391.692
2012	762.765	18.012.560	27.899	362.073
2013	719.360	17.549.536	27.208	390.538
2014	689.103	16.928.457	26.236	379.460
2015	668.189	16.746.247	25.356	356.395
2016	648.044	16.980.379	24.492	395.623
2017	639.212	17.492.882	23.910	356.536
2018	595.268	16.713.534	22.519	367.725

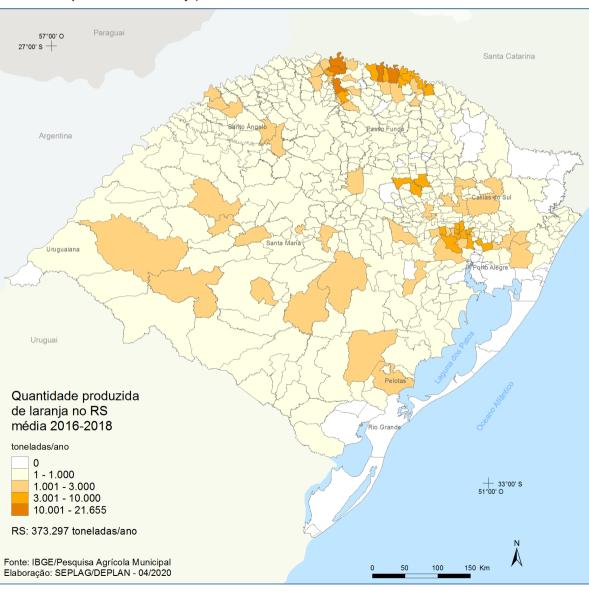
Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal

Principais produtores de laranja no mundo - 2018



Fonte: FAO/FAOSTAT

Quantidade produzida de laranja, média 2016-2018 - RS



Com relação à cultura da tangerina, no Brasil, as maiores produções estão concentradas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Juntos, estes quatro são responsáveis por aproximadamente 86% da produção brasileira. O Rio Grande do Sul é o quarto maior produtor, com 142.458 toneladas/ ano em média no período de 2016 a 2018. No Estado, o município de Montenegro, responsável por 10% da produção gaúcha, é o maior produtor, com uma média de 14 mil toneladas/ano no mesmo triênio.

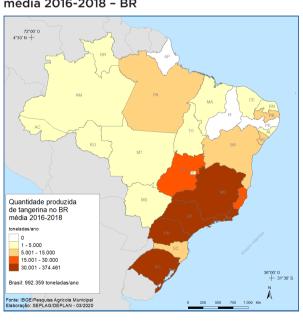
O Rio Grande do Sul é responsável por 48% da produção de folha verde de ervamate, com uma média de 277.371 toneladas/ano no período de 2016-2018. Em seguida vem o Paraná, com 231.521 toneladas/ano, e Santa Catarina, com 88.583 toneladas/ano. Localizados, principalmente no norte do Estado gaúcho, os maiores produtores são Ilópolis, com 55.333 toneladas, Arvorezinha, com 50.960 toneladas, e Palmeira das Missões, com 21.000 toneladas/ano em média no triênio 2016-2018.

Evolução anual da área plantada e da quantidade produzida de tangerina BR e RS - 2008-2018

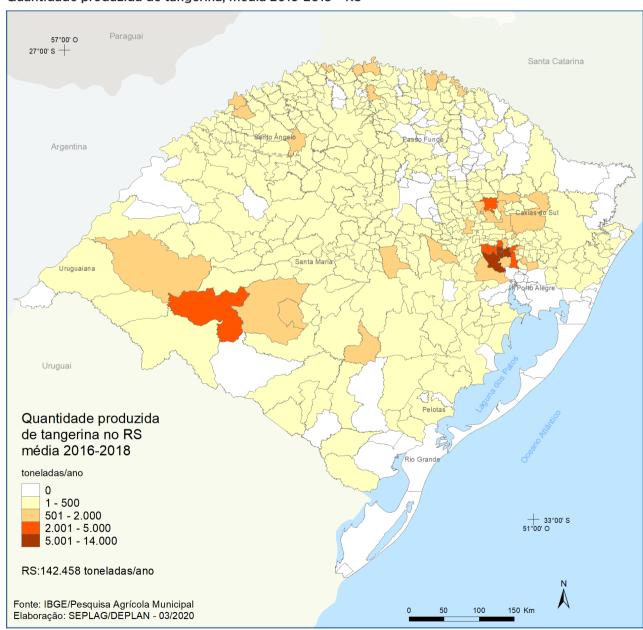
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Área olantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida	
hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)	
54.003	1.079.697	12.370	149.894	
54.909	1.094.429	12.531	146.352	
61.612	1.122.009	12.739	155.616	
53.303	1.004.727	12.918	156.285	
52.023	959.672	13.091	144.605	
50.882	937.819	13.359	161.921	
49.933	965.167	13.194	160.709	
50.936	999.686	13.049	131.436	
49.698	1.013.067	11.403	140.739	
50.268	967.139	11.643	142.402	
52.767	996.872	11.571	144.233	
	54.003 54.909 61.612 53.303 52.023 50.882 49.933 50.936 49.698 50.268	blantada produzida hectares) (toneladas) 54.003 1.079.697 54.909 1.094.429 61.612 1.122.009 53.303 1.004.727 52.023 959.672 50.882 937.819 49.933 965.167 50.936 999.686 49.698 1.013.067 50.268 967.139	plantada produzida plantada hectares) (toneladas) (hectares) 54.003 1.079.697 12.370 54.909 1.094.429 12.531 61.612 1.122.009 12.739 53.303 1.004.727 12.918 52.023 959.672 13.091 50.882 937.819 13.359 49.933 965.167 13.194 50.936 999.686 13.049 49.698 1.013.067 11.403 50.268 967.139 11.643	

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal

Quantidade produzida de tangerina, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de tangerina, média 2016-2018 - RS

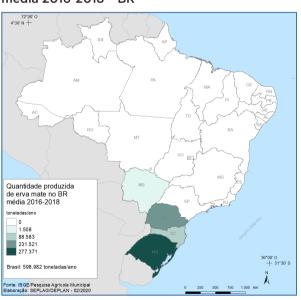


Evolução anual da área destinada à colheita e da quantidade produzida de folha verde de erva-mate no BR e RS - 2008-2018

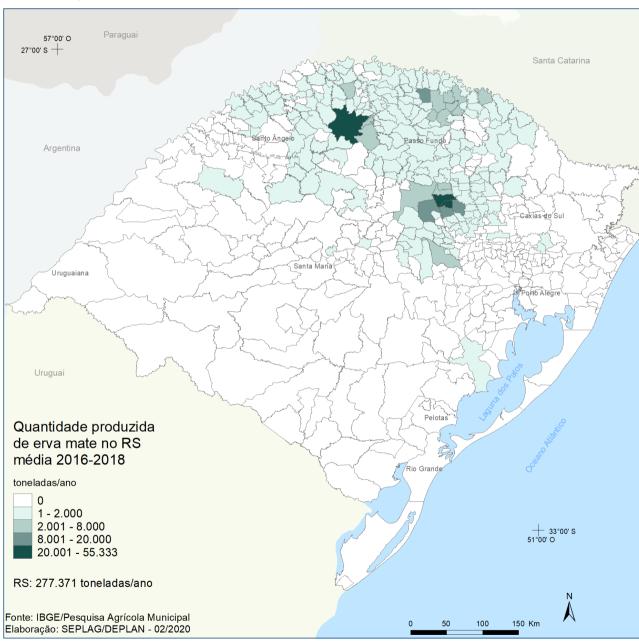
	Brasil		Rio Grande do Sul	
Ano	Área plantada	Quantidade produzida	Área plantada	Quantidade produzida
	(hectares)	(toneladas)	(hectares)	(toneladas)
2008	86.996	434.727	38.741	256.352
2009	83.628	443.126	36.876	258.651
2010	71.391	430.305	30.678	260.413
2011	71.344	443.635	30.840	272.719
2012	82.945	513.256	35.000	260.866
2013	74.421	515.451	34.909	265.515
2014	77.645	602.559	35.240	276.232
2015	74.494	602.929	33.222	292.416
2016	78.621	630.556	33.445	297.141
2017	75.947	619.771	30.780	302.000
2018	77.731	546.618	28.948	232.971

Fonte: IBGE/Produção Agrícola Municipal

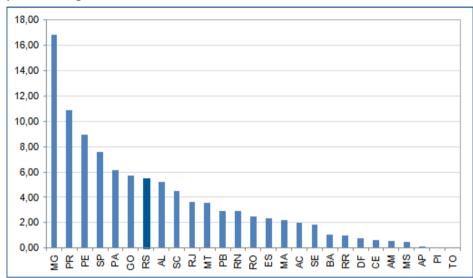
Quantidade produzida de erva-mate, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de erva mate, média 2016-2018 - RS

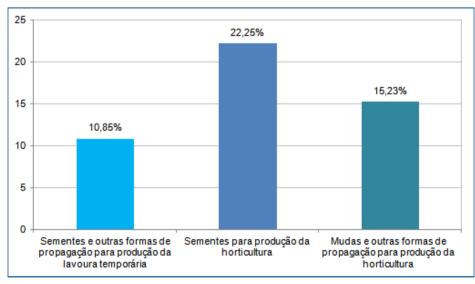


Percentual do número de estabelecimentos com uso de agricultura orgânica, pecuária orgânica ou ambos nos estados em 2017



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017

Participação do RS nas quantidades produzidas de sementes e mudas no Brasil em 2017 (%)

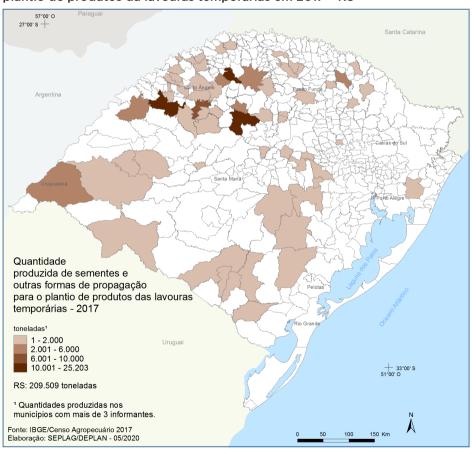


Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 2017

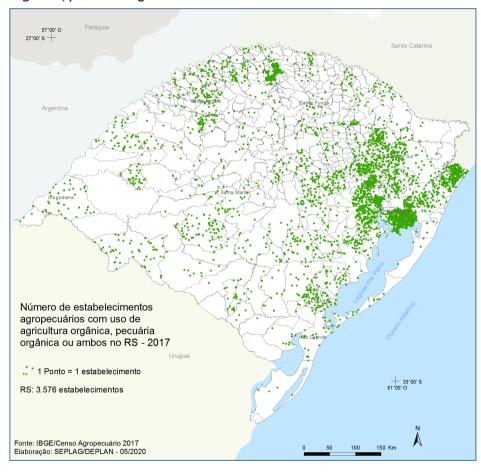
Segundo o Censo Agropecuário 2017, o Rio Grande do Sul ocupava a posição de quarto maior produtor nacional de sementes e outras formas de propagação para plantio de produtos da lavoura temporária, com uma produção de 209.509 toneladas. Dos produtos da lavoura temporária, destacava-se a produção de sementes de trigo, arroz, soja e forrageiras. O RS também ocupava o segundo lugar na produção de sementes para plantio de produtos da horticultura, com 164 toneladas, e o terceiro lugar na produção de mudas e outras formas de propagação para plantio de produtos da horticultura, com 280.469.000 unidades.

Embora não estejam ainda disponíveis dados estatísticos oficiais sobre as quantidades produzidas de orgânicos no Estado, é possível afirmar que essa forma específica de produção está presente em praticamente todas as regiões, considerando os dados do Censo Agropecuário 2017. Segundo estes, o RS ocupava o sétimo lugar entre os estados brasileiros no número de estabelecimentos com uso de agricultura orgânica, pecuária orgânica ou ambos, com 3.573 estabelecimentos. Os municípios com o maior número de estabelecimentos com essa modalidade de produção no RS, em 2017, eram Viamão, Nova Santa Rita e Caxias do Sul.

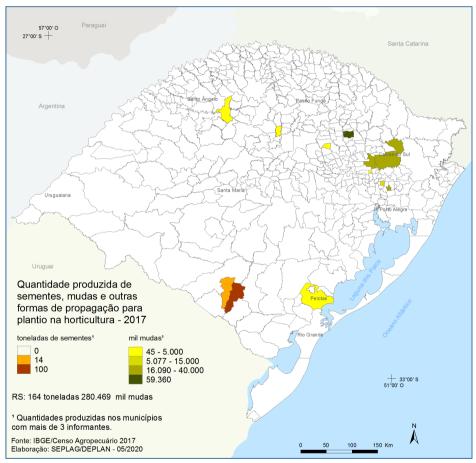
Quantidade produzida de sementes e outras formas de propagação para o plantio de produtos da lavouras temporárias em 2017 - RS



Número de estabelecimentos agropecuários com uso de agricultura orgânica, pecuária orgânica ou ambos em 2017 - RS



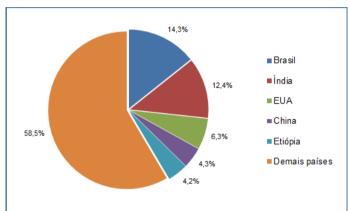
Quantidade produzida de sementes, mudas e outras formas de propagação para o plantio da horticultura em 2017 - RS



Entre as unidades da Federação, o Rio Grande do Sul é atualmente o sétimo maior produtor de bovinos do Brasil, superado pelos estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia. De acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal, o RS registrou uma produção de 13.164.945 cabecas em média no triênio 2016-2018.

O rebanho bovino encontra-se concentrado no oeste e sul do Estado, associado principalmente à presença dos campos limpos, ambientes característicos do ecossistema Pampa, e integrado à produção de arroz nas várzeas dos rios. Destacam-se os municípios de Alegrete, com 624.724 cabeças, e Santana do Livramento, com 601.272 cabeças em média, para o período 2016-2018. Já Uruguaiana, Dom Pedrito, Rosário do Sul e São Gabriel apresentaram médias entre 300 e 360 mil cabecas para o mesmo período.

Principais produtores de bovinos no mundo - 2018



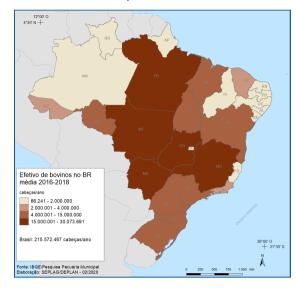
Fonte: FAO/FAOSTAT

Evolução anual do efetivo de bovinos no BR e RS - 2008-2018

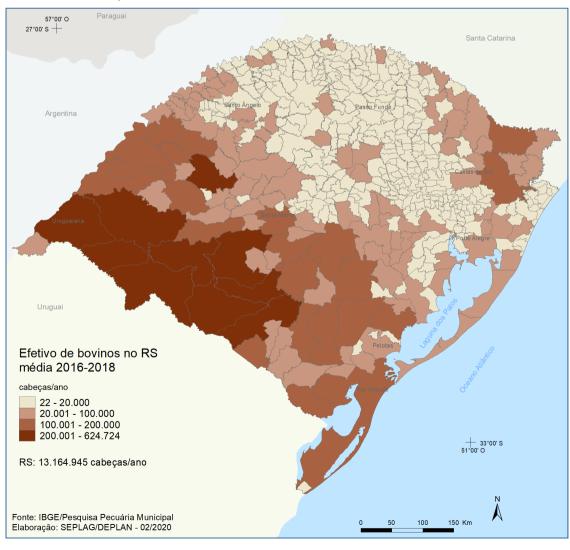
	Efetivo de bovinos		
Ano	(nº de cabeças)		
	Brasil	RS	
2008	202.306.731	14.115.643	
2009	205.307.954	14.366.298	
2010	209.541.109	14.469.307	
2011	212.815.311	14.478.312	
2012	211.279.082	14.140.654	
2013	211.764.292	14.037.367	
2014	212.366.132	13.956.953	
2015	215.199.488	13.737.316	
2016	218.190.768	13.590.282	
2017	215.003.578	13.353.122	
2018	213.523.056	12.551.432	

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Efetivo de bovinos, média 2016-2018 - BR



Efetivo de bovinos, média 2016-2018 - RS



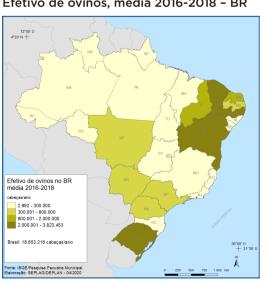
O Brasil contou com um número médio de 19 milhões de cabeças de ovinos no triênio 2016-2018. Entre as unidades da Federação, a Bahia é o estado com o maior rebanho do Brasil, seguido por Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Piauí, todos com rebanho de mais de 1 milhão de cabeças. Segundo a Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, o RS registrou, em média, no período 2016-2018, um rebanho de 3.373.694 cabeças/ano. Os principais municípios produtores encontram-se sobretudo na porção sul-sudoeste do Estado. Santana do Livramento, com 346.683 cabecas em média, é o maior, seguido de Alegrete, com 226.878 cabecas.

Evolução anual do efetivo de ovinos no BR e RS - 2008-2018

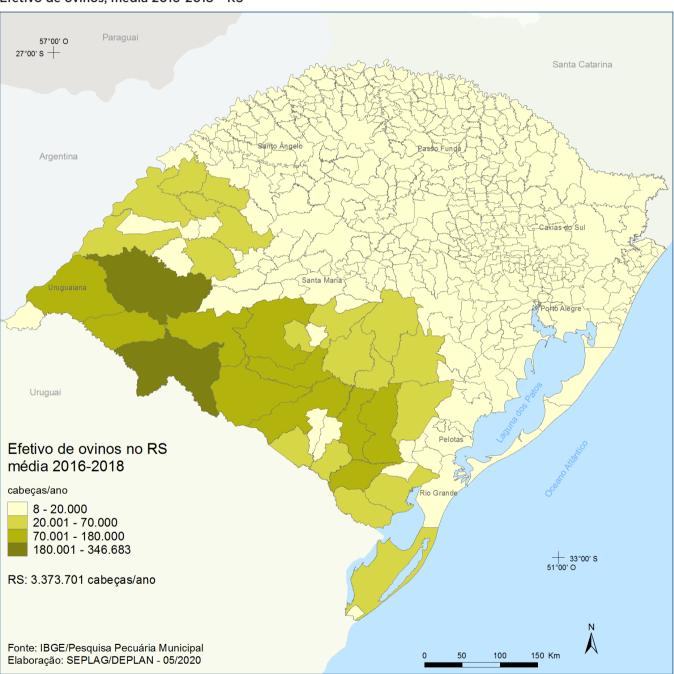
	Efetivo de ovinos (nº de cabeças)		
Ano			
	Brasil	RS	
2008	16.630.408	4.009.938	
2009	16.811.721	3.946.349	
2010	17.380.581	3.979.258	
2011	17.668.063	4.000.297	
2012	16.789.492	4.095.648	
2013	17.290.519	4.250.932	
2014	17.614.454	4.223.266	
2015	18.410.551	3.957.275	
2016	18.403.947	3.496.904	
2017	18.606.767	3.436.402	
2018	18.948.934	3.187.776	

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Efetivo de ovinos, média 2016-2018 - BR



Efetivo de ovinos, média 2016-2018 - RS



Entre as unidades da Federação, o Rio Grande do Sul é atualmente o terceiro maior produtor de suínos do Brasil, superado pelos estados de Santa Catarina e Paraná. De acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal, do IBGE, o RS registrou, em média, no triênio 2016-2018, uma produção de 5,8 milhões de cabeças.

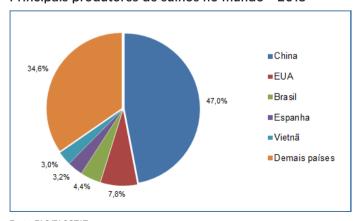
O rebanho suíno encontra-se presente em praticamente todo o Estado, embora esteja mais presente no norte, no Vale do Taquari e na Serra, estando integrado às indústrias de beneficiamento presentes nas regiões. Destacam-se os municípios de Santo Cristo, Três Passos, Santa Rosa, Viadutos, Palmitinho, Nova Candelária e Teutônia, com um rebanho médio acima de 80 mil cabeças no período 2016-2018.

Evolução anual do efetivo de suínos no BR e RS - 2008-2018

	Efetivo de suínos		
Ano	o (nº de cabeças)		
	Brasil	RS	
2008	36.819.017	5.320.252	
2009	38.045.454	5.344.318	
2010	38.956.758	5.729.710	
2011	39.307.336	5.677.515	
2012	38.795.902	6.213.316	
2013	36.743.593	6.320.890	
2014	37.930.307	6.108.876	
2015	40.332.553	5.948.537	
2016	40.053.184	5.927.862	
2017	41.383.029	5.992.533	
2018	41.443.594	5.726.461	

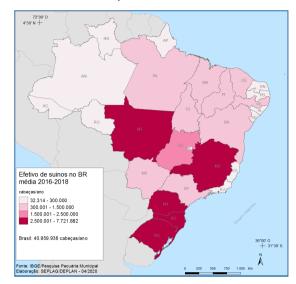
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Principais produtores de suínos no mundo - 2018

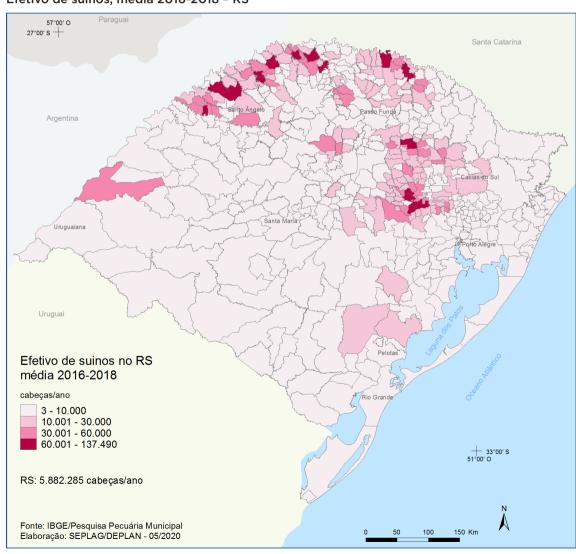


Fonte: FAO/FAOSTAT

Efetivo de suínos, média 2016-2018 - BR



Efetivo de suínos, média 2016-2018 - RS



Entre as unidades da Federação, o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de aves do Brasil, superado pelos estados do Paraná e São Paulo. Conforme a Pesquisa Pecuária Municipal, do IBGE, o RS registrou, em média, no triênio 2016-2018, a produção de 151 milhões de cabeças de aves (entre galos, frangas, frangos, pintos e galinhas). A atividade de criação de aves no Estado é altamente integrada com a indústria de carnes de aves e derivados, formando uma cadeia de produção especializada.

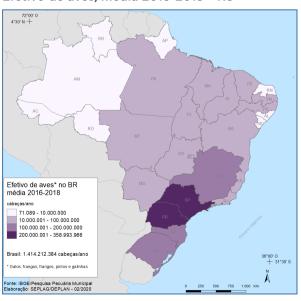
Destacam-se as regiões da Serra e Vale do Taquari que, juntas, respondem por 48% do efetivo de aves produzidas no Estado. Entre os municípios, Nova Bréscia, Nova Bassano, Tupandi, Garibaldi, Westfália e Marau possuem os maiores efetivos, superando a marca de três milhões de cabeças em média no triênio analisado.

Evolução anual do efetivo de aves e ovos de galinha no BR e RS - 2008-2018

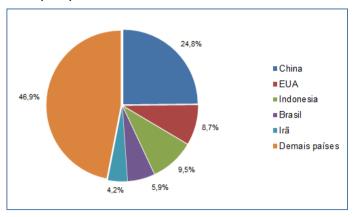
Ano	Brasil Efetivo de aves (nº de cabeças)		Rio Grande Efetivo de (mil dú	ovos
2008	1.198.704.048	140.121.326	3.072.708	289.700
2009	1.230.086.672	141.321.846	3.187.636	289.558
2010	1.238.912.537	148.355.324	3.246.719	300.728
2011	1.268.209.405	149.334.973	3.394.020	315.611
2012	1.245.269.485	149.172.838	3.473.021	325.021
2013	1.246.637.953	149.295.641	3.614.178	345.158
2014	1.320.749.401	145.683.185	3.731.796	361.406
2015	1.326.452.695	135.750.392	3.769.324	331.079
2016	1.347.626.192	134.710.972	3.842.894	326.172
2017	1.426.659.433	156.268.216	4.214.487	349.056
2018	1.468.351.527	163.019.079	4.442.688	354.566

Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Efetivo de aves, média 2016-2018 - RS

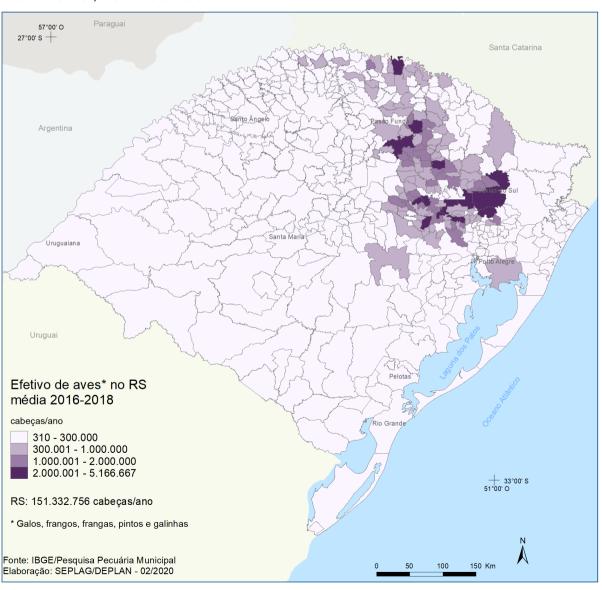


Principais produtores de aves no mundo - 2018



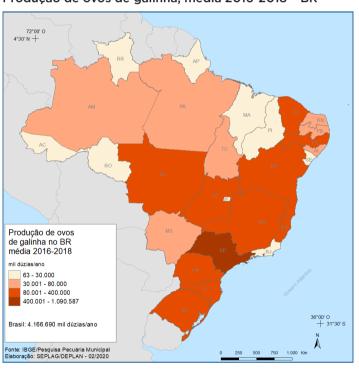
Fonte: FAO/FAOSTAT

Efetivo de aves, média 2016-2018 - RS

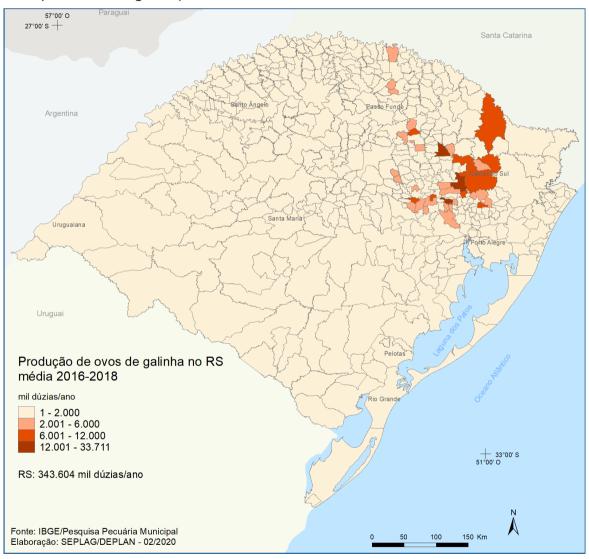


Na produção de ovos de galinha, o Rio Grande do Sul ocupa o quinto lugar entre os estados, respondendo por 8% da produção nacional. Os municípios com maior produção são Salvador do Sul, com uma média de 34 milhões de dúzias de ovos, e Farroupilha, com 20 milhões de dúzias em média, também no período 2016-2018.

Produção de ovos de galinha, média 2016-2018 - BR



Produção de ovos de galinha, média 2016-2018 - RS



No Brasil, o estado de Minas de Gerais é o maior produtor de leite, com 26,5% do total. O RS é o terceiro produtor nacional, contribuindo com cerca de 13% da produção ou 4,4 bilhões de litros em média no triênio 2016-2018.

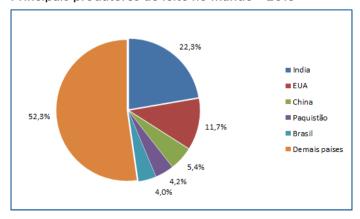
No Rio Grande do Sul, a produção é bem distribuída pelo território, sendo que as regiões da Fronteira Noroeste, Vale do Taquari, Serra, Produção, Celeiro, Norte e Rio da Várzea são responsáveis pela metade da produção gaúcha, somando 2,3 bilhões de litros em média no período considerado. Os municípios de Ibirubá, Santo Cristo e Augusto Pestana se destacam, com produção superior a 50 bilhões de litros em média no triênio considerado.

Evolução anual da produção de leite no BR e RS - 2008-2018

	Produção de leite		
Ano	(mil litros)		
	Brasil	RS	
2008	27.585.346	3.314.573	
2009	29.085.495	3.400.179	
2010	30.715.460	3.633.834	
2011	32.096.214	3.879.455	
2012	32.304.421	4.049.487	
2013	34.255.236	4.508.518	
2014	35.124.360	4.687.489	
2015	35.000.227	4.599.925	
2016	33.680.400	4.613.780	
2017	33.312.150	4.363.179	
2018	33.839.866	4.242.293	

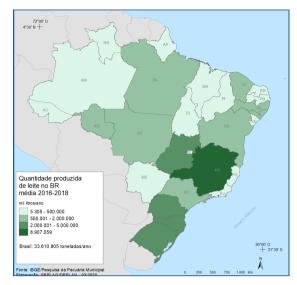
Fonte: IBGE/Pesquisa Agrícola Municipal

Principais produtores de leite no mundo - 2018

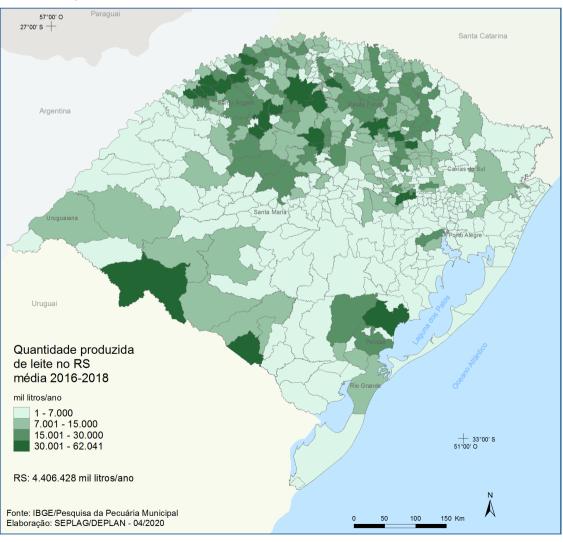


Fonte: FAO/FAOSTAT

Quantidade produzida de leite nos estados, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de leite no RS, média 2016-2018 - RS



Conforme a pesquisa Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS, do IBGE, a quantidade produzida de madeira em tora oriunda da Silvicultura⁶³ no Brasil, em 2018, foi de 146.463.834 metros quadrados e média de 140.202.378 m³/ano no período 2016-2018. O Rio Grande do Sul contribuiu com 9% do total produzido no País, ocupando o sétimo lugar entre os estados brasileiros.

No RS, a quantidade produzida de madeira em tora da Silvicultura, em 2018, foi de 13.694.146 metros cúbicos e média de 12.363.676 m³/ano no período 2016-18. Os municípios no Estado que têm maior destaque são Encruzilhada do Sul, Cambará do Sul, Butiá e Cachoeira do Sul, com produção média superior a 500 mil m³/ano para o triênio 2016-2018.

A quantidade produzida de madeira em tora oriunda da Extração Vegetal⁶⁴, no Brasil, em 2018, foi de 11.616.286 metros cúbicos e média de 11.777.678 m³/ano no período 2016-2018. O Rio Grande do Sul, com média anual de 49.589 m³, contribuiu somente com 0,4% do total produzido no Brasil, ocupando o décimo quinto lugar entre os estados. Os dados indicam que a produção de madeira oriunda da extração vegetal no RS é pouco expressiva, embora chame a atenção a produção de madeira em tora de *Araucária*, espécie em extinção cuja madeira é bastante valorizada no mercado.

No período 2016-2018, destacam-se os municípios de Vacaria, Erechim, São Francisco de Paula e Caseiros, com produção média superior a 1.000 m³/ano. Na produção de madeira em tora de *Pinheiro Brasileiro*, destacam-se os municípios de Ibiraiaras e Erechim, com produção média superior a 1.000m³/ano.

Quantidade produzida na Silvicultura por tipo de produto no Brasil e RS - 2018

Tipo de produto	Brasil	RS
Carvão vegetal (Toneladas)	6.058.432	67.233
Lenha (Metros cúbicos)	52.601.179	13.124.327
Madeira em tora (Metros cúbicos)	146.463.834	13.694.146
Madeira em tora para papel e celulose (Metros cúbicos)	92.672.380	7.095.363
Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	53.791.454	6.598.783
Outros produtos (Toneladas)	350.939	172.512
Acácia-negra (casca) (Toneladas)	145.423	145.423
Eucalipto (folha) (Toneladas)	84.354	-
Resina (Toneladas)	121.162	27.089

Fonte: IBGE/Pesquisa Extração Vegetal e Silvicultura

Quantidade produzida na Extração Vegetal por tipo de produto no Brasil e RS - 2018

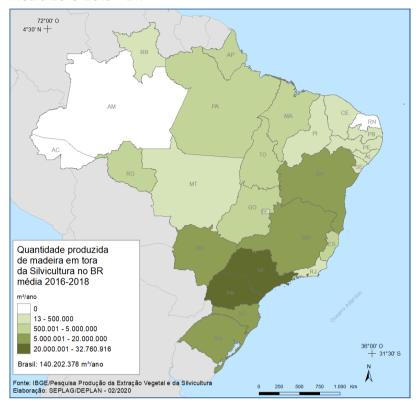
Tipo de produto	Brasil	RS
Alimentícios (Toneladas)	701.637	25.833
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes (Toneladas)	924	-
Borrachas (Toneladas)	875	-
Ceras (Toneladas)	19.068	-
Fibras (Toneladas)	10.402	-
Gomas não elásticas (Toneladas)	1	-
Carvão vegetal (Toneladas)	338.299	365
Lenha (Metros cúbicos)	20.086.521	580.374
Madeira em tora (Metros cúbicos)	11.616.286	54.462
Oleaginosos (Toneladas)	53.965	-
Pinheiro brasileiro (nó de pinho) (Metros cúbicos)	8.527	-
Pinheiro brasileiro (árvores abatidas) (Mil árvores)	28	15
Pinheiro brasileiro (madeira em tora) (Metros cúbicos)	35.088	12.414
Tanantes (Toneladas)	59	-

Fonte: IBGE/Pesquisa Extração Vegetal e Silvicultura

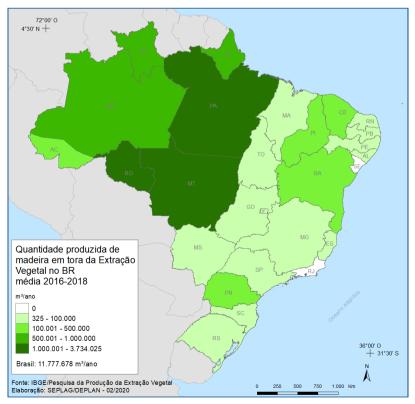
⁶³ Conforme definição da pesquisa do IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), Silvicultura é a atividade que se ocupa do estabelecimento, do desenvolvimento e da reprodução de florestas visando a múltiplas aplicações, como a produção de madeira, o carvoejamento, a produção de resinas, a proteção ambiental, entre outros usos. A atividade de Silvicultura gera a produção de diferentes itens, como carvão vegetal, lenha e madeira em tora, entre outros produtos.

⁶⁴ Extrativismo vegetal é definido como o processo de exploração dos recursos vegetais nativos, que compreende a coleta ou apanha de produtos, como madeiras, látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção, segundo a PEVS.

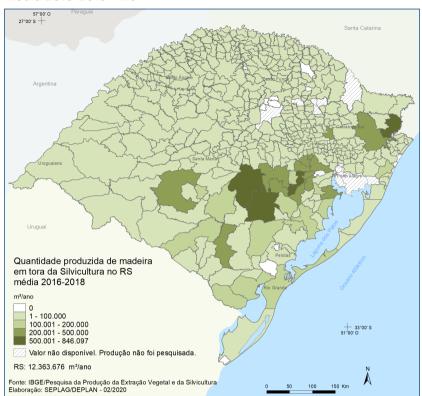
Quantidade produzida de madeira em tora da Silvicultura, média 2016-2018 - BR



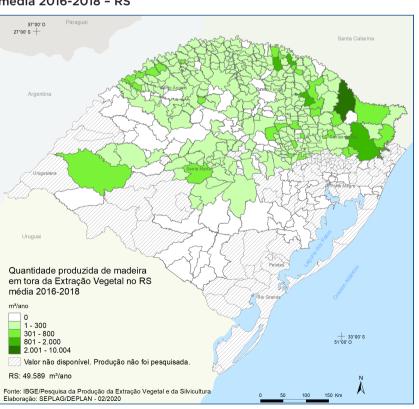
Quantidade produzida de madeira em tora da Extração Vegetal, média 2016-2018 - BR



Quantidade produzida de madeira em tora da Silvicultura, média 2016-2018 - RS



Quantidade produzida de madeira em tora da Extração Vegetal, média 2016-2018 - RS



INDÚSTRIA

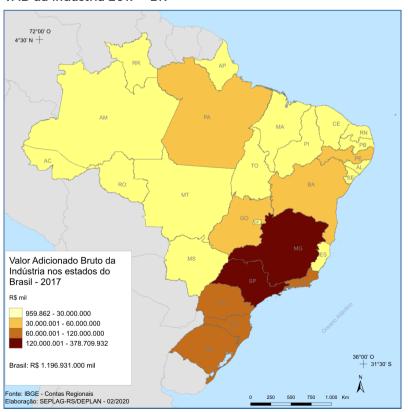
O Valor Adicionado Bruto - VAB da Indústria brasileira, em 2017, foi de aproximadamente R\$1,2 trilhão. O Rio Grande do Sul contribuiu para esse montante com 6,86%, isto é, aproximadamente R\$ 82 bilhões, apresentando o 5º maior VAB industrial entre as 27 unidades da Federação.

O Estado apresenta uma indústria diversificada, que se desenvolveu predominantemente a partir das agroindústrias e de outros segmentos ligados ao setor primário. Na matriz do VAB, o setor industrial do Estado responde por 22,4% do total, sendo que 16,0% correspondem à Indústria de Transformação.

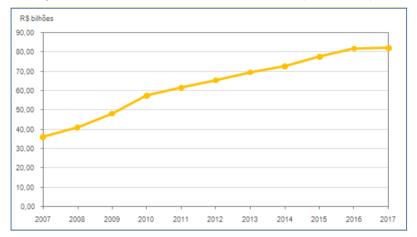
No ano de 2017, cinco municípios -Canoas, Caxias do Sul, Porto Alegre, Triunfo e Gravataí -responderam por 32,8% do VAB industrial do Estado, principalmente na Indústria de Transformação. Candiota e Pinhal da Serra se destacaram na Produção e distribuição de eletricidade, e Triunfo, na Fabricação de produtos derivados do petróleo.

A Indústria Extrativista possui uma participação pouco expressiva dentro da economia estadual, com apenas 0,1% do VAB total. As indústrias gaúchas dedicadas à extração mineral constituem-se, majoritariamente, de extração de minerais não-metálicos. O conjunto de indústrias gaúchas vinculadas ou diretamente relacionadas à Construção Civil participa com 6,1% do VAB nacional do segmento.

VAB da Indústria 2017 - BR

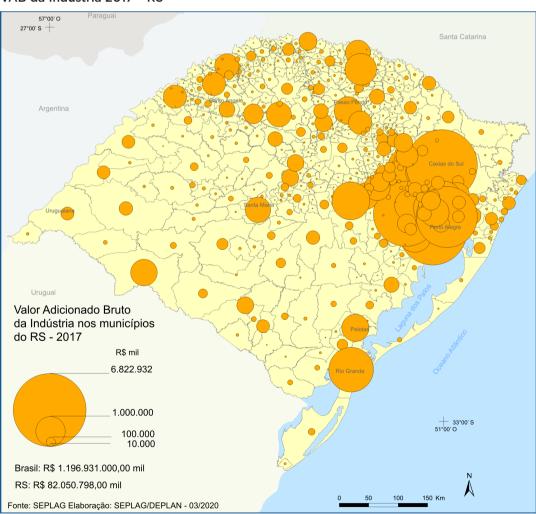


Evolução do VAB da Indústria no RS 2007-2017 (R\$ bilhões)



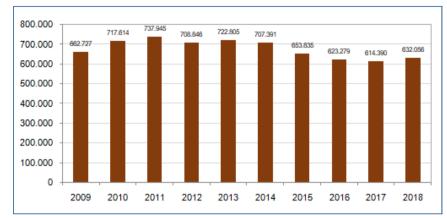
Fonte: IBGE/Contas Regionais

VAB da Indústria 2017 - RS



Em 2018, a Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul ocupava a terceira posição no parque nacional, depois de São Paulo e Minas Gerais, no que diz respeito ao número de estabelecimentos, e quarto quanto ao número de postos de trabalho, depois de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério da Economia⁶⁵, em 2018, a Indústria Extrativa Mineral contava com 644 estabelecimentos e 5.522 empregados; a Indústria de Transformação possuía 35.672 estabelecimentos e 632.056 empregados; e a Construção Civil tinha 16.640 estabelecimentos e 104.112 empregados.

Evolução do emprego da Indústria de Transformação no RS - 2009-2018



Fonte: Ministério da Economia/RAIS

Número de estabelecimentos e de empregados segundo as divisões que compõem a Indústria de Transformação no RS em 2018

Divisões da CNAE 2.0	N° de estabelecimentos	N° de empregados
Fabricação de Produtos Alimentícios	4.622	129.651
Fabricação de Bebidas	404	8.478
Fabricação de Produtos do Fumo	53	4.895
Fabricação de Produtos Têxteis	564	8.321
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	2.407	20.040
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	3.113	101.823
Fabricação de Produtos de Madeira	1.961	14.403
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	411	10.357
Fabricação de Produtos Químicos	731	16.002
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	43	1.891
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	1.410	37.199
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	2.050	17.268
Metalurgia	308	8.729
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	4.932	52.682
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	326	9.467
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	490	10.416
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	2.097	55.347
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	661	39.900
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	97	1.483
Fabricação de Móveis	2.753	34.487
Outras divisões da CNAE 2.0 da Indústria de Transformação	8.992	49.217
RS	35.672	632.056

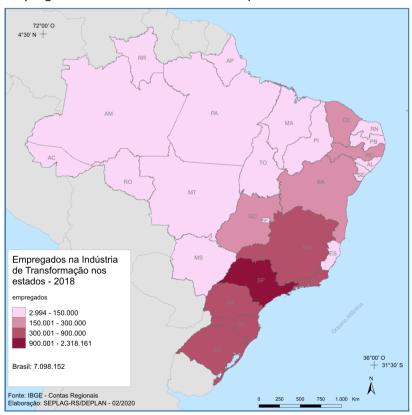
Fonte: Ministério da Economia/RAIS

⁶⁵ RAIS – Relação Anual de Informações Sociais é uma declaração feita pelo próprio estabelecimento com ou sem empregados (RAIS negativa), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ. Na análise dos estabelecimentos, desconsideraram-se aqueles que declararam RAIS Negativa, ou seja, aqueles sem vínculo empregatício que, em 2018 no Rio Grande do Sul, totalizaram 337.392 estabelecimentos no setor de Serviços. O dado de vínculo empregatício refere-se à data de 31 de dezembro de 2018.

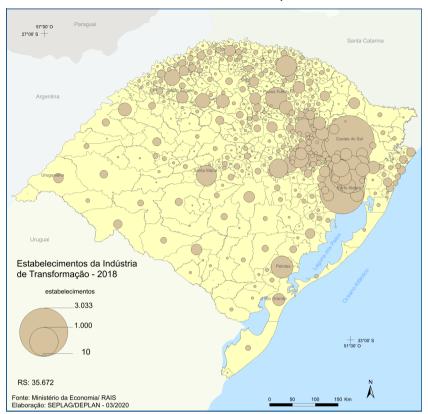
Estabelecimentos da Indústria de Transformação - 2018 - BR



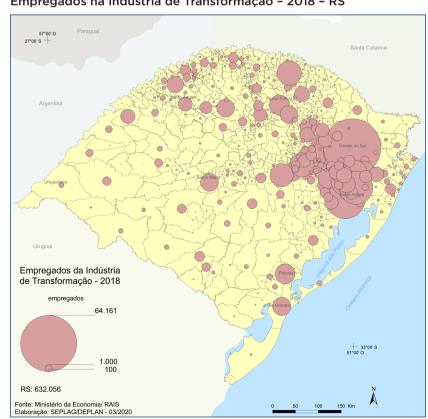
Empregados na Indústria de Transformação - 2018 - BR



Estabelecimentos da Indústria de Transformação - 2018 - RS



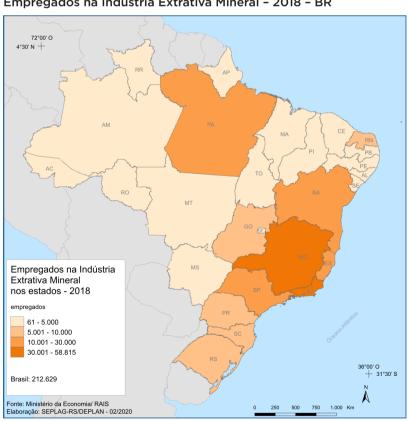
Empregados na Indústria de Transformação - 2018 - RS



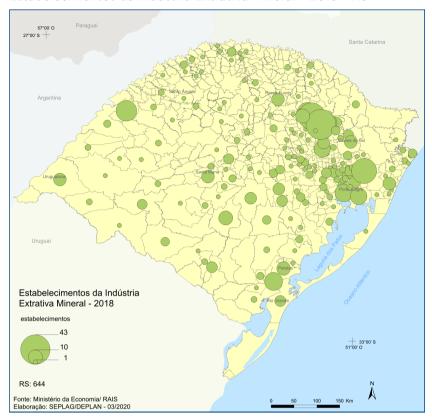
Estabelecimentos da Indústria Extrativa Mineral - 2018 - BR



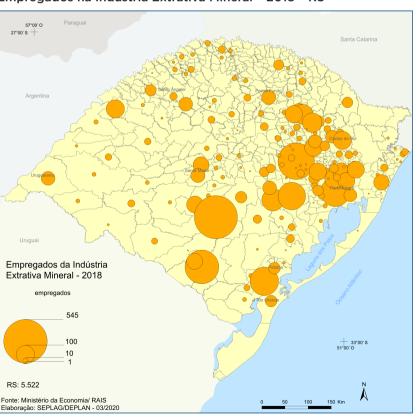
Empregados na Indústria Extrativa Mineral - 2018 - BR



Estabelecimentos da Indústria Extrativa Mineral - 2018 - RS



Empregados na Indústria Extrativa Mineral - 2018 - RS



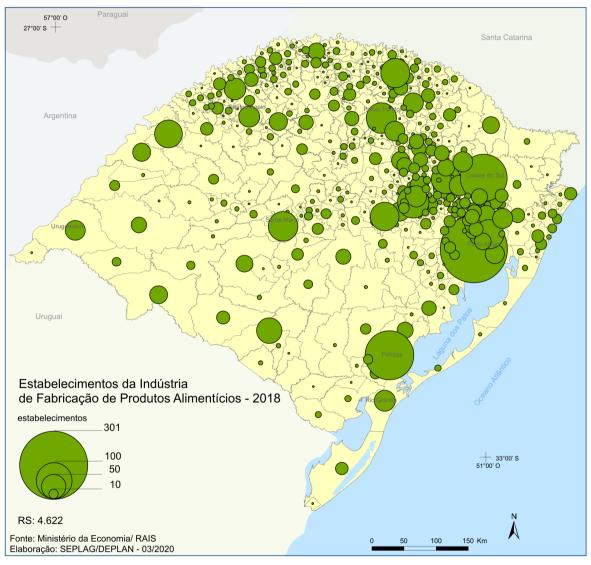
Em relação à Indústria de Transformação, o Rio Grande do Sul possui predominância de segmentos tradicionais. No número de empregados e de estabelecimentos, destaca-se a indústria de produtos alimentícios.

No Brasil, a indústria de Produtos Alimentícios apresenta elevada dispersão territorial, embora se destaque nas regiões Sudeste e Sul. Em 2018, existiam 49.126 estabelecimentos e 1.522.603 empregados desse segmento no País, tendo o RS participação de aproximadamente 9% nos estabelecimentos e no número de empregados.

Estabelecimentos de Fabricação de Produtos Alimentícios - 2018 - BR

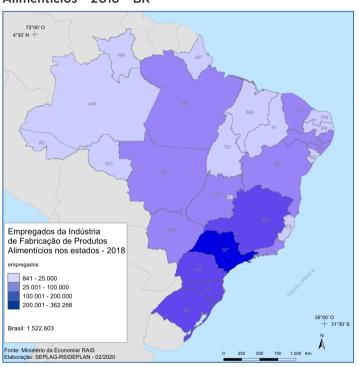


Estabelecimentos de Fabricação de Produtos Alimentícios - 2018

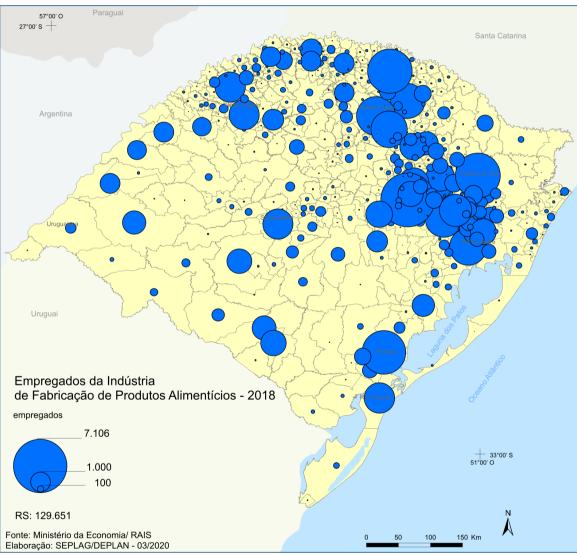


A indústria de Produtos Alimentícios também apresenta elevada dispersão territorial no Rio Grande do Sul. Os municípios de Porto Alegre, Pelotas e Caxias do Sul concentram 14% dos estabelecimentos desse segmento. No que se refere aos empregos, Lajeado, Caxias do Sul, Erechim e Pelotas concentram 17% do total do segmento.

Empregados na Fabricação de Produtos Alimentícios - 2018 - BR



Empregados na Fabricação de Produtos Alimentícios - 2018



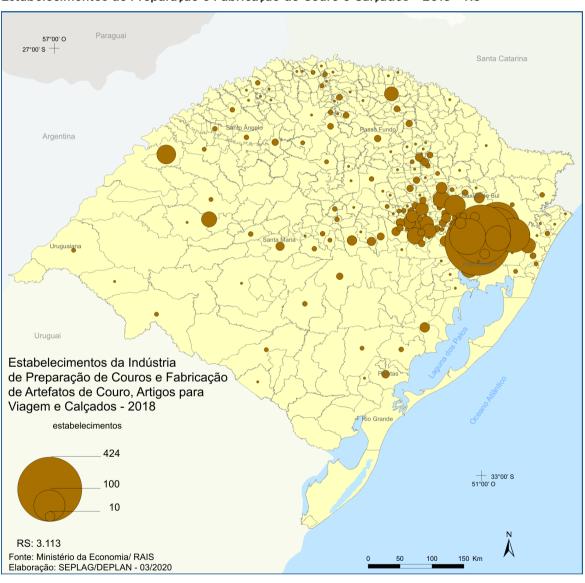
Em 2018, o Brasil possuía 10.324 estabelecimentos e 325.437 empregados no segmento de Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados⁶⁶. O Rio Grande do Sul possuía participação de aproximadamente 30% no número de estabelecimentos e de empregados, liderando entre os estados. Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Bahia aparecem na sequência no que se refere ao número de empregados.

Esse segmento é um dos mais tradicionais da indústria gaúcha e se desenvolveu historicamente na região do Vale dos Sinos e entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre, ligado principalmente à fabricação de calçados que, durante muito tempo, foi um dos itens mais importantes da pauta de exportações do Estado. Um dos aspectos importantes na localização das indústrias desse segmento, nos últimos anos, é a diminuição substancial de estabelecimentos e empregados no COREDE Vale do Rio dos Sinos e aumento no COREDE Paranhana Encosta da Serra, o que pode significar um deslocamento dessas indústrias.

Estabelecimentos de Preparação e Fabricação de Couro e Calçados - 2018 - BR



Estabelecimentos de Preparação e Fabricação de Couro e Calçados - 2018 - RS



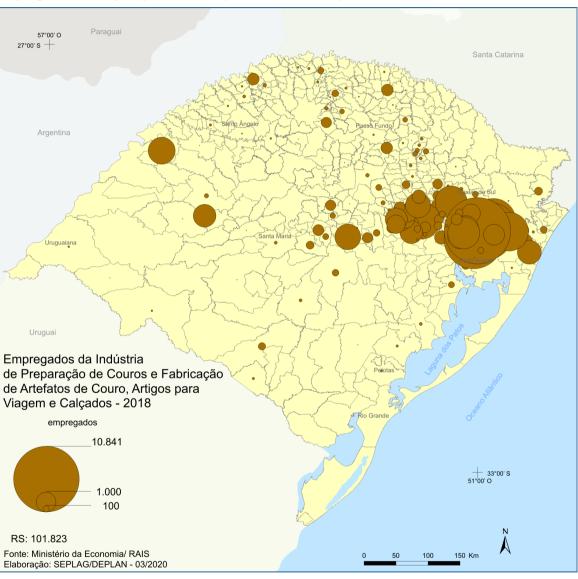
⁶⁶ De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 2.0, a atividade compreende o curtimento e outras preparações de couros e peles e a fabricação de artefatos de couro, a fabricação de substitutos do couro, a fabricação de bolsas e de artigos para viagem de qualquer material e também a fabricação de calçados para todos os usos e suas partes, de qualquer material e por qualquer processo.

Em 2018, existiam no Estado 3.113 estabelecimentos - 9% do total de estabelecimentos da Indústria de Transformação - os quais empregavam 101.823 pessoas - 16% do total de empregados do setor. Os municípios de Sapiranga, Novo Hamburgo, Parobé, Campo Bom, Igrejinha e Três Coroas concentram 51% dos estabelecimentos do segmento e 42% dos empregos.

Empregados na Preparação e Fabricação de Couro e Calçados - 2018 - BR



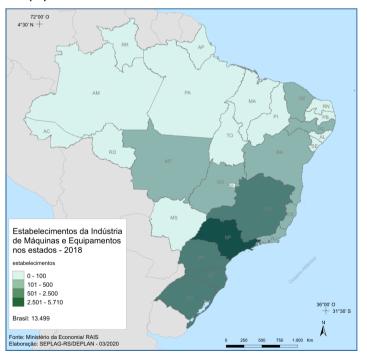
Empregados na Preparação e Fabricação de Couro e Calçados - 2018 - RS



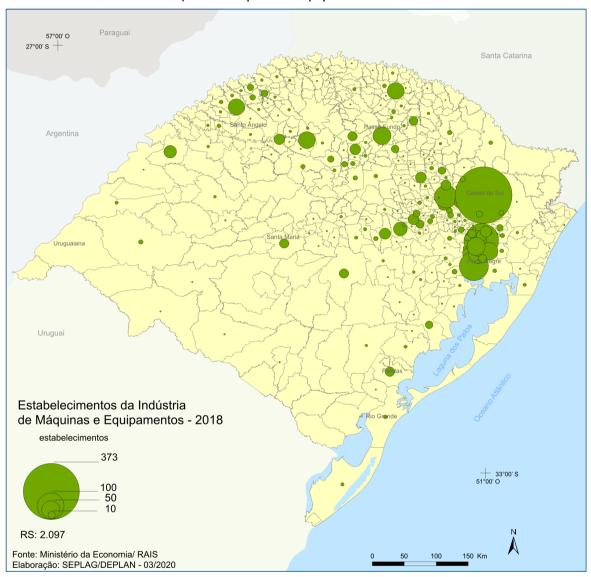
No que se refere à indústria de Máquinas e Equipamentos⁶⁷, o Brasil detinha, em 2018, 13.499 estabelecimentos e 330.507 empregados. O Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 16% dos empregos e 17% dos estabelecimentos desse segmento no País, encontrando-se atrás apenas de São Paulo.

A indústria de Máquinas e Equipamentos encontra-se um pouco mais dispersa no território do Rio Grande do Sul. Em 2018, existiam 2.097 estabelecimentos – os quais empregavam 55.347 pessoas. O município de Caxias do Sul concentra 17% dos estabelecimentos e 13% dos empregos desse segmento.

Estabelecimentos de Fabricação de Máquinas e Equipamentos - 2018 - BR



Estabelecimentos de Fabricação de Máquinas e Equipamentos - 2018 - RS



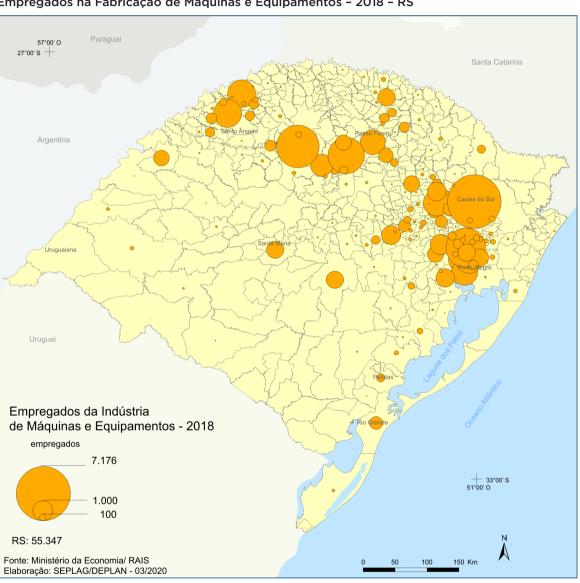
⁶⁷ Segundo a CNAE 2.0, o segmento de Máquinas e Equipamentos compreende a fabricação de máquinas e equipamentos, inclusive os componentes mecânicos, partes e peças, para as atividades industriais, agrícolas, extração mineral e construção, transporte e elevação de cargas e pessoas, para ventilação, refrigeração, instalações térmicas ou outras atividades semelhantes (motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão; tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária; máquinas-ferramenta; máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção civil e máquinas e equipamentos de uso industrial específico).

Recentemente, observa-se um crescimento no número de empregados desse segmento em direção ao noroeste do Estado, principalmente nos municípios de Panambi, Não-Me-Toque, Passo Fundo, Santa Rosa e Horizontina, constituindo uma expansão territorial do eixo industrial de maior tecnologia do Estado, o de Porto Alegre-Caxias do Sul.

Empregados na Fabricação de Máquinas e Equipamentos - 2018 - BR

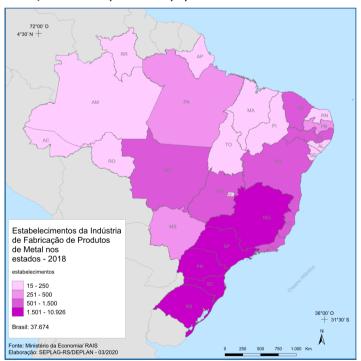


Empregados na Fabricação de Máquinas e Equipamentos - 2018 - RS

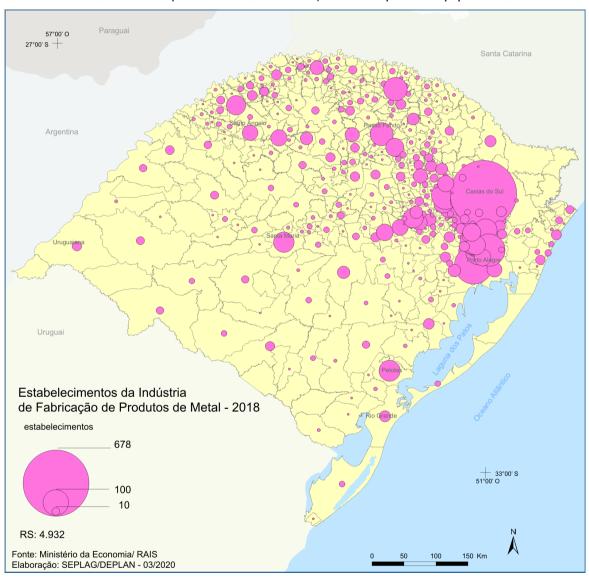


No Brasil, em 2018, a indústria de Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos⁶⁸, era responsável por 37.674 estabelecimentos e 399.519 empregados. O Rio Grande do Sul possuía participação de 13% no número de estabelecimentos e de empregados do segmento, encontrando-se atrás apenas de São Paulo.

Estabelecimentos de Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos - 2018 - BR



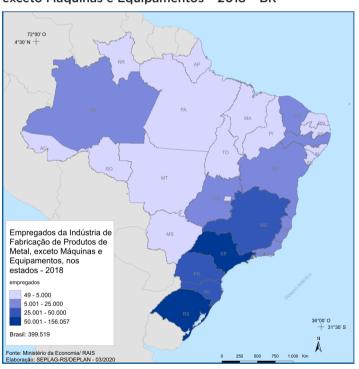
Estabelecimentos de Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos - 2018 - RS



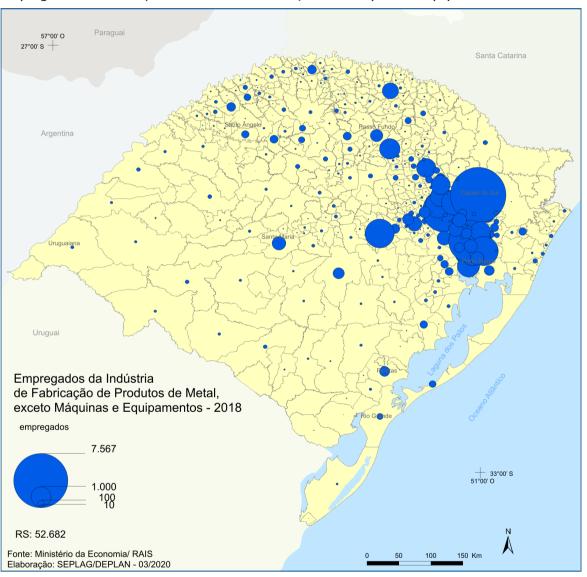
⁶⁸ Segundo a CNAE 2.0, o segmento compreende a fabricação de produtos de metal como estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada para diversas aplicações, caldeiras, tanques e reservatórios metálicos utilizados como instalação para armazenamento e uso industrial e fabricação de produtos de serralheria, forjaria, estamparia, funilaria, metalurgia de pó, artigos de cutelaria, embalagens metálicas e ferramentas.

Em 2018, no Rio Grande do Sul, existiam 4.932 estabelecimentos desse segmento, os quais empregavam 52.682 pessoas. O município de Caxias do Sul concentrava 14% dos estabelecimentos e dos empregos desse segmento no Estado. Recentemente, também se observa uma expansão territorial desse segmento em direção ao noroeste do Estado, com o crescimento dos empregos nos municípios de Marau e, em menor proporção, Passo Fundo.

Empregados na Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos - 2018 - BR

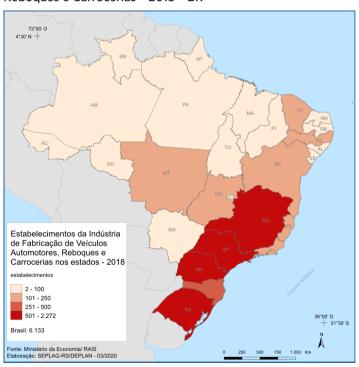


Empregados na Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máguinas e Equipamentos - 2018 - RS

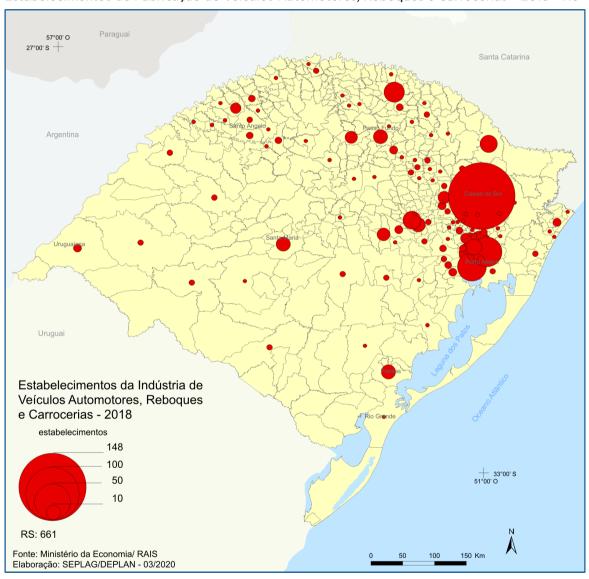


No Brasil, em 2018, a indústria de Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias⁶⁹ possuía 6.133 estabelecimentos e 417.429 empregados. O Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 11% dos estabelecimentos e 10% dos empregados. São Paulo lidera esse segmento, com 53% dos empregados do País.

Estabelecimentos de Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias - 2018 - BR



Estabelecimentos de Fabricação de Veículos Automotores, Rebogues e Carrocerias - 2018 - RS



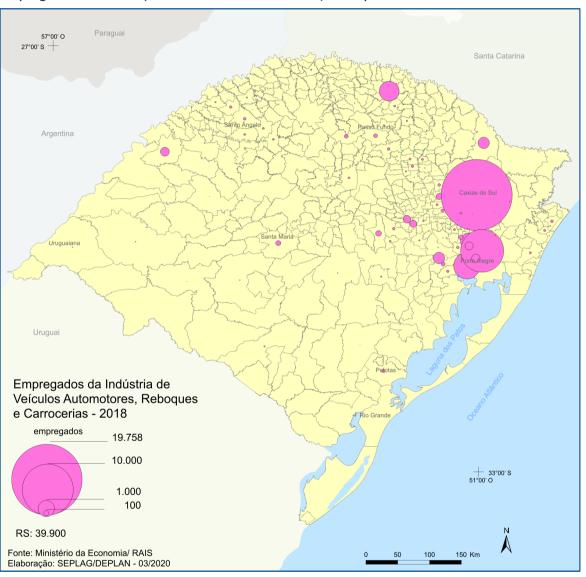
⁶⁹ Segundo a CNAE 2.0, o segmento de fabricação de Veículos Automotores, reboques e Carrocerias compreende a fabricação de veículos automotores para transporte de pessoas e mercadorias e a fabricação de cabines, carrocerias, reboques e semirreboques para veículos automotores e também a fabricação de peças e acessórios, de material elétrico e eletrônico, de bancos e estofados para os veículos automotores e, ainda, a fabricação de contêineres.

Em 2018, o RS apresentava 661 estabelecimentos, os quais empregavam 39.900 pessoas. Caxias do Sul possui 22% dos estabelecimentos e 50% dos empregados desse segmento no Estado. Gravataí, Porto Alegre, São Marcos e Erechim aparecem na sequência no que se refere ao número de empregados. Dessa forma, embora esse segmento se apresente extremamente concentrado no Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, observa-se um centro importante no norte do Estado.

Empregados na Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias - 2018 - BR



Empregados na Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias - 2018 - RS

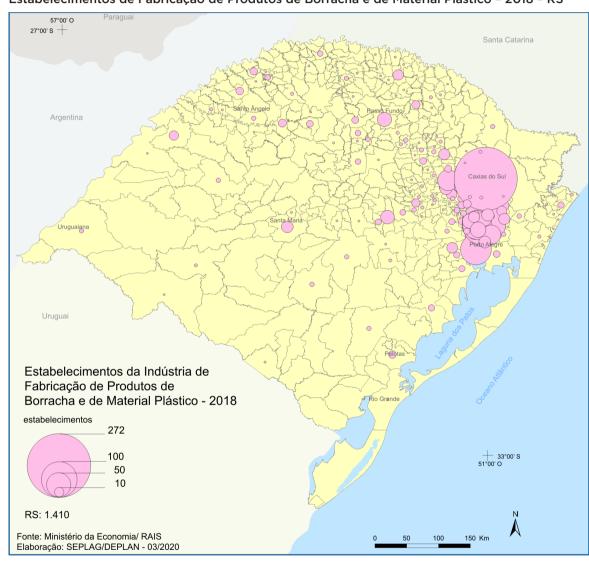


No Brasil, em 2018, a indústria de Produtos de Borracha e de Material Plástico⁷⁰ possuía 13.614 estabelecimentos e 404.442 empregados. O Rio Grande do Sul possuía participação de aproximadamente 10% dos estabelecimentos e 9% dos empregados.

Estabelecimentos de Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico BR - 2018



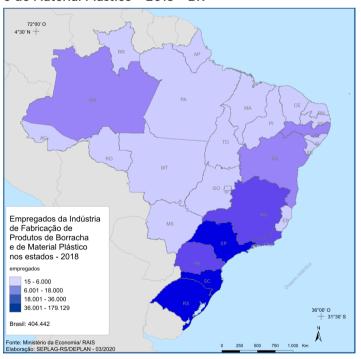
Estabelecimentos de Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico - 2018 - RS



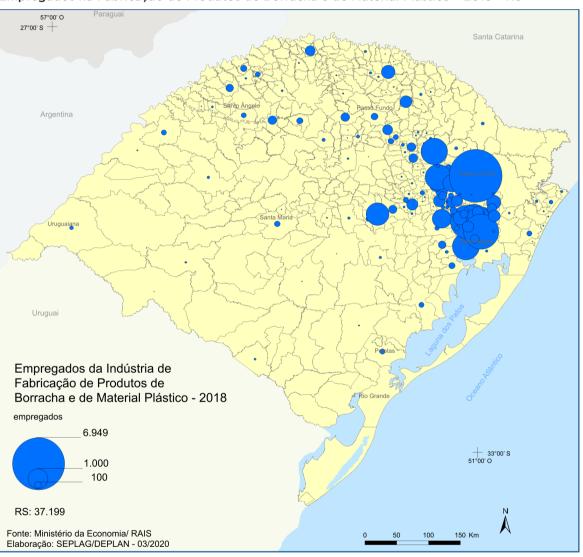
⁷⁰ Segundo a CNAE 2.0, o segmento de fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico compreende a fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar, reforma de pneumáticos usados e fabricação de outro artefatos de borracha não especificados, bem como a fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico, embalagens de material plástico, tubos e acessórios de material plástico para uso na construção e outros artefatos de material plástico não especificados.

Em 2018, o RS apresentava 1.410 estabelecimentos desse segmento, os quais empregavam 37.199 pessoas. Caxias do Sul e Novo Hamburgo são responsáveis conjuntamente por 30% dos estabelecimentos e 26% dos empregos do segmento. Embora apresente concentração nos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra, observa-se uma participação importante de municípios menores desses COREDEs, como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Nova Prata e Bento Gonçalves, além de Santa Cruz do Sul, no Vale do Rio Pardo.

Empregados na Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico - 2018 - BR

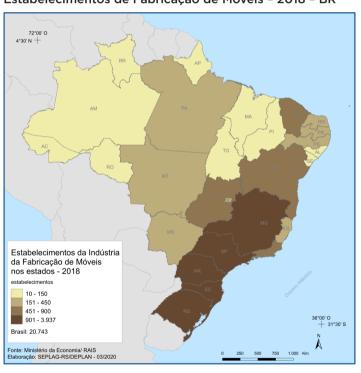


Empregados na Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico - 2018 - RS

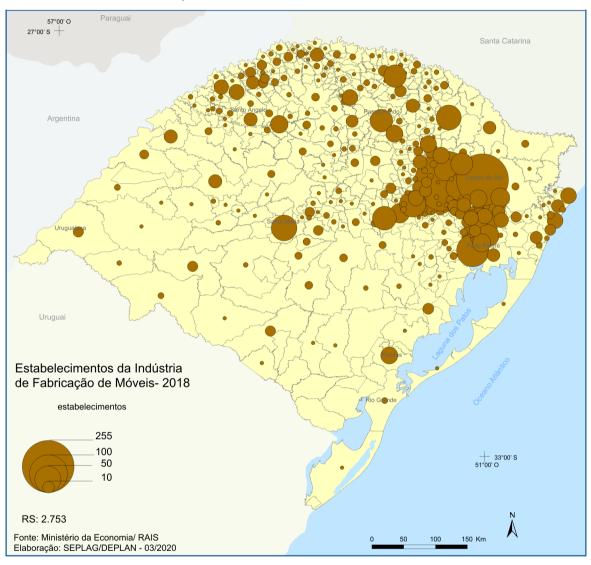


Em 2018, o Brasil possuía 20.743 estabelecimentos e 232.230 empregados em Fabricação de Móveis. O Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 13% dos estabelecimentos e 15% dos empregados do segmento no País. As regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte dos estabelecimentos, com São Paulo liderando entre os estados.

Estabelecimentos de Fabricação de Móveis - 2018 - BR



Estabelecimentos de Fabricação de Móveis - 2018 - RS

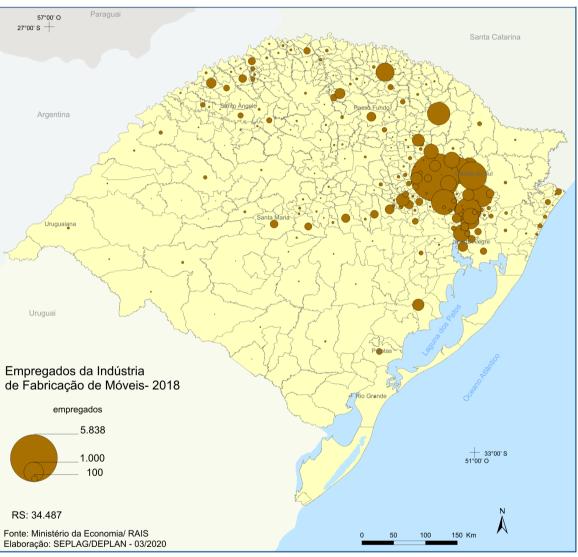


Também em 2018, existiam no Estado 2.753 estabelecimentos, os quais empregavam 34.487 pessoas. Os municípios de Bento Gonçalves e Caxias do Sul concentram aproximadamente 16% dos estabelecimentos do segmento, enquanto Bento Gonçalves concentra 17% dos empregos.

Empregados na Fabricação de Móveis - 2018 - BR

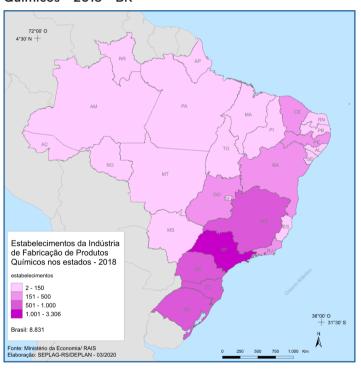


Empregados na Fabricação de Móveis - 2018 - RS

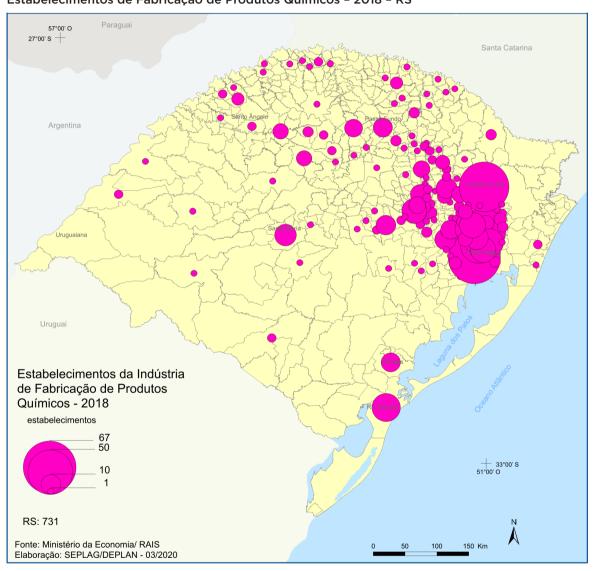


No Brasil, em 2018, a indústria de Produtos Químicos⁷¹ possuía 8.831 estabelecimentos e 270.420 empregados. O Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 8% dos estabelecimentos e 6% dos empregados do segmento. São Paulo possui em torno de 48% dos empregos do segmento no Brasil.

Estabelecimentos de Fabricação de Produtos Químicos - 2018 - BR



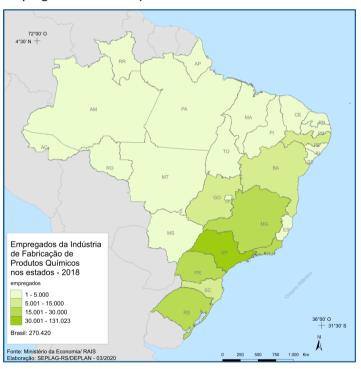
Estabelecimentos de Fabricação de Produtos Químicos - 2018 - RS



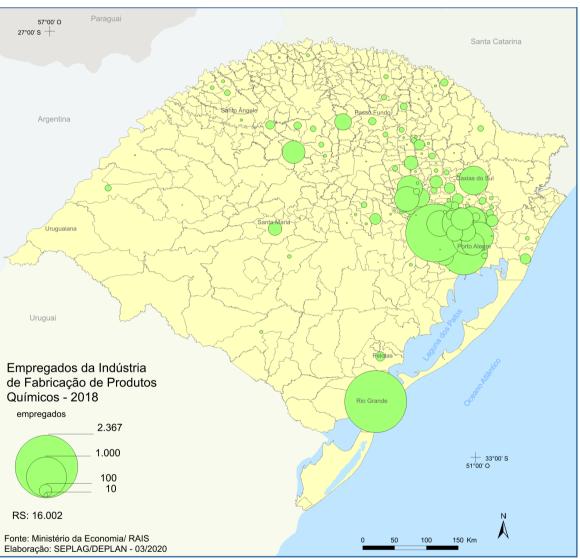
⁷¹ Segundo a CNAE 2.0, o segmento de Produtos Químicos compreende a transformação de matérias-primas orgânicas ou inorgânicas por processos químicos e a formulação de produtos e a produção de gases industriais, fertilizantes, resinas e fibras, defensivos agrícolas e desinfetantes domissanitários, produtos de limpeza e perfumaria, tintas, explosivos e outros produtos químicos e também a fabricação de produtos petroquímicos básicos e intermediários.

Em 2018, no Rio Grande do Sul, existiam 731 estabelecimentos desse segmento, os quais empregavam 16.002 pessoas. Os municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Novo Hamburgo concentravam 25% dos estabelecimentos desse segmento, enquanto Rio Grande, Triunfo e Porto Alegre detinham 37% dos empregos. Entre as unidades industriais de fabricação de produtos químicos, pode-se destacar o Polo Petroquímico em Triunfo, a Refinaria Alberto Pasqualini em Canoas e as várias fábricas de insumos químicos agrícolas instaladas em Rio Grande.

Empregados na Fabricação de Produtos Químicos - 2018 - BR

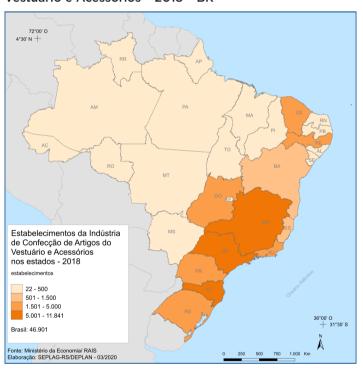


Empregados na Fabricação de Produtos Químicos - 2018 - RS

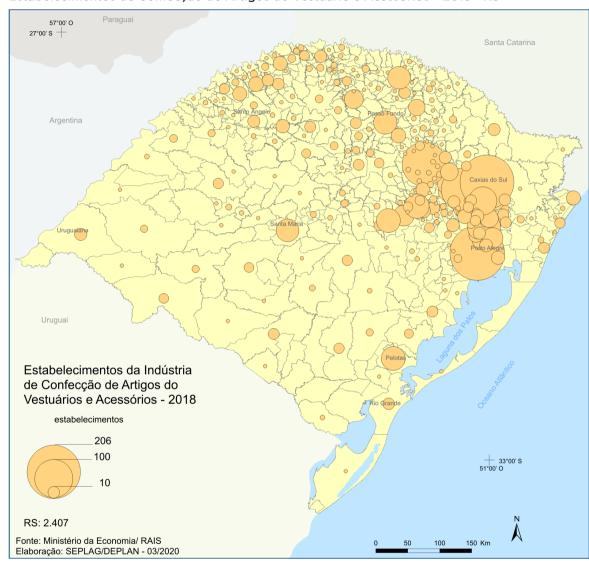


A indústria de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios⁷², em 2018, detinha 46.901 estabelecimentos e 541.612 empregados no Brasil. O Rio Grande do Sul detinha participação de aproximadamente 5% nos estabelecimentos e apenas 4% dos empregos. Embora o Sul e o Sudeste do País liderem nesse segmento, Ceará, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Norte também se destacam.

Estabelecimentos de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios - 2018 - BR



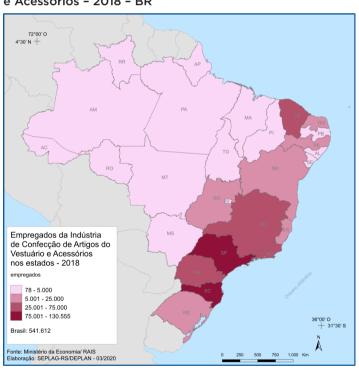
Estabelecimentos de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios - 2018 - RS



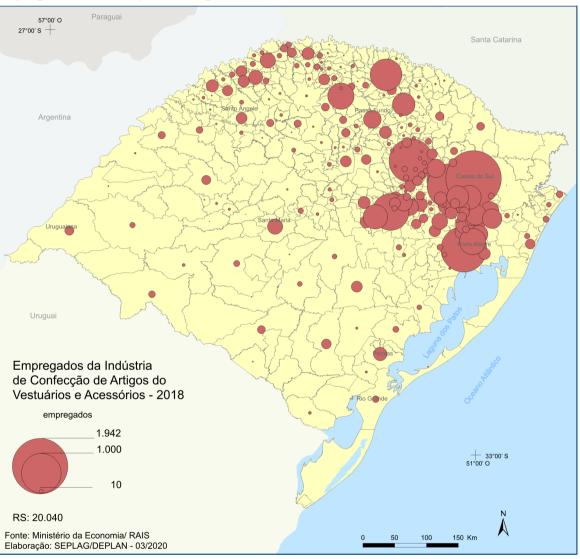
⁷² De acordo com a CNAE 2.0, a Confecção de Artigos do Vestuário e Acessório compreende a confecção, por costura, de roupas de qualquer material e para qualquer uso confeccionadas em série ou sob medida.

A indústria de Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios apresenta-se relativamente bem distribuída territorialmente no Rio Grande do Sul. Em 2018, existiam no Estado 2.407 estabelecimentos, os quais empregavam 20.040 pessoas. Os municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Guaporé e Farroupilha concentram 28% dos estabelecimentos e dos empregos do segmento.

Empregados na Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios - 2018 - BR

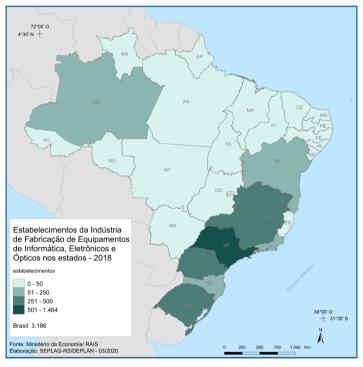


Empregados na Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios - 2018 - RS

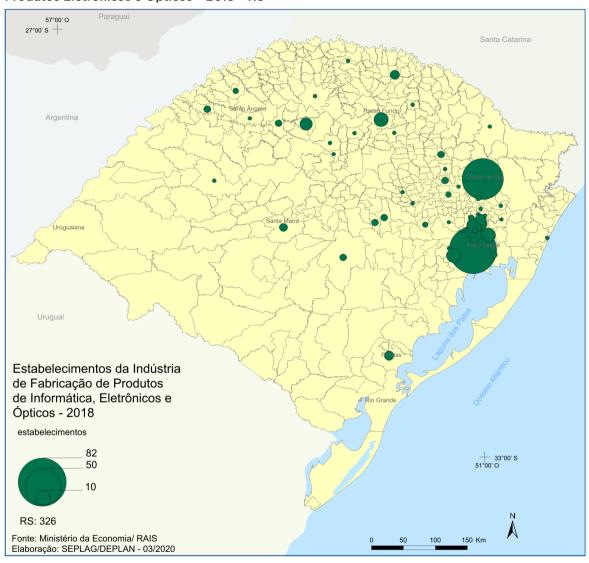


No Brasil, em 2018, a indústria de Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos⁷³ possuía 3.186 estabelecimentos e 118.461 empregados. O Rio Grande do Sul era responsável por aproximadamente 10% dos estabelecimentos e 8% dos empregados do segmento. São Paulo lidera o segmento no País, com aproximadamente 43% dos empregados.

Estabelecimentos de Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos - 2018 - BR



Estabelecimentos de Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos - 2018 - RS

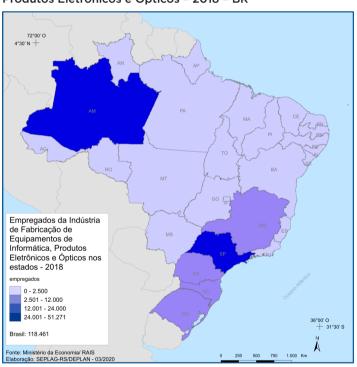


⁷³ Segundo a CNAE 2.0, o segmento de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos compreende a fabricação de componentes eletrônicos com circuitos integrados, a fabricação de computadores e periféricos de computadores; a fabricação de equipamentos de comunicação e produtos eletrônicos semelhante; a fabricação de eletrônicos de consumo; de equipamentos de medida, teste, navegação e controle; de cronômetros e relógios, de equipamentos de irradiação, eletromédicos e eletroterapêuticos e de equipamentos é instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos como também a fabricação de mídias magnéticas ou ópticas.

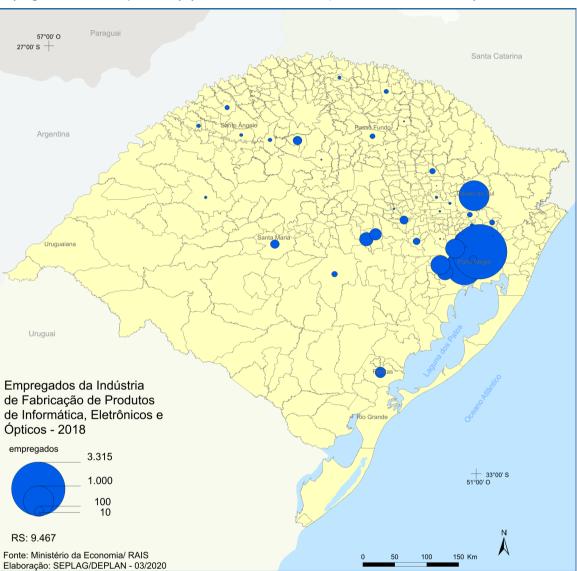
Em 2018, existiam 326 estabelecimentos, os quais empregavam 9.467 pessoas. Porto Alegre e Caxias do Sul detinham, juntos, 44% dos estabelecimentos, enquanto Porto Alegre e Gravataí eram responsáveis por 50% dos empregos do segmento.

Esse segmento, com alta tecnologia empregada, encontra-se bastante concentrado no Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Alguns possíveis motivos para essa característica residem no maior acesso à mão de obra qualificada e às trocas de conhecimentos entre as empresas, necessárias no processo de produção.

Empregados na Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos - 2018 - BR



Empregados na Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos - 2018 - RS



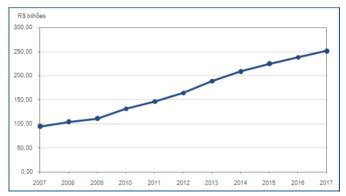
SERVIÇOS

No Brasil, em 2017, o setor de Serviços representou 63,3% do PIB nacional, reforçando sua grande importância econômica. O Rio Grande do Sul contribuiu com 6% do VAB dos Serviços do País (cerca de 251,3 bilhões de reais) sendo o quarto estado em termos de contribuição.

Quando o enfoque é o Rio Grande do Sul, verifica-se que o VAB do setor de Serviços foi responsável por 59,4% do PIB total do Estado, em 2017, sendo que, desse total agregado pelos serviços, 21,2% foram acrescidos pela

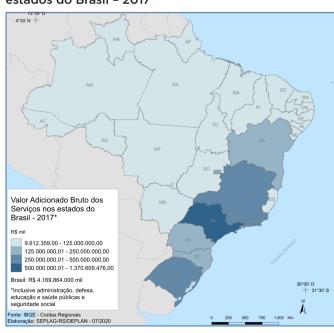
administração, educação e saúde públicas e seguridade social, e 78,8% pelos demais serviços. Porto Alegre destacou-se em participação, contribuindo com 23% do VAB dos Serviços. Como principal fator, aponta-se sua função de capital, que proporciona a concentração dos serviços de administração pública, além do papel desempenhado como centro metropolitano, exercendo forte influência sobre os centros urbanos regionais e demais municípios. Também merecem destaque os municípios de Caxias do Sul, Canoas, Pelotas e Passo Fundo.

Evolução do Valor Adicionado Bruto a preços correntes dos Serviços no RS (R\$ bilhões) - 2007 a 2017

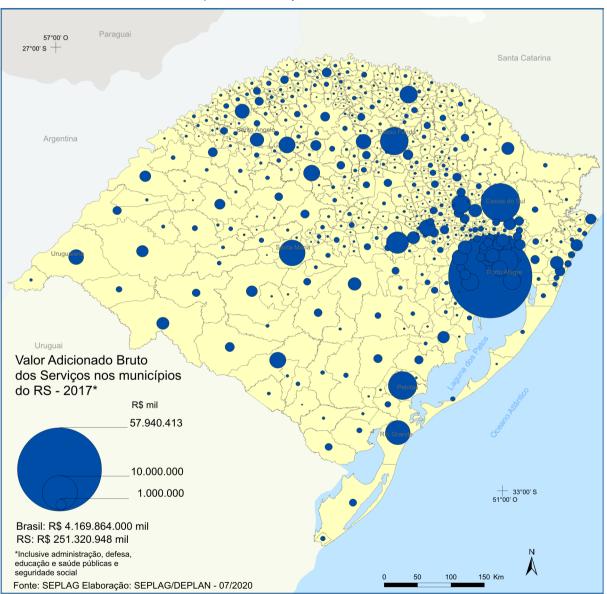


Fonte: IBGE/ Contas Regionais

Valor Adicionado Bruto dos Serviços nos estados do Brasil - 2017



Valor Adicionado Bruto dos Serviços nos municípios - 2017



A importância desse setor, além de refletida na sua parcela de contribuição ao PIB gaúcho, é refletida na avaliação do número de estabelecimentos e de empregos, tendo o Estado ocupado a quinta posição entre as unidades da Federação em 2018. O setor de Serviços, no referido ano, foi responsável por 81% dos estabelecimentos (239.274 estabelecimentos) e por 76% dos vínculos empregatícios (2.197.287 empregados) no Rio Grande do Sul.

Esse setor, segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas⁷⁴, é representado por 18 seções, que são utilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais. Em 2018, as seções que apresentaram maior número de estabelecimentos tratam do Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Construção; Alojamento e Alimentação, Transporte, Armazenagem e Correio; Saúde Humana e Serviços Sociais; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; e Outras Atividades

de Serviços. Enquanto o maior número de empregados foi apresentado pelas seções Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Saúde Humana e Serviços Sociais; Transporte, Armazenagem e Correio; Educação; Construção; Alojamento e Alimentação.

A distribuição espacial dos serviços no Rio Grande do Sul reflete a centralidade exercida pelos núcleos urbanos maiores e mais dinâmicos e está relacionada também ao processo histórico de ocupação territorial, com a formação cultural e com o nível de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. Este último, especialmente concentrado nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Caxias do Sul, tem favorecido o surgimento de segmentos cada vez mais especializados e complementares para suprir as necessidades crescentes das novas relações de trabalho e de produção.

Número de estabelecimentos e de empregados segundo as Seções que compõem os Serviços no RS em 2018

Seções CNAE 2.0	Nº de estabelecimentos*	Nº de empregados**
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	105.503	606.075
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	21.373	191.222
Construção	18.497	114.377
Alojamento e Alimentação	17.498	103.869
Transporte, Armazenagem e Correio	16.524	153.587
Saúde Humana e Serviços Sociais	15.287	173.787
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	11.969	61.862
Outras Atividades de Serviços	10.606	55.499
Educação	5.315	121.345
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	4.885	56.003
Informação e Comunicação	4.019	55.087
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	2.650	15.549
Atividades Imobiliárias	2.557	11.055
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	1.180	449.994
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	937	18.406
Eletricidade e Gás	368	9.375
Serviços Domésticos	87	114
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	19	81
RS	239.274	2.197.287

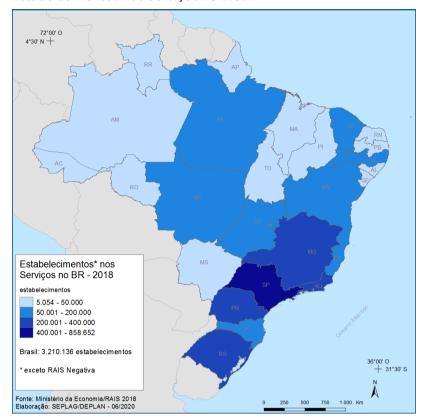
Fonte: Ministério da Economia/ RAIS – 2018

^{*} estabelecimentos com vínculos empregatícios (exceto RAIS negativa)

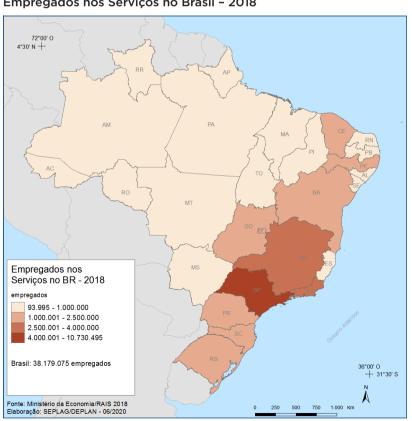
^{**}vínculos empregatícios em 31/12/18

⁷⁴ CNAE 2.0 – Resolução 02/2010 – A Classificação Nacional das Atividades Econômicas é definida pelo IBGE a partir da Comissão Nacional de Classificação. A CNAE 2.0 está estruturada em cinco níveis hierárquicos: seção, divisão, grupo, classe e subclasse.

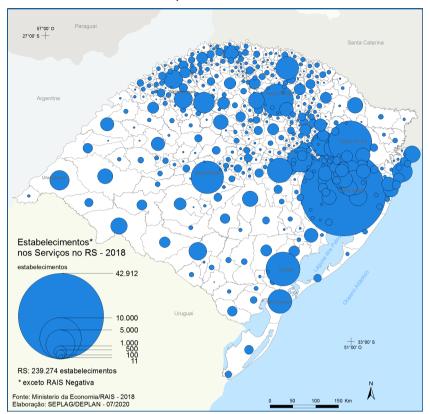
Estabelecimentos nos Serviços no Brasil



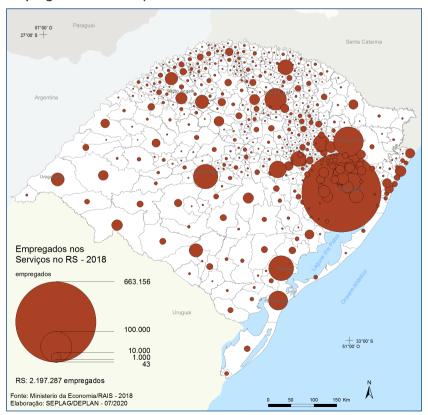
Empregados nos Serviços no Brasil - 2018



Estabelecimentos nos Serviços no RS



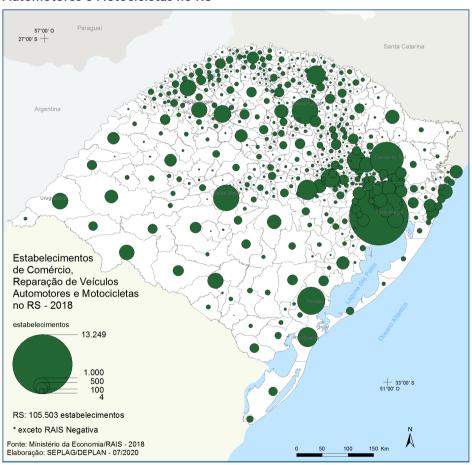
Empregados nos Serviços no RS - 2018



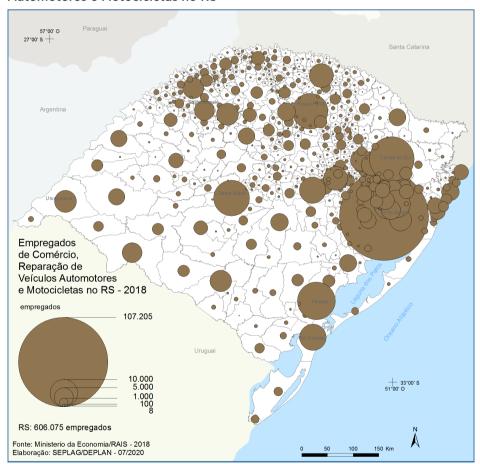
Considerando o conjunto das atividades econômicas que compõem o setor de serviços, algumas têm maior destaque por serem responsáveis por um percentual de estabelecimentos e vínculos empregatícios bem representativos frente ao total do setor no Rio Grande do Sul.

É o caso das atividades ligadas ao Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas que, em 2018, respondia por 44% do total de estabelecimentos e 27% do total de vínculos empregatícios dos Serviços no Estado.

Estabelecimentos de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no RS

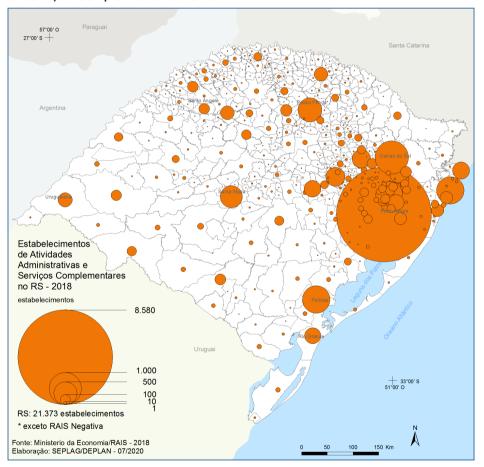


Empregados do Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no RS

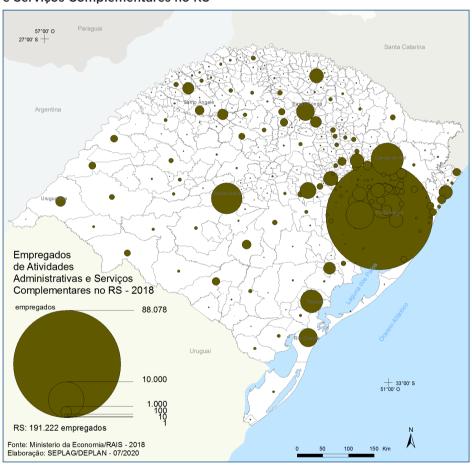


As Atividades Administrativas e Serviços Complementares⁷⁵ compreendem uma variedade de atividades rotineiras de apoio ao funcionamento de empresas e organizações e, em 2018, seus estabelecimentos representavam 8,9% do total dos estabelecimentos dos serviços (21.373) e eram responsáveis por 8,7% dos vínculos empregatícios do setor (191.222 empregados).

Estabelecimento de Atividades Administrativas e Serviços Complementares no RS



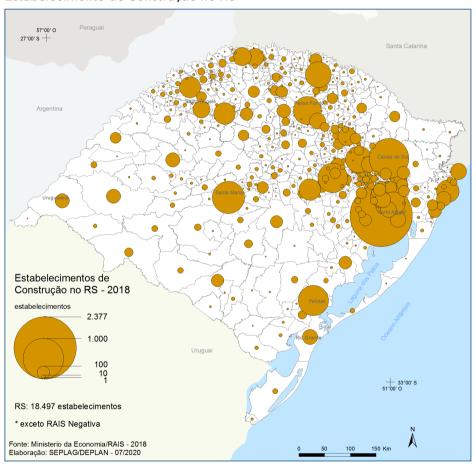
Empregados de Atividades Administrativas e Serviços Complementares no RS



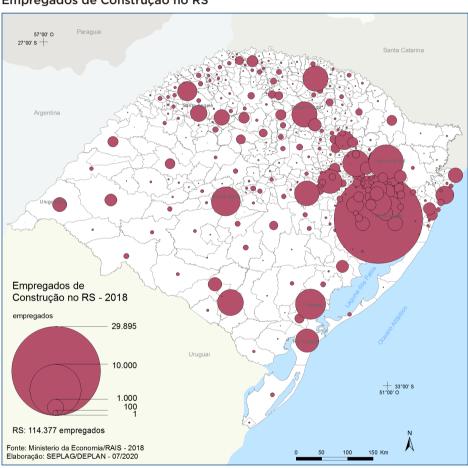
⁷⁵ Atividades Administrativas e Serviços Complementares compreendem: 1.Aluguéis Não-Imobiliários e Gestão de Ativos Intangíveis Não-Financeiros; 2.Seleção, Agenciamento e Locação de Mão de Obra; 3.Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas; 4.Atividades de Vigilância, Segurança e Investigação; 5.Serviços para Edifícios e Atividades Paisagísticas; 6.Serviços de Escritório, de Apoio Administrativo e Outros Serviços Prestados Principalmente as Empresas.

A Construção⁷⁶ abrange atividades que também merecem destaque. Em 2018, o Estado ocupava o 3° posicionamento no *ranking* brasileiro em número de estabelecimentos dessa atividade. Estes representavam 7,3% (18.497) do total de estabelecimentos do setor de Serviços, e seus vínculos empregatícios representavam 5,2%, totalizando 114.377 trabalhadores formais.

Estabelecimento de Construção no RS



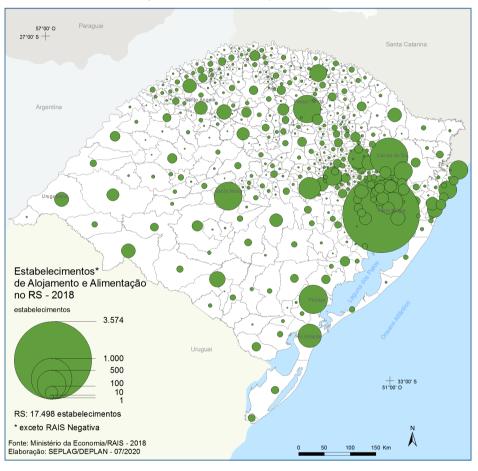
Empregados de Construção no RS



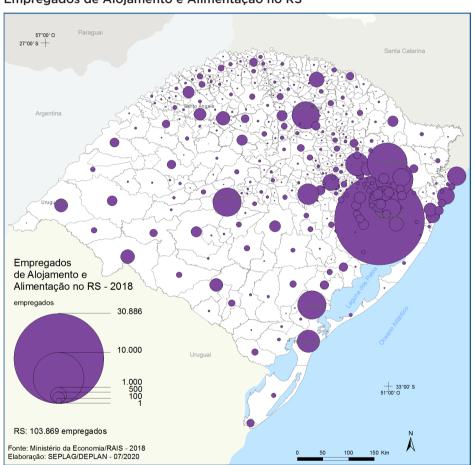
⁷⁶ Construção compreende: 1.Construção de Edifícios; 2.Obras de Infraestrutura; 3.Serviços Especializados para Construção.

As atividades de Alimentação e Alojamento, dentro do grupo de atividades ligadas ao setor de Serviços, desempenham papel importante, uma vez que colocaram o Estado em 5° lugar no *ranking* nacional em números de estabelecimentos e de empregados em 2018. O Rio Grande do Sul possui um total de 17.498 estabelecimentos, que representam 7,3% do total do setor, e empregava um total de 103.869 trabalhadores, que representam 4,7% dos vínculos empregatícios do setor.

Estabelecimento de Alojamento e Alimentação no RS

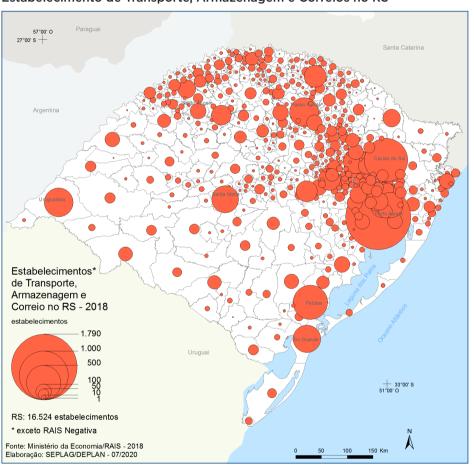


Empregados de Alojamento e Alimentação no RS

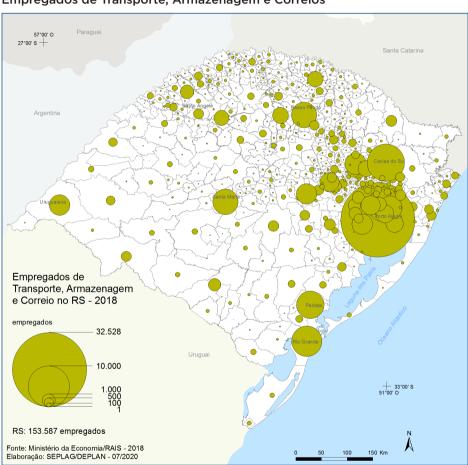


As atividades ligadas ao Transporte, Armazenagem e Correios⁷⁷ contavam, em 2018, com um total de 153.587 empregados e 16.524 estabelecimentos, ambos representavam 7%, tanto do total de trabalhadores quanto do total de estabelecimentos do setor no Rio Grande do Sul.

Estabelecimento de Transporte, Armazenagem e Correios no RS



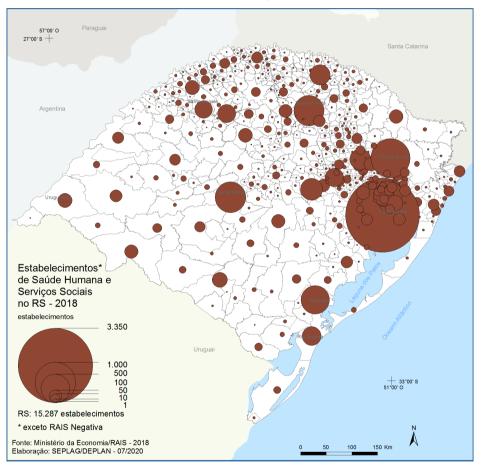
Empregados de Transporte, Armazenagem e Correios



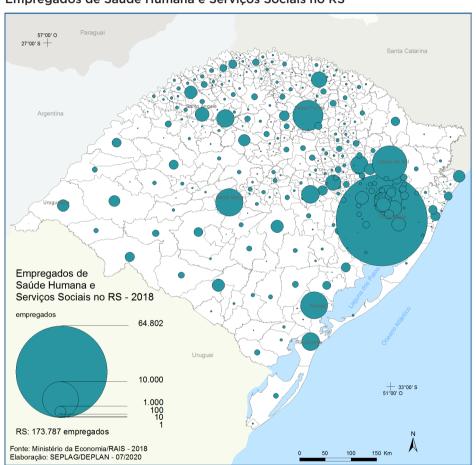
⁷⁷ Transporte, Armazenagem e Correio inclui cinco divisões: 1.Transporte Terrestre; 2.Transporte Aquaviário; 3.Transporte Aéreo; 4.Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes; e 5.Outras Atividades de Entrega.

Outras atividades que merecem destaque são aquelas ligadas à Saúde Humana e Serviços Sociais. Em 2018, o Estado ocupava o 4º lugar entre as unidades da Federação, tanto em número de estabelecimentos quanto de empregados. O total de estabelecimentos, 15.287, representavam 6,4% do total do setor. Já os vínculos empregatícios, que totalizavam 173.787, representavam 8% do total de empregados do setor de Serviços.

Estabelecimento de Saúde Humana e Serviços Sociais no RS

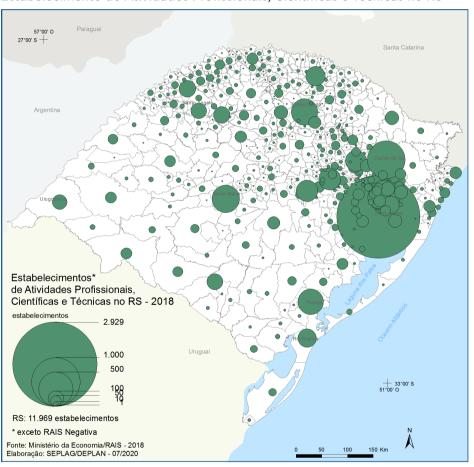


Empregados de Saúde Humana e Serviços Sociais no RS

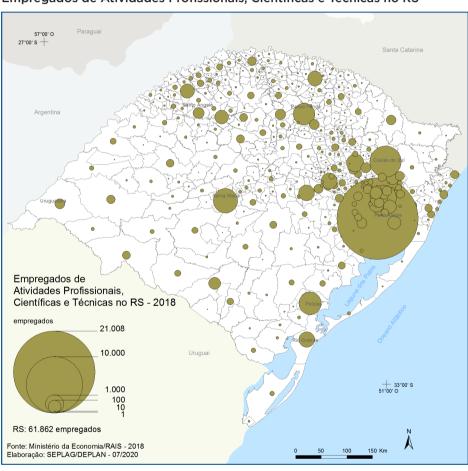


Além das citadas anteriormente, as Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas⁷⁸ tiveram destaque em 2018, colocando o Estado em 5º lugar entre as unidades da Federação, tanto em número de estabelecimentos quanto de empregados vinculados a esse grupo de atividades. Essas atividades foram responsáveis por 61.862 vínculos empregatícios e 11.969 estabelecimentos, representando 5% do total do setor, tanto em empregos formais quanto em estabelecimentos.

Estabelecimento de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas no RS



Empregados de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas no RS



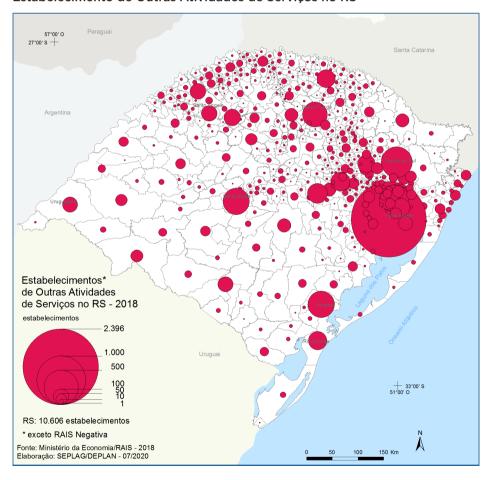
⁷⁸ Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas inclui 8 divisões: 1.Atividades Jurídicas, de Contabilidade e de Auditoria; 2.Atividades de Sedes de Empresas e de Consultoria em Gestão Empresarial; 3.Serviços de Arquitetura e Engenharia; 4.Testes e Análises Técnicas; 5.Pesquisa e Desenvolvimento Científico; 6.Publicidade e Pesquisa de Mercado; 7.Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e 8.Atividades Veterinárias.

Por último, destacam-se Outras Atividades de Serviços, que são aquelas ligadas às organizações associativas patronais, empresariais, profissionais, sindicais, de defesa de direitos sociais, religiosas, políticas, entre outras. Também estão incluídas na análise as atividades de manutenção e reparação de equipamentos de informática, de comunicação e de objetos pessoais e domésticos, além dos serviços pessoais como lavanderias, cabeleireiros e outras atividades de

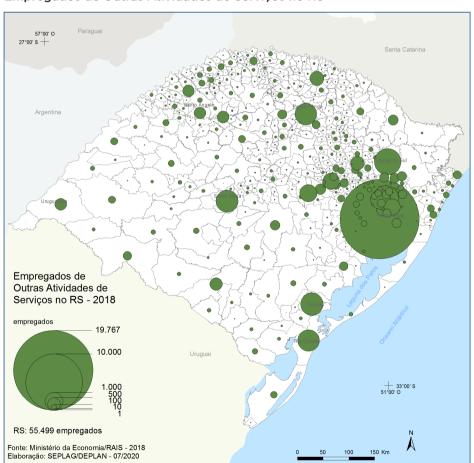
tratamento de beleza, clínicas de estética, atividades funerárias e serviços religiosos. Esse extenso grupo de atividades, em 2018, foi responsável por fornecer um total 55.499 empregos formais, o que representava 2,5% do total de vínculos empregatícios do setor de Serviços. Além disso, em 2018, possuía um total de 10.606 estabelecimentos, que representavam 4,4% do total do setor no Estado.

...........

Estabelecimento de Outras Atividades de Serviços no RS



Empregados de Outras Atividades de Serviços no RS



TURISMO

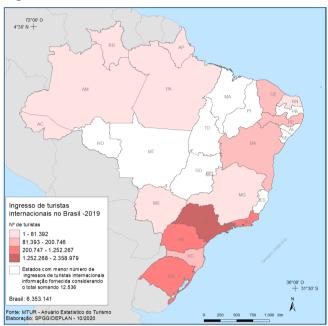
De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT, turismo pode ser definido como o conjunto de atividades realizadas durante viagens e permanência por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no local visitado.

De acordo com o Ministério do Turismo, em 2019, o Brasil recebeu um total de 6.353.141 turistas internacionais vindos de mais de 87 países. Esse número é 4% menor do que o total de turistas internacionais que visitaram o País em 2018.

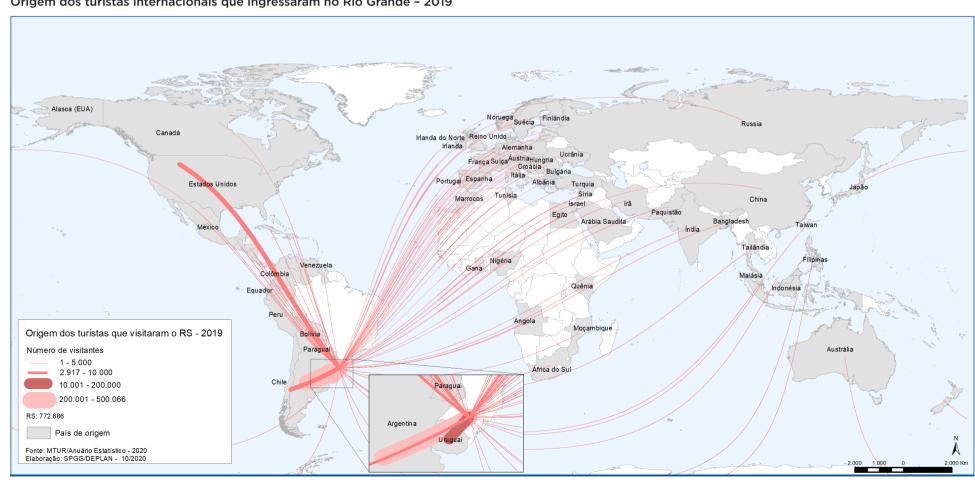
O principal modo de acesso utilizado em 2019 foi por via área, 67.5% dos turistas ingressaram no território nacional através dos aeroportos, enquanto 29% ingressaram por via terrestre. Por via marítima ingressaram apenas 1,9%, e por via fluvial, 1.6%. Os meses de janeiro, fevereiro, marco e dezembro apresentaram os maiores fluxos de turistas no País.

O Rio Grande do Sul recebeu, em 2019, um total de 772.686 turistas estrangeiros vindos de 75 diferentes países. Esse total de turistas internacionais que ingressaram no Estado representou uma queda de 28,9% quando comparado ao total de 2018.

Ingresso de turistas internacionais no Brasil - 2019



Origem dos turistas internacionais que ingressaram no Rio Grande - 2019

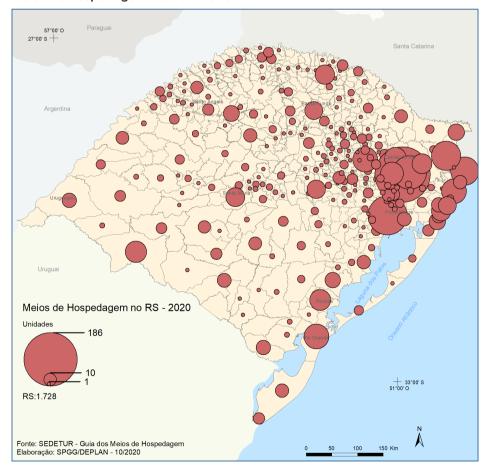


Diferentemente da característica nacional, no Estado, a principal forma de ingresso, em 2019, foi por via terrestre, que representou 84,8%, enquanto por via aérea ingressaram 7,6%, por via fluvial 7,2% e por via marítima menos de 1%. Isso se deve ao Rio Grande do Sul ser fronteira com Argentina e Uruguai, principais países emissores. Os meses que apresentaram maior fluxo de entrada de turistas internacionais foram janeiro (26%), fevereiro (20,7%), março e abril (ambos 8%) e dezembro (9,6%).

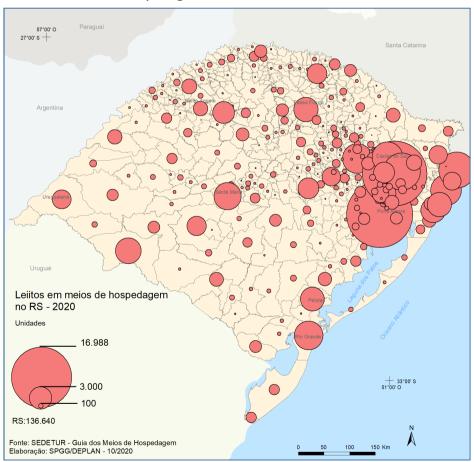
Em uma análise da infraestrutura disponível para receber o turista, verificouse que, em janeiro de 2020, o Rio Grande do Sul possuía um total de 1.728 meios de hospedagem, sendo que, desse total, 62,6% são hotéis e 35,7% são pousadas. Aproximadamente 32% do total de meios de hospedagem do Estado estão concentrados nas regiões turísticas Hortênsias e Litoral Norte, enquanto 5,5% concentram-se na capital gaúcha.

...........

Meios de hospedagem no RS - 2020



Leitos em meios de hospedagem no RS - 2020



EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

A composição da pauta de exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul foi influenciada pela forte entrada da China no mercado internacional. A intensa demanda desse país por *commodities* agrícolas contribuiu para aumentar as exportações gaúchas de produtos primários, que se caracterizam por apresentarem baixo valor agregado e pouca intensidade tecnológica.

A soja é o principal produto na pauta das exportações gaúchas. Em 2019, foi responsável por 22,3% do total, somando 4,1 bilhões de US\$ FOB. Com menores valores, mas acima de 1 bilhão em US\$ FOB, pode-se citar o tabaco não manufaturado, plataformas de perfuração e pastas químicas de madeira.

Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul - 2019

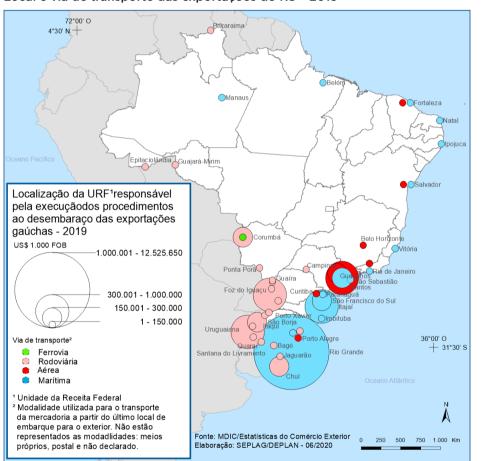
Produtos Producios Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Producios Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Producios Produtos Producios Produ	US\$ 1000 FOB	%
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	4.135.534	22,30
Tabaco não manufaturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia	1.487.126	8,02
Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	1.288.140	6,95
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	1.269.668	6,85
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	778.653	4,20
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	443.532	2,39
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelala	400.907	2,16
Dutras carnes de suíno, congeladas	384.999	2,08
Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3, mas não superior a 1.500 cm3	364.895	1,97
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	199.078	1,07
Outros polietilenos sem carga, densidade >= 0.94, em formas primárias	190.644	1,03
Copolímeros de propileno, em formas primárias	186.539	1,01
Outros calçados sola exterior borracha/plástico, de couro/natural	175.722	0,95
Carrocerias para veículos automóveis com capacidade de transporte => 10 pessoas, ou para carga	164.424	0,89
Fuel oil	156.561	0,84
Outros couros e peles inteiros, de bovinos (incluindo os búfalos), divididos, com o lado flor	142.264	0,77
Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo	134.648	0,73
labaco não manufaturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas (light air cured), do tipo Burley	134.327	0,72
Etileno não saturado	132.745	0,72
Polietileno linear, densidade < 0.94, em forma primária	128.984	0,70
Outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha, plástico	128.152	0,69
Carnes desossadas de bovino, congeladas	126.869	0,68
Polietileno sem carga, densidade < 0.94, em forma primária	123.624	0,67
Arroz quebrado	120.581	0,65
Polipropileno sem carga, em forma primária	119.623	0,65
Preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina	113.222	0,61
Buta-1, 3-dieno não saturado	112.483	0,61
Outros trigos e misturas de trigo com centeio, exceto para semeadura	110.062	0,59
Arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado, polido ou brunido	109.926	0,59
Milho em grão, exceto para semeadura	103.207	0,56
Outros Produtos	5.077.926	27,38

Fonte: MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior

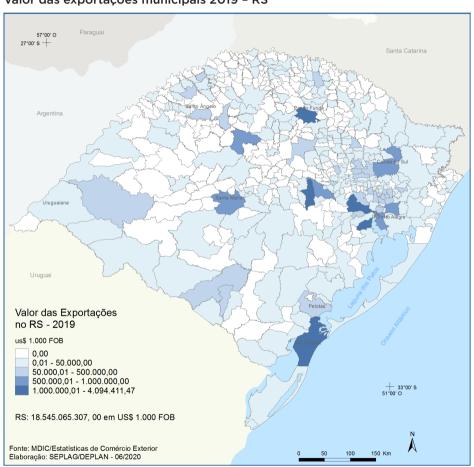
A principal via de transporte para exportação dos produtos gaúchos é a marítima, pelo Porto do Rio Grande, chegando a um valor de 14 bilhões de US\$ FOB. Em segundo, o transporte rodoviário, com saída por Uruguaiana. Outras localidades em outros estados também exportam produtos gaúchos.

Itajaí em Santa Catarina (via marítima), Guarulhos e São Paulo (via área) e Foz do Iguaçu no Paraná (via rodoviária) são os principais pontos, com valores acima de 300 mil US\$ FOB.

Local e via de transporte das exportações do RS - 2019



Valor das exportações municipais 2019 - RS



Considerando os principais blocos econômicos, a Ásia (exclusive Oriente Médio) foi o principal destino das exportações gaúchas em 2019, com 40% do total. Em segundo, América do Sul, com 17,4%, seguido pela Europa, com 15%.

Em relação aos países, o maior destino das exportações gaúchas foi a China, com 31,5% do total; seguido do Panamá, com 9,1%; dos Estados Unidos, com 7,6%; e da Argentina, com 4,8%. Os demais países atingiram, individualmente, percentuais de destino das exportações gaúchas inferiores a 3%.

Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul, por valor e país de destino - 2019

Produtos	FOB (US\$)	%	Destino
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	3.979.947.271	21,46	China
Plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	1.288.140.487	6,95	Panamá
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	520.080.453	2,80	China
Tabaco não manufaturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia	392.963.580	2,12	Bélgica
Tabaco não manufaturado, total ou parcialmente destalado, em folhas secas em secador de ar quente (flue cured), do tipo Virgínia	383.494.088	2,07	China
Carnes de galos/galinhas, não cortadas em pedaços, congelada	222.955.263	1,20	Arábia Saudita
Outras carnes de suíno, congeladas	195.328.116	1,05	China
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	184.442.489	0,99	Eslovênia
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	143.161.629	0,77	Coreia do Sul
Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3	136.467.975	0,74	Argentina
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	126.552.590	0,68	Itália
Outras espingardas e carabinas de caça ou de tiro ao alvo	120.035.383	0,65	Estados Unidos
Bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja	117.829.721	0,64	Espanha
Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução, semibranqueadas ou branqueadas, de não coníferas	117.331.460	0,63	Estados Unidos
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	114.268.552	0,62	Irã
Automóveis com motor explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3, mas não superior a 1.500 cm3	100.661.554	0,54	Colômbia
Outros Produtos	10.401.404.696	56,09	_
Total	18.545.065.307	100,00	-

Fonte: Ministério da Fazenda/MDIC (ambiente em transição)

Destinos das Exportações do RS - 2019



Considerando os principais blocos econômicos, as importações gaúchas para 2019 são oriundas da América do Sul, com 26,8%; seguida pela Europa, com 22,3%. Em terceiro, está a Ásia (exclusive Oriente Médio), com 17,8%; e por fim a África, com 13,3%.

Os destaques entre os países de origem ficaram com a Argentina, com 19,4% do total; seguida pelos Estados Unidos, com 12,5%; China, com 12,3%; e Argélia, com 10,2%, todos com valores acima de 1 bilhão de US\$ FOB.

Principais produtos importados pelo Rio Grande do Sul, por valor e país de origem - 2019

Produtos Producios Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Produtos Producios Produtos Produtos Produtos Producios P	FOB (US\$)	%	Origem
Óleos brutos de petróleo	892.415.231	9,02	Argélia
Outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas	826.629.272	8,35	Argentina
Naftas para petroquimica	382.085.455	3,86	Estados Unidos
Naftas para petroquimica	327.218.623	3,31	Espanha
Naftas para petroquimica	291.521.821	2,95	Peru
Automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros	252.619.851	2,55	Argentina
Diidrogeno-ortofosfato de amônio, mesmo misturado com hidrogeno-ortofosfato de diamônio	162.346.864	1,64	Arábia Saudita
Outros cloretos de potássio	144.343.835	1,46	Belarus
Outros cloretos de potássio	136.874.623	1,38	Rússia
Óleos brutos de petróleo	134.819.711	1,36	Estados Unidos
Outros cloretos de potássio	132.510.272	1,34	Canadá
Outros produtos	6.212.492.191	62,78	-
Total	9.895.877.749	100,00	_

Fonte: Ministério da Fazenda/MDIC (ambiente em transição)

Origem das Importações do RS - 2019

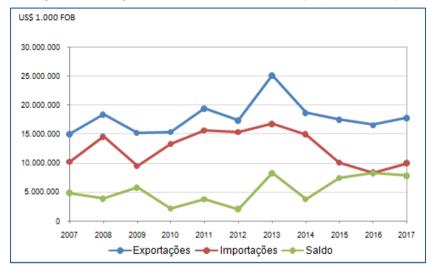


Em relação ao saldo da balança comercial, resulta da diferença entre as exportações e importações. O saldo é considerado positivo quando temos valores das exportações maiores que os das importações (superávit), e negativo quando os valores das importações são maiores que os das exportações (déficit).

A balança comercial brasileira registrou, em 2019, saldo positivo. Na última década, foram registrados períodos de crescimento e de queda. Até 2014, houve uma tendência de queda, chegando a atingir um déficit de US\$ 4 bilhões FOB. Até 2017, o saldo foi positivo e, a partir de então, vem decrescendo, chegando, em 2019, a US\$ 48 bilhões FOB⁷⁹.

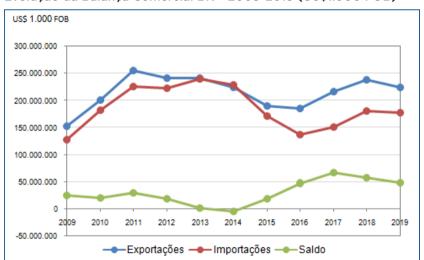
A balança comercial do Rio Grande do Sul para o mesmo período oscilou, mas se manteve sempre positiva. Apresentou seu menor saldo no ano de 2012. Recuperou-se no ano seguinte, chegando a US\$ 8,3 bilhões FOB. Em 2018, apresentou o maior valor da década, chegando a US\$ 9,7 bilhões FOB. O saldo ficou em US\$ 8,6 bilhões FOB em 2019.

Evolução da Balança Comercial RS - 2007-2017 (US\$1.000 FOB)



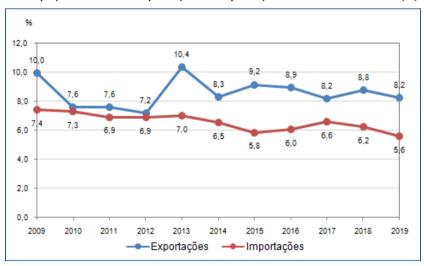
Fonte: MDIC/Estatísticas de Comércio Exterior

Evolução da Balança Comercial BR - 2009-2019 (US\$1.000 FOB)



Fonte: MDIC/Estatísticas de Comércio Exterior

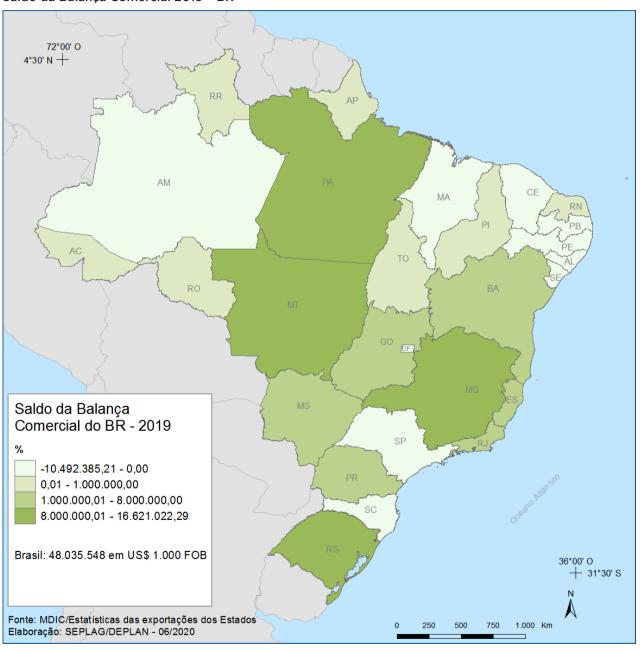
Participação do RS nas exportações e importações do BR - 2009-2019 (%)



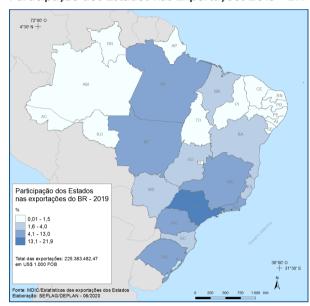
Fonte: MDIC/Estatísticas de Comércio Exterior

⁷⁹ Somados o total dos Estados, consumo de bordo, exterior, mercadoria nacionalizada, não declarada e reexportação.

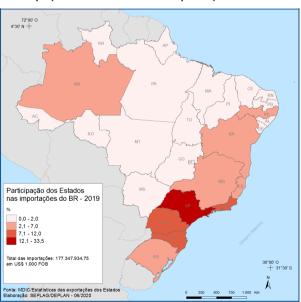
Saldo da Balança Comercial 2019 - BR



Participação dos Estados nas Exportações 2019 - BR



Participação dos Estados nas Importações 2019 - BR



DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Os sistemas de inovação sob a forma de polos, parques e incubadoras tecnológicas formam um conjunto articulado de agentes que conectam o conhecimento e a inovação à esfera produtiva. Nesse sentido, podemos definilos da seguinte forma:

Polos são áreas de concentração de instituições de ensino e pesquisa, incentivos públicos e empreendimentos privados inovadores, que se constituem em torno de um ou mais sistemas de inovação e podem resultar no desenvolvimento de arranjos produtivos locais ou regionais. Os polos podem abranger parques e incubadoras.

Parques são complexos produtivos industriais e de serviços de base científicotecnológica, planejados, de caráter formal, concentrados e cooperativos, que agregam empresas cuja produção se baseia em pesquisa tecnológica desenvolvida nos centros de P&D a eles vinculados. Na configuração do parque tecnológico, existe uma entidade coordenadora-gestora criada para facilitar a interação entre a instituição de P&D e empresas e para gerenciar os recursos de uso compartilhado. **Incubadoras** dão suporte às micro e pequenas empresas em processo de estruturação que desenvolvem ideias inovadoras. Nas incubadoras, há serviços compartilhados de capacitação e suporte gerencial para aspectos administrativos, comerciais, financeiros e jurídicos, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. Esses serviços contribuem para reduzir o elevado índice de mortalidade comum a empresas nascentes.

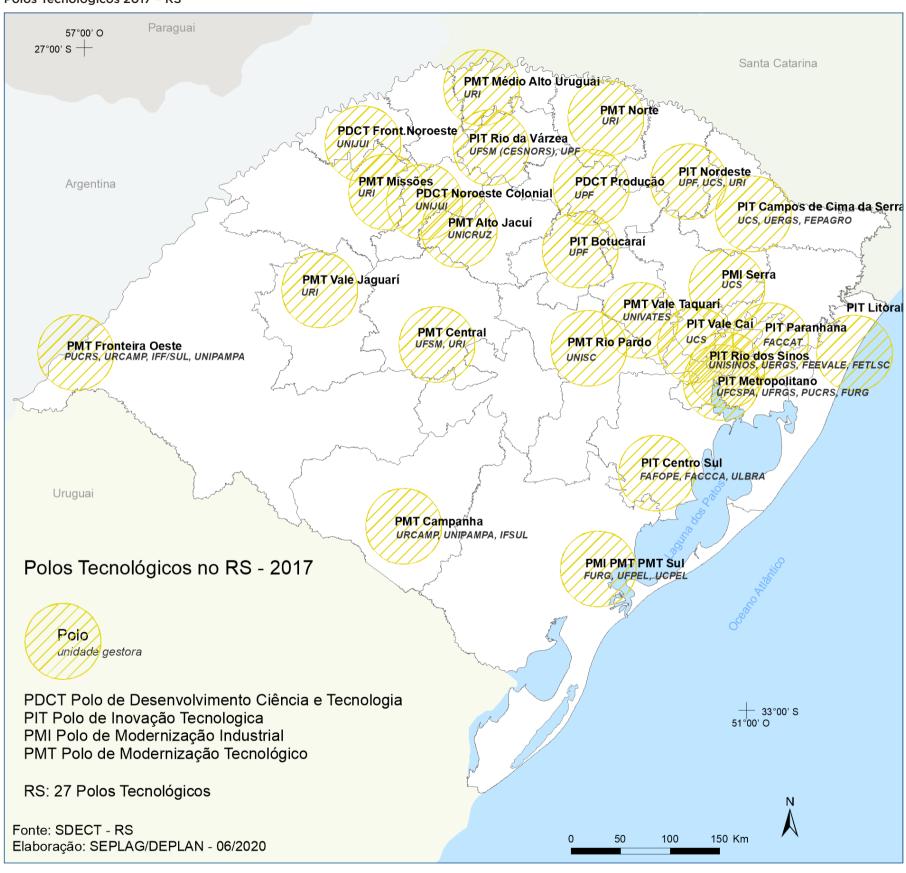
No Rio Grande do Sul, segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR-RS, existem 27 polos entre as modalidades de Inovação Tecnológica; Modernização Tecnológica, Modernização Industrial e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Possui também 16 parques tecnológicos, sendo 3 deles localizados em municípios distintos: o TecnoUCS, em Caxias do Sul, em Bento Gonçalves e em Bom Princípio; o Parque Feevale-Techpark, em Novo Hamburgo, em Campo Bom e em Porto Alegre; e o TECNOURI, localizado em Santo Ângelo e em Erechim. O Estado conta ainda com 28 incubadoras tecnológicas. Mais da metade dos parques e incubadoras se encontram concentrados no entorno da RMPA e eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

Incubadoras Tecnológicas do RS - 2020

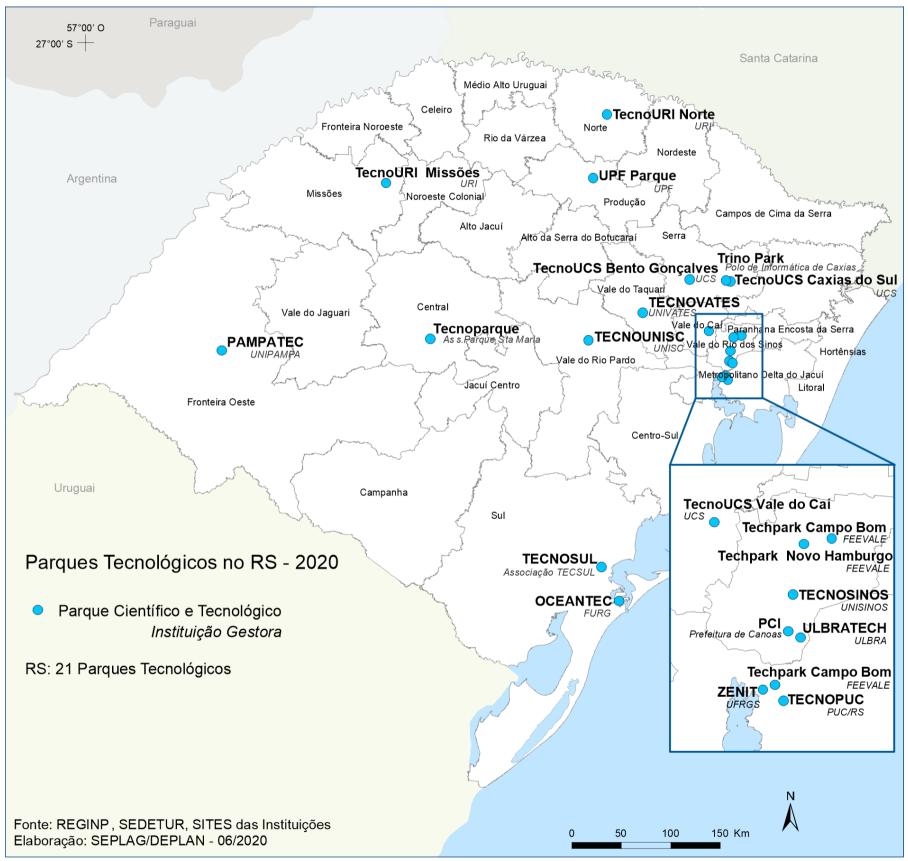
Município	Incubadora	Sigla	Instituição Gestora
Cachoeirinha	Incubadora Tecnológica da CIENTEC - unidade Cachoeirinha	ITCientec	CIENTEC
Campo Bom	Incubadora Feevale - TECHPARK / Feevale Campo Bom	TECHPARK	FEEVALE
Canoas	Incubadora Ulbratech Canoas	ULBRATECH	ULBRA
Canoas	Incubadoras de Startups - La Salle Tech - Centro Universitário La Salle	La Salle Tech	LA SALLE
Canoas	Instituto Empresarial de Incubação e Inovação Tecnológica	IEITEC	SIMECAN
Caxias do Sul	Incubadora Tecnológica de Caxias do SuL	ITEC	UCS
Horizontina	Incubadora Tecnológica da Faculdade Horizontina	Horizonte	FAHOR
ljuí	Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica	CRIATEC	UNIJUÍ
Lajeado	Centro de Incubação Tecnológica	INNOVATES	UNIVATES
Novo Hamburgo	Incubadora Feevale - TECHPARK / Feevale Novo Hamburgo	TECHPARK	FEEVALE
Novo Hamburgo	Incubadora Tecnológica Fundação Liberato	ITEL	LIBERATO
Passo Fundo	Incubadora de Negócios Inovadores de Base Tecnológica	INCUBATEC	IMED
Pelotas	Centro de Incubação de Empresas da Região Sul	CIEMSUL	UCPEL
Pelotas	Incubadora Incubadora de Base Tecnológica	Conectar	UFPEL
Porto Alegre	Centro de Empreendimentos em Informática	CEI	UFRGS
Porto Alegre	Incubadora de Negócios da ESPM	ILAB	ESPM
Porto Alegre	Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia da UFRGS	IE-CBiot	UFRGS
Porto Alegre	Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica e Inovação da PUCRS	RAIAR	PUCRS
Porto Alegre	Incubadora Tecnológica da CIENTEC - unidade Porto Alegre	ITCientec	CIENTEC
Porto Alegre	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	ITCP	UFRGS
Porto Alegre	Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais	ITACA	UFRGS
Porto Alegre	Incubadora Tecnológica Hestia	HESTIA	HESTIA
Rio Grande	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica	INNOVATIO	FURG
Santa Cruz	Incubadora Tecnológica da UNISC	ITUNISC	UNISC
Santa Maria	Incubadora Tecnológica de Santa Maria	ITMS	UFSM
Santa Maria	Incubadora Tecnológica do Centro Universitário Franciscano	ITEC	UNIFRA
Santo Ângelo	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da URI Santo Ângelo	URINOVA	URI
São Leopoldo	Unidade de Inovação e Tecnologia da Tunisinos	UNITEC	UNISINOS

Fontes: Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (REGINP) e sites de Incubadoras

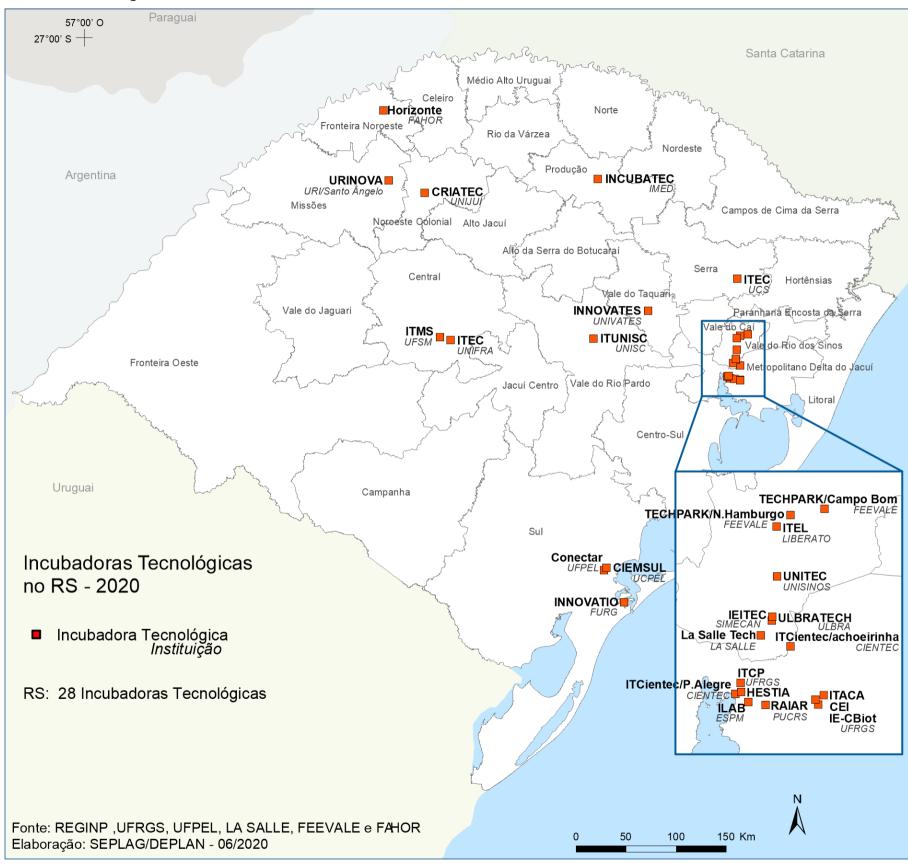
Polos Tecnológicos 2017 - RS



Parques Tecnológicos 2020 - RS



Incubadoras Tecnológicas 2020 - RS



RECURSOS MINERAIS

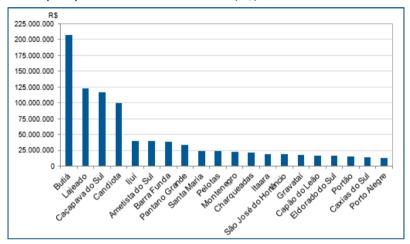
O território do Rio Grande do Sul conta com variada configuração geológica, apresentando rochas que registram grande parte da história do planeta, com idades que vão de cerca de 2 bilhões a 500 milhões de anos, agrupadas no chamado Escudo Sul-Rio-Grandense, que é a área que possui a maior presença de ocorrências de minerais com importância econômica. Na Depressão Periférica, estão depositadas as rochas sedimentares do Carbonífero e Triássico (300-200 milhões de anos), que constituíram os grandes depósitos carboníferos gaúchos. No Planalto Basáltico, resultado de derrames fissurais de lava ocorridos no Cretáceo, a riqueza mineralógica é mais limitada, com exceção das áreas de presença de gemas como ametistas e ágatas. E, na região Litorânea, estabeleceram-se os sedimentos mais recentes, que formam a Planície Costeira.

O Estado é produtor e exportador de pedras preciosas, destacando-se a ametista e a ágata, que têm qualidade gemológica superior e grande aceitação internacional. Também é produtor e exportador de rochas ornamentais (granitos e mármores). A produção de rochas ornamentais concentra-se no centro-sul do Estado. Entre todos os produtos, o carvão mineral é o principal, com reservas totais da ordem de 28,5 bilhões de toneladas, que correspondem a 89% dos recursos de carvão do País.

O Rio Grande do Sul é, juntamente com Santa Catarina, o maior produtor de carvão mineral do Brasil, sendo que a produção estadual beneficiada em 2017 foi da ordem de 2 milhões de toneladas. Atualmente, o uso do carvão mineral está ligado à geração termoelétrica e à aplicação industrial para geração de calor (energia térmica) para uso metalúrgico. Na chamada região da Campanha, onde estão localizadas as maiores jazidas de carvão, foram realizadas também pesquisas para o aproveitamento de argilas a elas associadas, mostrando grande potencial de utilização econômica para fabricação de cerâmicas. Em 2017, a produção beneficiada de carvão mineral gerou R\$289.312.452.

Em relação ao valor total da produção mineral, os vinte maiores municípios produtores, em 2017, eram Butiá, Lajeado, Caçapava do Sul, Candiota, Ijuí, Ametista do Sul, Barra Funda, Pantano Grande, Santa Maria, Pelotas, Montenegro, Charqueadas, Itaara, São José do Hortêncio, Gravataí, Capão do Leão, Eldorado do Sul, Portão, Caxias do Sul e Porto Alegre. Esses municípios foram responsáveis por 68% do valor total da produção mineral naquele ano, que atingiu R\$1.356.615.320.00.

Valor da produção mineral comercializada nos 20 maiores municípios produtores do RS em 2017 (R\$)



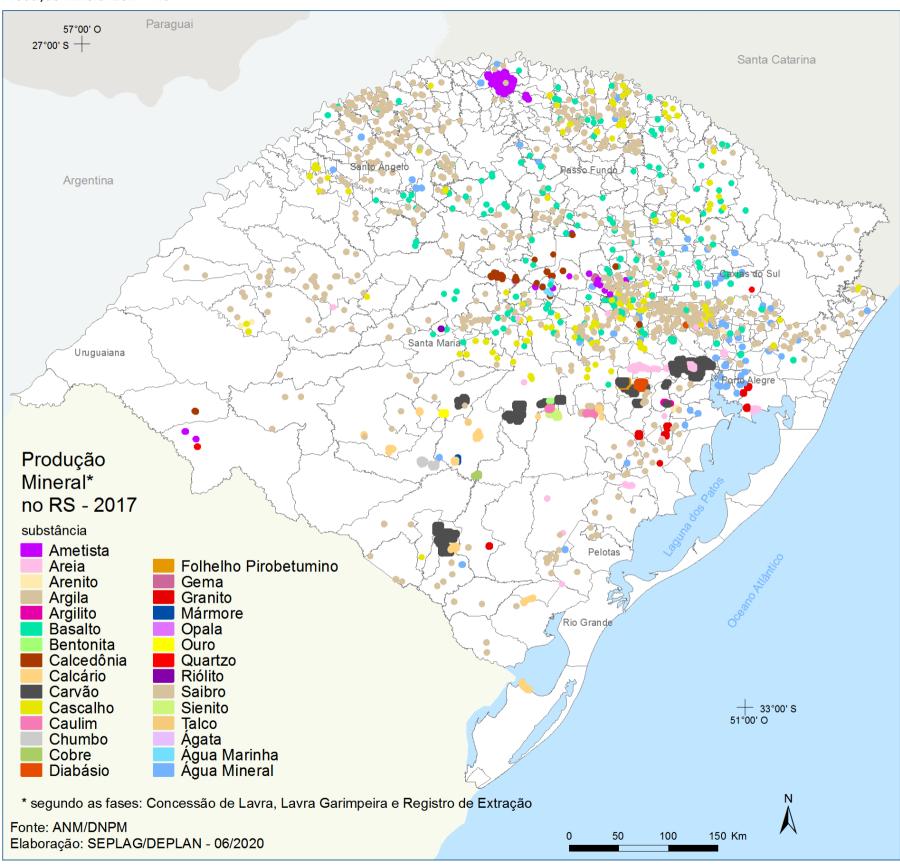
Fonte: ANM. Anuário Mineral Estadual 2018 - ano base 2017

Quantidade e valor da produção mineral no RS em 2017

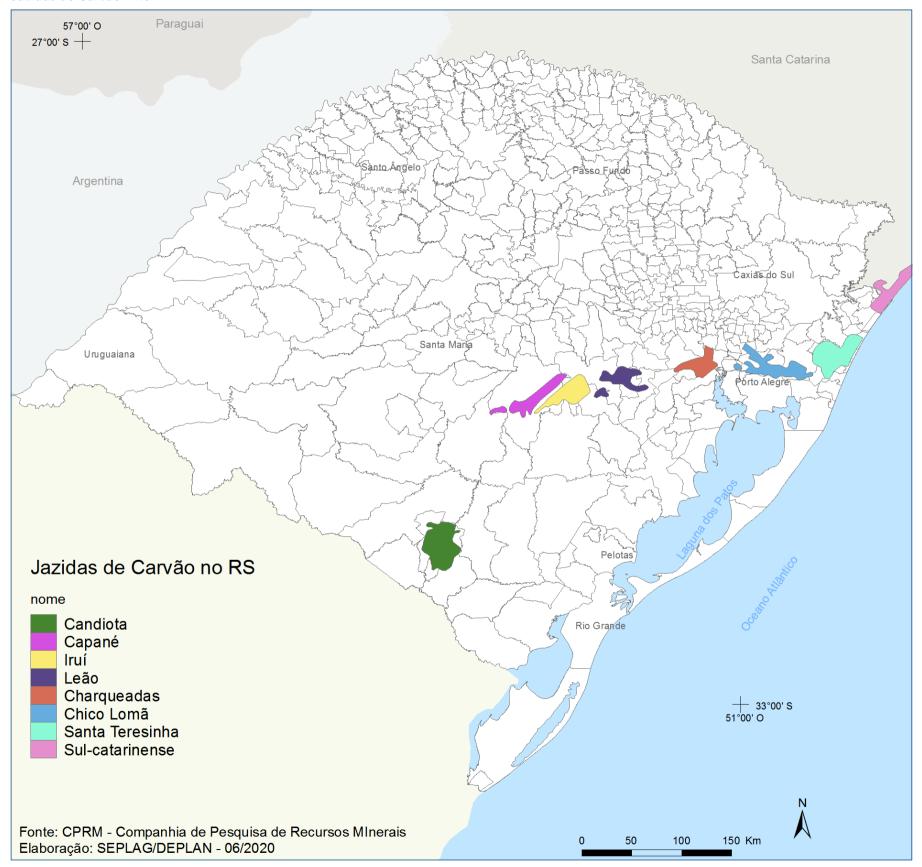
Produto	Produção Bruta		Produção Beneficiada			Valor total (B\$)		
Floduto	Quantidade	Medida	Valor (R\$)	Quantidade	Medida	Valor (R\$)	Valor total (R\$)	
Água mineral ²	-	-	-	467.891.100	10³l	280.074.902	280.074.902	
Areia	9.435.439	t	106.916.105	26.304	t	521.659	107.437.764	
Areias industriais	-	-	-	29.371	t	1.623.671	1.623.671	
Argilas comuns e refratárias	2.774.321	t	16.485.516	8.811	t	474.332	16.959.848	
Calcário	910.948	t	1.506.898	3.796.703	t	172.348.589	173.855.488	
Caulim	202.455	t	6.447.450	54.594	t	6.509.007	12.956.456	
Geodos de ametista, ágatas, calcedônias, etc	4.708.246.513	t	51.652.309	-	-	-	51.652.309	
Rochas (Britadas) e Cascalho	568.106	t	5.951.989	16.573.090	t	367.712.038	373.664.027	
Rochas ornamentais (Granito, Gnaisse e afins)	6.677	t	3.887.492	-	-	-	3.887.492	
Rochas Ornamentais (pedra de talhe, pedra-sabão, basalto, etc)	460.651	t	26.172.400	-	-	-	26.172.400	
Saibro	2.097.315	t	18.955.408	-	-	-	18.955.408	
Talco e outras cargas minerais	535	t	63.105	-	-	-	63.105	
Não-Metálicos	-	-	238.038.670	-	-	829.264.198	1.067.302.868	
Energéticos (carvão mineral)	-	-	-	2.142.399	t	289.312.452	289.312.452	
Rio Grande do Sul	-	-	238.038.670	-	-	1.118.576.650	1.356.615.320	

Fonte: ANM. Anuário Mineral Estadual 2018 – ano base 2017

Produção mineral 2017 - RS



Jazidas de Carvão - RS



BRASIL. Ministério da Saúde. Parâmetros para programação das ações básicas de saúde. Brasília. 2001.	
Plano Nacional de Logística e Transportes. Relatório Final. Brasília: Ministério dos Transportes. 2012.	
Empresa de Planejamento e Logística S.A Transporte inter-regional de carga no Brasil - Panorama 2015. Brasília. 2015.	
Empresa de Planejamento e Logística S.A. Plano Nacional de Logística Integrada. Brasília. 2015.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produção Agrícola Municipal (PAM). Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 2017. 2018.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produção Pecuária Municipal (PPM). Rio de Janeiro: IBGE. 2016. 2017. 2018.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE. 2017.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeções da população 2010-2060.Rio de Janeiro: IBGE. 2018.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Rio de Janeiro: IBGE. 2018.	
Balanço Energético Nacional 2018. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética. 2018.	
Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Estadual Rio Grande do Sul 2018. Ano base 2017. Brasília. 2018.	
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Anuário Estatístico 2019. Brasília. 2019.	
24° Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional. 2019.	
Brasil ultrapassa marca de 1GW em geração distribuída. Agência Nacional de Energia Elétrica. 11.06.2019. Disponível em: https://www.aneel.gov.br/sala-de-imprensa-exibicao-2/-/asset_publisher/zXQREz8EVIZ6/content/brasil-ultrapassa-marca-de-1gw-em-geracao-distribuida/656877/pop_up?_101_INSTANCE_zXQREz8EVIZ6_viewMode=print&_101_INSTANCE_zXQREz8EVIZ6_languageId=pt_BR). Acesso 6 16.10.2020.	:m:
Agência Nacional de Transportes Terrestres. Disponível em: http://appweb2.antt.gov.br/multimodal/resultadoConsulta.asp. Acesso em: 16.10.2020.	
Síntese do setor ferroviário. Brasília: Ministério da Infraestrutura. 2020. Disponível em: http://antigo.infraestrutura.gov.br/gloss%C3%A1rio/88-dados-de-transportes/5380-sintese-ferroviario.html. Acesso em: 16.10.2020.	
Boletim de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural. Brasília: Ministério de Minas e Energia. 2020.	
Painéis de Dados da Anatel. Brasília: Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). 2020.	
Modalidades de terras indígenas. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas. Acesso em: 16.10.2020.	
Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Arquivos em formato shapefile. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/shape.	
Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio. Fundação Cultural Palmares. 2020. Disponív em: http://www.palmares.gov.br/. Acesso em: 16/10/2020.	el
Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Brasília. 2020.	
Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília. 2020.	
Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Brasília. 2020.	
Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC). Brasília. 2020.	
Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília. 2020.	
Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Brasília. 2020.	
Ministério da Economia. Estatísticas de Comércio Exterior (Ambiente em migração). Brasília. 2020.	
Ministério do Turismo. Anuário Estatístico do Turismo. Brasília. 2020.	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Arquivos em formato shapefile. Disponível em: http://certificacao.incra.go br/csv_shp/export_shp.py	V.
Ministério do Meio Ambiente. Arquivos em formato shapefile. Disponível em: http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm.	
Ministério do Meio Ambiente. Arquivos em formato shapefile. Disponível em: https://www.mma.gov.br/projeto-de-monitoramento-do-desmatamento-nos-biomas-brasileiros-por-sat%C3%A9lite-pmdbbs.html.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estimativas da população 2020. Rio de Janeiro: IBGE. 2020.	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IRGE). Sistema de Contas Regionais. Pio de Janeiro: IRGE, 2020	

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE. 2020.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM).
CPISP. Comissão Pró Índio de São Paulo - Observatório Terras Quilombolas. Acesso Banco de Dados. Disponível em: https://cpisp.org.br. Acesso em: 29.09.2020.
FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. FAOSTAT. Roma. 2020. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/en/#data. Acesso em: 19.10.2020.
FELIZARDO, J. N. Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, Divisão de Geografia e Cartografia - 1969.
FREITAS, E. P. Da era das barcas à era das pontes: os debates em torno da construção da ponte do Guaíba/ Travessia Régis Bittencourt (1955-1958). Pontifícia Universidade Católica-RS. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. 2017.
PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013.
RAMOS, A. R. Sociedades Indígenas. São Paulo: Ática, 1988.
REGINP. Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação. 2020.
RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Sistema LEGIS - Texto da Norma: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 09 abril de 2018.
Decreto nº 38.362, de 01 de abril de 1998. Altera o DECRETO N° 35.764, de 28 de dezembro de 1994, que regulamenta a Lei n° 10.283, de 17 de outubro de 1994. Sistema LEGIS - Texto da Norma: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 09 abril de 2018.
Atlas eólico: Rio Grande do Sul. Elaborado por Odilon A. Camargo [et al.] e editado pela Secretaria de Energia Minas e Comunicações. Porto Alegre: SEMC, 2002. 70 p.: il., mapas.
Decreto nº 42.986, de 26 de março de 2004. Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Sistema LEGIS – Texto da Norma: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 09 abril de 2018.
Secretaria Estadual da Saúde. Centro Estadual de Vigilância em Saúde. A saúde da população do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CEVS. 2006.
Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística de Transportes no RS- Projeto Rumos 2015. Porto Alegre: SCP. 2006.
Decreto nº 44.827, de 28 de dezembro de 2006. Introduz alterações no Decreto Nº 35.764 de 28/12/1994, alterado pelo Decreto nº 42.777 de 22/12/2003 e pelo Decreto nº 42.986 de 26/03/2004. Sistema LEGIS - Texto da Norma: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 09 abril de 2018.
Decreto nº 45.436, de 09 de janeiro de 2008. Introduz alterações no Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, alterado pelo Decreto nº 42.777, de 22 de dezembro de 2003, e pelo Decreto nº 42.986, de 26 de março de 2004 e dá outras providências. Sistema LEGIS - Texto da Norma: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 09 abril de 2018.
Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS). Porto Alegre: Secretaria de Logística e Transportes. 2014.
Decreto nº 54.572, de 14 de abril de 2019. Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, e a Lei nº 13.595, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a institucionalização, a estruturação e o funcionamento do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul - COREDES-RS, e dá outras providências. Gabinete de Consultoria Legislativa - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.
Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura. Arquivos em formatos shapefile. Disponível em: https://www.sema.rs.gov.br/cartografia.
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (RS). DEE Dados. Disponível em: http://feedados.fee.tche.br/feedados/.
Secretaria Estadual da Saúde (RS). Bl Saúde - Gestão Estadual. Disponível em: https://bi.saude.rs.gov.br/index.htm. Acesso em 19.10.2020.
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e Turismo (RS). Guia dos Meios de Hospedagem do Rio Grande do Sul - 2020.
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-RS). Disponível em: https://www.detran.rs.gov.br/dados-rs. Acesso em: 16.10.2020.
STRECK, E. V.; KAMPF, N.; DALMOLIN, R. S. D.; KLAMT, E.; NASCIMENTO, P. C.; SCHNEIDER, P. Solos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

